



UNIVERSIDADE SALVADOR – UNIFACS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E URBANO
MESTRADO EM ANÁLISE REGIONAL

KAREN MICHELLY MORAES E SASAKI

TURISMO E SUSTENTABILIDADE: A
EXPERIÊNCIA DA
ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS DE PORTO DE
SAUÍPE – BA

Salvador
2005

KAREN MICHELLY MORAES E SASAKI

**TURISMO E SUSTENTABILIDADE: A
EXPERIÊNCIA DA
ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS DE PORTO DE
SAUÍPE - BA**

*Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
em Análise Regional da Universidade Salvador –
UNIFACS, como requisito parcial para obtenção
do grau de Mestre.*

Orientadora: Prof^a Dr^a Regina Celeste de Almeida
Souza

**Salvador
2005**

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da
Universidade Salvador - UNIFACS

S252t

Sasaki, Karen Michelly Moraes e.

Turismo e sustentabilidade: a experiência da Associação de
Artesãos de Porto de Sauípe - BA/ Karen Michelly Moraes e Sasaki. -
2004.

237 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Salvador – UNIFACS -
Mestrado em Análise Regional.

Orientadora: Prof^a Dr^a Regina Celeste de Almeida Souza

1. Turismo – Litoral Norte, BA. 2 Turismo. 3 Artesanato - Bahia. I.
Souza, Regina Celeste de Almeida, orient. II. Universidade Salvador –
UNIFACS. III. Título.

CDD: 338.4791

*Autorizo a reprodução parcial ou total dessa dissertação para fins
acadêmicos, desde que seja citada a fonte.*

© Karen Sasaki

TERMO DE APROVAÇÃO

KAREN MICHELLY MORAES E SASAKI

TURISMO E SUSTENTABILIDADE: A EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS DE PORTO DE SAUÍPE - BA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Análise Regional da Universidade Salvador – UNIFACS,
pela seguinte banca examinadora:

Regina Celeste de Almeida Souza – Orientadora _____
Doutora em Geografia, Universidade de Rouen (UR), França
Universidade Salvador – UNIFACS

Raimundo Santos Leal _____
Doutor em Administração, Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Alcides dos Santos Caldas _____
Doutor em Geografia, Universidade de Santiago de Compostela (USC), Espanha
Universidade Salvador – UNIFACS

Maria Raquel Mattoso Mattedi _____
Mestre em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade Salvador – UNIFACS

A

todos aqueles que acreditam que o ***desenvolvimento sustentável*** não é mais uma *opção disponível*, mas sim, uma *imposição necessária*. Ou seja, a todos que fazem com que o mundo possa tornar possível a trindade entre “desenvolvimento econômico”, “conservação do meio ambiente”, bem como “qualidade e respeito à vida de populações tradicionais”.

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, pela existência.

À mãe, mestra e serva **Natureza**, pela dedicação e zelo, pelas orientações claras, seguras e definitivas, bem como pela doação dos elementos básicos, fundamentais, necessários às nossas realizações, inclusive, do papel que estamos utilizando.

A todos os **seres humanos**, por nos proporcionarem as experiências do dia-a-dia que nos oportunizam alcançar o valor real das relações para que compreendamos “o real da vida”.

Dedico enorme gratidão aos seguintes seres humanos que contribuíram, direta ou indiretamente, com a realização deste trabalho:

Minha avó *Adelaide*, minha *mamãe*, meu *pai*, minhas irmãs *Keiko* e *Karlla*, meu namorado *Daniel*, por compreenderem e acreditaram em mim dando-me todo suporte emocional para suportar a distância.

À minha orientadora *Prof^a Regina Celeste Almeida Souza* pela inestimável atenção, contribuição e, sobretudo, confiança que depositou em meu trabalho desde o início. Mais do que zelosa guardiã da qualidade teórica, ela soube ser a orientadora, não apenas de um estudo, mas da seriedade, disciplina e compromisso inseparáveis da atividade acadêmica, na qual sua trajetória de vida e trabalho é um exemplo.

À *Prof^a Raquel Mattedi* pelo exemplo de educadora, competência, compreensão e perseverança. A *Prof^a Raquel* me iniciou na senda da pesquisa científica e me oportunizou tão rica experiência profissional que não há como agradecer.

Ao *Prof^o Raimundo Leal* pela seriedade com as observações à minha pesquisa, mas sobretudo, pela sinceridade de sua amizade.

Aos amigos *Jean* e *Thais* pela espontânea manifestação de ajuda com as visitas a Porto de Sauípe e análise dos dados.

Às amigas *Maribel* e *Ana Paula* pela amizade, confiança e incentivo nos momentos decisivos.

À *Marcella*, *Joelma* e *Nilcéia* pela atenção dada durante longas horas de entrevistas, e pelo exemplo de vida de cada uma delas.

À *Márcia Stradmann* pela recente amizade construída.

À *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES* que me concedeu uma bolsa de estudos, fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram com o meu crescimento pessoal e profissional.

Muito obrigada...

*A destruição irracional da Natureza
realizada pela ciência, que foi concebida para
conhecê-la objetivamente, demonstra que
ela está radicalmente, senão errada,
momentaneamente equivocada; senão confusa,
momentaneamente não proficiente, e,
senão desvirtuada,
momentaneamente desviada de seus objetivos.*
A Arca.

RESUMO

A presente dissertação se propõe a analisar as relações entre a lógica turística aplicada na região onde se localiza o povoado de Porto de Sauípe, no município de Entre Rios-BA, e a comunidade tradicional de artesãos de Porto de Sauípe, em especial as pessoas vinculadas à Associação de Artesãos de Porto de Sauípe. Esse povoado foi escolhido pela sua inserção num contexto espacial de proximidade com o Complexo Turístico Costa do Sauípe. Para cumprir essa meta foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo estudo de caso, com visitas a campo para realização de entrevistas semi-estruturadas com artesãos, pesquisadores ligados diretamente à temática socioambiental, bem como uma consulta a documentos secundários. Assim, essa dissertação foi estruturada em cinco capítulos, nos quais foram discutidos conceitos que envolvem o turismo e o desenvolvimento sustentável aplicados a Porto de Sauípe; foi resgatada a história da formação socioeconômica do Litoral Norte e a lógica turística que foi implantada na região, bem como foi analisada a relação entre o turismo e sustentabilidade que se sobrepôs no município de Entre Rios. Enfim, verificou-se que os artesãos de Porto de Sauípe, uma comunidade que possui cultura e raízes tradicionais seculares, estão conseguindo adaptar-se à nova lógica turística do local através do associativismo. Eis a experiência da Associação de Artesãos de Porto de Sauípe – APSA.

Palavras-chave: *turismo, sustentabilidade, Porto de Sauípe, artesanato.*

ABSTRACT

The present dissertation intends to analyze the relations between the applied tourist logic in the region where it locates the town of Porto de Sauípe, in the city of Entre Rios-BA, and the traditional community of handcrafts of Porto de Sauípe, in special the entailed people to the Associação de Artesãos de Porto de Sauípe. This town was chosen by its insertion in a space context of proximity with the Tourist Complex Costa do Sauípe. To accomplish this objective a qualitative research was realized with visits to field for making interviews with the artisans, expert socio-ambient researchers, as well a secondary documents utilization. Like this, we structured this dissertation in five chapters, that discuss concepts about tourism and the sustainable development applied Porto de Sauípe town and get back the history of the socioeconomic formation of the North Coast of Bahia and the tourist logic that it was implanted in the area, as well as we analyzed the relationship among the tourism and sustainability that it was applied in the municipal district of Entre Rios. Finally, we verified that the artisans of Porto de Sauípe town, a community that have culture and secular traditional roots, are adapting to the new tourist logic with a the creation of a partner association. Here is the experience of the Association of Artisans of Porto de Sauípe - APSA.

Keywords: *Tourism, sustainable, Porto de Sauípe, handcraft.*

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Proprietários das terras do Litoral Norte	95
FIGURA 2 – Zonas turísticas da Bahia definidas por ocasião do PRODETUR	107
FIGURA 3 – Região do sistema rodoviário da BA-099, 2003.....	113
FIGURA 4 – Contexto regional da Área de Proteção Ambiental, APA do Litoral Norte, Bahia	117
FIGURA 5 – Características físicas da APA Litoral Norte.....	118
FIGURA 6 – Localização de Porto de Sauípe dentro do município de Entre Rios, recorte da APA Litoral Norte.	128
FIGURA 7 – Vista aérea de Porto de Sauípe.....	129
FIGURA 8 – Vista aérea do Complexo Turístico Costa do Sauípe	146
FIGURA 9 – Localização dos hotéis.....	146
FIGURA 10 – <i>Attalea Funifera</i>	153
FIGURA 11 – Distribuição de artesãos associados à APSA, segundo atividade.	163
FIGURA 12 – Placa informativa de construção da sede da APSA.....	173
FIGURA 13 – Recepção da sede da APSA	176
FIGURA 14 – Área de trabalho da sede da APSA.....	176
FIGURA 15 – Loja de produtos, localizada na sede da APSA	177
FIGURA 16 – Área de depósito, sede da APSA.....	177
FIGURA 17 – Espaço para reuniões e vista do pavimento superior, sede da APSA.	178
FIGURA 18 – Fachada da sede da APSA e vista lateral.....	179
FIGURA 19 – Processo produtivo de confecção do artesanato de piaçava.....	182

FIGURA 20 – Processo de cozimento da palha de piaçava	185
FIGURA 21 – Rolo de palha trançada	189
FIGURA 22 – A atividade de trançar	189
FIGURA 23 – Modelos de trançado.....	190
FIGURA 24 – Bolsas confeccionadas pelos artesãos.....	192
FIGURA 25 – Acompanhamento mensal do número de peças vendidas pela APSA, 2000 a 2004.....	198

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Indicadores suplementares do turismo sustentável para zonas litorâneas.	85
QUADRO 2 – Indicadores suplementares do turismo sustentável para locais culturais.	86
QUADRO 3 – Características do turismo na APA LN da Bahia	103
QUADRO 4 – Quadro analítico-comparativo das relações sociais, econômicas, ambientais e culturais antes e depois da implantação do Complexo Hoteleiro.	135
QUADRO 5 – Maiores e mais luxuosos resorts em funcionamento ou em construção no Brasil.....	141
QUADRO 6 – Síntese do processo de regulação político-institucional do licenciamento ambiental das ETA/ETE.....	150
QUADRO 7 – Quadro analítico-comparativo das mudanças ocorridas na organização social da APSA.	201

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – População e área dos municípios costeiros do Litoral Norte da Bahia, 2000.127

TABELA 2 – Número de braças necessárias para confecção dos produtos183

TABELA 3 – Síntese dos produtos da APSA, com dimensões e preços. 191

TABELA 4 – Acompanhamento do número de peças vendidas por ano, 2000 a 2004. 197

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação.
APA LN	Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte
APSA	Associação de Artesãos de Porto de Sauípe
ARTESOL	Artesanato Solidário
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Mundial
CAPINA	Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa
CBTS	Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável
CDS	Comissão para o Desenvolvimento Sustentável
CEPRAM	Conselho Estadual do Meio Ambiente
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CNO	Construtora Norberto Odebrecht
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Regional da Bahia
CRA	Centro de Recursos Ambientais
DERBA	Departamento de Estradas e Rodagens da Bahia
DFID	Department for International Development
ECOPLAM	Empresa de Consultoria e Planejamento Ambiental
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento

EPIA	Estudo Prévio de Impacto Ambiental
ETA	Estação de Tratamento de Água
ETE	Estação de Tratamento de Efluentes
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNNP	Federação de Parques Nacionais e Naturais Européia
GAMA	Grupo de Assessoramento ao Meio Ambiente
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IH	Instituto de Hospitalidade
ITC	International Trade Center
MP	Ministério Público
NEPAUR	Núcleo de Ensino, Extensão e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo
NRI	Natural Resources International
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONGs	Organizações não-governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PPGA	Programa de Planejamento e Gerenciamento Ambiental
PREVI	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
PRODESU	Programa de Desenvolvimento Sustentável para a APA do Litoral Norte da Bahia
RIMA	Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais
SEPLANTEC	Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente

SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
SUDETUR	Superintendência de Desenvolvimento Turístico
UCSAL	Universidade Católica do Salvador
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio Exterior e Desenvolvimento
UNIFACS	Universidade Salvador
WTTC	Conselho Mundial da Indústria de Viagens e Turismo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO I	
TURISMO: UM FENÔMENO SOCIAL QUE OCUPA ESPAÇO	32
1.1 O CONCEITO DE ESPAÇO	34
1.2 A MATERIALIZAÇÃO DO ESPAÇO DO TURISMO	36
1.3 TURISMO: CONCEITO E REFLEXÕES	42
1.4 TURISTA: UM AGENTE SOCIAL	49
1.5 PROCESSO HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	52
CAPÍTULO II	
POR UMA DISCUSSÃO SOBRE SUSTENTABILIDADE E TURISMO	61
2.1 UMA ANÁLISE SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO	
SUSTENTÁVEL	62
2.2 REFLEXÕES SOBRE “TURISMO SUSTENTÁVEL”	72
2.2.1 O percurso do debate em torno do “turismo sustentável”	74
CAPÍTULO III	
O PROCESSO DE FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO	
LITORAL NORTE DA BAHIA	88
3.1 OS CICLOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS E O USO	
DAS TERRAS DO LITORAL NORTE	89
3.2 O TURISMO COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO DO	
LITORAL NORTE DA BAHIA	100
3.2.1 O Programa de Desenvolvimento do Turismo da Bahia – PRODETUR/BA ..	104
3.2.2 A BA-099 ou “Linha Verde”	109
3.2.3 A Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia – APA LN	116
CAPÍTULO IV	

TRADIÇÃO E MODERNIDADE EM PORTO DE SAUÍPE	122
4.1 ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICAS PRELIMINARES	123
4.2 PORTO DE SAUÍPE E O COMPLEXO TURÍSTICO COSTA DO SAUÍPE	126
4.3 O COMPLEXO TURÍSTICO COSTA DO SAUÍPE E OS IMPACTOS SOBRE O MEIO AMBIENTE E SOBRE O ARTESANATO	141
4.3.1 <i>As Estações de Tratamento de Água e Efluentes (ETA e ETE)</i>	147
4.3.2 <i>A restrição da matéria-prima do artesanato local: piaçava</i>	151
CAPÍTULO V	
A ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS DE PORTO DE SAUÍPE - APSA	159
5.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE A METODOLOGIA UTILIZADA	161
5.2 A ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS DE PORTO DE SAUÍPE	163
5.2.1 <i>Projeto Trança do Mar</i>	168
5.2.2 <i>Programa Berimbau</i>	171
5.3 A SEDE DA ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS DE PORTO DE SAUÍPE	174
5.4 O PAPEL DA ASSOCIAÇÃO PARA O ARTESANATO DE PORTO DE SAUÍPE	179
5.4.1 <i>Da palha ao produto final: o processo de trançar</i>	181
5.4.1.1 <i>A coleta</i>	182
5.4.1.2 <i>O cozimento</i>	185
5.4.1.3 <i>A riscagem</i>	186
5.4.1.4 <i>O tingimento</i>	186
5.4.1.5 <i>O trançado</i>	188
5.4.1.6 <i>A costura</i>	191
5.4.1.7 <i>A comercialização</i>	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS	204
REFERÊNCIAS	214
ADENDO E ANEXOS	223

INTRODUÇÃO

Muito tem sido dito e discutido sobre a indissociabilidade do tripé “ensino, pesquisa e extensão” em instituições de ensino superior, mas poucos resultados são evidenciados. Cabe dizer, assim, que a temática dessa pesquisa é, em parte, o produto da continuidade do exercício de pesquisar que fora aprendido no período da graduação em Ciências Sociais, nesta instituição.

Vale dizer ainda que os resultados de pesquisa que se apresentam nessa dissertação foram desenvolvidos no âmbito do Mestrado em Análise Regional, na área de concentração “Turismo e Meio Ambiente” e na linha de pesquisa “Ambiente Social e Desenvolvimento Sustentável”.

A pesquisa, de modo geral, caracteriza-se por uma atividade intrínseca à sede de conhecimento do ser humano. Goldenberg (1999) afirma que a atividade de pesquisa é a construção de conhecimento original de acordo com certas exigências científicas.

Nesse sentido, para que um estudo seja considerado científico deve obedecer aos critérios de coerência, consistência e objetivação, além de preencher requisitos que perpassam pela existência de uma pergunta que se deseja responder, a elaboração de um conjunto de passos que permitam chegar a essa resposta, bem como assegurar a indicação do grau de confiabilidade na resposta obtida.

Partindo dessa perspectiva científica, começou-se a perguntar: *existe turismo sustentável no Litoral Norte, em especial, em Porto de Sauípe? Como as mudanças que vêm ocorrendo na região do Litoral Norte da Bahia, aceleradamente a partir da década de 1990, estão interferindo na cultura tradicional do artesanato da comunidade de Porto de Sauípe? Será que o Complexo Turístico Costa do Sauípe melhorou a qualidade de vida dos artesãos de Porto de Sauípe? Como está sendo a relação de comunidades tradicionais com a lógica turística implantada no local?*

Todos esses questionamentos se confundem com a própria jornada acadêmica da pesquisadora, traçada nos últimos seis anos. Foi a partir dessa experiência, enquanto neófito da pesquisa científica, no Diagnóstico Socioeconômico realizado na Área de Proteção do Litoral Norte da Bahia – APA LN, que veio a culminar no Programa de Desenvolvimento Sustentável para a APA do Litoral Norte da Bahia – PRODESU, que a preocupação com a comunidade de artesãos de Porto de Sauípe ficou evidenciada.

No período em que a pesquisadora começava a volver olhares para o Litoral Norte¹, muito se alertava quanto aos graves problemas que acometiam a região, bem como os futuros impactos negativos que iriam se concretizar em consequência da implantação de uma lógica turística que não privilegiava, tampouco realizava alguma ação que mitigasse as grandes lacunas sociais que já configuravam a realidade do local.

Tudo isso em prol de uma lógica cumulativa que ascendia em detrimento de necessidades sociais emergentes e que vinha propagando-se através de uma onda mundial que ora denomina-se globalização econômica. Mas, que de forma alguma se

¹ Vale esclarecer que o termo Litoral Norte utilizado durante toda essa dissertação refere-se à porção de área litorânea do norte da Bahia compreendida dentro da APA Litoral, não devendo assim, ser confundida com a região econômica do Litoral Norte da Bahia que abrange 20 municípios baianos.

restringiu a esse campo espargindo-se para outros segmentos, como, por exemplo, o cultural e o social.

A globalização em referência é aquela que emergiu como a ‘nova ordem mundial’² e que sua proposta de desenvolvimento seria pautada na peregrinação de toda a população mundial, inclusive a pobre, por caminhos que tinham como fim a integração, a equidade social, a justiça e o beneficiamento de todos, como em uma reação em cadeia, sem distinções de nacionalidade ou classe social.

Falar em globalização parece ser um corriqueiro e desgastado tema em todos os ramos da ciência. Entretanto, não se pode negligenciar a sua existência, tampouco a sua abordagem, pois muitas teorias já se empenharam em discutir esse fenômeno; umas um pouco tímidas, outras audaciosas, mas que possuem em comum a necessidade de debater uma característica indissociável do mundo moderno; porquanto, foi sob a égide da globalização que se edificaram as bases de uma sociedade que sobrevive ao meio de tantos obstáculos e desafios, que ameaçam, inclusive a sustentabilidade da vida humana. Pois, se o desenvolvimento econômico, tal qual fora anunciado, chegasse a se concretizar a sobrevivência humana estaria em xeque.

Em tempo, ambientalistas, cientistas e uma parcela da comunidade ‘global’ começaram a perceber que o desenvolvimento de países pobres era irreal e, dificilmente, alcançável, uma verdadeira incongruência axiológica, pois, ao contrário do discurso, a globalização agravou desigualdades sociais existentes. Era como se os economistas empresariais não levassem em consideração os custos sociais do desenvolvimento econômico mundial e seus efeitos diretos na aceleração do processo de degradação ambiental.

² Nova ordem mundial refere-se à concepção da reconfiguração sócio-político-espacial que foi dada ao mundo após a Guerra Fria. A partir de então, emergiram-se pólos de poder de abrangência supranacional delineando os blocos econômicos organizados.

A globalização, indiscutivelmente, estreitou os laços entre as nações fazendo com que as inúmeras regiões do globo terrestre, e suas respectivas culturas, ficassem tão próximas, a ponto de ser, inimaginavelmente fácil, conhecê-las, simultaneamente, a um “clique” no teclado. Ficaram próximos, também, seu comércio, sua comunicação, suas idéias, seus modos de sentir, pensar e agir.

Sobrevive-se em uma civilização onde há uma tendência à padronização e à massificação, o que impõe uma perspectiva mecanicista ao ser humano. Neste contexto, o ser humano, vagorosamente, vai sendo administrado mecanicamente como um elemento da máquina. A vida de cada um vai sendo ajustada a um mesmo ritmo, predominantemente, de acordo com as necessidades imediatas do todo globalizado, tempo em que se disseminam propagandas que massificam e vendem ideologias, crenças, idéias e esperanças, com o intuito de convencer que só no contexto do consumismo há felicidade e vive melhor quem mais consome.

De outro lado, tem-se o Estado, que há muito tempo, deixou de ser uma entidade social, e passou a atuar com a mesma lógica capitalista que movimenta as empresas multinacionais com a ética da lei do mais forte, fazendo com que entrem e saiam governos sem que uma atenção especial seja dada à coletividade humana.

Dentro do âmbito da temática socioambiental verifica-se que o princípio norteador do conceito de sustentabilidade adotado no decorrer de toda essa pesquisa, também, surgiu no contexto da globalização como um manifesto, e sobretudo, um sinal de que era eminentemente necessário questionar o processo “desenvolvimentista” empregado pela humanidade. Pois, a racionalidade centrada na economia extinguiu a natureza e a sociedade de sua pauta, favorecendo a uma geração de processos de destruição ecológica, degradação ambiental e exclusão social.

O turismo, por sua vez, pode ser entendido, também, como um fenômeno emergente da “ordem global”. Afinal, o turismo configurou-se como uma verdadeira

“aldeia global”, tal como anunciado pela metáfora de McLuhan (1996). Muitos questionamentos podem ser feitos à atividade turística e suas repercussões em comunidades locais. Isso evidencia o seu poder de integração do local ao global, numa simbiose que permite afirmar que o turismo tornou-se numa atividade global e local simultaneamente.

Não é mais possível entender o turismo em âmbito restrito, do tipo municipal, regional ou nacional, porquanto a produção e o consumo dos seus serviços acontecem em uma perspectiva global. Essa consideração se consolida quando se analisam as exigências nos padrões de atendimento, na preocupação com a satisfação do turista (agora entendido como um cliente), na oferta de uma diversidade de atrativos, que necessariamente devem ser competitivos em escala global.

No que tange ao objeto dessa pesquisa, pode ser exemplificado o caso da região do Litoral Norte do estado da Bahia. Ou seja, o Complexo Turístico Costa do Sauípe tem que convencer os inúmeros potenciais turistas/clientes do mundo inteiro através de um marketing turístico massivo para vender imagens de uma região com uma natureza intocada, praias paradisíacas, tudo regado com a receptividade do “jeito baiano de ser e de viver”. Assim, o Litoral Norte tem que extrapolar barreiras nacionais e competir com destinos exóticos de qualquer parte do mundo.

O “turismo global” parece ser um processo irreversível que envolve a todos, e afeta negativamente a muitos, ao passo que também favorece muitas atividades e grupos sociais. Apresenta-se sobre multidimensões através de ondas cíclicas de destruição e construção de identidades culturais, estruturas econômicas e histórias locais e nacionais. Assim, é sobre esse aspecto contraditório e paradoxal que essa pesquisa procurou se debruçar.

Afinal, não é possível negar que o turismo, local ou global, afeta cada dia mais economias do mundo inteiro, desde as comunidades mais afastadas dos centros

urbanos, como Porto de Sauípe, até as metrópoles citadinas de maior expressividade comercial.

Longe de pensar o turismo de ponto de vista romântico, como simples articulador de múltiplas dimensões (econômica, cultural, social, ambiental e espacial), constata-se que ele, em todas as suas dimensões, vem experimentando movimentos de ruptura e reconstrução, especialmente no decorrer das últimas décadas.

Se por um lado esses processos de mudança correspondem a necessidades expressas pelo ambiente, por outro constituem focos de tensões, instabilidade, desigualdades econômicas, sociais e espaciais. Conseqüentemente, acabam por imprimir um outro formato às próprias relações socioambientais, que agora precisam ser adaptadas e/ou recriadas a cada novo cenário. No caso brasileiro, o processo de mudança dessas relações vem se dando de forma bastante heterogênea, de acordo com a realidade local.

Superar esses problemas é um dos maiores desafios do século que se inicia. Por isso se faz mister que sejam tomadas medidas urgentes e radicais no intuito de que se refaça a análise do mundo contemporâneo de forma integrada entre diferentes segmentos do conhecimento humano e instituições sociais.

Assim, sob a égide dessas considerações e contexto global que se debruçou sobre a perspectiva local, de uma comunidade tradicional de artesãos que convive simultaneamente com a exuberância econômica do turismo internacional e a tradição de sublimar palhas de piaçava para retirar o seu sustento familiar.

Nesse sentido, buscou-se responder à seguinte indagação: *como a comunidade de artesãos de Porto de Sauípe está conseguindo manter viva a cultura tradicional do artesanato em face da sua relação direta com a implantação do megaprojeto Complexo Turístico Costa do Sauípe ao lado desse povoado?* Eis a realidade de uma

comunidade assentada em bases tradicionais que vem sofrendo pressões de atividades internacionais.

Para responder essa questão partiu-se de alguns objetivos e uma metodologia que pudesse nortear o pensamento e conduta adotada em face do objeto de estudo. Assim foi objetivo geral da pesquisa: analisar a relação entre turismo e sustentabilidade desenvolvido no Litoral Norte da Bahia, focado para a comunidade tradicional de artesãos de Porto de Sauípe.

Especificamente, procurou-se: (a) investigar a existência de turismo sustentável em Porto de Sauípe; (b) resgatar a história da formação socioeconômica do Litoral Norte, desde os tempos coloniais até à política de mega-empreendimentos turísticos; (c) identificar como está se dando a relação do Complexo Turístico Costa do Sauípe, com a cultura tradicional da comunidade de artesãos de Porto de Sauípe; e, finalmente, (d) conhecer como a comunidade tradicional de artesãos de Porto de Sauípe vem se reestruturando economicamente e se adaptando às transformações ocorridas, aceleradamente a partir da década de 1990.

Para cumprir os objetivos propostos adotou-se uma metodologia de natureza qualitativa, do tipo estudo de caso. A pesquisa qualitativa, segundo Triviños (1995, p. 120), “tem suas raízes nas práticas desenvolvidas pelos antropólogos, primeiro, e em seguida, pelos sociólogos em seus estudos sobre a vida em comunidades”. Pois, os pesquisadores perceberam que “muitas informações sobre a vida dos povos não podem ser quantificadas e precisavam ser interpretadas de forma muito mais ampla que circunscrita ao simples dado objetivo (*Id. Ibid.*)”; fato esse que não significa, tampouco justifica, o abandono aos dados quantitativos.

Com a investigação qualitativa procurou-se, essencialmente, conhecer a forma como os artesãos de Porto de Sauípe vivenciam e interpretam o mundo social que constroem e estruturam de forma interativa uma vez que: (a) a realidade constrói-se

pela forma como é percebida e como lhe é conferida de significado, (b) os pontos de vista e as percepções da realidade não são uniformes, (c) a compreensão dos acontecimentos só é possível de forma contextualizada e, (d) os fenômenos sociais são complexos e dinâmicos.

Assim, coadunou-se com a perspectiva de que os aspectos de natureza qualitativa consideram a relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos (GIL, 2002) a pesquisa envolveu: uma *pesquisa bibliográfica* elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de dissertações, livros, artigos de periódicos (jornais e revistas) e material disponibilizado na Internet; bem como um *levantamento de dados primários* uma vez que a pesquisa envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se desejou conhecer.

Lakatos (1991, p. 106) afirma que para as etapas mais concretas da pesquisa devem ser utilizados métodos de procedimento precisos. Seguindo esta linha, a pesquisa foi traçada pelo *método histórico*, pois através dele foi possível a reconstrução da história da região e análise dos fatos atuais de Porto de Saúipe comparando-os com o seu passado, principalmente, no que tange à reestruturação da cultura da comunidade de artesãos e a sua consciência social.

A técnica de *observação* para a realização desta pesquisa foi de substancial importância, afinal caracteriza-se como observação “a utilização dos sentidos na obtenção de dados de determinados aspectos da realidade” (GIL, 2002). Nesse sentido, foi utilizada a *observação sistemática e individual*, ou seja, um tipo de observação com prévio planejamento e realizada em condições controladas para responder aos propósitos pré-estabelecidos da pesquisa.

A fim de resgatar a percepção de alguns artesãos sobre as suas relações com a nova lógica do turismo implantada no local e entender como se dá o processo produtivo do artesanato foram utilizadas técnicas como entrevistas semi-estruturadas e/ou abertas (Ver adendo A).

Vale ressaltar que é de conhecimento da pesquisadora que, embora haja esforço e devotamento de horas para análise em observações participantes em campo com fins de retratar a realidade tal como ela é, não é esquecido que a visão do pesquisador sempre vai ser de “segunda ou terceira mão”, como disse Geertz (1989). Somente o “nativo” ou o sujeito por si mesmo vai ter uma visão completa e integral de sua própria realidade. Porém, tal evidência, não invalida, o estudo, veracidade e qualidade dos dados qualitativos. Afinal, o significado é de importância vital na abordagem qualitativa, pois interessa, inclusive, os diferentes modos como as pessoas dão sentido aos fenômenos.

Desta forma, a perspectiva de Bogdon e Biklen (1994) apresenta que em todo o cerne de uma pesquisa, principalmente se a mesma for de caráter qualitativo, os pesquisadores, têm o dever de estarem atentos desde o primeiro contato até a análise de dados a quatro aspectos essencialmente fundamentais: (a) a preservação das identidades dos partícipes, garantindo o anonimato não só do material escrito, mas também dos relatos verbais³; (b) o tratamento dispensado aos partícipes deve ser de respeito, de modo a obter sua cooperação na pesquisa; (c) ser claro e explícito com todos os envolvidos, estabelecendo acordos para desenvolvimento do trabalho, que deverão ser respeitados até a conclusão do estudo; e, por fim, (d) ser autêntico quando escrever os resultados, ainda que as conclusões possam, por razões ideológicas, não agradar.

³ Foram reproduzidos os relatos autorizados, sem identificação dos autores, com exceção da coordenadora de projetos da Associação de Artesãos de Porto de Sauípe – Sr^a Marcella Ferri.

Assim, a presente dissertação foi estruturada didaticamente em cinco capítulos. O capítulo I inicia os leitores na teoria sobre o turismo enquanto um fenômeno social que, necessariamente, ocupa um espaço. Para tanto, foram estudadas obras de pesquisadores referendados na temática turística e geográfica, como os professores Sylvio Bandeira de Mello e Silva (1999; 2003) e Mário Eufrásio (2001), que ricamente analisam os postulados teóricos de Walter Christaller, os quais foram usados como moldura teórica dessa pesquisa no que tange ao seu argumento de que o desenvolvimento do turismo está diretamente relacionado ao espaço que ocupa; Adyr Balastrieri Rodrigues (1996; 1998; 1999; 2002a; 2002b) e Doris Ruschmann (2001; 2002), com seus estudos e reflexões sobre a atividade turística e o meio ambiente; entre outros autores que contribuíram significativamente com os estudos turísticos no Brasil, e conseqüentemente, com a temática da pesquisa em questão.

O capítulo II introduz a discussão sobre sustentabilidade e turismo, suas interfaces e possíveis conexões. Nesse momento houve uma reflexão sobre as potencialidades e limitações do conceito de desenvolvimento sustentável, bem como de turismo sustentável. Assim, esse capítulo foi estruturado com a finalidade de buscar subsídios para a compreensão do fenômeno turístico no Litoral Norte da Bahia, em especial, Porto de Sauípe, o foco de estudos.

Com base nos argumentos teóricos dos capítulos anteriores, o Capítulo III foi redigido com o propósito de resgatar a história da formação socioeconômica do Litoral Norte, tempo em que foi analisado como esse espaço foi sendo alvo de especulações imobiliárias, políticas públicas de turismo e implantação de uma lógica turística, genuinamente capitalista, a exemplo da abertura e pavimentação da BA-099, que se tornou o vetor de “desenvolvimento” da região e que, nem sempre, se preocupou com as comunidades tradicionais que lá moravam, ainda que o Estado

tenha tomado algumas medidas de contenção, a exemplo da criação da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte – APA LN.

O Capítulo IV, por sua vez, começa a tratar das questões específicas do estudo. É nesse momento em que foi discutido como a lógica turística, encarada como “moderna”, começa a fazer parte da vida “tradicional” dos artesãos de Porto de Sauípe. Assim, foram analisadas as relações entre Porto de Sauípe e o Complexo Turístico Costa do Sauípe e vice-versa, seus respectivos impactos socioambientais e culturais, bem como a busca de alternativas de minimização.

Finalmente, é no Capítulo V que foi apresentado o exemplo da Associação de Artesãos de Porto de Sauípe – APSA. Assim, foi nesse capítulo que ficou explicado como se dá o processo produtivo de confecção do artesanato local, desde a coleta, passando pelo cozimento, tintura, desfiamento da palha, até o trançado e a costura. Nesse sentido, buscou-se encontrar respostas para o questionamento inicial, tempo em que foram descobertas as motivações e impactos do associativismo na vida desses artesãos que fizeram da APSA.

À guisa de conclusão são nas Considerações Finais foram elucidadas as respostas dos questionamentos de pesquisa, relatados o percurso de construção dessa dissertação, e realizadas reflexões sobre o turismo e o desenvolvimento sustentável, apresentando a APSA como um exemplo a ser seguido, porquanto, todo exemplo, enquanto não educa, no mínimo, motiva.

Por fim, o leitor dessa dissertação é convidado a ser mais um agente de transformação da realidade social, tempo em que é feito um apelo para que se tomem medidas urgentes e radicais para que a ética do lucro, que age em detrimento da vida e a favor de um desmesurado descuido do ser humano consigo mesmo, com o outro, assim como com o meio em que vive, não se propague tanto. Afinal, o maior aprendizado durante a caminhada dessa pesquisa não foi o estudo sobre pessoas,

mas, sobretudo, um aprendizado com essas pessoas sobre o seu modo de se relacionar com as novas atividades implantadas na região.

CAPÍTULO I

Turismo: um fenômeno social que ocupa espaço

A razão de ser do turismo, a busca do exótico, do diferente, nada mais é que a busca do homem por conhecer a si mesmo.
Dias, 2003

O turismo tem sido representado pelos teóricos sociais, econômicos e do espaço como uma indústria que movimenta muitos recursos humanos e financeiros, mas que se apresenta de forma imaterial, ou seja, como uma “indústria sem chaminés e invisível”, porquanto a sua presença só se confirma pelos efeitos que causa em seu *locus* de atuação, ou melhor, através do espaço que ocupa e modifica.

As análises sobre o fenômeno turístico são mais frequentes nos estudos econômicos e sociais. Entretanto, é objetivo desse capítulo apresentar uma interface entre duas visões teóricas: a sociológica e a geográfica, ambas tratando sobre a dinâmica do turismo, a discussão e apresentação de seus conceitos, bem como seus fatores de expansão ao longo dos últimos séculos até a contemporaneidade.

Afinal, o turismo desperta interesse por sua característica multidimensional, ou seja, ao mesmo tempo em que causa impactos socioambientais nos espaços que

ocupa, ele também altera a percepção de realidade e enriquece a cultura dos turistas, bem como dos residentes das comunidades receptoras, na medida em que agrega conhecimento às pessoas que o praticam e tendem a proporcionar um fortalecimento da identidade das comunidades.

A relevância do estudo do fenômeno turístico enquanto tema de interesse acadêmico se dá pelo fato da sua magnitude em face dos outros setores da economia mundial. Segundo a Organização Mundial do Turismo – OMT⁴, de 1950 a 2000, os deslocamentos internacionais de turistas passaram de 25 para 699 milhões por ano, representando uma taxa de crescimento de aproximadamente 5% ao ano. Esses índices retratam apenas o turismo internacional e evidenciam que se forem acrescentados os deslocamentos nacionais eles aumentariam significativamente, ou seja, o turismo cresceu tão rapidamente que superou as expectativas e previsões mais otimistas.

Assim, é inegável que o turismo é um setor da economia que cresce a índices muito elevados, haja vista as projeções da OMT para em 2010, na qual consiste em uma estimativa de mais de 1 bilhão de turistas em deslocamentos internacionais. De tal modo, o turismo atingiu a categoria de principal atividade econômica do mundo, superando, inclusive, setores tradicionais, como por exemplo, a indústria automobilística, a eletrônica e a petrolífera. Nesse sentido as dimensões de alcance do turismo são cada vez mais difíceis de serem estimadas e/ou calculadas, por isso se faz mister um tratamento acadêmico sistematizado sobre um fenômeno multidimensional como o turístico.

Para cumprir esse propósito, esse capítulo tratará o turismo sob a ótica da dimensão acadêmica, trazendo, para tanto, discussões e pontos de vista de diferentes autores nacionais e internacionais que procuram demonstrar que o turismo é um

⁴ Maiores informações vejam em Organização Mundial do Turismo. Disponível em <<http://www.world-tourism.org>>. Acesso em 5. maio 2004.

fenômeno social que, substancialmente, ocupa espaço. Afinal, já afirmou Milton Santos que a geografia deve se preocupar mais com a “formação” do que com a “forma”, pois a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. Portanto, o espaço é, por si mesmo, social.

1.1 O conceito de espaço

Para compreender a importância do uso do conceito de espaço, nos estudos sobre turismo é fundamental considerar as definições e discussões que giram em torno do mesmo.

No âmbito das ciências sociais o conceito de espaço, inicialmente, era tratado como fixo, não-dialético, estático e, portanto, não passível de discussões mais profundas, ao passo que o conceito de tempo cobria todas as lacunas estáticas e imóveis do espaço.

Todavia, o debate acadêmico começa a perceber que as categorias “espaço e tempo” não podem ser analisadas como elementos antagônicos, mas amplamente complementares, como num processo de auto-inclusão. Ou seja, não se pode discutir o espaço isolado do tempo e vice-versa, porquanto essas duas categorias são criações da dinâmica social que perpassa sob todos os domínios da vida humana. Afinal, segundo Harvey (Apud VARGAS, 2004, p. 2)

o conceito de espaço opera na reprodução social, só que cada formação social constrói concepções subjetivas do mesmo, dependendo de suas necessidades, propósitos materiais e de reprodução social, e organiza as práticas materiais segundo essas concepções.

Essas considerações permitem afirmar que o conceito de espaço é um elemento de referência para o entendimento do tecido social, uma vez que as representações espaciais e temporais fazem parte do mundo cotidiano das práticas sociais, na medida em que são instrumentos de regulação das mesmas. Ou melhor, o

espaço é socialmente produzido pelas relações sociais. Isso significa que o espaço, bem como o tempo, são construções enraizadas na materialidade do mundo e são o resultado das distintas percepções de como as pessoas enxergam, constroem e vivem o mundo material.

Quando se remete à geografia, verifica-se que o conceito mais utilizado de espaço, refere-se a uma categoria geográfica que vem sendo largamente utilizada pela ciência geográfica para determinar o seu objeto de estudo e que pode ser compreendido como uma determinada porção da superfície terrestre ocupada pelo homem constituída por montanhas, vales, rios, solo, clima e pelo homem enquanto presença modificadora e organizadora deste espaço (MORAES, 1983). Entretanto, a própria Geografia vem repensando esse conceito e buscando uma melhor expressão da ampla realidade que é o espaço social.

O termo “espaço social” foi utilizado pela primeira vez, em 1910 pelo sociólogo francês Meunier, contrapondo-o ao conceito de espaço físico. Pattison (1990), comenta que Harvey (1973), conceituou filosoficamente espaço considerando-o em três categorias: *espaço absoluto*, como sendo “uma coisa em si” independente da existência da matéria; *espaço relativo* entendido como uma relação entre os objetos e existindo apenas porque existem os objetos e estes se relacionam; e por fim o *espaço relacional*, considerado como o espaço contido nos objetos.

Santos (1978, p. 53), por sua vez, vai conceituar o espaço enquanto “conjunto de formas representativas de relações espaciais do passado e do presente [...] uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de diferentes processos”. Esse mesmo autor considera que a geografia ao definir seu conceito de espaço interessou-se mais pela forma dos objetos, que pela sua formação, portanto, seu domínio não era o das dinâmicas sociais que criam e transformam os objetos, mas o dos objetos já cristalizados.

A distinção frequentemente feita entre o espaço abstrato ou econômico e o espaço concreto ou geográfico – sendo este o espaço de todos – não permite que todos os elementos que entram na definição de um dado ponto no espaço sejam claramente captados, evitando a identificação da hierarquia de forças que atuam sobre ele (SANTOS, 1979).

No passado, entendia-se que bastava dividir-se um determinado território e medir os fenômenos que ocorriam ali ou ainda empregavam-se formulações teóricas que não passavam de adaptações de conceitos provindos das Ciências Exatas. Todavia, hoje o que se procura compreender é a própria gênese do espaço e, conseqüentemente, a interligação e interdependência dos fenômenos de ordem social com os de ordem natural.

Assim, é crescente o número de referenciais teóricos que tratam e usam a categoria espaço dentro de uma abordagem não puramente geográfica, mas que consideram o seu conceito totalizador, como uma estrutura dinâmica e flexível, na medida em que o homem, através da sua cultura, determina a relação com o meio, moldando-o a depender das circunstâncias em que este se encontra. Ou seja, o espaço é resultante de interações geográficas, biológicas, culturais e sociais que lhe conferem uma história em cada ponto observado no tempo.

Para referendar esse argumento Santos (Id. Ibid, p. 76) confirma que “o consumo do espaço se dá através de um conjunto de serviços, que dá suporte à atividade do turismo, ou seja, [...] o fenômeno do turismo e as alterações por ele provocadas [funcionam] como uma apropriação capitalista do espaço”. Nesse sentido, será discutido no próximo tópico sobre o espaço do turismo.

1.2 A materialização do espaço do turismo

Segundo Cruz (2003, p. 5) “o turismo é a única prática social que consome elementarmente espaço”. Por esse motivo, o espaço turístico começou a ganhar destaque no cenário acadêmico, singularmente no âmbito da geografia econômica, pelo seu reconhecimento enquanto atividade econômica, a qual fora negligenciada por teóricos econômicos nas últimas décadas (MELLO E SILVA, 1999).

Assim, a partir da década de 1950 e de influências norte-americanas a “geografia do turismo” começa ganhar respaldo científico por meio das contribuições de G. Chabot, o qual deu início a uma vasta publicação de trabalhos na França versando sobre essa temática, ainda que, inicialmente, com os olhares voltados para a discussão da temática recreação, haja vista a França ser um país de notável atração turística (RODRIGUES, 1998).

Após a década de 1960 a “geografia do turismo” consolida-se e passa ser representada por inúmeros trabalhos de campo, teses de doutoramento, livros e artigos científicos produzidos por intelectuais de expressão acadêmica significativamente importantes e provenientes de diferentes correntes teóricas – a exemplo de neopositivistas, marxistas e humanistas –, e configurando uma vertente teórica da geografia de caráter multidisciplinar e pluriparadigmática (*Id. Ibid.*).

A publicação da tese de doutoramento intitulada *Os lugares centrais no sul da Alemanha* de autoria de Walter Christaller (1889-1969), um teórico clássico da geografia humana, contribuiu igualmente para os estudos da geografia do turismo no século XX, além de ter proporcionado a introdução de um tema que se legitimou como um ramo específico da Geografia.

A *Teoria dos Lugares Centrais* demonstrou uma convergência com a “geografia do turismo” e colaborou com a fixação de um padrão de análise dos trabalhos acadêmicos publicados até a contemporaneidade.

A proposta de Christaller foi realizar uma abordagem analítica de caráter teórico-empírica acerca dos lugares centrais compreendidos como as localidades “que exercem funções urbanas de abastecimento de produtos e de prestação de serviços centrais para suas áreas de influência, dotadas de variáveis extensões e importâncias (EUFRÁSIO, 2001, p. 287)”, segundo a composição e estruturação hierarquizada dessas funções nas localidades que as sediam.

Todavia, a real contribuição de Christaller para o estudo da geografia do turismo se dá com a publicação do artigo intitulado *Contribuições para uma geografia do comércio turístico* (1955) no qual ele vai consolidar uma “teoria da periferia das localidades turísticas” que complementaria a “teoria dos lugares centrais”, uma nova ótica sobre as localidades que saem do foco central para o periférico. Segundo pesquisadores da área, Christaller não teve a intenção de integrar as duas teorias. Mas, uma reinterpretação dos elementos utilizados na “teoria dos lugares centrais” confirmou a interface entre elas.

A *Teoria da Periferia das Localidades Turísticas* traz argumentos que afirmam que o turismo é a única atividade econômica que se relaciona diretamente ao espaço periférico da área de ocupação humana, ou seja, o turismo é associado a um comércio de repouso, recreio e férias, cujos fatores locais são

[...] atrações do clima e paisagem, possibilidades para a prática de esportes, fontes com qualidades terapêuticas, tesouros artísticos e antiguidades, perspectivas históricas e culturais, especialidades econômicas e peculiaridades (CHRISTALLER Apud MELLO E SILVA, 1999, p. 124).

Portanto, pode-se concluir que esses locais não estão nas áreas centrais, mas situam-se tipicamente em locais periféricos, para os quais o meio ambiente é um dos principais fatores de atração turística. Segundo Christaller (Apud EUFRÁSIO, 2001, p. 291)

[...] as áreas agrícolas são evitadas o mais das vezes pelos turistas, em virtude da natureza de suas atividades econômicas e à sua densidade populacional [...] [mas em determinados períodos] as vias de transporte não mais se

detêm ao chegarem à periferia, mas nela penetram; em certas estações do ano os lugares periféricos se tornam o destino de grandes volumes de pessoas e mercadorias, tornando-se pontos centrais sazonais.

Christaller (Apud MELLO E SILVA, 1999) dá prosseguimento ao seu trabalho apresentando os marcos históricos do turismo, os quais ele dividiu, didaticamente, em cinco períodos, a partir de 1790 aos dias atuais, respeitando-se a limitação temporal de sua obra que data de 1955.

Assim, após uma análise do fenômeno turístico através do seu desenvolvimento histórico, Christaller vai concluir que o turismo é atraído para a periferia das áreas de ocupação humana centrais e concentrações industriais na medida em que os turistas, enquanto agentes consumidores de um produto turístico, buscam locais exteriores e diferentes da realidade urbana na qual habitam.

Nessa perspectiva, Christaller vai caracterizar a procura por lugares afastados da realidade urbana dos turistas como um processo de incorporação desses espaços às localidades centrais exploradas pelo comércio turístico.

Dessa forma, “o padrão de desenvolvimento das atividades turísticas na periferia é o de uma busca contínua de novas áreas e se dá em ondas sucessivas” (EUFRÁSIO, 2001, p. 292). Isso significa que o comércio turístico se dá através de um processo sucessivo de promoção do local turístico, ou seja, num processo de busca contínua de novas áreas para a exploração turística. Desse ponto de vista, é válido dizer ainda, que o que ocorre é um processo de aceitação dos consumidores dos produtos turísticos de locais que “entram e saem da moda”, como se um local que tivesse forte atração turística em um determinado período não o fosse em outro subsequente.

Sobre esse argumento, as posições teóricas de Christaller (1955), e mais recentemente de Knafou (1999) e Cruz (2003), afirmam que os lugares, atrativos e

paisagens turísticas são inventados culturalmente, e, também não é possível deixar de destacar, por interesses mercadológicos.

Cabe explicitar que, ainda que se viva em um mundo movido por uma globalização econômica e tendenciosa à padronização e massificação de gostos e atitudes, é ascendente a procura por um turismo diferente dos estereótipos vendidos nas agências de turismo.

Assim, como não existe uma cultura universal, mas diferentes culturas que compõem a herança social das sociedades, os espaços e atrativos turísticos também não são unanimemente compactuados por todos e os turistas começam a buscar, cada vez mais, novos espaços para explorar e/ou conhecer.

Tudo aquilo que uma sociedade é ou aparenta ser pode ser considerado ou não como atrativo turístico. Assim, o que é atrativo para uma determinada parcela de turistas pode não o ser para outra. E nesse sentido, Cruz (*Ibid.*) exemplifica que tem se verificado na atualidade uma crescente procura pela pobreza enquanto atrativo turístico, ou ainda, a pobreza enquanto um atrativo turístico exótico como, por exemplo, a visitação de uma favela.

As favelas atraem esse segmento de turistas pela sua arquitetura, pelas formas impressas na paisagem no processo de construção do espaço e pelo cotidiano da pobreza que são aspectos pouco conhecidos de uma parcela significativa da população mundial que pode se dar ao luxo de destinar seus recursos financeiros para viagens turísticas.

Em alguns casos esse mesmo fator – pobreza – funciona como fator de repulsa para o turismo. Para alguns turistas, a pobreza é simplesmente “feia” e perigosa. Por isso, em alguns casos, os turistas preferem se confinar em *resorts*, ainda que os espaços externos sejam pobres e miseráveis. O lugar turístico, neste caso, suprime a possibilidade do turista se relacionar com a população residente no local.

Segundo outros autores (BUTLER, 1980; COHEN, 1972; DOXEY, 1972 citados por DIAS, 2003a) a essa dinâmica do atrativo de vida turística, ou mesmo do produto turístico, se dá o nome de “ciclo do produto turístico⁵”, que perpassa por um processo de exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e declínio. Assim, cada estágio pode se associar a um tipo de impacto específico, como, por exemplo, econômico, ambiental, cultural entre outros.

Nessa perspectiva, o destino turístico é um produto que concentra todos os elementos do turismo: as atrações, a infra-estrutura, a população etc., e é através da união desses elementos que consolida a atividade turística, pois esse é um tipo de produto que tem que ser consumido no local, ou melhor, só se “leva para casa” as recordações que o produto ofereceu.

De qualquer forma, o que esses autores querem evidenciar é que existem ciclos de criação de lugares turísticos que dependem do fator temporal. Christaller (Apud EUFRÁSIO, 2001, p. 292) dá o seguinte exemplo para que seja possível compreender melhor esses ciclos de criação dos lugares turísticos:

[...] a busca contínua de novas áreas se dá em ondas sucessivas: os pioneiros são os artistas, pintores, por exemplo, que buscam lugares intocados para pintar; aos poucos se desenvolve uma colônia de artistas; em seguida chegam poetas e depois pessoas ligadas ao cinema, *gourmets* e a *jeunesse dorée*; o lugar entra na moda elegante e as cabanas e chalés antigos se tornam pensões, até que os empresários tragam hotéis. Enquanto isso os pintores fogem para outra área periférica e ficam apenas os que querem vender quadros para turistas por conta do bom nome desse propagandeado recanto de pintores, para onde cada vez mais vêm pessoas da cidade. Os *gourmets* e todos os que procuram real recreação se afastam e quando as agências de turismo trazem grupos de excursionistas, o público educado se afasta também, ao mesmo tempo em que em outros lugares o mesmo ciclo se repete.

Nesse sentido, Christaller (Apud *Id. Ibid.*, p. 294) vai afirmar que o turista gosta de ver é o que existe de “mais novo”, assim, cada vez mais, novas regiões

⁵ O conceito de “ciclo do produto turístico” sugere que as áreas de destino mudam com o tempo e progridem por etapas desde a sua introdução até o declínio. Para explorar mais sobre o assunto leia-se SOARES (2003) que realizou uma interessante pesquisa retratando os ciclos do produto turístico na Bahia tomando como exemplo o caso da ilha de Itaparica, BA.

(periféricas que em seguida se tornam centrais) são exploradas pelo turismo. E para cumprir esse objetivo os jornalistas da área turística buscam continuamente regiões inexploradas caracterizadas por “novas ilhas”, “novas praias”, enfim, “novas solidões”. As agências de viagens, por sua vez, se encarregam de procurar “novos empreendimentos hoteleiros”, “novas formas de lazer”, enfim, novas formas de satisfazer um desejo de “novas experiências” de um número cada vez maior de turistas.

Christaller (Apud *Op. Cit.*, p. 294) afirma ainda que o turismo gera desenvolvimento para o espaço que começa a ocupar, ou seja, “o turismo proporciona às regiões economicamente subdesenvolvidas uma chance de se desenvolverem”. É paradoxal retratar essa passagem de Christaller, tempo em que serão analisados os impactos socioambientais do turismo em comunidades locais.

Contudo, é válido ressaltar que essa não foi a única teoria dentro do corpo teórico da Geografia Humana que aborda temas relacionados ao turismo. Mas, é uma teoria que tem se apresentado como a mais resistente às variações conceituais do ramo e às avaliações críticas de pesquisadores. Cabe dizer, ainda, que sua obra sofreu um certo grau de “deformação”, por conta das adaptações tendenciosas de diferentes traduções que foram se disseminando pelo mundo acadêmico e que é preciso que sejam considerados os fatores temporais que limitam a própria análise de uma seminal teoria locacional.

Assim, serão tratados no próximo tópico, os conceitos e reflexões realizados acerca do turismo que o constituíram como um verdadeiro e significativo fenômeno econômico das últimas décadas do século XX.

1.3 Turismo: conceito e reflexões

Multidimensionalidade. Eis uma característica bastante peculiar ao turismo. Esse fenômeno congrega o antigo e o moderno, o simples e o complexo, o plural e o singular, enfim, se resume numa atividade dinâmica e heterogênea que envolve uma multiplicidade de símbolos e significações.

No decorrer do desenvolvimento dessa pesquisa pode ser constatado que não existe uma teoria geral do turismo, porquanto essa área perpassa por muitos domínios e áreas específicas, como, por exemplo, a geografia, a sociologia, a economia, a antropologia, ou seja, diferentes pesquisadores já lançaram críticas e olhares sobre esse fenômeno que gradativamente ocupa mais “espaço” na pauta de discussões dos trabalhos acadêmicos nacionais e internacionais.

Um exemplo dessa disseminação de discussões sobre o turismo se deu no Encontro da Associação Internacional de Sociologia (International Sociological Association – ISA), uma das mais prestigiosas e respeitadas organizações de estudos e pesquisas na área sociológica do mundo atual, a qual incluiu uma seção autônoma de sociologia do turismo no XII Congresso Mundial de Sociologia, realizado em Madri – Espanha em 1990.

Essa seção temática foi a pedra fundamental para a “materialização” da sociologia do turismo enquanto objeto de pesquisas de acadêmicos de diferentes centros de pesquisa do mundo. Nessa perspectiva de trabalho 40 pesquisadores apresentaram suas pesquisas científicas acerca da sociologia do turismo num grupo temático intitulado “Turismo no mundo: unidade e diversidade” no evento de 1990. Quatro anos depois, durante o XIII Congresso Mundial realizado em Bielefeld-Alemanha as discussões sobre turismo ganharam maiores proporções e consolidaram um Grupo de Trabalho permanente no evento que envolveu 80 cientistas sociais em

13 sessões temáticas que versavam sobre o tema “Turismo Internacional deslocando fronteiras”⁶.

No Brasil as discussões teóricas sobre o turismo são poucas e recentes, contudo, isso não significa que sejam incipientes. Pelo contrário, as publicações sobre essa temática são cada vez mais específicas e bem fundamentadas teoricamente.

Garrido (2002) afirma que há dois aspectos que precisam ficar esclarecidos antes da tentativa de conceituação do turismo. O primeiro se refere à sua própria situação na escala de divisão dos setores da economia. Sob essa ótica, o turismo é, inicialmente, alocado no setor terciário e representado por uma rede de serviços. Entretanto, ele possui uma composição múltipla que o faz se misturar com outros setores da economia, como por exemplo, o primário e o secundário, e daí a real dificuldade e complexidade de medir os seus índices e impactos (positivos e/ou negativos).

O segundo aspecto que necessita ser ressaltado é a dificuldade de se estabelecer uma separação conceitual com outras atividades diretamente relacionadas a ela. Em alguns casos, são até confundidas e associadas. Um exemplo desse problema é a confusão do turismo como sinônimo de atividades de lazer e recreação. Afinal, um conceito se relaciona tão intimamente com o outro que praticamente impossibilita a separação, ainda que seja necessária.

Entretanto, ainda que com essa diversidade conceitual, os estudos sobre turismo englobam quatro pilares fundamentais de discussão e análise: a) o turista; b) a relação entre os turistas e a comunidade local receptiva; c) a estrutura e o funcionamento do sistema turístico; e d) as consequências do turismo (COHEN, Apud DIAS, 2003a, p. 18).

⁶ Para maiores detalhes veja-se Apostolopoulos (2002) e Dias (2003a).

Assim, esses são os pilares que serão trabalhados no decorrer dessa dissertação. De modo *lato*, os estudos sobre turismo buscam sistematizar a dinâmica das relações sociais e da interação entre indivíduos e grupos no contexto de uma nova indústria – invisível e sem chaminés – intitulada “indústria turística”⁷.

A definição do conceito de turismo é ambígua e só pode ser estabelecida a partir da compreensão de três aspectos que caracterizam a atividade: a) o deslocamento de pessoas, b) a temporalidade, e c) as necessidades do indivíduo fora do seu local de residência.

A ambiguidade do conceito se dá pelo fato do turismo ser um elemento de difícil mensuração. Mathieson e Wall (Apud GARRIDO 2002, p. 38), por sua vez, estabelecem que o turismo apresenta algumas singularidades que o distingue de outras atividades. São elas:

- a) é um ‘bem invisível’ de exportação, porque gera um expressivo fluxo de ingresso de divisas, mas não existe um produto a ser embarcado de um local para outro; é, geralmente, consumido no local onde é produzido;
- b) os destinos turísticos requerem bens e serviços auxiliares, criando-se oportunidades para a geração de negócios diretos, indiretos e induzidos;
- c) é um produto fragmentado e, ao mesmo tempo, capaz de integrar-se ou afetar diretamente outros setores da economia, e;
- d) é uma atividade altamente instável, sujeita a fortes variações sazonais, a influências externas imprevisíveis, a natureza heterogênea das motivações e expectativas dos turistas.

Assim, é possível salientar que o turismo pode ser analisado e estudado sob diferentes pontos de vista com a finalidade de lapidar os conhecimentos já construídos compatibilizando-os com futuros estudos na montagem de cenários que possam favorecer ao planejamento e desenvolvimento de sociedades de pequena ou larga escala demográfica. Segundo Dias (2003a, p. 20), os estudos sobre o turismo podem ser norteados a partir das seguintes temáticas:

⁷ Há divergências entre a utilização do termo “indústria turística”. Alguns autores acreditam que não existe uma indústria do turismo porquanto não há uma transformação do produto final, mas sim a oferta de uma rede de serviços, e por isso preferem utilizar a terminologia “empresa turística”. Adotamos o primeiro termo, pois já há um certo consenso entre os teóricos nacionais e internacionais acerca do assunto.

a) a natureza da interação entre visitantes e visitados; b) o papel social desempenhado pelo turismo nas modernas sociedades; c) o real impacto social e cultural causado nas comunidades receptoras; d) o papel do turismo nas comunidades de origem; e) as implicações do turismo no desenvolvimento de uma comunidade; f) a inter-relação do turismo com a economia, particularmente sua relação com emprego; g) as implicações do turismo com o meio ambiente natural.

Para respaldar sua argumentação, Dias (2003a) cita Montejano (1999) no tocante à referência do turismo enquanto um simples processo de transporte de turistas. Montejano (1999) afirma que o turismo não pode ser encarado como uma corrente de pessoas ou uma expedição de viagem, mas substancial e fundamentalmente como um grupo de indivíduos que estabelecem entre si relações interpessoais e intrapessoais com um objetivo, em alguns casos, comum.

Segundo Montejano (Apud DIAS, 2003a, p. 21) “quem interpreta o turismo como um problema de transporte, o confunde com o trânsito de turistas. O turismo começa ali onde o trânsito termina, no porto do turismo, no lugar de hospedagem”.

Os primeiros registros sobre o conceito de turismo datam de 1910, época em que o autor Hermann Von Schullern, em seu livro *Turismo e economia nacional* definiu o conceito como sendo “a soma das operações, principalmente de natureza econômica, que estão diretamente relacionadas com a entrada, permanência e deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região” (WAHAB, Apud DIAS, 2003a, p. 28).

Em uma publicação mais recente o autor Oscar De la Torre (1994) citado por Dias (2003a) e por Garrido (2002), aborda a definição de turismo de uma forma mais abrangente, como é compreendida pela maioria dos teóricos contemporâneos. De la Torre (Apud DIAS, 2003a) considera que o turismo não pode ser analisado somente sob o ponto de vista de viagens, mas deve englobar um conjunto de elementos que são diretamente relacionados à atividade, como, por exemplo, os serviços de

transporte, alimentação, profissionais envolvidos (guias, agentes de viagens etc.), núcleos de recreação, entre outros. Em suas palavras:

O turismo não é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, se deslocam de seu lugar de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas relações de importância social, econômica e cultural (DE LA TORRE Apud DIAS, 200a3, p. 29).

Complementando os argumentos de De la Torre (1994), a definição elaborada por Wahab (1991) trata o turismo como uma atividade englobando aspectos psicológicos e sociais. Segundo este autor o turismo pode ser compreendido como

[...] uma atividade humana intencional que serve como meio de comunicação e como elo da interação entre povos, tanto dentro de um mesmo país como fora dos limites geográficos do país. Envolve o deslocamento temporário de pessoas para outra região, país ou continente, visando à satisfação de necessidades outras que não o exercício de uma função remunerada. Para o país receptor, o turismo é uma indústria cujos produtos são consumidos no local formando exportações invisíveis. Os benefícios originários deste fenômeno podem ser verificados na vida econômica, política, cultural e psicossociológica da comunidade (WAHAB, 1991, p. 26).

Qualquer que seja a definição discutida pelos teóricos a análise sempre envolverá aspectos humanos, afinal o turismo cumpre um importante papel socializador na medida em que realiza um intercâmbio de culturas, incentivando a relativização de posturas xenófobas, e inclinando os indivíduos à adoção de novas posturas culturais e sociais, compreendendo que existem culturas diferentes sem uma escala hierárquica de superioridade ou inferioridade. Nesse sentido, as distâncias étnicas, culturais e sociais são cada vez mais reduzidas permitindo aos indivíduos a troca de conhecimentos comuns entre culturas diferentes.

Ainda que existam inúmeros conceitos acerca do turismo, a visão de Dias (2003a, p. 31) é interessante, porquanto ele afirma que o turismo

cumprir o papel de humanizar o relacionamento global dos indivíduos que habitam o planeta, à medida que se intensificam as interações sociais e descobrem-se costumes e hábitos que até então eram estranhos e que como contato passaram, gradativamente, a ser apenas diferentes, fazendo parte desse enorme complexo contingente humano que domina o mundo conhecido. Portanto, a razão de ser do turismo, a busca do exótico, do diferente, nada mais é que a busca do homem por conhecer a si mesmo.

Segundo Ruschmann (2002) o turismo não é um fenômeno recente e assim como Wahab (1991) trata o conceito de uma forma que engloba aspectos subjetivos e aborda o turismo como mais “nova necessidade” individual, promovida por um desgaste emocional causado nos grandes centros urbanos.

Ruschmann (*Ibid.*) considera o turismo como um fenômeno de re-equilíbrio emocional e ressalva que na atualidade o turismo tem se configurado como uma necessidade individual que não é mais circunscrita a um número de pessoas abastadas e privilegiadas que podem investir em bem-estar individual e qualidade de vida traduzidos em momentos de recreação e lazer. Ainda que o fenômeno turístico não seja um movimento recente a autora afirma que a sua novidade

[...] reside na sua extensão, na multiplicidade de viagens e no lugar que ocupa na vida das pessoas. Atualmente, não é mais a expressão das necessidades individuais, e sim daquelas coletivas, nascidas dos novos modos de vida da nossa sociedade tecnicista e urbana. Tampouco é um movimento exclusivo das classes privilegiadas, como predominou nas décadas passadas. Trata-se de um movimento ‘sem classes’, que, graças à política dos ‘pacotes turísticos’, proporciona a possibilidade de viajar a quase todas as pessoas dos países industrializados, tornando-se, cada vez mais, uma reivindicação e um direito do homem civilizado (RUSCHMANN, 2002, p. 73).

Foram utilizadas, até o momento, idéias e posições críticas de diferentes autores que discutem o turismo sob o viés acadêmico. Entretanto, se faz necessário acrescentar o conceito utilizado pela OMT citado por Sancho (2001 Apud DIAS, 2003a, p. 11) que afirma:

[...] o turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócio ou outras.

É importante destacar esse conceito. Afinal, ele serve como guia e parâmetro para a realização de cálculos estatísticos de atividades relacionadas com o turismo. Nessa abordagem, o turismo é entendido como um conjunto de elementos inter-relacionados e que envolve a demanda, a oferta, o espaço geográfico e os operadores/agências de viagem.

1.4 Turista: um agente social

A compreensão do conceito de turismo perpassa pelo entendimento da abrangência do fenômeno em torno da figura do turista. Dias (*Id. Ibid.*) aborda que para que não se corra risco de elaboração de uma definição simplista e reducionista, cabe levar em consideração alguns fatores sinalizados por ele antes da elaboração de algum conceito. São eles:

a) os turistas, enquanto agentes principais da atividade turística e sem o qual ela não ocorre; b) os residentes, que constituem a população receptora que habita o local de destino; c) as interações que ocorrem resultantes dos turistas e que visam atender a sua demanda (e muitas vezes provocá-la); d) as interações que ocorrem na comunidade receptora, resultado da atividade turística; e) o conjunto de fenômenos gerados do ponto de vista nacional e internacional (DIAS, 2003a, p. 28).

Mas segundo Baptista (1997 Apud *Id. Ibid.*, p. 35)

Não é fácil definir o turista, pois trata-se [sic] da atuação de um indivíduo em viagem cuja decisão foi tomada com base em percepções, interpretações, motivações, restrições e incentivos e representa manifestações, atitudes e atividades, tudo relacionado com fatores psicológicos, educacionais, culturais, étnicos, econômicos, sociais e políticos, viagem essa que envolve uma multiplicidade de agentes institucionais e empresariais desde que o viajante parte até que volta, situação que, por isso, também se estende ao próprio turismo como setor de atividade que, sendo fundamentalmente econômica, tem igualmente significados, implicações, relações e incidências sociais, culturais e ambientais.

Atualmente, há diversas definições de turistas. Inicialmente, a palavra turista era usada para designar as pessoas que viajavam por prazer ou para acúmulo de conhecimentos, excluindo todos os outros motivos de viagem.

Muitos são os motivos de viagem. Dentre alguns podem ser sinalizados os seguintes: a) culturais ou educacionais, b) saúde, c) desejo de mudança, d) compras, e) hedonismo, f) descanso, g) prática de esportes etc..

Os turistas são os principais autores do fenômeno turístico. Entretanto, são um conjunto de pessoas que possuem suas identidades próprias e portanto, se caracterizam como grupos heterogêneos. Há diferentes modos de classificá-los, como

por exemplo, pela natureza da viagem – doméstica ou internacional, pelo motivo da viagem – lazer, assuntos profissionais, religiosos etc., pelo tipo de turismo que irá praticar – ecoturismo, sol e praia, rural etc., e/ou pelo tipo de acomodação que ele irá escolher – hotéis, resorts etc..

Para a OMT, citado por Dias (*Id. Ibid.*, p. 32) é turista a pessoa que “[...] se desloca a um lugar diferente de sua moradia habitual por uma duração inferior a doze meses, e cuja finalidade principal da viagem não é de exercer uma atividade que se remunere no lugar visitado”. Assim, são considerados turistas as pessoas que permanecem, pelo menos, uma noite em um alojamento coletivo ou privado fora do seu local de origem. Ou ainda, aquelas que visitam um local por um período inferior a um dia. Nessa última colocação englobam-se os visitantes de um dia ou excursionistas.

As viagens turísticas são realizadas em função de uma necessidade psicológica e/ou social dos indivíduos que determinam sua intenção e/ou ato de viajar. Segundo Max Weber (2001), os seres humanos agem e interagem constantemente orientando suas ações sociais com o uso da racionalidade, afetividade ou pelo simples fato de dar seqüência às suas tradições culturais.

Aplicando-se os estudos de Weber (*Id. Ibid.*) sobre a ação social dos indivíduos à lógica turística, pode-se afirmar que os turistas, enquanto agentes da dinâmica social, agem seguindo quatro classificações estabelecidas por ele.

A primeira classificação diz respeito à *ação racional com relação afins* que é determinada pela intencionalidade por parte do agente, ou seja, há uma previsão, um cálculo, um planejamento prévio por parte do indivíduo antes de agir estabelecendo os meios adequados para se atingir o fim planejado.

Nessas condições, o turista, escolhe e planeja sua viagem levando em consideração os aspectos que melhor lhe convém, como por exemplo, a escolha das

acomodações, da operadora de turismo de sua preferência, dos meios de transporte para ter acesso ao local que quer visitar, do período que deseja permanecer no local, entre outros elementos.

A ação *racional com relação a valores* corresponde ao segundo tipo de classificação das ações sociais, segundo Weber. Nessas condições o indivíduo age de acordo com os valores que estão intrínsecos ao resultado final de sua ação levando em consideração a opinião ou valores sociais embutidos pelo seu grupo social. Como por exemplo, ao *status* e prestígio que poderá ser alcançado se ele agir de determinada forma.

O comportamento do turista quando escolhe seu destino turístico, em alguns casos, pode ser retratado dessa forma. Se o destino “X” está na moda é essa escolha que o turista vai fazer, afinal as pessoas de status social semelhantes escolhem o mesmo destino, ainda que não seja uma das melhores opções. Por exemplo, a visita ao parque de diversões da *Disney* é condição *sine qua non* para a inserção e “aceitação” de adolescentes em um determinado grupo social.

O terceiro tipo de classificação de ação social delimitada por Weber diz respeito à *ação afetiva*. Como o próprio nome diz, as ações dos indivíduos são orientadas pela afetividade e estados emocionais, dissociada, portanto, de qualquer tipo de uso da razão. A escolha do destino turístico por parte de um indivíduo levado por uma ação afetiva se dá nos casos de lua-de-mel, pelos atrativos simbólicos ligados ao romantismo do local, como no caso de Paris.

A *ação tradicional*, por sua vez, é o quarto e último tipo de classificação de Weber. Seguindo essa perspectiva, os indivíduos agem seguindo a herança dos costumes e tradições socioculturais intrínsecos aos seus grupos sociais. Nessa modalidade o comportamento do turista se dá pela escolha do destino turístico seguindo as tradições da sua cultura. Como por exemplo, é costume dos brasileiros

viajar internamente para locais litorâneos nas férias do final do ano, e para lugares frios no meio do ano.

Toda a classificação explicitada por Weber só é estabelecida para fins didáticos. Assim, é evidente que as ações dos turistas podem ser orientadas por mais de um tipo de ação social. O que é importante ressaltar é que as ações sociais dos indivíduos, e por consequência, dos turistas, são componentes universais da vida social e, portanto, fundamental para a organização e análise da dinâmica humana.

A partir da discussão travada até o momento pode ser considerado que o conceito de turismo perpassa pelo seguinte significado: indivíduos (turistas) em constante interação social.

Todavia, não se assumirá uma posição unilateral acerca do turismo tratando-o como um fenômeno que só promova bem-estar social, mas sim, como um fenômeno que, ainda que possa promover bem-estar para alguns segmentos da sociedade, é o principal agente causador de inúmeros impactos socioambientais.

Cabe ressaltar que, na dinâmica das sociedades, existem aspectos positivos e aspectos que necessitam ser aperfeiçoados. Por isso, será discutida a relação turismo e impactos socioambientais, aplicados ao objeto de estudo, no momento específico, cabendo nessa etapa do trabalho uma análise e reflexão do significado do turismo para a sociedade contemporânea.

Assim, será tratado no próximo tópico como se deu o desenvolvimento do turismo no decorrer da história da humanidade até ele ser configurado como um fenômeno de relevada importância econômica na contemporaneidade.

1.5 Processo histórico do desenvolvimento turístico

Com já foi afirmado anteriormente, o turismo não é um fenômeno contemporâneo. Seus primeiros registros datam do início da história da humanidade, especialmente a partir do século VIII a.C., tempo em que as pessoas deslocavam-se para as cidades da Grécia Antiga, as quais ofertavam diferentes atrativos turísticos, como por exemplo, a promoção de eventos esportivos, atividades culturais e solenidades festivas. Evidentemente, essas viagens não representavam a mesma importância socioeconômica que se verifica no turismo contemporâneo (SEABRA In: CUNHA & GUERRA, 2003).

Pode-se atribuir, também, aos romanos o pioneirismo da popularização do turismo como atividade com fins de prazer e lazer. A partir da construção de estradas no período compreendido entre os séculos II a.C. e II d.C., a atividade turística entre os romanos foi facilitada e, por consequência, disseminada (*Ibid.*).

A influência renascentista nos séculos XVI e XVII auxiliou na ampliação das viagens turísticas. Nesse período, as viagens se justificavam pela busca das pessoas em conhecer novas culturas, e assim, pesquisadores, artistas, artesãos viajaram pela Europa à procura de desenvolvimento intelectual. Com isso, a realidade urbana das cidades européias, especialmente a Itália, começou a se adaptar estruturalmente com a ampliação das vias de acesso e criação de estradas (*Ibid.*).

A Revolução Industrial do século XVIII deu uma nova face ao turismo: o turismo como alternativa de lazer. A emergência de uma classe média e a configuração de um novo conceito de tempo de trabalho fez com que as pessoas tivessem mais tempo ocioso e dinheiro suficiente para o prazer, sem que isso significasse ausência do caráter educativo como aconteceu nos séculos predecessores, porquanto o conhecimento de outras culturas significava acúmulo de poder. Segundo Seabra (*Ibid.*, p. 156):

Essa fase do turismo, denominada de Neoclássica, tem preocupações humanistas, caráter mais educativo e fortes interesses culturais. As viagens, nesse período, constituem um importante espaço pedagógico, onde o viajante usufrui dos usos e costumes dos locais, assim como da política, religião e arte. Nessa sociedade marcada pelo advento do capitalismo e por novas formas de relações de produção, o conhecimento das artes e das letras passou a ser importante para o exercício do poder.

Ainda nesse período constata-se os primeiros registros de viagens ligadas à natureza, ainda que não existam muitas informações sobre as viagens realizadas. Essa fase do turismo é denominada Romântica e vai se prolongar por todo o século XIX sendo marcada pela aproximação do turista com o meio natural e comunidades tradicionais receptoras. Vale destacar o papel que a natureza passa a assumir, ou seja, ela começa a ser um forte atrativo turístico, enfim, torna-se o objetivo principal dos viajantes (BARRETO, 1997, SEABRA In: CUNHA & GUERRA, 2003, RUSCHMANN, 2001).

É também no final do século XIX que os primeiros impactos ambientais começam se fazer evidentes. Afinal, as viagens turísticas coletivas, os pacotes de viagens, guias turísticos e o aumento da rede hoteleira deram uma imagem comercial ao turismo. Inicia-se assim, o florescimento de um turismo de massa e, por consequência, o princípio de indicativos de degradação dos recursos naturais, porquanto as cidades receptoras tiveram que aperfeiçoar sua infra-estrutura para compatibilizar com a demanda de turistas que aumentava gradativamente.

Entretanto, foi a partir da Segunda Guerra Mundial que a atividade turística começou a ganhar a dimensão econômica compreendida na contemporaneidade. A partir do século XX a atividade turística apresentou um vertiginoso crescimento transformando-se num fenômeno global de importância para além do econômico e chegando a influenciar as esferas política e cultural.

Foi após a década de 1930, com o advento da grande depressão econômica que assolou o mundo, que se começou a perceber a importância do turismo como uma

atividade econômica que tinha substancial significado, porquanto “havia uma necessidade urgente nos países europeus de estimular os ganhos provenientes da moeda estrangeira, quando a maior parte das principais indústrias estava passando por um período bastante difícil” (LICKORISH; JENKINS *apud* HOLANDA & VIEIRA, 2003).

Nesse período a atividade turística vivia um problema de consolidação da sua imagem enquanto atividade econômica rentável, estável e sólida, porquanto não era reconhecido como “um fator legítimo de desenvolvimento econômico”. Para alguns, não era considerado uma atividade econômica legitimamente ligada ao governo, e, portanto, não tinha necessidade de recebimento de verbas governamentais. Assim sendo, esforços foram empreendidos para legitimar o turismo como setor básico de uma economia de serviços (DAVIDSON *apud* Ibid.), afinal, como afirma Garrido (2002) “turismo é serviço” e, portanto, necessita ser expandido.

Após a II Guerra Mundial vários fatores contribuíram para a expansão do turismo como atividade econômica, e por esse motivo, vários autores lançaram-se a sistematizá-los no intuito de compreender como se deu a rápida ascensão do turismo enquanto atividade econômica. Após análises de diferentes autores (DIAS, 2003a, 2003b; GARRIDO, 2002; RODRIGUES, 1996, 1998, 1999, 2002a, 2002b; TRIGO, 1996; SEABRA In: CUNHA & GUERRA, 2003) podem ser registrados alguns fatores que se constituíram como elementos contributivos para a disseminação do turismo:

- a) crescimento econômico dos países capitalistas;
- b) período de relativa paz entre os países;
- c) modernização e facilidade aos meios de transporte;
- d) diminuição da qualidade de vida urbana;
- e) investimento em infra-estrutura hoteleira e de transportes;
- f) emergência de operadoras de turismo e agentes de viagens;

- g) incentivo ao consumismo;
- h) férias remuneradas à classe trabalhadora;
- i) aumento do contingente feminino no mercado de trabalho;
- j) tendências a novos ciclos de produtos turísticos; entre outros.

Cabe ressaltar ainda, que no seio de todos os fatores supra citados poderiam ser incluídos dois elementos defendidos por alguns autores (DE MASI, 2000; RUSCHMANN, 2001): a) o aumento do tempo ocioso e b) a liberalização do trânsito alfandegário de pessoas entre os países capitalistas. O primeiro elemento é bastante discutível, porquanto o tempo livre que é presenciado na contemporaneidade reflete o desemprego, principalmente quando aplicado à realidade socioeconômica brasileira; e, por isso, torna-se incompatível com a presença de recursos financeiros para viagens turísticas.

Já o segundo elemento, poderia ser aceito como verídico até a propagação de um “medo globalizado” acarretado pela frequência de atentados terroristas de grandes dimensões que se fizeram presentes em todas as partes do mundo, especialmente após os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos e que dificultaram o livre trânsito entre os países capitalistas.

Resgatando a discussão sobre o desenvolvimento do turismo, pode-se afirmar que a II Guerra Mundial foi um marco na história do desenvolvimento do turismo no mundo; especialmente porque após esse período, mais especificamente, a partir da década de 1950, o turismo, que antes era restrito às camadas sociais mais abastadas, começou a tomar uma nova tendência. Ou seja, o turismo começou a moldurar uma nova faceta que impulsionou um movimento de inclusão de um maior número de pessoas nos roteiros turísticos. Assim, esse movimento foi denominado de “turismo de massa”, no qual o objetivo principal era um turismo de sol e praia.

Essa postura influenciou o surgimento de diferentes atividades complementares e de apoio aos tradicionais setores da economia turística (hotéis, restaurantes, e meios de transporte), como, por exemplo, uma rede de produção em série de *souvenirs*, a emergência de setores especializados em equipamentos e utensílios direcionados para o mercado hoteleiro, a criação de pacotes turísticos que aumentaram o acesso de um maior número de pessoas pelas facilitadas condições de pagamento e, principalmente, a uma rede de propagandas apelativas divulgadas por todos os meios de comunicação que não tinham o menor cuidado em conhecer, previamente, as condições sociais, culturais e ambientais da região em oferta.

A atividade turística de massa passou, assim, a representar a principal fonte de renda para alguns países, os quais tinham essa atividade como a propulsora da economia local e, atingiu nas décadas de 1970 e 1980 o seu apogeu.

Todavia, a disseminação socioespacial do turismo de massa passou, também, a se fazer evidente pelos altos impactos negativos que causou sobre o meio ambiente e que se proliferaram entre as sociedades receptoras devido ao grande fluxo e número de pessoas que movimentou (e ainda movimenta) pelo mundo.

Segundo Ruschmann (2001, p. 110) o turismo de massa é “caracterizado pelo grande volume de pessoas que viajam em grupos ou individualmente para os mesmos lugares, geralmente nas mesmas épocas do ano” e vem se confirmando como o tipo de turismo que mais causa degradação aos espaços naturais. Nas palavras da autora (Ibid., p. 111):

O excesso de turistas conduz ao superdimensionamento dos equipamentos destinados a alojamento, alimentação, transporte e entretenimento, que impreterivelmente ocupam grandes espaços, agredindo paisagens e destruindo ecossistemas. Além disso, a falta de ‘cultura turística’ dos visitantes faz com que se comportem de forma alienada em relação ao meio que visitam – acreditam que não têm nenhuma responsabilidade na preservação da natureza e na originalidade das destinações. Entendem que seu tempo livre é sagrado, que têm direito ao uso daquilo pelo qual pagaram e que, além disso, permanecem pouco tempo – tempo insuficiente, no seu entender, para agredir o meio natural.

E, Seabra (Apud DIAS, 2003a, p. 20) reforça esse argumento afirmando:

Os veranistas, contagiados pelo clima descontraído de férias, provocam a alta dos preços dos aluguéis, mercadorias e serviços. Além disso, aumentam a poluição sonora, provocam mudanças nos hábitos culturais dos nativos e, por fim, abandonam o lixo nas areias das praias, nos bancos de corais, em terrenos baldios e às margens das estradas e rodovias.

Assim, os impactos socioambientais decorrentes de práticas turísticas inconscientes e inconsequentes se fazem presentes pela ausência de planejamento e pela rápida expansão da atividade.

O conceito de impacto ambiental adotado para análise está referendado pela Resolução nº 001 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA publicado em 23 de Janeiro de 1986 que o define como:

[...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I. a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II. as atividades sociais e econômicas; III. a biota; IV. as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V. a qualidade dos recursos ambientais (BRASIL, 1986).

Segundo Cruz (2003, p. 30) a análise dos impactos do turismo sobre ambientes naturais pode ser considerada através de três perspectivas:

1. não há atividade humana que não interfira nos ambientes, de alguma forma. É impossível o homem viver sobre este planeta sem transformá-lo.
2. nem todo impacto sobre os ambientes naturais é, *a priori*, negativo. Se está sendo tratado, por exemplo, de áreas naturais degradadas (por outras práticas humanas) das quais o turismo se apropria, promovendo sua recuperação e assegurando sua proteção, a partir daí, está se falando, nesse caso, de um impacto positivo do turismo sobre o ambiente natural.
3. apesar de diversos autores ressaltarem os efeitos negativos do turismo sobre ambientes naturais, é preciso reconhecer que a degradação dos ambientes, de modo geral, não interessa ao turismo porque este tem o espaço como principal objeto de consumo. A degradação de ambientes

naturais ou urbanos provocada pelo turismo contraria a lógica de reprodução da atividade. Nesses casos, a um erro estratégico de planejamento subjacente ao processo de apropriação dos lugares pela atividade ou, simplesmente, o planejamento jamais existiu.

Ainda assim, dentre muitos impactos de caráter negativo, que são registrados, pode-se citar o crescimento desordenado das cidades, a falta de tratamento de resíduos sólidos e líquidos, o aumento da quantidade e/ou ampliação dos portos e marinas em áreas litorâneas, de estação de esportes para neve, e, sem quantificar os impactos sociais, psicológicos, culturais, ambientais e econômicos, que são gerados em pequenas comunidades que são obrigadas a se adaptar às novas formas da atividade econômica, como é o caso da comunidade de artesãos de Porto de Sauípe, o objeto de estudo dessa pesquisa.

A partir desse ponto de vista ecoaram-se vozes em prol da defesa do meio ambiente impulsionadas por um movimento de apologia a uma nova cultura mais consciente das limitações dos recursos naturais e em resposta aos impactos, citados anteriormente, que começaram a se estender em níveis alarmantes pelo mundo.

Desse modo, em paralelo ao movimento de turismo de massa eclodiram também novas perspectivas de turismo alternativo como mecanismo de oposição a uma cultura consumista e predatória da biodiversidade terrestre.

Assim, a partir da década de 1970 iniciou-se um círculo de discussões entre os pesquisadores sobre a poluição que o turismo causou decorrente do uso irracional dos recursos naturais e propostas de roteiros ecoturísticas ganharam, cada vez mais, espaço nas agências de viagens e no *marketing* turístico que se espalhava pelo mundo.

Segundo Seabra (In: CUNHA & GUERRA, 2003, p. 158) “o ecoturismo corresponde, atualmente, a cerca de 10 a 20% de todo o crescimento do turismo no

mundo”. Isso significa que, de fato, é ascendente uma consciência ecológica que busca fazer um turismo que não agrida o meio ambiente natural, tampouco o social.

Entretanto, um turismo mais “limpo” implica também na “elitização” da atividade, pois, por exemplo, um hotel “ecologicamente correto” tende a destinar maior quantidade de áreas verdes (leia-se áreas não construídas) e buscar atender, ao máximo, às exigências de um segmento social que prima pela sustentabilidade, preservação da biodiversidade e redução de impactos ambientais, ou seja, a busca da preservação de espaços de “primeira natureza”, quase que intocados, mas, em alguns casos, com o conforto de hotéis convencionais.

Assim, reconhecendo a importância de uma discussão mais aprofundada sobre a relação turismo x homem x natureza, será aprofundado o debate sobre os conceitos de sustentabilidade ambiental, estendendo-se para a emergência de um novo paradigma conceitual: turismo sustentável; porquanto, já é fato evidente a necessidade de se repensar as posturas dos diferentes agentes sociais em face dos impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais que vêm se disseminando pelo mundo, no caso específico, provocados pela atividade turística.

CAPÍTULO II

Por uma discussão sobre sustentabilidade e turismo

*Nós não herdamos a Terra dos nossos antepassados,
mas a tomamos emprestada de nossos filhos.*
Murphy, 1995.

No capítulo anterior o conceito de “espaço do turismo” foi tomado como eixo temático para discussões com o intuito de estabelecer uma linha de compreensão espaço-temporal para o desenvolvimento da atividade turística.

Esse capítulo, por sua vez, busca apresentar que a tendência das atividades turísticas aponta para a noção, e também, necessidade, de se aplicar um novo modo de se fazer turismo, independente do número de pessoas envolvidas, e que se traduz na expressão “turismo sustentável”.

Como o próprio nome diz, o conceito de turismo sustentável perpassa pela concepção do conceito de desenvolvimento sustentável, os quais são interdependentes e intrinsecamente relacionados. Ou seja, a compreensão do primeiro está subordinada à do segundo.

Por esse motivo, cabe esclarecer que será exposto, inicialmente, considerações e reflexões sobre o entendimento do conceito de desenvolvimento sustentável, para, em seguida, analisar o de turismo sustentável, com o objetivo de apresentar que os dois conceitos estão embasados em três eixos fundamentais: ser economicamente viável, ecologicamente suportável e justo, do ponto de vista ético e social. Afinal, não é objetivo esgotar toda a discussão que engloba conceitos dinâmicos e complexos como sustentabilidade e atividade turística, mas sim, buscar subsídios para compreender o fenômeno turístico no Litoral Norte da Bahia, em especial, em Porto Sauípe, foco de estudos.

2.1 Uma análise sobre o conceito de desenvolvimento sustentável

As atuais e crescentes questões da degradação ambiental caracterizadas pelo aumento da poluição do ar, das águas, dos solos e das cidades, cada vez mais, abrangentes e inquietantes pelos iminentes riscos contra a vida, constituem desafiantes obstáculos ambientais, inicialmente em nível local, estendendo-se depois para escalas mais abrangentes regionais ou mesmo planetária.

Nesse sentido, a relação sociedade x natureza vem estando presente na tônica de discussões de diferentes ramos do conhecimento científico, porquanto, segundo Leff (2002, p. 17) o meio ambiente “sempre ultrapassa os âmbitos epistemológicos que tentam nomeá-lo, circunscrevê-lo, codificá-lo e administrá-lo dentro dos cânones da racionalidade científica e econômica da modernidade”.

Assim, a desarmonia entre as relações homem x natureza caminham *pari passu* com o próprio processo de uso e ocupação do solo que se apresentava de forma

desorganizada e desequilibrada, em diversas partes do mundo, no Brasil, e também, na Bahia desde séculos passados até a contemporaneidade.

Durante o século XX, verificou-se que a humanidade tem se empenhado em buscar alternativas para amenizar um processo degradatório que parece ser “inevitável”, e que consiste na tendência dos recursos naturais entrarem em colapso, caso não sejam tomadas medidas urgentes e radicais com a finalidade de minimizar, conter ou extinguir esse processo de crescimento econômico, incompatível com a manutenção da qualidade de vida da população.

Muitos estudos, pesquisas e discussões foram travados na tentativa de resgatar a essência da questão ambiental em face das relações sociedade x natureza que estavam centradas na concepção de que o crescimento econômico não tinha limites e que o desenvolvimento significava dominar o homem e a natureza. Afinal, a dialética homem x natureza está na base do processo de desenvolvimento das sociedades humanas desde os primórdios da humanidade.

No âmbito da geografia, os debates sobre o ambiente natural sempre se fizeram presentes. Na geografia clássica da chamada Escola Alemã, por exemplo, a natureza era enxergada como um meio mecânico, no qual predominava um pensamento de caráter determinista, em que o meio natural era colocado como condição ou até mesmo obstáculo para o desenvolvimento de uma determinada sociedade. Todavia com Vidal de La Blache as relações homem x natureza deveriam ser vistas de forma mais harmônica, onde a história teria um papel fundamental na explicação do processo de produção do espaço.

Com a emergência da geografia crítica, durante a década de 1960, o caráter degradatório provocado pela intensificação do processo de industrialização foi

estudado por diferentes pesquisadores e encarado como uma questão que merecia maior atenção.

Segundo Boullón (2002, p. 115)

Com o crescimento da população mundial e o incremento do poder tecnológico da sociedade moderna, cada vez com maior frequência o homem intervém para adaptar o espaço natural à satisfação de suas necessidades. Na atualidade essa intervenção é massiva, principalmente nas terras férteis e zonas de mata, que modificaram quase que totalmente seu aspecto original, como muitas áreas de bosques subtropicais que se transformaram em desertos de difícil recuperação, o que implica a destruição de um sistema natural que por si mesmo teria continuado existindo.

Nesse contexto, ascenderam-se movimentos ambientalistas levados por uma crescente manifestação de observações que procuravam analisar as relações do homem com o meio ambiente em face dos processos de urbanização e seus respectivos impactos negativos. Segundo Castells (Apud BERNARDES & FERREIRA In: CUNHA & GUERRA, 2003, p. 27) pode-se entender como ambientalismo

as formas de comportamento que, tanto em seus discursos, como em sua prática, visam corrigir formas destrutivas de relacionamento entre o homem e seu ambiente natural, contrariando a lógica estrutural e institucional atualmente predominante.

A preocupação com a questão ambiental entrou na pauta de discussões da população mundial a partir da II Guerra Mundial tempo em que começou-se a sentir os impactos da tecnologia, através do seu poder de destruição do ambiente natural e construído, desencadeando, assim, a emergência do debate sobre sustentabilidade ambiental. Afinal, é de vital relevância que seja possível atender as necessidades presentes sem comprometer as necessidades das gerações que advir-se-ão. E, para respaldar esse argumento Serres (Apud SACHS, 2002, p. 49) afirma que o “contrato social no qual se baseia a governabilidade de nossa sociedade deve ser complementado por um contrato natural”.

Na perspectiva social se concretizam ações de cunho responsáveis e refletidas sobre a questão ambiental, haja vista a emergência de secretarias, ministérios, partidos políticos, agências, literatura especializada, além de debates nacionais e

internacionais – tanto no meio acadêmico, quanto na mídia – que estão ecoando para todos os cantos do mundo a vitalidade e necessidade da preservação ambiental.

Até mesmo as organizações empresariais estão incorporando à temática, como, por exemplo, através da ISO 14000⁸ e dos “selos verdes”, pois verificaram que uma “preocupação ambiental” é referência para suas estratégias mercadológicas e otimiza a lucratividade. Afinal, Castells (Apud BERNARDES & FERREIRA In: CUNHA & GUERRA, 2003, p. 27) já havia afirmado que as grandes empresas passariam a incluir a questão do ambientalismo em suas agendas.

Swarbrooke (2000a, p. 10) respalda esse argumento afirmando que as empresas estão procurando tornar suas atividades mais sustentáveis mediante: (a) medidas de redução de poluição e refugo, (b) iniciativas de conservação de energia, (c) uso de materiais recicláveis, e (d) procedimentos aperfeiçoados de recrutamento e treinamento. Isso significa inferir que as empresas estão tentando dizer que elas podem ser parte das “soluções” ao invés de causadoras de “problemas”.

Seguindo esta perspectiva, Lima (1998) afirma que há dois argumentos a considerar sobre a emergência e disseminação de idéias ambientalmente sustentáveis. O primeiro é a versão *positiva* do desdobramento da temática, pois proporciona maior debate e mergulha na teia social informações socioambientais, que influenciam comportamentos e conscientiza a população mundial para a temática. Por outro lado, o segundo argumento está pautado na *banalização* das informações, favorecendo o modismo e situações de aproveitamento da opinião pública que é sensibilizada para a necessidade de se repensar a questão ambiental.

⁸ As normas ISO fazem parte da *International Standardization Organization* (Organização Internacional de Padronização). Elas são certificados de âmbito internacional e visam manter o mais alto padrão de qualidade dos produtos e serviços que certificam. As normas ISO 14000 são certificados ecológicos definidos e regulamentados pelo TC-207. Elas estão diretamente relacionadas ao compromisso das empresas e indústrias com o seu sistema de gestão ambiental. Assim, toda empresa ou indústria que possui a ISO 14000 demonstra eficiência de seu desempenho ambiental.

Desta forma, com as várias tendências e movimentos ambientalistas consolidados, tem-se a configuração da preocupante situação da civilização. A partir deles a humanidade toma conhecimento dos níveis crescentes de degradação ambiental nos quais está mergulhada, fazendo emergir políticas e discussões de âmbito internacional voltadas para o estabelecimento de mecanismos capazes de equacionarem ou minimizarem o problema socioambiental.

Nesse sentido foi visto que, em nível mundial, a humanidade tem se empenhado em desnudar a realidade e buscar alternativas para todo o processo degradatório do meio ambiente, haja vista, a Conferência Mundial do Meio Ambiente, realizada em Estocolmo no ano de 1972; o relatório do Clube de Roma intitulado “Os Limites do Crescimento”, em 1972; o relatório “Nosso Futuro Comum”, da Comissão Brundtland das Nações Unidas, em 1987; e, a Agenda 21⁹, da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Meio Ambiente, no Rio de Janeiro (Rio-92), em 1992; e, mais recentemente, em 2002, a Rio+10, sediada em Joanesburgo.

Coadunando com o movimento mundial em prol de um mundo ambientalmente equilibrado, o Brasil, por sua vez, incorporou à Constituição de 1988, considerada como uma moderna legislação ambiental, o artigo 225 o qual diz que

todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Todos esses eventos promovidos e amplamente discutidos em nome da gestão socioambiental e do desenvolvimento sustentável levam a concluir, e não é um exagero afirmar, que se continua a discutir essa questão como se ela não passasse de

⁹ Vale dizer que a implementação das Agendas 21 locais devem buscar aplicar o conceito de Cidades Sustentáveis que incorpora à agenda da Rio-92 a Agenda Habitat, discutida na conferência Habitat II, realizada em Istambul em 1996. Focando para o objeto de estudo dessa pesquisa é importante citar também a IV Conferência Mundial da Mulher, realizada na cidade de Pequim em 1995, e que procurava eliminar toda e qualquer discriminação contra a mulher.

uma temática efêmera e passageira dissociada de sérias implicações para a própria sobrevivência humana. Já é provadamente verdadeiro o argumento de que a capacidade de mobilização mundial se justifica pela amplitude do problema em questão.

Isso significa que, ainda que todos esses eventos possuam uma ampla habilidade de mobilização ideológica, na prática, continua-se sem saber lidar com a complexidade dos desafios criados por séculos de desigualdades sociais inerentes a todos os países, bem como a lutar em busca de alternativas democráticas e participativas que possam englobar a totalidade de países do mundo num movimento de ascensão e inclusão dos países predecessores, em prol de melhor qualidade de vida humana e ambiental.

Evidentemente, cabe ressaltar que não há uma fórmula milagrosa que possa resolver todas as mazelas que assolam a problemática socioambiental, porquanto a solução não perpassa por simples cálculos matemáticos, mas, sobretudo, por transformações radicais, e não mudanças passageiras, na conduta dos indivíduos que retiram o seu sustento do meio ambiente, desarmonizando-o. Enfim, se faz mister uma nova ética de desenvolvimento, que perpassa pela educação da subjetividade humana, ou seja, por uma questão de consciência.

Segundo Guimarães (1997, p. 14, grifos do autor)

A situação de precariedade em que se encontram os sistemas naturais que sustentam a vida no planeta, [...] permitiu constatar que a crise “ambiental” é, a um só tempo, generalizada e global. Suas causas e implicações revelam dimensões políticas, econômicas, institucionais, sociais e culturais, e seus efeitos transcendem as fronteiras nacionais. Suas manifestações projetam-se, por um lado, no âmbito *ecológico*, através do empobrecimento progressivo do patrimônio natural do planeta, e ambiental, pelo declínio da capacidade de recuperação dos ecossistemas, mas revelam também o caráter ecopolítico da crise (isto é, político-institucional), diretamente relacionado com os sistemas institucionais e de poder que regulam a propriedade, distribuição e uso dos recursos naturais. A necessidade de trânsito a um estilo de desenvolvimento sustentável implica, por último, uma mudança cultural do próprio modelo de civilização, particularmente no que se refere ao padrão de articulação sociedade-natureza.

Eis a importância de não só discutir-se, mas fazer, da práxis coletiva, um exemplo de condutas ambientalmente responsáveis, uma vez que, a humanidade está sedenta e desejosa por um mundo que consiga contemplar todos os domínios do que se discute por “desenvolvimento sustentável” e resgatar a idéia de que a economia serve, também, para estudar alternativas em prol do bem-estar humano, porquanto, infelizmente, a economia, nos tempos atuais, converteu-se num fim em si mesma, “numa ciência em que tudo aquilo para o qual não se pode estabelecer um preço, carece de valor” (*Id. Ibid.*, p. 18).

Mas, em face de todo esse movimento mundial em prol de uma “vida melhor”, o que significa, afinal, o conceito de *desenvolvimento sustentável* tão propalado nos dois hemisférios do mundo?

Tanto se fala em desenvolvimento sustentável que se chega a pensar que toda a literatura sobre o mesmo já esgotou, não sendo necessário, por sua vez uma discussão sobre a temática. Todavia, não é por demais desnecessário salientar que esse conceito consolidou-se a partir das profundas reflexões expressas no relatório Nosso Futuro Comum, o qual partiu do pressuposto da possibilidade e real necessidade de se compatibilizar crescimento econômico e preservação ambiental, de forma que o “desenvolvimento de hoje” possa garantir a “sobrevivência de amanhã”. Ou seja, aquele desenvolvimento que atende às necessidades atuais sem comprometer às próximas gerações o atendimento às suas necessidades.

Cabe dizer que o discurso do relatório Nosso Futuro Comum é inédito, na medida em que ele não se restringiu ao tratamento exclusivo de questões ambientais. Ele foi além. Esse relatório objetivou abranger todos os domínios dos estilos de desenvolvimento sobre a dinâmica social, de forma multifocal.

Ou seja, além da perspectiva ambiental, ele preocupou-se com as dimensões que envolvem a política, a ética, a sociedade e a cultura num movimento de direcionamento de alternativas que possam equilibrar todas as dimensões da vida humana, numa combinação de desenvolvimento e justiça social. Em linhas gerais, o cerne de sua preocupação foi para além das chaminés que expellem fumaças; mas, sobretudo, para sociedades que ainda tentam encontrar alternativas para combater a miséria absoluta e epidemias que parecem insolucionáveis.

Assim, a noção de sustentabilidade emerge como um paradigma do desenvolvimento, o qual, segundo Maurice Strong, secretário da Conferência de Estocolmo em 1972, foi designado à época com o título de “ecodesenvolvimento” e amplamente divulgado pelos livros de Ignacy Sachs.

Na definição dada por Sachs (1993, p. 57), o *ecodesenvolvimento* significa o "desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por objetivo responder à problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio".

Didaticamente pode-se dividir o conceito de desenvolvimento sustentável em cinco grandes dimensões que são, por si mesmas, complementares. A saber:

1. *social*: no intuito de se reduzir e/ou equilibrar as imensas desigualdades sociais que assolam o planeta de modo geral, ou seja, considerando um espectro de variáveis materiais inerentes à sobrevivência humana.
2. *econômica*: na busca de se alocar uma gestão mais eficiente dos recursos econômicos através de um fluxo eficiente de investimentos públicos e privados.
3. *ecológica*: que compreende a intensificação do uso do ecossistema compatível com a mínima, ou nenhuma (se possível), deterioração,

possibilitando que a natureza tenha tempo suficiente para equilibrar seus ciclos temporais. Implica também na preservação dos seus recursos energéticos e naturais.

4. *espacial*: abrange a tentativa de controle da expansão urbana de forma desordenada no intuito de equilibrar a relação urbano-rural. Além de conciliar a concentração geográfica de populações, atividades industriais e poder.
5. *cultural*: inclui a busca de se respeitar as identidades culturais de cada local, num momento de expansão de um processo de globalização econômico-cultural (SACHS, 2002; GUIMARÃES In: BECKER & MIRANDA, 1997; LEFF, 2002)).

Cabe ressaltar, entretanto, que os conceitos de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável parecem, num primeiro momento, sinônimos; e, em algumas situações é entendido dessa forma. Todavia, vale salientar que há uma singela diferença entre eles. O primeiro foca o atendimento das necessidades básicas da população, através da implantação de tecnologias apropriadas a cada ambiente, num processo que parte do mais simples para o mais complexo. O segundo, por sua vez, apresenta a ênfase e a urgente necessidade de se estabelecerem políticas ambientais, e exalta a responsabilidade com gerações futuras, bem como com os problemas globais de natureza social, econômica, ambiental, cultural e espacial.

Já é sabido que, em todas as áreas do conhecimento, a tentativa de se elaborar conceitos sólidos sobre novos paradigmas não é fácil tarefa, e, portanto, quem se lança ao desafio está susceptível de incorrer em situações de não entendimento do conceito em questão.

Alguns ambientalistas indicam, inclusive, que esse conceito foi tomado como a “bandeira” para a perpetuação de um capitalismo “light”¹⁰, ou seja, um capitalismo que continuará a se expandir explorando o homem e a natureza, contudo de uma forma branda. Afinal, “o sistema capitalista não atende a necessidades e sim a demandas, isto é, às necessidades daqueles que têm poder aquisitivo para poder ser atendidos pelo mercado” (HERCULANO, 1992, p. 25).

Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento sustentável não foge à regra da ambiguidade de conotações e interpretações. Inicialmente ele surgiu com a pretensão de salvar a fauna e a flora do primeiro mundo, como um “manifesto pela sobrevivência: sobrevivência do planeta, de bichos e plantas ameaçadas de extinção (*Id. Ibid.* p. 26)”, ao passo que no terceiro mundo, assumiu, pela necessidade eminente, a forma de “defesa da sobrevivência social dos desvalidos; [...] contra o poderio bélico e tecnológico do primeiro mundo, o terceiro se defende sobraçando a questão ética (moral, dizia Nietzsche, é aquilo que os fracos constroem para dominarem e deterem os fortes) (*Id. Ibid., et. seq.*)”.

Segundo Dias (2003b, p. 48) pode-se entender e/ou alcançar as propostas do conceito de desenvolvimento sustentável de quatro formas:

1. através da implantação de tecnologias limpas, ou seja, menos poluentes e que degradem, de forma reduzida, o meio ambiente; e manejando, de forma mais racional, os recursos naturais;
2. através da aplicação de um projeto macro-social e, sobretudo, político que englobe não só a melhoria de índices econômicos, mas a erradicação da pobreza de escala mundial melhorando a qualidade de

¹⁰ O termo em inglês é utilizado para ratificar, o quanto essa ideologia é marcada por profundos interesses econômicos e ideologia de origem norte-americana, haja vista os Estados Unidos serem o país que mais polui no mundo e que procuram minimizar a sua imagem poluidora com uma política ambiental extremamente frágil, sob o ponto de vista dos seus efeitos.

vida da humanidade, bem como a satisfação das necessidades *in totum* do planeta de forma que a humanidade e o meio ambiente convivam de forma equilibrada e harmoniosa;

3. bastando compatibilizar o crescimento econômico do capitalismo com o meio ambiente, de forma contínua, e com a manutenção das mesmas relações sociedade-natureza que se caracterizam, basicamente, por exploração, contudo, de modo mais ameno.
4. transformando, e não simplesmente mudando, a racionalidade ambiental que permeia a consciência social da humanidade, através da adoção de condutas socioambientalmente corretas, ou seja, condutas que possam assegurar bem-estar material (nível de vida) com bem-estar espiritual (qualidade de vida).

A partir das considerações tecidas por Dias (2003b) fica evidente que o conceito de desenvolvimento sustentável dá margem a interpretações dúbias e, não raro, desarmonizam a necessidade de se equilibrar os três pilares principais que sustentam o conceito: crescimento econômico, preservação ambiental e justiça social.

Contudo, isso não quer dizer que esse seja um conceito que deve cair no esquecimento, tampouco na banalização. Mas, sobretudo, um conceito que clama por sair da teoria e entrar em prática, independente do setor econômico a que esteja vinculado. E esse, é o caso do turismo, uma atividade eminentemente capitalista, que, inclusive, prevê o lucro e não possui fronteiras, mas que vem se conscientizando de que a sustentabilidade não é mais uma opção disponível, mas sobretudo, uma imposição necessária.

2.2 Reflexões sobre "turismo sustentável"

Até o reconhecimento de que posturas ambientalmente sustentáveis são necessárias para, no mínimo, a manutenção da humanidade, o meio ambiente foi fortemente degradado, sofrendo impactos de diferentes origens. Nessa perspectiva, assim como diferentes setores econômicos causaram impactos de caráter ambiental, o turismo não fugiu a essa regra, pois ele, também, não se preocupou com os recursos naturais, os quais consistem num dos principais meios de subsistência da atividade.

Por muito tempo, o turismo foi entendido como uma atividade econômica não poluente como as atividades do setor primário e secundário. Muitas vezes, essa atividade foi chamada de “indústria sem chaminés”, pela crença de que era uma atividade econômica de forte representatividade e que não causava danos ambientais.

Todavia, com o crescimento da consciência dos impactos ambientais que a atividade causava, e que depois, estendeu-se para os impactos sociais essa visão “limpa” acerca do turismo foi superada, e o reconhecimento dos seus impactos foram cada vez mais evidentes. Assim, começou-se a pensar em propostas que pudessem fazer do turismo uma atividade “sustentável”, vindo depois a ser consolidado um termo específico para a atividade: turismo sustentável.

Como o próprio nome diz, o discurso em torno do conceito de turismo sustentável é influenciado pelo conceito de desenvolvimento sustentável, o qual foi abordado anteriormente. E, assim como esse, o conceito de turismo sustentável apresenta múltiplas perspectivas e um largo histórico para consolidação e aceitação de suas propostas, afinal, ele ganhou destaque no cenário acadêmico nos últimos anos e estimulou a realização de inúmeras conferências de âmbito nacional e internacional, as quais produziram documentos explicativos sobre a gestão de um turismo, efetivamente, sustentável.

2.2.1 O percurso do debate em torno do “turismo sustentável”

O início do debate sobre os impactos ambientais do turismo no meio físico e nas comunidades tradicionais data da década de 1970¹¹. Entretanto, é a partir da publicação do relatório *Nosso Futuro Comum*, da Comissão Brundtland das Nações Unidas, em 1987, que a expressão “turismo sustentável” é amplamente divulgada. Cabe dizer que, antes da popularização desse termo, outras terminologias já eram usadas, como, por exemplo, “turismo verde” evidenciando que já existia uma preocupação com os impactos socioambientais do turismo.

A Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial, em 1980, e a Declaração sobre Turismo e Meio Ambiente, de 1982, ambas publicações da OMT, são exemplos desse tipo de preocupação predecessora. Nos dois casos verifica-se que há a certeza de que é possível de se compatibilizar o desenvolvimento das atividades turísticas com uma gestão saudável dos recursos naturais, bem como com os interesses sociais e econômicos das sociedades receptoras de turistas.

Ambas as declarações são de substancial importância para a contribuição da tomada de consciência para os problemas de natureza socioambiental provenientes da atividade turística. Contudo, cabe salientar a importância da primeira, porquanto ela foi divulgada antes da publicação do relatório *Nosso Futuro Comum* (1987). Segundo essa declaração (Apud DIAS & AGUIAR, 2002, p. 58)

[...] a satisfação das necessidades turísticas não deve constituir uma ameaça para os interesses sociais e econômicos das populações das regiões turísticas, para o meio ambiente, especialmente para os recursos naturais, atração essencial do turismo, nem para os lugares históricos e culturais.

¹¹ Uma importante publicação desse período citada por Dias (2003b, p. 54) é a tese de doutoramento, apresentada em 1974, de autoria do belga e, na época, comissário nacional de turismo, Arthur Haulot intitulada *Tourisme et environnement* que defendia a teoria de que o meio ambiente é um conjunto de elementos do meio humano, histórico e cultural, físico e moral, geográfico e técnico, susceptíveis de afetar o desenvolvimento do turismo ou de serem afetados por ele.

A Declaração sobre Turismo e Meio Ambiente, de 1982, expressava que a atividade turística assumia uma postura interdependente com o meio ambiente e tinha como fim o bem-estar do indivíduo que gozava de seu tempo livre de férias. Assim, segundo essa declaração, a única forma aceitável de turismo seria aquela que se preocupasse com a gestão dos recursos naturais, ou seja, aquela que buscasse proteger e reduzir os impactos ambientais, sociais e econômicos das populações locais.

Em 1985 são publicados a Carta do Turismo e o Código do Turista, durante a VI Assembléia Geral da OMT na cidade de Sófia, Bulgária. Nesses documentos, fica evidente a relação do turismo com o meio ambiente, no momento em que afirma que o meio ambiente, além de ser um patrimônio da humanidade, é um meio turístico por si mesmo, e, portanto, deve ser preservado. Ressalta, também, a importância das populações locais, as quais, devem ter seu acesso aos seus próprios recursos naturais garantido e apontando, igualmente, a responsabilidade do comportamento do turista em trânsito.

Conforme os documentos em questão, o turista deve “mostrar a maior compreensão com respeito aos costumes, crenças e comportamentos das comunidades visitadas, e o maior respeito pelo patrimônio natural e cultural dessas comunidades”. (Apud DIAS, 2003b, p. 56).

O debate em torno da necessidade da sustentabilidade turística se afirma, mais uma vez, em 1991, tempo em que foi publicado o Protocolo de Madri sobre a proteção do meio ambiente Antártico, o qual estava sofrendo sérios impactos ambientais decorrentes do fluxo de turistas no local, o qual estava excedendo a capacidade de carga máxima suportável.

Foi em 1992, durante a Conferência Rio-92, realizada no Rio de Janeiro, que o conceito de desenvolvimento sustentável se popularizou e ecoou por todos os cantos do planeta. Todavia, é com pesar que a sua aplicabilidade ao turismo foi pouco mencionada. Salvo poucas indicações, mas sem aprofundamento crítico (que era necessário), alguns artigos do principal documento elaborado – Agenda 21 – abordaram o turismo em suas múltiplas dimensões: rural, de montanhas, ecológico etc..

Nesse mesmo ano a OMT, juntamente com o Conselho Mundial da Indústria de Viagens e Turismo – WTTC e o Conselho da Terra reuniram-se para estudar a Agenda 21 de forma que pudessem aplicar suas análises ao turismo. Assim, em 1995, a OMT publicou um documento intitulado Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo, embasado teoricamente no postulado do desenvolvimento sustentável e tinha como objetivo planejar as ações turísticas.

A partir da publicação desse documento a OMT pretendia estabelecer áreas e ações prioritárias para a prática do turismo, de forma sustentável. O objetivo geral era “desenvolver e implementar medidas efetivas de planejamento para o uso da terra que maximizem os benefícios ambientais e econômicos potenciais das viagens e do turismo, ao mesmo tempo em que minimizem os danos ambientais e culturais potenciais” (OMT, 2003, p. 26).

Especificamente, a Agenda 21 para Viagens e Turismo estabelece que

para os departamentos governamentais, as associações nacionais de turismo e as organizações comerciais representativas, o objetivo principal é estabelecer sistemas e procedimentos para incorporar as considerações sobre o desenvolvimento sustentável ao centro do processo de tomada de decisão e identificar as ações necessárias à criação do turismo sustentável. Para as empresas, o objetivo principal é estabelecer sistemas e procedimentos para incorporar questões do desenvolvimento sustentável, como parte da função gerencial central, e identificar as ações necessárias à criação do turismo sustentável (*Id. Ibid.*, p. 25).

Esse documento demonstra que as premissas do desenvolvimento sustentável devem fazer parte do “negócio turístico” e aponta que a adoção de práticas sustentáveis, por parte do *trade* turístico, significará incremento tarifário em longo prazo. Além da visão lucrativa, aponta a importância e necessidade da articulação cooperada entre o poder público, privado e sociedade civil para que as bases do turismo sustentável possam ser implementadas.

Segundo o Fundo Mundial para a Vida Selvagem - WWF (Apud DIAS, 2003b, p. 59) entende-se por turismo sustentável aquele que

[...] opera dentro das capacidades naturais de regeneração e produtividade futura dos recursos naturais; reconhece a contribuição que as pessoas e comunidades, costumes e estilos de vida fazem à experiência do turismo; aceita que estas pessoas devam ter uma participação equitativa nos benefícios econômicos do turismo; e é guiado pelos desejos das pessoas e comunidades locais nas áreas visitadas.

A Federação Europeia de Parques Nacionais e Naturais– FNNP divulgou, em 1993, o conceito de turismo sustentável como sendo “todas as formas de desenvolvimento turístico, gestão e atividade que mantêm a integridade ambiental, social e econômica e o bem-estar dos recursos naturais, construídos e culturais para a perpetuidade” (FNNP Apud DIAS, 2003b, p. 59).

Já em 1995 foi realizada a Conferência Mundial de Turismo Sustentável, em Lanzarote, Ilhas Canárias, território espanhol, que integrou as premissas da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente, bem como as da Agenda 21, e foi além, no sentido de conseguir suprir todo o déficit de discussão em torno da temática turística.

Segundo Dias (2003b, p. 59) a “Carta de Turismo Sustentável de Lanzarote constitui um marco de referência amplo para a definição do Turismo Sustentável, pois engloba os princípios fundamentais que convencionalmente atribuem a esse conceito”.

A Carta de Turismo Sustentável de Lanzarote (Apud *Id. Ibid.*, p. 60) esclarece que

o desenvolvimento sustentável é um processo orientado que contempla uma gestão global dos recursos com o objetivo de assegurar sua durabilidade, permitindo conservar nosso capital natural e cultural, incluindo as áreas protegidas. Sendo o turismo um poderoso instrumento de desenvolvimento, pode e deve participar ativamente na estratégia de desenvolvimento sustentável. Uma boa gestão do turismo exige garantir a sustentabilidade dos recursos dos quais depende.

A importância desse documento se dá pela sua perspectiva múltipla e que contempla os três eixos fundamentais dos pressupostos do desenvolvimento sustentável: ser economicamente viável, ecologicamente suportável e justo do ponto de vista ético e social para as comunidades locais.

Nessa perspectiva, foi realizada a Conferência Internacional de Ministros do Meio Ambiente sobre Biodiversidade e Turismo, em 1997 na cidade de Berlim, com a finalidade de elaborar diretrizes internacionais para normatizar o grau de impacto negativo da atividade turística no meio ambiente e, por consequência, tentar chegar a um consenso entre os envolvidos diretamente com o “negócio turístico”.

A Declaração de Berlim tem como princípios básicos:

- o monitoramento das atividades turísticas através de estudos de impacto ambiental, para que medidas de caráter preventivo possam ser tomadas, em caso de ser tomada alguma ação para redução de impacto ambiental.
- o desenvolvimento de inventários de atividades e atrações turísticas para que se possa analisar os impactos da atividade sobre o ecossistema.
- a atenção especial com os *souvenirs* confeccionados a partir do uso dos recursos naturais da região, para que sejam usados com base em princípios sustentáveis e estejam de acordo com as normas da legislação e acordos internacionais vigentes.

- a restrição de áreas potencialmente sensíveis à intensidade da atividade turística, em especial ao turismo de massa.

Assim, a necessidade de se reconsiderar a importância do turismo no contexto da Agenda 21 fez com que a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável – CDS divulgasse, em 1999, um documento acerca da temática Turismo e Desenvolvimento Sustentável estabelecendo um programa de trabalho que englobasse todos os setores econômicos de escala mundial.

Especial atenção foi solicitada do poder público, porquanto, segundo esse documento, o turismo pode ser um recurso para a redução de graves problemas sociais que assolam os países do terceiro mundo, como por exemplo, problemas de desemprego, pobreza crônica, e exclusão social de modo geral, que inclui também as comunidades indígenas. Afinal,

[...] em alguns países em desenvolvimento, o turismo se revelou como um fator econômico fundamental que propiciou o desenvolvimento de infra-estruturas, a criação de empregos, fonte de renda, arrecadações propiciadas por cobranças de imposto e outros benefícios notáveis para as comunidades locais. Os países em desenvolvimento atravessaram períodos difíceis, não somente em relação à gestão do meio ambiente, mas também ao bem-estar econômico e o crescimento do mercado turístico. O maior problema que o setor turístico desses países enfrentava era a melhoria das condições da população, e também tinham importância fundamental a criação de oportunidades de emprego sustentável e a promoção de novas empresas, assim como uma capacidade adequada (CDS Apud *Id. Ibid.*, p. 63).

Em consonância com essa posição, Bramwell (2001, 375) afirma que a aplicabilidade das propostas de um turismo sustentável só pode ser efetivada a partir do momento em que algumas intervenções governamentais se fizerem presentes, porquanto pertencem ao Estado os mecanismos e instrumentos específicos para viabilizar a política da sustentabilidade turística. Esses instrumentos podem ser:

- a) o zoneamento para controlar o desenvolvimento do turismo ou para limitar o acesso de turistas a áreas sensíveis;
- b) disseminação de códigos de conduta de turismo para encorajar um comportamento apropriado;
- c) imposição de taxas ao uso de energia e de serviços de tratamento de lixo para incitar as empresas de turismo a economizar recursos escassos e diminuir a poluição;

- d) fornecimento de infra-estrutura de administração de tráfego para reduzir o congestionamento e a poluição nas áreas turísticas.

Bramwell (*Ibid.*) ressalva, entretanto, que esses instrumentos devem ser escolhidos de acordo com as necessidades do local em questão, e para a consecução dos objetivos específicos desejados, para que, de fato, essas propostas possam sair do papel de teorias de políticas públicas, para a execução das mesmas, porquanto se mal escolhidas, tendem a aumentar essa distância entre a teoria e a prática.

Ainda em 1999, a OMT realizou uma assembléia geral, da qual resultou uma publicação de substancial importância para o norteamento das ações turísticas: o Código Mundial de Ética do Turismo, o qual faz referências muito claras sobre Turismo Sustentável. Veja-se o artigo 3º (Apud DIAS, 2003b, p. 64, grifo nosso):

3. O Turismo, fator de desenvolvimento sustentável.
- 3.1. é dever de todos os agentes envolvidos no desenvolvimento turístico salvaguardar o ambiente e os recursos naturais, na perspectiva de um crescimento econômico sadio, contínuo e sustentável, capaz de satisfazer equitativamente às necessidades e às aspirações das gerações presentes e futuras.
- 3.2. todos os tipos de desenvolvimento turístico que permitam economizar os recursos naturais raros e preciosos, principalmente a água e a energia, e que venham a evitar, na medida do possível, a produção de dejetos, devem ser privilegiados e encorajados pelas autoridades públicas nacionais, regionais e locais.
- 3.3. deve ser equacionada a distribuição no tempo e no espaço dos fluxos de turistas e visitantes, especialmente a que resulta das férias escolares e de trabalho, e buscar-se um melhor equilíbrio na frequência, de forma a reduzir a pressão da atividade turística sobre o meio ambiente e a aumentar o seu impacto benéfico na indústria turística e na economia local.
- 3.4. as infra-estruturas devem ser concebidas e as atividades turísticas programadas de forma a que seja protegido o patrimônio natural constituído pelos ecossistemas e a biodiversidade [sic], e que sejam preservadas as espécies ameaçadas da fauna e da flora selvagens. Os agentes do desenvolvimento turístico, principalmente os profissionais, devem permitir que lhes sejam impostas limitações ou obstáculos às suas atividades quando elas sejam exercidas em zonas particularmente sensíveis: regiões desérticas, polares ou de altas montanhas, zonas costeiras, florestas tropicais ou zonas úmidas, propícias à criação de parques naturais ou reservas protegidas.
- 3.5. o turismo de natureza e o ecoturismo são reconhecidos como formas de turismo especialmente enriquecedoras e valorizadoras, sempre que respeitem o patrimônio natural e as populações locais se ajustem à capacidade de carga dos locais turísticos.

Segundo Swarbrooke (2000a, p. 13) o turismo sustentável “reconhece a importância da comunidade local, a forma como as pessoas são tratadas e o desejo de maximizar os benefícios econômicos do turismo para essa comunidade”.

Muito recentemente, em 2002, foi realizada em Joanesburgo, África do Sul, uma reunião (Rio+10) convocada pela Organização das Nações Unidas – ONU, intitulada Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável que tinha como principal objetivo fazer um balanço das atividades propostas e desenvolvidas nos últimos dez anos, ou seja, as propostas discutidas durante a Rio-92. Durante o evento foram sinalizadas diversas lacunas entre as propostas solicitadas e as implementadas, fato que já era previsível. Contudo, o documento final com as resoluções do evento, trouxe um parágrafo inovador que tratava especificamente da questão da sustentabilidade turística.

Segundo a OMT (Apud DIAS, 2003a, p. 68) pode-se definir turismo sustentável como sendo aquele que

atende as necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras e ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades para o turismo futuro. Concebe-se como um caminho para a gestão de todos os recursos de forma que possam satisfazer as necessidades econômicas, sociais e estéticas, respeitando ao mesmo tempo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas que sustentam a vida.

Swarbrooke (2000a, p. 84-85) afirma que para que haja um relacionamento mais sustentável entre o turismo e o meio ambiente é necessário que:

- se crie um *pensamento holístico* sobre o conceito de ecossistemas, ou seja, que não haja mais uma separação dicotômica, como por exemplo, vida selvagem, montanhas, florestas tropicais etc., mas se compreenda o meio ambiente como um conjunto de relações interdependentes entre meio físico, natural e seres humanos;

- haja um *controle sobre os impactos negativos* do turismo através de um sistema de planejamento e uso do solo;
- exista um trabalho preventivo de conscientização que incentive *práticas ambientalmente corretas*;
- seja dada *manutenção compatível* com as dimensões do problema, ou seja, precisa-se certificar de que o grau de interesse de ação seja proporcional ao problema em questão;
- se desperte a *consciência* do turista e do *trade* turístico.
- o *preço pago pelos turistas* em seu tempo de férias seja suficiente para cobrir os custos dos impactos gerados pela atividade turística, pois, caso contrário, ou a população local terá de subsidiar o turista ou os problemas ambientais não serão solucionados;
- se encontre um ponto de equilíbrio entre conservação e desenvolvimento para que possa haver benefícios sociais para as comunidades locais.

Swarbrooke (*Ibid.*, p. 14) aponta ainda que o turismo sustentável possui benefícios porque:

- estimula uma compreensão dos impactos do turismo nos ambientes natural, cultural e humano;
- gera empregos locais, tanto diretos quanto indiretos em outros setores de suporte e de gestão de recursos;
- assegura uma distribuição justa de benefícios e custos;
- estimula indústrias domésticas lucrativas – hotéis e outros tipos de alojamento, restaurantes e outros serviços de alimentação, sistema de transporte, artesanato e serviços de guias locais;
- gera entrada de divisas para o país e injeta capital e dinheiro novo na economia local;
- diversifica a economia local, principalmente em áreas rurais onde o emprego agrícola pode ser esporádico ou insuficiente;
- procura tomar decisões em todos os segmentos da sociedade, inclusive populações locais, de forma que o turismo e os outros usuários dos recursos possam coexistir. Ele incorpora planejamento e zoneamento assegurando o desenvolvimento do turismo adequado à capacidade adequada ao ecossistema;

- estimula o desenvolvimento do transporte local, das comunicações e infra-estruturas básicas da comunidade;
- cria facilidades de recreações que podem ser utilizadas pelas comunidades locais, e não só por turistas domésticos ou internacionais. Ele também estimula e auxilia a cobrir gastos com a preservação de sítios arqueológicos, construções e locais históricos
- do ponto de vista do meio ambiente demonstra a importância dos recursos naturais e culturais para a economia de uma comunidade e seu bem-estar social, e pode ajudar a preservá-los
- monitora, assessora e administra os impactos do turismo, desenvolve métodos confiáveis de obtenção de respostas e opõe-se a qualquer efeito negativo.

Nessa perspectiva Clarke (Apud *Ibid.*, p. 13) afirma que o conceito de turismo sustentável passou por quatro abordagens ao longo de todo o seu processo de aceitação, por parte da comunidade acadêmica e *trade* turístico que podem ser entendidos, cronologicamente como:

1. *opostos polares*, em que o turismo sustentável e o de massa eram vistos como opostos polares. Teríamos que renunciar ao turismo de massa se quiséssemos desenvolver o turismo sustentável.
2. *um continuum*, em que o turismo sustentável e o de massa não eram mais vistos como opostos polares, mas reconhecia-se que havia diferentes nuances de turismo sustentável e de massa, as quais se fundiriam em algum ponto central.
3. *movimento*, uma abordagem cuja sugestão era a de que uma ação positiva poderia tornar o turismo de massa mais sustentável.
4. *convergência*, como a idéia de que todos os tipos de turismo podem se esforçar para serem sustentáveis.

Atualmente, busca-se colocar em prática a última abordagem citada por Clarke (*Ibid.*), e todos os eventos supra citados apresentaram os marcos da transição paradigmática de uma lógica embasada, fundamentalmente, nos aspectos econômicos para o socioambiental, com enfoque centralizado para o desenvolvimento sustentável.

Isso é importante, na medida em que esses eventos não foram iniciativas solitárias de acadêmicos e ambientalistas, mas, sobretudo, uma iniciativa das entidades máximas que têm o poder de monitoramento, regulação e acompanhamento do negócio turístico mundial, fatores que são imprescindíveis para o sucesso de uma nova política de gestão turística: a sustentável.

Vale dizer que, ainda que existam iniciativas de diferentes instâncias, é imprescindível que haja diálogo entre o poder público, privado e sociedade civil para que o discurso acerca da sustentabilidade turística seja colocado, efetivamente, em prática. Afinal, é essencialmente necessário que se reconheça que o turismo é, também, um dos vetores de desenvolvimento econômico do país, porquanto a atividade turística engloba pessoas, dinheiro e espaço; ou seja, é uma atividade que integra ecossistema, cultura e serviços.

No Brasil, a aplicabilidade do conceito de turismo sustentável se refletiu de diferentes formas. Afinal, o desenvolvimento do turismo sustentável perpassa, sobretudo, pelo desenvolvimento e expansão de uma consciência sobre os limites e possíveis impactos negativos da atividade.

O fortalecimento da idéia de se compatibilizar o turismo com o meio ambiente se dá, efetivamente, com a instituição da Política Nacional do Meio Ambiente pela Lei nº. 6.938 de 31 de agosto de 1981 que dispõe sobre o controle e monitoramento das políticas ambientais implantando-se diretrizes que se destinam a tentar compatibilizar crescimento econômico com preservação ambiental estabelecendo

padrões de qualidade ambiental, zoneamento, avaliação de impacto, licenciamento de atividades potencialmente poluidoras, criação de unidades de conservação, sistema de informações ambientais, cadastro técnico de atividades e instrumentos de defesa ambiental, além de penalidades disciplinares ou compensatórias (SILVA, 2003, p. 15).

Vale dizer também, que é a Lei nº. 6.938 de 31 de agosto de 1981 que instituiu o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA integrado pelo CONAMA.

Tudo isso evidencia que a adoção de padrões que compatibilizem a atividade turística com a perspectiva da sustentabilidade é um dos modos de acompanhar a atividade periodicamente. Com esse propósito, foi criado também o Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável – CBTS, em 2002, que tem o objetivo de gerir um Programa de Certificação do Turismo Sustentável. Assim, criaram-se alguns

princípios para subsidiar o monitoramento do Turismo Sustentável brasileiro, são eles:

1. *Respeito à legislação vigente* - o turismo deve respeitar a legislação vigente em todos os níveis no país, as convenções internacionais e os Princípios e Critérios do Turismo Sustentável.
2. *Direitos das populações locais* - o turismo deve buscar mecanismos e ações que promovam a equidade socioeconômica, a defesa dos direitos humanos, de uso da terra e a qualidade ambiental.
3. *Considerar o patrimônio e o valor das culturas locais* - o turismo deve reconhecer e respeitar o patrimônio histórico-cultural das regiões receptoras e ser planejado, implementado e gerenciado em harmonia às suas tradições e valores culturais.
4. *Desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos* - o turismo deve contribuir para a geração de emprego e renda, fomentando e qualificando a capacidade local para o desenvolvimento de empreendimentos turísticos.
5. *Conservação do ambiente natural* - o turismo deve adotar práticas de mínimo impacto sobre o ambiente natural, de forma a contribuir para a manutenção das dinâmicas e processos naturais em seus aspectos físicos e biológicos, considerando o contexto cultural e socioeconômico existente.
6. *Sustentabilidade da atividade* - a viabilidade econômica do turismo deve considerar os custos sociais e ambientais.
7. *Planejamento e gestão responsável* - o turismo deve ser implementado com base em um processo planejado que demonstre o compromisso permanente com os princípios do turismo sustentável.

Como todo processo de monitoramento necessita de indicadores para se avaliar a conformidade ou não das atividades, a OMT publicou em 1998 o Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável, o qual explora, entre outras questões, o planejamento e seus princípios para o desenvolvimento do turismo local, a manutenção da sustentabilidade do turismo e o gerenciamento da atividade. Essa publicação teve sua tradução para a língua portuguesa em 2003.

Com base nesse guia podem ser identificados alguns indicadores suplementares do turismo sustentável. Especialmente para o foco de estudo dessa pesquisa, é interessante ressaltar os que se referem às zonas litorâneas e locais culturais. Veja-se os quadros 01 e 02.

Quadro 1 – Indicadores suplementares do turismo sustentável para zonas litorâneas.

Zonas Litorâneas		
Questão	Indicadores	Medições Sugeridas
• destruição	• total degradado	• % da condição degradada

<ul style="list-style-type: none"> ecológica degradação de praias diminuição de cardumes 	<ul style="list-style-type: none"> níveis de erosão redução da pesca 	<ul style="list-style-type: none"> % de erosão da praia esforço para pescar total de peixes de espécie - principal (por amostragem) peças por m² de praia nº de espécies (por amostragem) mudança no cruzamento das espécies nº de aparições de espécies principais total de coliformes fecais e de metais pesados (por amostragem) nº de crimes registrados (roubo, assalto) acidentes relacionados com a água; percentual sobre a população de turistas
<ul style="list-style-type: none"> superlotação perturbação da fauna (p. ex.: baleias) 	<ul style="list-style-type: none"> intensidade do uso total de espécies 	
<ul style="list-style-type: none"> diminuição da qualidade da água 	<ul style="list-style-type: none"> níveis de poluição 	
<ul style="list-style-type: none"> falta de segurança 	<ul style="list-style-type: none"> índices de criminalidade índices de acidentes 	

Fonte: OMT, 2003, p. 162

Quadro 2 - Indicadores suplementares do turismo sustentável para locais culturais.

Locais Culturais		
Questão	Indicadores	Medições Sugeridas
<ul style="list-style-type: none"> violação de normas sociais e culturais 	<ul style="list-style-type: none"> língua falada pelas pessoas do local 	<ul style="list-style-type: none"> % da comunidade que fala uma língua diferente da local renda líquida média / renda líquida da população local nº de estabelecimentos de varejo / nº de estabelecimentos que atendam às necessidades locais (e não aos turistas) % de estabelecimentos abertos o ano inteiro nº e tipo de reclamações feitas pelas pessoas do local
<ul style="list-style-type: none"> deslocamento de membros da população local 	<ul style="list-style-type: none"> impacto social 	
	<ul style="list-style-type: none"> satisfação local 	

Fonte: OMT, 2003, p. 164.

Dentre as informações relacionadas pelos quadros vale destacar as que se aplicam diretamente ao objeto de estudo dessa pesquisa: a destruição ecológica, a degradação das praias e a falta de segurança que foram caracterizadas pelas agressões que o meio ambiente sofreu desde a construção e pavimentação da rodovia BA-099 até a implantação do Complexo Turístico Costa do Sauípe. Nos próximos capítulos serão discutidos os impactos do turismo que levaram ao aparecimento de fenômenos tipicamente citadinos em áreas distantes de centros urbanos. Com isso, verifica-se o

alto poder de penetração social da atividade turística e a necessidade eminente de se promover intervenções com fins de minimizar impactos negativos.

Nesse sentido, não é possível negar, todavia, que profundas marcas negativas foram deixadas em diferentes comunidades em torno do mundo, pois elas sofreram intensos impactos socioambientais decorrentes da implantação e/ou intensificação de atividades turísticas. E em Porto de Sauípe não foi diferente.

Acredita-se, entretanto, que não é fim do turismo a degradação, destruição ou desarticulação das atividades tradicionais, pelo contrário. Todavia, é válido reconhecer que os impactos socioambientais de caráter negativo são uma realidade constante em todas as comunidades que conviveram, mais intensificadamente, com atividades econômicas ligadas ao turismo. Por esse motivo, será apresentado como está se dando a relação do turismo com a vida dos moradores de Porto Sauípe, especificamente, com a vida dos artesãos da Associação de Artesãos de Porto de Sauípe – APSA que será abordado no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

O processo de formação socioeconômica do Litoral Norte da Bahia

A formação da área conhecida como Litoral Norte é antiga, vinculando-se estreitamente à formação da sociedade brasileira iniciada nos idos do século XVI.

Mattedi, 2002.

Para compreender as transformações ocorridas no Litoral Norte é imprescindível que se consiga entender a lógica econômica, e por consequência, turística que foi aplicada à região para que ela possua a atual configuração socioeconômica e cultural.

Como já foi abordada nos capítulos anteriores, a definição do conceito de turismo se apresenta de forma multidimensional, e só pode ser estabelecida a partir da compreensão de três aspectos que caracterizam a atividade: a) o deslocamento de pessoas, b) a temporalidade, e c) as necessidades do indivíduo fora do seu local residente. Segundo Rodrigues (1996, p.17-18) o turismo é certamente

[...] um fenômeno complexo, designado por distintas expressões: uma instituição social, uma prática social, uma frente pioneira, um processo

civilizatório, um sistema de valores, um estilo de vida – um produtor, consumidor e organizador de espaços – uma indústria, um comércio, uma rede imbricada e aprimorada de serviços.

De forma espontânea ou planejada ou turismo está subordinado a iniciativas públicas ou privadas, ou ainda, através da combinação estratégica de parcerias entre ambas, estando submetido às decisões de corporações multinacionais centradas na lógica capitalista ou de empresas de pequeno porte de caráter doméstico e primário.

Nessa perspectiva, será apresentado neste capítulo uma análise do processo de uso e ocupação do solo do Litoral Norte abordando como esse território, foi sendo alvo de profundas especulações imobiliárias em detrimento da realidade social que lá vivia, caracterizada por comunidades tradicionais que já tinham um estilo de vida estabelecido e equilibrado, ainda que com limitações econômicas, e que sofreu sérios impactos negativos, mesmo que os positivos também tenham existido.

3.1 Os ciclos de atividades econômicas e o uso das terras do Litoral Norte

A história da humanidade comprova que os seres humanos em relação buscam sobreviver utilizando-se e explorando o meio natural para obter o seu meio de subsistência. Dessa forma, a espécie humana, evidenciou ao longo dos séculos a eminente necessidade, que inicialmente parecia ser ilimitada, de ocupação territorial, provocando, por conseguinte, profundas alterações, mudanças e, em alguns casos, transformações no ambiente social e natural. Segundo Mattedi (2002, p. 6)

A aptidão das sociedades humanas, tanto para transformar o ambiente quanto para buscar novos ambientes, diferentemente de espécies cujas vidas regulam-se pelos ecossistemas naturais, está na origem da própria sociedade e permite entender os deslocamentos humanos em torno da biosfera. Nesse sentido, o homem modela como nenhuma outra espécie o meio em que vive.

Nessa perspectiva, o Litoral Norte da Bahia não fugiu a essa regra e, por esse motivo, será apresentado como se deu o processo de ocupação do Litoral Norte que

teve início na segunda metade do século XVI, através da doação de uma extensão de terra que abrangia desde o Rio Pojuca à foz do Rio Real, pelo Reino de Portugal, ao alcaide do primeiro governador-geral do Brasil, Garcia D'Ávila, que chegou com Tomé de Souza para desenvolver atividades administrativas, desembarcando na Bahia em 1549 para fundar a cidade de Salvador.

O primeiro momento de ocupação do Litoral Norte se deu entre 1563 a 1609 de forma lenta e invasiva, pelos Garcia D'Ávila que devastaram essa região, anteriormente ocupada por índios tupis, tupinambás e massarandupióis. As terras da família Garcia D'Ávila foram consideradas como o maior latifúndio do mundo, pois elas se estendiam da Bahia ao Maranhão. Essas terras, evidentemente, eram compatíveis com a riqueza acumulada na região por essa família por meio de atividades pecuárias (*Id. Ibid.*).

A presença da família Garcia D'Ávila no Litoral Norte foi o marco inicial de “um processo de submissão e dizimação sistemática de populações autóctones e de ecossistemas costeiros [...] para o estabelecimento de uma economia que tinha no extrativismo e na pecuária extensiva suas principais atividades” (*Id. Ibid.* p. 29).

Nesse período construíram a primeira Casa da Torre, da qual atualmente não restam vestígios. Foi, então em 1716 que se concluiu a construção da segunda Casa da Torre que ainda existem ruínas localizadas na vila de Praia do Forte (*Id. Ibid.*, p. 28). A Casa da Torre é uma construção em estilo medieval, com paredes espessas e imponentes, que desempenhou diferentes funções ao longo os anos. Dentre muitas, pode-se dizer que foi atribuída a ela o papel principal de proteção e defesa de todo aquele território recém-dominado. Segundo Souza (2002b):

O lendário patrimônio passou por múltiplas e sucessivas transmissões de herdeiros, sendo que, em 1855, chegou aos descendentes do Visconde e da Viscondessa da “Casa da Torre”, ou melhor, aos filhos Garcia, Domingos, Catarina, Leonor e Tereza, tendo como testamenteiro o capitão Salvador Pires de Carvalho e Aragão.

Na partilha de bens, julgada em 22 de maio de 1857, o herdeiro Garcia Dias Pires de Carvalho e Albuquerque ficou com as terras que englobam Sauípe, Massarandupió e outras da região.

Entre 1890 a 1898, os descendentes da família Garcia D'Ávila venderam parte de suas terras a Sigisfred Sigismundo Schindler, um prussiano naturalizado norte-americano e a sua esposa Florence Mary Stratford Schindler, que chegaram ao Brasil no ano de 1879, e instalaram-se no Litoral Norte da Bahia, desenvolvendo uma atividade extrativista de produtos naturais e minerais, configurando-se como um bem sucedido exportador (STIFELMAN, 1997).

Essas terras de propriedade da família Garcia D'Ávila que foram compradas pelos Schindler estendiam-se da Praia do Forte à Vila do Conde, na parte mais setentrional do estado, compreendendo Mata de São João, Inhambupe, Pojuca, Entre Rios, Conde e Esplanada. Em todos esses locais ele implantou armazéns para estocagem de seus produtos para exportação.

A presença dos Schindler na região foi tão significativa para a economia local que a localidade de Porto de Sauípe (município de Entre Rios), por exemplo, tem esse nome devido ao porto que foi construído por ele em 1898 e pelo nome do rio que passa à margem da comunidade.

Os relatos da etnografia realizada por Stifelman na região de Porto de Sauípe revelam a importância da construção desse porto para os moradores, que no período já era superior a mil pessoas. Stifelman (*Id. Ibid.*, p. 47) apresentou uma notícia de um periódico da época que mostra esse argumento, o qual será transcrito de acordo com a ortografia em vigor:

Grande melhoramento acaba de trazer a esta localidade o distinto cidadão norte americano¹² [sic] S. Schindler; à força de perseverança, inteligência e dispêndio, conseguindo obstruir a cordilheira de pedras na extensão de cerca de 20 metros que interceptava a navegação de barcos de qualquer natureza, da barra a alcançar a margem do rio, neste povoado; o que significa ter

¹² Sabe-se que o Sr. Schindler é prussiano, naturalizado norte-americano. Porém, como na citação constava apenas a naturalidade preferiu-se manter a citação no seu formato original.

ficado este povo e a grande quantidade de generos productivos desta zona, a 10 horas, apenas da capital; quando até agora era necessário viajar-se 12 léguas a cavallo e conduzir-se mercadorias em carros com grandes detrimientos e despezas para alcançar-se a estação mais próxima á estrada de ferro de Alagoinhas (...). Porto Schindler em Sauhype, 5 de setembro de 1898.

A gratidão publica.

Essa notícia referenda a hipótese de que até a inauguração desse porto, a comunicação com Salvador se dava através da estrada de ferro de Alagoinhas. Informações do período indicam que Schindler possuía uma frota de 12 barcos com capacidade de carga que variava de 40 a 200 toneladas, fato que auferia a ele o reconhecimento de maior exportador de produtos naturais da região.

Schindler exportava todo o tipo de produto natural da região que era “exportável”. Estudos confirmam que ele exportava o maior número possível de produtos que variavam dos mais comuns aos mais exóticos, como por exemplo, do coco à pele de cobra. Segundo relatos dos descendentes e do próprio Schindler publicados por Stifelmam (*Ibid.*, p. 43) podem-se apontar alguns produtos que foram exportados:

O coco, o corte da piaçava, borracha da mangabeira, raízes medicinais, especialmente mamona, videiras selvagens, tinguí, frutas secas, farinha de banana. (...) No mercado de Queimadas vi um homem simples vendendo pele de cobra por trezentos réis cada, comprei algumas e comecei a exportação de mais este produto da região.

Segundo informações divulgadas pela mídia impressa de Salvador os produtos naturais da Bahia tinham destinos e finalidades muito variadas entre os quais pode-se apontar a utilização para confecção de artefatos de guerra:

os ingleses estavam interessados na extração e processamento das ceras de carnaúba e do ouricurí para exportação para a Inglaterra, onde seriam empregadas, sobretudo, na confecção de explosivos para a guerra (SOUZA, 2002d).

Estudos sobre a região relatam que as terras de Schindler foram repassadas, mediante escritura pública de 30 de setembro de 1908, a uma companhia inglesa de borracha: *The Bahia Rubber and Fibre Plantations Limited*, autorizada por ato governamental a atuar no Brasil (MATTEDI, 2002).

Logo depois, essa firma, sediada na Bahia, repassou o controle para a firma *The British and Brazilian Rubber Planters Manufactures Limited*, com sede em Londres, e que foi a responsável legal pela construção da linha férrea Salvador-Alagoinhas-Juazeiro, feita pela *Bahia and São Francisco Railway Company*.

Vale dizer que os ingleses nunca mexeram nas terras e nem nos posseiros, os quais até recentemente pagavam tributos pelo uso e ocupação do solo e têm todos os seus boletos guardados e registrados. Assim, as terras de Massarandupió e Sauípe, conforme constam na Receita Federal e no Arquivo Público, pertencem a essa firma inglesa e aos posseiros (por uso capião) (SOUZA, 2002b).

Assim, a *British and Brazilian Rubber Planters Manufactures Limited*, inicialmente, deu continuidade às atividades de exportação de produtos naturais desenvolvidas pelos Schindler e também com atividades de arrendamento de pequenas propriedades de terras aos moradores que lá viviam. Esse espaço ocupado pelos Schindler possuía aproximadamente 80.000 ha. da região ou 20 km de costa litorânea por 40 km para o interior.

Essa companhia inglesa de borracha, por sua vez, assumiu a falência, em 1940, e entregou as terras litorâneas da Bahia ao *Bank of London*. Já em 1944, essas terras são compradas da companhia inglesa, *legalmente*, pela Construtora Norberto Odebrecht – CNO, a qual indenizou inúmeros posseiros da região e construiu posteriormente, em parte dessas terras, o maior complexo hoteleiro da América do Sul, denominado Complexo Turístico Costa do Sauípe, inaugurado em 2000. Segundo Souza (2002d):

Norberto Odebrecht adquiriu parte das terras de Sauípe, em 1944, junto ao Bank of London (Banco de Londres), e cuja área – em torno de 1,7 mil hectares –, constitui hoje o Complexo Turístico de Sauípe. O empresário indenizou 2,5 mil posseiros, e em razão disso, aquela área não é hoje contestada na Justiça, como ocorre com as terras adquiridas pelo grupo português (Pacab Brasil).

O Litoral Norte é uma experiência viva de especulação imobiliária e golpes tributários. Uma história, inclusive, difícil de ser narrada, haja vista as inúmeras peculiaridades e variáveis, que em alguns casos, não são explícitas. Imagine-se então a dificuldade dos artesãos de Sauípe em circular livremente nessas terras, que não se sabe quem é o dono, para poder extrair sua matéria-prima para confecção de seus produtos artesanais. A figura 1 vai procurar mostrar os eventuais donos dessas terras litorâneas do norte da Bahia.

Assim, na época da falência do *Bank of London*, a Construtora Norberto Odebrecht comprou as terras para construção de seu complexo hoteleiro, restando uma outra parte (bem maior) que ficou passando por diferentes disputas judiciais para se descobrir, ao certo, a quem pertenciam e/ou a quem de fato tinha o direito de posse. Inicialmente, essas terras devolutas seriam de propriedade dos municípios em questão; porém, não foi isso o que ocorreu.

Essa outra parte – que compreende uma área muito maior – foi, na época, objeto de um verdadeiro golpe imobiliário dado por um rábula denominado Rozendo Serapião de Souza, que nascido e residente no município de Entre Rios, atuava na região e se auto-intitulava o proprietário das terras, requerendo-as ao Patrimônio da União.

Após a morte de Rozendo Serapião, seu filho, Manoel Serapião de Souza, após muitas brigas judiciais na comarca de Entre Rios conseguiu firmar no Patrimônio da União, a inscrição como ocupante das áreas litigiosas e já em meados dos anos 1970, passou a proclamar-se dono desse território firmando um consórcio com a Barreto de Araújo Empreendimentos Imobiliários, empreiteira ligada ao Banco Econômico, confirmando o golpe especulativo e imobiliário.

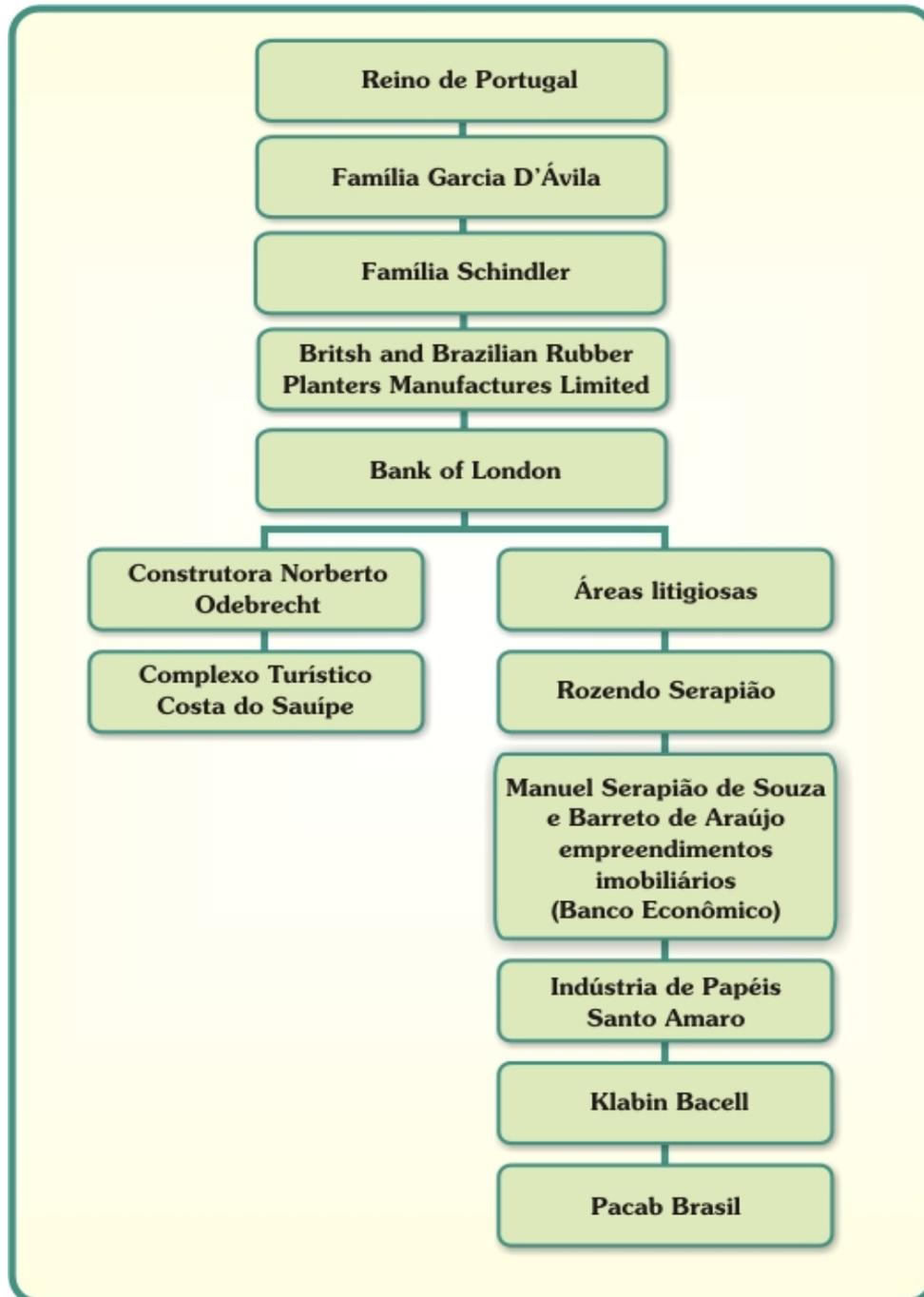


Figura 1 – Proprietários das terras do Litoral Norte.
Fonte: Elaboração própria.

Segundo Souza (2002d, grifos nossos) em reportagem do Jornal A Tarde:

A companhia inglesa, ao longo da década de 1930, argüiu como nulos os títulos exibidos por Rozendo Serapião, e conseguiu decisão favorável no parecer do procurador da República, Benício Gomes, no Processo de nº 5.542/32.

Após a falência da companhia inglesa, muitos posseiros migraram para a área pretendida por Rozendo Serapião, antes mesmo do seu falecimento. Em 1962, seu filho, Manoel Serapião de Souza, como inventariante e herdeiro,

entrou com uma carta de adjudicação, na comarca de Esplanada, requisitando as terras.

Ele as descreveu como “Aldeia do Massarandupió” e “Sauhype”, mas sem especificações, extensão das áreas, limites e confrontações. O processo em que os ingleses venceram seu pai sumiu da comarca de Entre Rios, que já tinha se emancipado de Inhambupe. Manoel Serapião conseguiu no Patrimônio da União, a inscrição como ocupante das áreas litigiosas. Na década de 1970, passou a proclamar-se dono e firmou consórcio com a Barreto de Araújo Empreendimentos Imobiliários, empreiteira ligada ao Banco Econômico.

Todavia, o Banco Econômico veio a decretar sua falência pública em 1995 e, por conseguinte, dois anos após, a Barreto de Araújo Empreendimentos Imobiliários também. Nesse sentido, as terras passaram para uma indústria de papéis de Santo Amaro que as repassou para a Klabin Bacell, que por sua vez, repassou para a Pacab Brasil num processo de compra e venda bastante duvidoso e questionável, para não afirmar que foi um verdadeiro “golpe de mestre”, que fez com que o patrimônio da Pacab Brasil fosse triplicado numa extensão de terras que perfazem 13 km de praias de Massarandupió, município de Entre Rios. Segundo Souza (*Ibid.*):

Com a derrocada dessa instituição bancária, em 1995, a Barreto de Araújo também entrou em processo de falência dois anos depois, sendo essas terras – contestadas por posseiros – adquiridas no ano passado [2001] pelo grupo português Pacab Brasil por apenas R\$ 10 milhões – num processo de leilão nebuloso denunciado em A TARDE nos últimos meses – e pela Klabin Bacel.

O mais deprimente de todo esse processo é que os posseiros das terras, famílias que dependiam (e ainda dependem) unicamente daquelas terras para sobreviver não foram levados em consideração, tampouco os artesãos que usavam as terras para a coleta de fibras da piaçava.

Isso evidencia, mais uma vez, a repetição da história dos antepassados indígenas, que foram marginalizados e espoliados de todo o processo de compra e venda das terras do Litoral Norte, o qual, inclusive, foi alvo de inúmeras denúncias dos jornais locais, dentre as quais podem ser citadas algumas manchetes do Jornal A Tarde, de autoria de Souza (2002a, 2002e e 2002f, grifos nossos) que acompanhou todo o processo:

MASSARANDUPIÓ É “DOADA” A PORTUGUESES

[...] um grupo de portugueses adquiriu dois mil hectares de terra – área que abrange Massarandupió e parte de Sauípe –, e que equivale a uma cidade do porte de Vitória da Conquista. É o filé mignon do litoral norte baiano (faz divisa com o Projeto Sauípe e são quilômetros de praia, incluindo a área de nudismo). E tudo foi arrematado por apenas R\$ 10 milhões [...]

Tão inusitado quanto o baixo preço da terra foi o esquema utilizado para adquirir a preciosa área. Os portugueses usaram “laranjas”, mas os baianos que se prestaram ao serviço disseram que são apenas “representantes” do grupo lusitano.

Tudo começou no dia 9 de abril de 2001, quando o ex-superintendente do Incra, José Carlos Arruti Rey, registrou a empresa Pacab Brasil Ltda, na Junta Comercial da Bahia (Juceb), com capital social de apenas R\$ 1 mil. Seu sócio é o advogado Marcelo Valois Coutinho Costa, que entrou com apenas R\$ 200. Em outubro passado, a terra de Massarandupió foi a leilão, para quitar dívida trabalhista da Indústria de Papéis Santo Amaro, que tinha falido. O terreno pertencia ao Banco do Nordeste, Baneb, Desenbanco, Caixa Econômica, Banco do Brasil e o falido Banco Econômico.

A dívida da Santo Amaro nesses bancos era de US\$ 177 milhões, e incluía um outro terreno na mesma área e a própria indústria de papéis. Para participar do leilão, José Carlos Arruti e Marcelo Valois precisavam de um capital social muito superior a R\$ 1 mil. Os portugueses entraram na jogada como sócios e a Pacab Brasil Ltda passou a ter capital de R\$ 700 mil. E como foi que os portugueses chegaram até aos donos da Pacab? Essa história ainda não está bem explicada, mas A TARDE constatou que o advogado Marcelo Valois teve uma dupla ação no leilão.

[...]

No contrato do leilão, os proprietários da Santo Amaro se eximiram de quaisquer responsabilidades com os posseiros. E este detalhe também está causando uma verdadeira briga de foice no local. O problema é que a Pacab Brasil contratou uma empresa de segurança – Prevenir Segurança e Vigilância –, cujos funcionários têm atuado no local com pose de policiais federais. Até dunas foram cercadas. No local, a empresa instalou centenas de placas com o alerta: “Propriedade particular. Não entre” (SOUZA, 2002a).

OITO JUÍZES NÃO DECIDIRAM SOBRE ÁREA DE MASSARANDUPIÓ E SAUÍPE

O advogado Epaminondas Carvalho, 94 anos de idade, está com pelo menos oito ações paralisadas, desde 1978, contra o consórcio formado por Manoel Serapião de Souza e a Barreto de Araújo Empreendimentos Imobiliários, na comarca de Entre Rios. De lá para cá, ele conta que oito juizes passaram pela comarca e quase nada se decidiu sobre as reivindicações dos posseiros. Das 13 ações movidas, Epaminondas diz que oito ainda estão em curso e duas foram extintas por abandono (uma delas por parte da própria empresa). A morosidade da Justiça baiana foi tamanha neste caso que, durante esses 24 anos, a Barreto de Araújo retirou fortunas em bancos – 177 milhões de dólares, sendo metade no Banco Econômico – e faliu em 1997, repassando as terras de Massarandupió e Sauípe em leilão realizado em Santo Amaro. Só que nesses autos [...], Epaminondas Carvalho revela que as terras nem pertencem à dupla Barreto de Araújo/Manoel Serapião.

Tanto na Receita Federal, quanto no Arquivo Público “e até mesmo no Tribunal de Justiça da Bahia”, afirma o advogado, as terras são da firma “The British and Brazilian Rubber and Fibre and Manufacturers Limited” e dos posseiros que têm direito por usucapião. Sem receber um só centavo de honorários nesse período, Epaminondas Carvalho levou solitariamente em frente essas ações “por perceber o golpe que se tinha armado com as escrituras” e também pela “grande injustiça sofrida pelas famílias de posseiros”.

Nos processos movidos em 1978, vários trechos ressaltam a perseguição sofrida pelos nativos por parte de prepostos da empresa, que vestiam até

camisas do Exército. Numa dessas ações, Epaminondas conta que a Barreto de Araújo usou de violência, “destruindo habitações, igreja, apossando-se não só de lavouras de subsistência, como dos coqueiros, e fechando estradas que davam acesso à costa oceânica para o exercício da pesca”. As perseguições duraram toda a década de 1980.

“E tudo isso numa terra que, de pleno direito, pertence em parte aos posseiros. A maior parte é da firma inglesa”, garante o advogado. O atual representante dos ingleses na Bahia ainda é uma incógnita, afinal, as terras foram adquiridas no início do século passado. Mas os posseiros pagavam tributos a essa firma até pouco tempo e alguns deles ainda guardam os boletos. O advogado Epaminondas Carvalho diz que, com os novos desdobramentos – inclusive o leilão realizado em Santo Amaro –, voltará a acompanhar mais constantemente o andamento das ações na comarca de Entre Rios (SOUZA, 2002e).

PACAB COMPRA AGORA AS TERRAS DE SAUÍPE

A Pacab Brasil Ltda., empresa da economista portuguesa Ana Cristina Nunes de Albuquerque, acaba de comprar as terras de Sauípe, que tinham sido adquiridas pela Klabin Bacel no leilão da massa falida Indústria de Papéis Santo Amaro. A venda foi confirmada, ontem, pela assessoria da Klabin, que afirmou ter vendido 3,5 mil hectares das “Fazendas Sauípe 1 e 2”. A venda foi concretizada antes de A TARDE iniciar as denúncias, em 28 de abril último. A Pacab triplicou suas posses com essa nova aquisição.

As terras de Sauípe – que não englobam o complexo turístico – ficam no fundo de Massarandupió. Os posseiros e fazendeiros da região informam que a área é de 4,49 mil hectares, e este número bate com a relação divulgada pelo leilão. Em todo o caso, a equipe de Reportagem de A TARDE apurou que a terra vendida tem 986 hectares de pinho, mas o restante está ocupada na sua maioria por inúmeros posseiros (ou pequenos fazendeiros que adquiriram terras na mão de posseiros).

A assessoria da Klabin Bacel – empresa de celulose – não informou o valor da venda. A TARDE entrou em contato com o cartório de imóveis e hipotecas de Entre Rios, mas a escritura da venda ainda não foi lavrada. Foi apurado, porém, que a Pacab já contratou a empresa JP Empreendimentos, que está desmatando as novas áreas adquiridas. Os posseiros disseram que o desmatamento está sendo realizado sem autorização do Incra e do Ibama.

Com a nova aquisição, a Pacab Brasil Ltda. passa a ter uma extensão de pelo menos 5,5 mil hectares de terra, uma área equivalente à cidade de Lisboa. Somente em Massarandupió são 13 quilômetros de praia. Os documentos do cartório de Entre Rios revelam que 53,54% dessas terras pertenciam a bancos oficiais, sendo que 23,20% eram do Banco do Nordeste, e 13,94% do Banco do Brasil. Eram donos também o Baneb (4,32%); o Desenhahia (8,18%) e a Caixa Econômica (3,9%).

O Banco Econômico era proprietário de 46,46% das terras (Massarandupió e Sauípe). Foi apurado, ainda, que a Barreto de Araújo Empreendimentos Imobiliários – empresa que se apossou das terras com ajuda do advogado Manoel Serapião de Souza – contou com o apoio decisivo do Econômico para se estabelecer naquela área. A Barreto de Araújo também faliu logo após a derrocada do banco baiano. A dívida chegou a US\$ 177 milhões (cerca de R\$ 400 milhões), mas os leilões não vão pagá-la.

Os cinco bancos oficiais serão os mais prejudicados, visto que os leilões até então realizados com os bens da Barreto de Araújo – incluindo as terras do Litoral Norte – não alcançaram 20% dessa dívida. E o que falta para ser leiloadado não atingirá nem a metade da dívida com os bancos oficiais. Só para se ter uma idéia, o dinheiro que a Pacab pagou pelas terras de Massarandupió cobriram apenas 80% do passivo trabalhista da Barreto de Araújo. A empresa pagou R\$ 10 milhões (dinheiro que a Prefeitura de Salvador vai gastar para reformar o Campo Grande) (SOUZA, 2002f).

Paralelamente a toda essa ação especulativa desde o período colonial, vale dizer que as atividades econômicas do Litoral Norte não cessaram. Assim, com a emergência do processo de industrialização na década de 1950, a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e a descoberta de petróleo na região, foram colocados em operação diversos poços de petróleo¹³ que refletiram impactos socioambientais e marcaram intensamente a organização espacial do local redefinindo a configuração socioeconômica da região.

Todavia, as atividades petrolíferas não chegaram a impulsionar significativamente o crescimento econômico regional, em especial do litoral, pois se desenvolveram no interior dos municípios não conseguindo alcançar o litoral, mais uma vez, pela dificuldade de acesso.

O advento da crise do petróleo, na década de 1970, e com as demandas energéticas do país, fez ascender pela região do Litoral Norte a produção de celulose e carvão vegetal, produto que tinha, na época, alto valor no mercado internacional: é implantado, então, o Distrito Florestal do Litoral Norte da Bahia, abrangendo 763.000 ha. e vários municípios, consubstanciado por uma política do Governo Federal para tornar o Brasil um país auto-suficiente em celulose (MATTEDI, 2001a, p. 15).

Instalaram-se nessa área, empresas reflorestadoras apoiadas por uma política vantajosa de subsídios fiscais, que substituíram a agricultura de subsistência local por extensas áreas de plantações de *pinus* e eucaliptos. Isso promoveu, mais uma vez, a concentração de terras e a desestruturação da economia e gestão do uso do solo tradicional.

¹³ Segundo Mattedi (2001a, p. 15) os municípios mais atingidos foram: Mata de São João, Entre Rios, Itanagra, Pojuca e Cardeal da Silva.

No Litoral Norte da Bahia o processo de implantação das indústrias reflorestadoras foi iniciada pela Norcel Celulose, uma empresa que pertence à COPENE Petroquímica do Nordeste e à RIOCEL. Essa última começou o plantio de eucaliptos no Distrito Florestal dessa região com o intuito de implantar a unidade de produção de celulose (ROCHA, 2003).

A escolha do Litoral Norte da Bahia como sede de um Distrito Florestal se deu por diferentes fatores dentre os quais pode-se apontar a existência de grandes extensões de terras devolutas, a proximidade de áreas portuárias, como Salvador e Aracaju, a disponibilidade de mão-de-obra barata já fixada na região, bem como fatores relacionados ao clima e à abundância de recursos hídricos (MATTEDI, 2002).

Ainda que apoiado por altos incentivos fiscais o Distrito Florestal teve o seu EIA/RIMA, em 1989, recusado por conta muitas controvérsias nas audiências públicas entre os agentes sociais envolvidos: comunidade local, sindicatos de trabalhadores e técnicos contratados para elaboração do estudo. A partir de então, o Estado voltou-se para a implementação de mecanismo que pudesse acelerar o processo de desenvolvimento de atividades turísticas voltadas para essa região. Assim, desse momento histórico-econômico à concepção do turismo como vetor de desenvolvimento muita coisa aconteceu. Esses fatos serão narrados a seguir.

3.2 O Turismo como vetor de desenvolvimento do Litoral Norte da Bahia

Da década de 1970 até os dias atuais a região do Litoral Norte começou a ser vista sob a ótica do turismo, acreditando-se que o turismo era potencialmente um vetor de desenvolvimento econômico, porquanto se constituiu como um fenômeno

típico das sociedades modernas de cunho econômico, político, social e cultural, movimentando pessoas, capital, e tendo o poder de penetrar em culturas distintas.

Assim, os investidores da Praia do Forte, do município de Mata de São João, foram os precursores do movimento turístico da região com a construção de um empreendimento turístico denominado *Praia do Forte Eco Resort*¹⁴, com uma área construída em 250 mil m² e distribuídos em 250 apartamentos (PRAIA...2005).

Nas palavras de Mattedi (2002, p. 6), pode-se analisar o processo de transferência de propriedades e atividades econômicas – da agricultura ao turismo – durante as gerações que levaram à consolidação do primeiro *resort* do Litoral Norte:

No município de Mata de São João, em 1922, a antiga fazenda Praia do Forte foi vendida a um ex-governador da Bahia, descendente dos D'Ávila. Nela desenvolveu-se um programa de mudas selecionadas de coco, associado à pecuária extensiva. Com a morte do proprietário, em 1939, tem início um processo de declínio econômico dessa unidade produtiva, com notícias de conflitos acirrados entre herdeiros e posseiros. Somente após 30 anos, na década de 1970, a fazenda Praia do Forte foi vendida. Fazia parte da propriedade um pequeno núcleo populacional estabelecido onde hoje funciona o primeiro *resort* da região.

Dessa forma, inaugurou-se um ciclo de desenvolvimento do produto turístico “Litoral Norte” voltado para o mercado internacional e utilizando-se das potencialidades naturais da região, como as praias paradisíacas, as quais, na época, vale ressaltar, estavam inteiramente preservadas. Afinal, até a construção da BA-099 ou Linha Verde, em 1993, essa região estava completamente isolada dos centros urbanos. Nas palavras de Stifelman (1997, p. 30)

[...] esses núcleos populacionais, existentes na APA-LN, que até a construção do prolongamento da BA-099 (Linha Verde) estavam praticamente isoladas pelo difícil acesso aos centros urbanos, passaram a ser objeto de ‘slogans’ do mercado turístico, vistos como exóticos habitantes tradicionais.

Dessa forma, iniciaram-se, factualmente, os processos de impacto socioambiental no Litoral Norte. Uma das primeiras tentativas de minimizar os

¹⁴ Informações específicas sobre a Praia do Forte e o Eco Resort podem ser consultadas em Spínola (1997) e Sobrinho (1998). As autoras fizeram pesquisas que tiveram como foco de estudo essa região litorânea analisando a gestão territorial e as influências do turismo.

impactos turísticos no meio ambiente foi a criação, em 1975, do Parque Florestal Garcia D'Ávila, através do Decreto Estadual nº 24.643/75, abrangendo os municípios de Mata de São João e Camaçari. Em 1977, a área foi transformada em Refúgio Particular de Animais Silvestres, através do IBDF/IBAMA.

A década de 1980, por sua vez, representou um momento de reflexão do Governo Federal para pensar no turismo como uma alternativa para enfrentar a crise econômica que estava assolando o país.

Na Bahia, o Governo Estadual vai sentir os efeitos da crise da “década perdida” um pouco depois, em meados da segunda metade da década de 1980. Afinal, durante os anos predecessores investiu fortemente na indústria petroquímica de Camaçari e a partir da conjuntura econômica do país ficava evidente que seria incompatível dar prosseguimento em investimentos em grandes projetos do setor petroquímico.

Nesse sentido, o turismo era visto como uma (para não dizer a principal ou única) alternativa viável para soerguer a economia estadual, na medida em que os olhos dos investidores começavam a ver no Litoral Norte uma área potencialmente turística, haja vista as belezas naturais da região e a proximidade com a capital, a fácil acessibilidade e, sobretudo, a proximidade do principal centro emissor – Salvador.

O turismo na região do Litoral Norte era tido, inicialmente, como fator secundário do desenvolvimento. Contudo, posteriormente foi encarado como eixo de equilíbrio da balança comercial do Estado, pois se reconheceu que ele era um grande gerador de receitas, sendo assim, encarado como uma verdadeira “indústria turística”.

A preocupação com a questão do turismo ligado ao meio ambiente surgiu no início da década de 1980 com a instituição da Política Nacional de Meio Ambiente, a qual foi abordada no capítulo anterior. Entretanto, cabe reafirmar que foi nesse

mesmo período, inclusive, que foi construída a ponte sobre o Rio Pojuca, consolidando o trecho Arembepe - Rio Pojuca da BA-099, tempo em que se ampliou a rede de energia elétrica da região e o Projeto TAMAR foi institucionalizado.

No final de 1993, através do Programa de Desenvolvimento Turístico – PRODETUR, etapa 1, foi finalizada a construção da rodovia BA-099 ou Linha Verde, a qual marcou decisivamente a história e a vida de cada um dos moradores do Litoral Norte da Bahia, em especial dos artesãos de Porto de Sauípe.

Mattedi (2002) faz uma síntese comparativa sobre as características do turismo na APA Litoral Norte da Bahia e que pode contribuir para o entendimento da dinâmica turística aplicada ao local. Cabe salientar o impacto sobre o artesanato da palha de piaçava na região de Mata de São João e Entre Rios, tema específico dessa dissertação.

Tiveram, pois, três momentos de experiências turísticas na região do Litoral Norte da Bahia ocupando áreas contínuas do Litoral Norte com modelos de *resorts*: a) a partir da década de 1970, com a instalação do *Praia do Forte Eco Resort*; b) a partir da década de 1980, na localidade de Imbassaí; e, c) a partir da década de 1990 até a contemporaneidade, com o Complexo Turístico Costa do Sauípe. (MATTEDI, 2002. p. 23).

Quadro 3 - Características do turismo na APA LN da Bahia

<i>Mata de São João e Entre Rios</i>	<i>Esplanada, Conde e Jandaíra</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Configura-se a partir de elementos exógenos, tendo início na década de 1970. 	<ul style="list-style-type: none"> • Tradicional, mantendo-se como atividade endógena, de caráter local e/ou regional.
<ul style="list-style-type: none"> • Padrão internacional, voltado para o mercado nacional e/ou internacional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Padrão local, voltado para o mercado local e regional;
<ul style="list-style-type: none"> • Alto impacto socioespacial e ambiental, com importantes transformações na organização social do espaço, apresentando elementos de segregação socioespacial. 	<ul style="list-style-type: none"> • Os impactos socioespaciais e ambientais estão associados a outras atividades econômicas como o reflorestamento e a agropecuária tradicional, e, ao turismo, apenas secundariamente.
<ul style="list-style-type: none"> • Alto impacto sobre a estrutura produtiva local: emergência de atividades e serviços 	<ul style="list-style-type: none"> • Pequeno impacto sobre a estrutura produtiva local, em que as atividades tradicionais são

ligados ao turismo;	ainda predominantes.
<ul style="list-style-type: none"> • Conflitos sobre o uso de recursos naturais, agora destinados ao uso turístico, envolvendo uma acelerada privatização dos mesmos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Uso extensivo da base de recursos naturais para o desenvolvimento de diferentes atividades econômicas, entre elas o extrativismo, assentamentos rurais destinados à reforma agrária e, secundariamente, para o turismo.
<ul style="list-style-type: none"> • Modernização da pesca, desestruturação de antigas colônias de pesca e <u>impacto sobre o artesanato da piaçava</u>. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pesca artesanal e manutenção da tradicional Feira do Conde.
<ul style="list-style-type: none"> • Presença de megaprojetos turísticos e grandes investimentos, públicos e privados, na atividade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pequenos empreendimentos turísticos, padrões construtivos precários e investimentos privados de pequena monta na atividade turística.
<ul style="list-style-type: none"> • Turismo como "devorador de paisagens"¹⁵. 	<ul style="list-style-type: none"> • Grande potencial paisagístico e utilização espontânea desses recursos.

Fonte: MATTEDI, 2002, grifo nosso.

Essas experiências estão consubstanciadas às três mais importantes intervenções governamentais que se caracterizaram como marcos decisivos para a consolidação da área como destinação turística prioritária do Governo: a) o PRODETUR; b) a abertura da BA 099 ou Linha Verde; e c) a criação da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte – APA LN. Pela relevância dessas intervenções serão tecidos alguns comentários separadamente a cada uma delas.

3.2.1 O Programa de Desenvolvimento do Turismo da Bahia – PRODETUR/BA

A consolidação do turismo como vetor de desenvolvimento econômico na Bahia deu-se após a crise da indústria petrolífera no final da década de 1980. A partir de então, o Governo do Estado da Bahia dedicou-se a investir na indústria do turismo com o lançamento de um programa para que o seu desenvolvimento fosse tão próspero quanto as atividades econômicas anteriormente aplicadas à região.

¹⁵ Este conceito é desenvolvido por KRIPPENDORF (1989).

O PRODETUR foi financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, tomando como exemplo, diferentes experiências semelhantes de países em crise, subordinados ao Fundo Monetário Internacional – FMI, e que apontavam o turismo como uma alternativa para superar retração econômica e profundas desigualdades sociais.

Nesse sentido, o BID e o Banco Mundial – BIRD foram conduzidos a financiar projetos ligados ao desenvolvimento da atividade turística. Assim, abriram uma linha de financiamento para o turismo do Nordeste com a finalidade de combater a pobreza e gerar emprego e renda para a população.

O PRODETUR dividiu-se em cinco sub-programas¹⁶ que previam intervenções em diferentes áreas para investimentos: a) infra-estruturas aeroportuária, rodoviária e hidroviária; b) saneamento básico; c) energia; d) telecomunicações; e) recuperação do patrimônio histórico; f) equipamentos e serviços; g) marketing; e, h) desenvolvimento de recursos humanos.

Segundo o relatório de avaliação do PRODETUR I e II (BRASIL, 2004, p. 3), publicado nesse ano:

O governo brasileiro contratou, em dezembro de 1994, por intermédio do Banco do Nordeste, operação financeira com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de US\$ 400 milhões, destinada a financiar o Prodetur/NE I. Essa operação previu contrapartida mínima de US\$ 270 milhões, oferecida pela União e pelos estados partícipes do programa. Originalmente, o contrato de empréstimo foi celebrado com vigência de 5 anos para desembolso e de 25 anos para amortização. Por meio de termo aditivo, o prazo de desembolso foi ampliado para 10 anos.

Em setembro de 2002, o Governo Brasileiro celebrou, por intermédio do Banco do Nordeste, novo contrato de empréstimo com o BID, no valor de US\$ 400 milhões, sendo US\$ 240 milhões provenientes do financiamento externo e US\$ 160 milhões da contrapartida a ser oferecida pela União (US\$ 80 milhões) e pelos partícipes do programa (US\$ 80 milhões). O contrato tem vigência de 5 anos para desembolso e de 25 anos para amortização.

Entretanto, para a obtenção do financiamento liberado pelo BID, os estados nordestinos tinham que elaborar o seu plano de desenvolvimento turístico, requisito

¹⁶ São eles: político-institucional, gestão, infra-estrutura, equipamentos e serviços, promoção e divulgação, e pólos e corredores turísticos.

atendido, imediatamente, pelos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe (QUEIROZ, 2002).

Segundo Queiroz (*Ibid.*, p. 148) “o plano formado pela Bahia foi denominado PRODETUR, nome que, mais tarde, o BID passaria a atribuir ao conjunto dos planos efetuados pelos estados nordestinos”.

O PRODETUR-BA adotou um mecanismo de divisão do estado apoiando-se na dimensão espacial¹⁷. Assim, dividiu a Bahia em sete zonas turísticas: a) Costa dos Coqueiros, b) Baía de Todos os Santos, c) Costa do Dendê, d) Costa do Cacau, e) Costa do Descobrimento, f) Costa das Baleias e g) Chapada Diamantina. A partir de 2000, foram criadas as Zonas Turísticas São Francisco, Vale do Jequiçá, Chapada Norte e Caminhos do Oeste (Veja-se a figura 2).

Cada Zona Turística, por sua vez, tinha como diretriz fundamental a criação de Centros Turísticos, que se constituiriam em mecanismos de promoção e desenvolvimento econômico da região litorânea e interior do estado, aproveitando-se das áreas potencialmente turísticas, ou seja, áreas com riquezas naturais e culturais que poderiam servir de atrativos turísticos. Nessas áreas seriam implantados equipamentos hoteleiros, infra-estrutura de lazer, urbanização, áreas de preservação ambiental entre outros.

¹⁷ Vale dizer que o Programa Caminhos da Bahia (1979) foi o pioneiro na adoção de critérios espaciais para divisão de roteiros turísticos que visam reforçar e criar novos destinos e produtos turísticos.



Figura 2 – Zonas Turísticas da Bahia definidas por ocasião do PRODETUR
 Fonte: Adaptado da Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia, 2004.

Assim, as primeiras Zonas atendidas foram: Costa do Descobrimento, com três centros: Itacaré/Ilhéus, Porto Seguro/Caraíva, Ponta da Baleia/Abrolhos; e Costa dos Coqueiros, com o centro Forte/Sauípe, sendo que essa última assumiu caráter prioritário na agenda de investimentos (*Ibid.*, p. 150).

O PRODETUR, inicialmente, justificou-se pelo fato evidente do crescimento da atividade turística na Bahia e suas conseqüentes implicações negativas sobre os meios social e ambiental, já evidentes em algumas regiões e que, por esse motivo, clamavam por soluções imediatas. Nesse sentido, ele foi desenvolvido para reforçar a potencialidade nordestina de manter e expandir sua crescente indústria turística, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico regional, além do aumento da receita fiscal dos estados.

Esse programa foi dividido em duas fases, e operacionalizado por Órgãos e Secretarias de Governo dos estados contemplados, com a pretensão de prover infra-

estrutura básica e serviços públicos as áreas de expansão turística, onde a capacidade do Estado não acompanhou a demanda por tais serviços.

Nesse contexto, segundo o Relatório do PRODETUR I intitulado “resultados e lições aprendidas” elaborado por Perazza e Tuazon (2002, p. 5), esse programa foi concebido para financiar:

a) obras múltiplas de infra-estrutura básica e serviços públicos; b) cinco projetos específicos de expansão de aeroportos; e c) projetos de desenvolvimento institucional, considerados prioritários para a dinamização do turismo na Região Nordeste do Brasil. [...] No momento da aprovação do empréstimo, a lista de projetos analisados incluía 160 obras múltiplas considerando todos os setores elegíveis do programa, os projetos dos cinco aeroportos e programas de assistência técnica e reforço institucional aos órgãos participantes do Programa.

A idéia era que com a melhoria das condições infra-estruturais das áreas turísticas elas atrairiam mais rapidamente os investimentos, principalmente, da iniciativa privada e de melhor padrão, gerando, assim, oportunidades de emprego, aumento dos níveis de renda e das receitas públicas.

Segundo Fadul et. al. (2003, p. 4)

A estratégia para o desenvolvimento turístico adotada pelo PRODETUR-BA evoluiu conceitualmente ao longo da execução do programa, a partir de três fatores essenciais: a) melhor abordagem sobre a atividade turística no âmbito das instituições e das equipes técnicas envolvidas; b) consolidação da concepção de gestão integral como principal viés do planejamento turístico na Superintendência de Desenvolvimento do Turismo – SUDETUR da Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia (SCT-BA); e c) maior interatividade com as comunidades das regiões priorizadas, como recurso de construção das políticas de turismo.

Muitas análises podem ser feitas sobre o PRODETUR. Entretanto, atualmente se verifica um maior amadurecimento, da sociedade civil, das agências estaduais e municipais, quanto à importância da participação da sociedade para dar sustentabilidade às ações de desenvolvimento turístico de uma área.

Em alguns casos, a própria sociedade local foi bem sucedida em pressionar para alterar o trajeto ou localização de projetos, ou se organizou para formar grupos de acompanhamento na construção de estradas e para definição de planos de manejo

de APAs¹⁸, ainda que em alguns desses projetos não tenham beneficiado diretamente as populações locais.

Segundo Mattedi (2002, p. 35) projetou-se para o horizonte de poucos anos, a oferta de 98.000 novos leitos, dos quais cerca de 20% iriam localizar-se na Costa dos Coqueiros, zona turística que inclui Porto de Sauípe, na região econômica do Litoral Norte da Bahia, aproveitando-se da BA-099 como mecanismo de rápido e fácil acesso à região litorânea em questão.

3.2.2 A BA-099 ou “Linha Verde”

A construção da rodovia BA-099 ou “Linha Verde” fez parte do processo de desenvolvimento turístico na Bahia. Antes da construção da estrada¹⁹, em 1993, a APA-LN era servida por vias de má qualidade, tornando o contato com a capital inconstante e de difícil acesso, principalmente na época das chuvas. O turismo desenvolvido no local era prioritariamente de caráter micro-regional, através de pessoas que iam passar férias ou participar de alguma excursão de curta temporada.

Com a inclusão do Litoral Norte da Bahia no Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia – PRODETUR/BA, a Linha Verde veio a ser construída e com ela a ampliação das possibilidades de desenvolvimento do turismo em toda a região, porquanto ela significaria um extenso corredor turístico cercado por belezas naturais extraordinárias que permaneceram sem ações antrópicas intensivas durante muito tempo.

¹⁸ Veja-se o Plano de Manejo para a APA Litoral Norte e o EIA/RIMA para abertura e pavimentação da BA-099. No caso dessa rodovia, a comunidade conseguiu alterar o percurso de alguns trechos da estrada que iriam passar muito próximos às zonas que na época apresentavam maior concentração populacional.

¹⁹ Antes deste período só havia estrada asfaltada até a entrada de Praia do Forte.

A BA-099 foi o marco decisivo do turismo no Litoral Norte, todas as referências ao local são do tipo “antes” ou “depois” dela. Por esse motivo, essa estrada transformou-se num fator de mudança da vida social de comunidades que se caracterizavam pelo isolamento. Segundo Mattedi (2002, p. 31, grifo nosso)

a dificuldade de acesso ao litoral via terrestre, seja pela costa ou pelo interior, assegurou à população local, durante praticamente quatro séculos, o livre acesso e um uso diversificado dos recursos naturais disponíveis na área, mantendo-se um modo de vida tradicional voltado para o a pequena produção, a pesca, a caça, a confecção do artesanato de palha e a extração de diversos produtos naturais.

As obras desta rodovia foram iniciadas na década de 1970, sendo que até os anos 1980, ela estendia-se do Rio Ipitanga, no município de Lauro de Freitas, até Arembepe, em Camaçari, numa extensão de 26 Km. Depois um novo percurso um pouco além da ponte construída sobre o Rio Pojuca (limite do município de Camaçari com Mata de São João), no sentido norte, antes das localidades de Praia do Forte e Açú da Torre, já em Mata de São João. Essa ponte foi construída em 1983, tempo em que foi asfaltada até o entroncamento que dava acesso à Praia do Forte e Açú da Torre.

A perspectiva de construção da continuidade da BA-099 suscitou a realização do Seminário “*Implicações e danos ambientais para a construção da Rodovia 099 - Estrada do Coco*”, realizado em 1987, dando origem, simultaneamente, à formação do Grupo de Assessoramento ao Meio Ambiente – GAMA, do Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia – DERBA²⁰.

Entretanto, o trecho já construído favoreceu ao início do desenvolvimento turístico da região com a implementação de novos equipamentos turísticos, transformações na gestão social e ambiental dos recursos naturais, a exemplo da criação de uma estação ecológica para preservação das tartarugas marinhas em Praia

²⁰ A partir de 1998 essa entidade passou a chamar-se Departamento de Infra-estrutura de Transportes da Bahia, mantendo-se a mesma sigla.

do Forte. Paulatinamente, essa estrada começou a possuir loteamentos destinados a segunda residência para veraneio, bem como ser alvo de especulações imobiliárias, como foi abordado anteriormente. Segundo Magalhães (2003, p. 94)

Estes loteamentos, em especial, são um reflexo do acelerado crescimento populacional gerado pelo processo de industrialização da RMS [Região Metropolitana de Salvador], com a instalação do Copec [Complexo Petroquímico de Camaçari] em Camaçari, que decorrente da demanda de bens e serviços gerada pelos novos salários, dinamiza o mercado imobiliário regional, expresso particularmente com a implantação do primeiro trecho da BA-099, conhecido como “Estrada do Coco”.

A partir de então, para consubstanciar a Política Nacional do Meio Ambiente foi iniciado um Estudo Prévio de Impacto Ambiental – EPIA com a participação de diferentes entidades governamentais, tais como a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, o Grupo de Assessoramento ao Meio Ambiente – GAMA, a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, o Centro de Recursos Ambientais – CRA²¹, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e a Universidade Federal da Bahia – UFBA, tendo sido concluído pelo DERBA em 1990. Esse estudo prévio justificou-se, porquanto se começou a perceber que os loteamentos, movidos por uma lógica “modista” estavam se instalando nas margens da estrada e feriam a legislação ambiental sendo, portanto, nocivos ao meio biótico da região.

O EPIA tinha como objetivo subsidiar a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente – RIMA, que viria a ser concluído pela equipe técnica de consultores contratados pela HIGESA Engenharia Ltda. no início do ano 1992.

²¹ O CRA é uma autarquia vinculada à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Governo do Estado da Bahia. É o órgão executor da Política Estadual de Administração dos Recursos Ambientais, com personalidade jurídica de Direito Público e autonomia administrativa e financeira. O CRA tem poder de polícia administrativa, que tanto fiscaliza o meio ambiente, como cria ou altera as normas ambientais, sempre submetidas à aprovação do CEPRAM - Conselho Estadual de Meio Ambiente (ANDRADE, 2003a).

Após a realização de audiências públicas para debates e esclarecimentos sobre a rodovia que viria a ser construída na região, o Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM autorizou a emissão da licença²² de localização da estrada, tempo em que foi criada a APA do Litoral Norte.

As obras da rodovia (Trecho Praia do Forte – Limite com Sergipe) duraram, aproximadamente, 6 meses, sendo executadas, em sua totalidade, pela Construtora Norberto Odebrecht – CNO, a qual foi contratada por meio de licitação pública pelo DERBA. Como a BA-099 foi construída paralelamente ao mar, o acesso a ele se dá por outras rodovias, como a BA-876 que liga a Arembepe, BA-874 a Praia do Forte, BA-867 a Porto de Sauípe, a BA-506 a Subaúma, a BA-400 a Baixios e a BA-233 a Sítio do Conde (Veja-se a figura 3).

Durante a finalização das obras da rodovia, dezembro de 1993, concluiu-se, também, o Plano de Manejo da APA Litoral Norte que tinha por escopo a implementação de perspectivas de desenvolvimento sustentável para a região do Litoral Norte. Esse Plano de Manejo só foi aprovado e regulamentado²³ pelo CEPRAM em 1995.

²² Licença de localização da BA-099 dada pelo CEPRAM através da Resolução nº 544 de 12/03/1992.

²³ O Plano de Manejo foi aprovado pelo CEPRAM através da Resolução nº 1.040 de 21/02/1995.

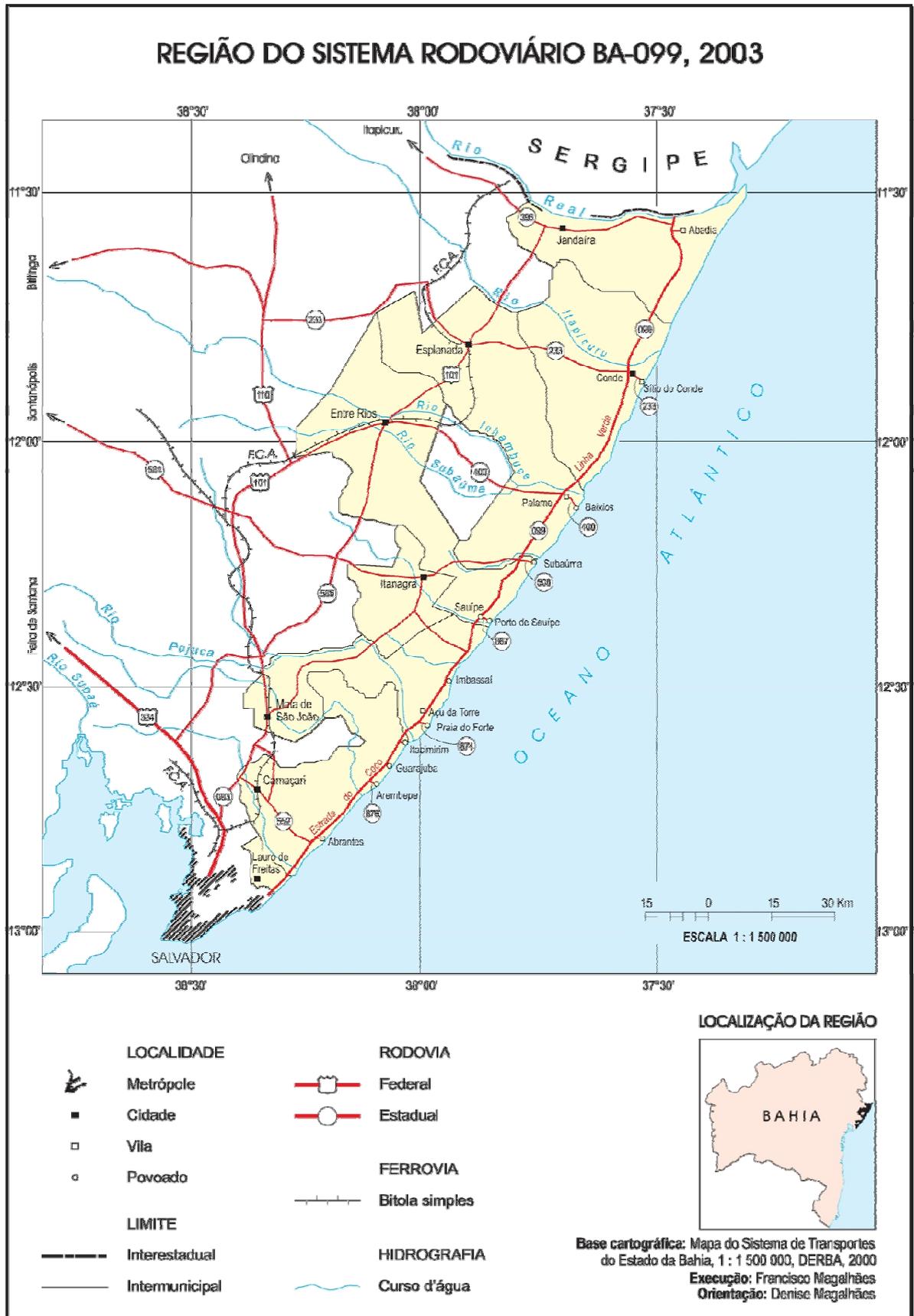


Figura 3 – Região do sistema rodoviário da BA-099, 2003.
 Fonte: MAGALHÃES, 2003.

Falar que a “Linha Verde” modificou totalmente a realidade das comunidades litorâneas parece redundância, pois além dela dividir as comunidades ao “meio”, ela afastou as populações locais para a sua margem esquerda dando uma nova configuração socioespacial imposta pelas transformações que estavam acontecendo na região. Assim, a margem direita, banhada pelo oceano Atlântico, ficou disponível para a construção de empreendimentos turísticos e para apreciação das pessoas em visita ao local (no sentido Bahia – Sergipe).

Isso ocasionou sérios impactos socioambientais como, por exemplo, o acelerado processo de especulação imobiliária caracterizada pelo parcelamento do solo, indícios de violência, prostituição, alterações na identidade das culturas locais assentadas em bases tradicionais, bem como agressão direta à fauna e flora locais.

A previsibilidade desses impactos era nítida desde a elaboração do EIA-RIMA. O parecer dos técnicos e consultores solicitava alterações e desvios em alguns trechos, bem como clamava pela eminente necessidade de preservação físico e socioambiental de alguns pontos que interferiam diretamente no meio ambiente natural e social.

O relatório do EIA/RIMA elaborou algumas conclusões e recomendações para cada trecho da rodovia, divididos em: a) trecho Açú da Torre – Massarandupió; b) trecho Rio Massarandupió – Rio Inhambupe; c) Rio Inhambupe – Rio Itapicuru; e d) Rio Itapicuru – Rio Real.

O primeiro trecho é o que interessa diretamente à pesquisa, porque compreende o Complexo Turístico Costa do Sauípe e o povoado de Porto de Sauípe. Para esse trecho, o relatório (BRANDÃO, 1992, s/p, grifos nossos) afirma que:

Nesse trecho, a rodovia percorre pontos mais próximos à linha de praia, atravessando área de transição entre a Formação Barreiras e formações quaternárias de sedimentos marinhos, caracterizados como dunas e restingas. Segundo a legislação federal deverão ser permanente e preservadas e mantidas nas suas características naturais, tendo em vista a fragilidade desses ecossistemas.

[...]

Sob o ponto de vista socioeconômico, esse trecho da rodovia atravessa uma região altamente ocupada, com elevada densidade habitacional, devendo, ao máximo ser mantida a estrutura organizacional desses aglomerados, conforme analisado anteriormente.

Para esse trecho da rodovia, os Estudos de Impacto Ambiental recomendam o estudo de uma variante que permita o deslocamento do traçado na direção noroeste, de forma a localizar a rodovia sobre a Formação Barreiras, promovendo um maior afastamento dos sedimentos quaternários (dunas). Apesar dessa área hoje atravessar um ambiente em processo de degradação, com a implantação de loteamentos sobre as dunas, não é justificável contribuir para esse processo, principalmente porque o mesmo fere a legislação Federal e Estadual.

Mais de uma década já se passou desde a publicação desse relatório, e, ainda, consegue-se associar à contemporaneidade os mesmos problemas de caráter socioambiental. Inicialmente, essa estrada foi projetada dentro de uma lógica moderna facilitando o acesso à área e criando perspectivas de desenvolvimento regional através da implementação de projetos turísticos de todos os portes, desde as pousadas aos hotéis de padrão internacional. Essa perspectiva veio acompanhada por outra: a expectativa de transformação social gerada por meio de melhoria da qualidade de vida com aumento de renda e empregos na região, principalmente nas atividades ligadas ao turismo.

Todavia, é fácil verificar que esse corredor de belezas paradisíacas vem sendo ameaçado pela lógica perversa de um capitalismo consumidor de espaços, além de estar sendo alvo de atitudes de cunho irresponsáveis caracterizadas por uma devastadora ação de crescimento desordenado, a qual, por consequência, sinaliza a possibilidade de falência dos recursos naturais, culturais e sociais, elementos fundamentais para as atividades turísticas da região.

No caso da Associação de Artesãos de Porto de Sauípe, esses impactos foram previstos e, sobretudo, sentidos pela comunidade de artesãos, principalmente no que se refere ao esgarçamento de um tecido social, que se sustentava em um trançado de palha de piaçava, e à restrição do acesso à matéria-prima.

Afinal, a rodovia, soube ocupar, mas não soube respeitar, desenvolver e subsidiar elementos que pudessem garantir a regeneração dos ecossistemas locais. Por outro lado, vale dizer também, que ela facilitou a vida de algumas pessoas, inclusive dos artesãos, pois proporcionou maior contato com Salvador e, por isso, criou um acesso mais fácil para o escoamento de sua produção.

3.2.3 A Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia - APA LN

A expansão do desenvolvimento turístico e a histórica especulação imobiliária no Litoral Norte da Bahia fizeram com que o Estado buscasse conduzir as transformações ocorridas na região com a ampliação do controle sobre os espaços e recursos naturais.

Desta forma, para otimizar o gerenciamento de áreas em risco socioambiental e/ou para minimizar impactos negativos, o estado da Bahia criou unidades de conservação, entre as quais 33 Áreas de Proteção Ambiental – APAs, sendo 23 estaduais e 10 municipais. Segundo o substitutivo ao Projeto de Lei – PL 2.892/92, de 1996, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação/SNUC o conceito de APA é definido como sendo uma área

[...] em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar da população residente e do entorno, e tem com o objetivo disciplinar o processo de ocupação, assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e promover, quando necessário, a recuperação de áreas degradadas.

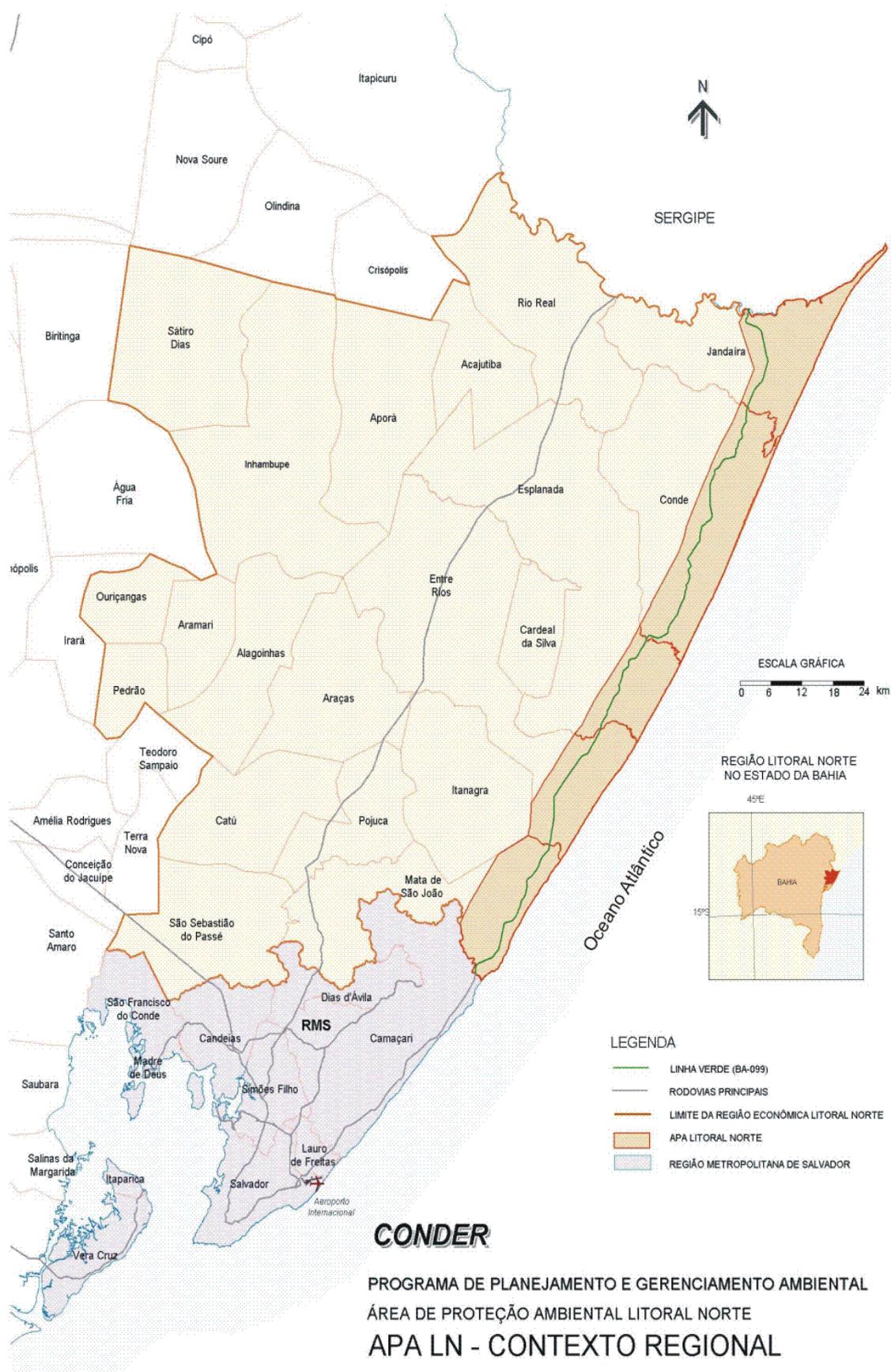


Figura 4 – Contexto Regional da Área de Proteção Ambiental, APA do Litoral Norte, Bahia.
 Fonte: Conder, 2001.

Neste momento, o interesse desse trabalho aponta, especificamente, para a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia – APA Litoral Norte que foi institucionalizada e efetivada pelo Decreto Estadual nº 1.046, de 17/03/1992. De acordo com tal documento, ela se localiza no litoral norte do Estado, abrangendo as partes dos municípios de Mata de São João, Entre Rios, Conde, Esplanada, e Jandaíra (Veja-se a figura 4).

Conforme a figura 5, a APA LN é caracterizada fisicamente por uma série de regiões homogêneas paralelas ao mar que se apresentam como: praias, cordão de dunas, baixios margeados pos terraços marinhos baixos e altos, série adicional de dunas de areia e leques aluviais: Formação Barreiras assentadas em Base Cristalina (LORIMER, 1998).

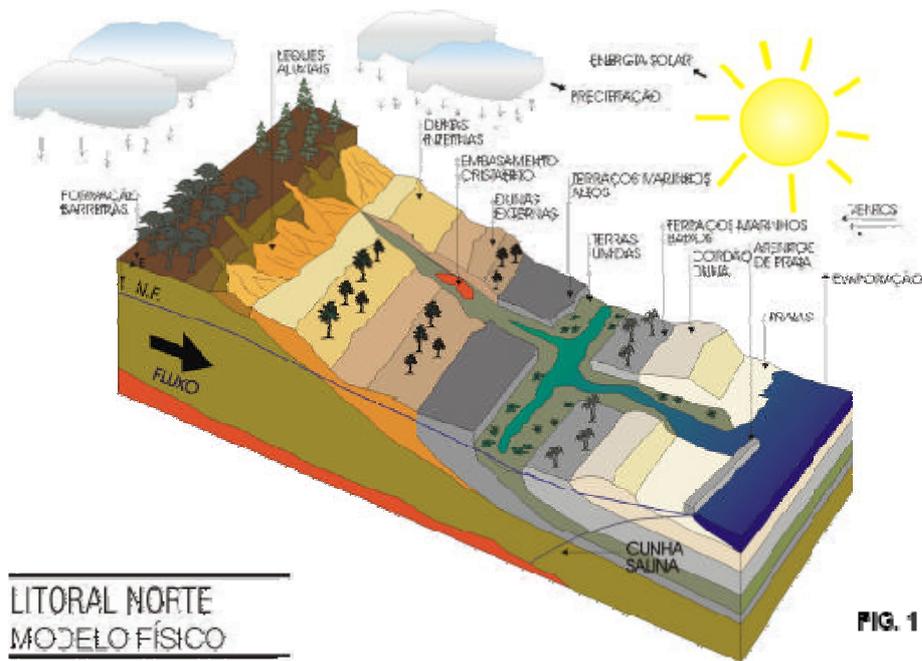


Figura 5 – Características físicas da APA Litoral Norte.
Fonte: Conder, 2001.

Socialmente, a população residente na APA Litoral Norte é homogênea, ou seja, não apresenta muita diferenciação social no decorrer do seu percurso. A população é jovem, pobre, sem escolaridade e pouco preparada para enfrentar um

processo de mudanças socioculturais e econômicas (MATTEDI, 2001). Essa informação constou nos relatórios dos consultores técnicos da Ws Atkins, no período do Programa de Planejamento e Gerenciamento Ambiental – PPGA.

Esse Programa foi realizado entre os anos 1997-2001, no âmbito de um convênio de cooperação técnica firmado entre os governos britânico e brasileiro que tinha como proposta a atualização do Plano de Manejo da APA Litoral Norte que havia sido aprovado pelo CEPRAM em 1995.

A supervisão do PPGA ficou sob responsabilidade dos dois países, através dos seus respectivos órgãos responsáveis pelas relações exteriores: Department for International Development – DFID e pela Agência Brasileira de Cooperação – ABC.

A execução desse projeto foi liderada pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER e pela Ws Atkins International Ltd. em consórcio com o Natural Resources International – NRI, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia – SEPLANTEC. Outras instituições estaduais também colaboraram com a execução do PPGA: o CRA, a Superintendência de Desenvolvimento Turístico – SUDETUR e o DERBA.

O PPGA utilizou uma metodologia participativa que incluía a participação de diferentes segmentos da sociedade e o envolvimento de consultores nacionais e internacionais, universidades, organizações não-governamentais – ONGs, técnicos e dirigentes de instituições federais, estaduais e municipais.

O resultado desse programa foi a elaboração de um diagnóstico social, econômico e ambiental da APA LN intitulado Programa de Desenvolvimento Sustentável para a APA do Litoral Norte da Bahia – PRODESU, o qual elaborou estratégias, projetos socioeconômicos e ambientais prioritários (públicos e privados

de longo, médio e curto prazos), bem como uma estratégia de zoneamento ecológico-econômico para os próximos 10 anos.

De acordo com essa proposta de zoneamento, o povoado de Porto de Sauípe encontra-se como uma das principais localidades da APA Litoral Norte, motivo justificado pelas suas riquezas naturais e pela proximidade territorial com uma área de intenso turismo, haja vista a vizinhança com o Complexo Turístico Costa do Sauípe, que, na época, ainda não havia sido inaugurado, mas já se previa os impactos negativos de caráter socioambiental.

Porto de Sauípe possui também uma ampla zona de expansão para crescimento urbano, ao lado de uma vasta área que precisa ser conservada pela existência de vida silvestre e pela presença de hidrografia de importância fundamental para a região norte, além de área com potencial para a agricultura. Por esse motivo é mais do que necessário, é de vital importância que se repensem as propostas de intervenção nessa localidade.

Recentemente, Magalhães (2003) defendeu sua dissertação sobre a BA-099 no âmbito do Mestrado em Análise Regional da UNIFACS, a qual apresentou uma proposta adaptada para o zoneamento ecológico-econômico para a APA Litoral Norte dividindo-a em quatro áreas: a) de preservação, b) de conservação, c) de uso intensivo, e d) de comprometimento ambiental. Vale dizer que Porto de Sauípe possui todas essas áreas relacionando-se simultaneamente (Vejam-se os anexos A e B).

Enfim, foi sob a perspectiva da sustentabilidade que o PRODESU objetivou, estrategicamente, compatibilizar o crescimento econômico com a conservação da qualidade do meio ambiente e, conseqüente, melhoria da qualidade de vida das populações residentes na APA Litoral Norte, tendo o turismo como o principal e inevitável vetor de desenvolvimento local. Assim, foi sob as bases de uma proposta de

desenvolvimento sustentável, que a Associação de Artesãos de Porto de Sauípe se estruturou e se consolidou como um exemplo e modelo a ser seguido.

CAPÍTULO IV

Tradição e modernidade em Porto de Sauípe

Em Porto de Sauípe, se por um lado a facilidade de acesso, proporcionada pela estrada, gerou uma certa dinamização do turismo e da economia local, por outro propiciou o aumento do custo de vida, o surgimento de uma primeira invasão, em área de fragilidade ambiental e o desenvolvimento de prostituição.

ECOPLAM, 1995.

Como já foi discutido no capítulo anterior, a população da APA Litoral Norte da Bahia, incluindo a comunidade de Porto de Sauípe, atravessou séculos sem muitas transformações em sua estrutura produtiva e, em apenas algumas décadas, muitas coisas mudaram.

Processos como a industrialização, a urbanização, a ocupação espontânea do solo, a implantação de uma lógica não-planejada – do ponto de vista da sustentabilidade ambiental e da inserção das comunidades locais nos planos macroeconômicos –, chamada “turismo” começaram a fazer parte da rotina das comunidades do Litoral Norte, obrigando-as a se “adaptarem” social e economicamente, dia após dia, e viver de maneira sempre nova associada a muita

criatividade, para que conseguissem enfrentar as vicissitudes da vida, as quais as mudanças econômicas impuseram.

Para seguir a lógica de estudos adotada, as análises serão focadas para a comunidade de artesãos de Porto de Sauípe, um sub-distrito de Subaúma, localizado no município de Entre Rios, que está na área de impacto direto do Complexo Turístico Costa do Sauípe e que, assim como em outras localidades, está havendo uma reestruturação social, econômica, ambiental e cultural em face da nova lógica turística que mergulhou na vida local.

Essa reestruturação se deu a partir de diferentes ciclos de atividades econômicas que envolveram a economia dos municípios do Litoral Norte da Bahia, em especial de Mata de São João e Entre Rios, área de influência direta do Complexo Turístico Costa do Sauípe.

Nessa perspectiva, será apresentado nesse capítulo como está se dando a relação da comunidade de Porto de Sauípe com o Complexo Turístico Costa do Sauípe analisando os impactos sociais, culturais e ambientais que resultaram da relação entre um megaprojeto hoteleiro e uma comunidade assentada em bases tradicionais; bem como as alternativas que estão sendo buscadas para minimização desses impactos.

4.1 Algumas reflexões teóricas preliminares

Falar da tradição artesanal de Porto de Sauípe é falar do processo de consolidação de uma identidade cultural. A questão cultural é amplamente debatida entre os cientistas sociais, em especial, os antropólogos que se debruçaram durante décadas ao estudo, análise e interpretação de culturas.

Por isso, conseguir explicar o comportamento individual, quando em coletividade, sempre foi uma tarefa árdua que passa por gerações de pesquisadores e discussões em busca de conceitos e definições.

O conceito de cultura é profundo e está intrinsecamente relacionado à questão social. Ou seja, só há sociedade porque existe cultura e vice-versa. Afinal, a cultura perpassa por um estudo semiótico que envolve signos, símbolos e significados produzidos pelas relações sociais. Ela é pública e o homem não tem como escapar dela. É como se ele ficasse amarrado a uma teia tecida por ele próprio e que se conseguir soltar-se estará sujeito às sanções sociais.

Segundo Geertz (1989, p. 58) a cultura, é uma “totalidade acumulada de tais padrões; não é apenas um ornamento da existência humana, mas uma condição essencial para ela – a principal base de sua especificidade”. Ou seja, a cultura faz parte da construção de mapas mentais que orientam os homens em suas relações.

Nesse sentido, as representações simbólicas transcorrem diferentes culturas e formas de organização social, de modo que cada uma modele e adapte, seus comportamentos, representações e interpretações sobre o meio natural. Conforme Diegues (1998, p. 63) “a força mais profunda que movimenta o homem e faz com que [ele] invente novas formas de sociedade é sua capacidade de mudar suas relações com a natureza, ao transformá-la”. Guatarri (Apud MENDONÇA, 2001, p. 20) complementa: “mais do que nunca a natureza não pode ser separada da cultura e precisamos aprender a pensar ‘transversalmente’ as interações entre ecossistemas, mecosfera e universos de referência sociais e individuais”.

Por isso, não se pode imaginar ações humanas sobre o ambiente natural sem a pré-existência de uma cultura consolidada que represente, organize e legitime as ações humanas e, por consequência, sociais. Uma vez materializada a cultura, implica

em dizer que ela já foi aceita e assimilada pela consciência individual de cada ser humano que compõe o tecido social.

Há também uma dimensão psicológica e imaginária da cultura que faz com que agentes de uma mesma sociedade pensem e ajam de modos distintos. Por exemplo, enquanto as terras do Litoral Norte significam para os seus habitantes o seu lugar de residência, as raízes de seus antepassados e suas perspectivas futuras; para os especuladores e empresários, essas mesmas terras, significam fontes potenciais de lucro e os habitantes, os obstáculos para se alcançá-lo.

Isso evidencia que eles – empresários, especuladores e habitantes – participam de níveis econômicos diferentes e, cada um desses sistemas, implica em um modo diferente de fazer uso dos recursos naturais do Litoral Norte, seja “bom” ou “mau”, a depender do ponto de vista de cada um. Afinal, não é a natureza, tampouco as limitações geográficas que incentivam um uso específico de exploração dos recursos naturais, mas, sobretudo, as relações sociais aliadas aos seus objetivos de produção material de subsistência.

Diegues (1998) aponta que a criação de áreas naturais protegidas em territórios ocupados por sociedades tradicionais pode ser vista, inclusive, como uma forma de apropriação indébita de seus direitos legítimos às terras de propriedade de seus antepassados e o modo de vida que se estabilizou num espaço que se distingue da realidade urbano-industrial. Principalmente, se essa criação implica em deslocamento de população para a criação de uma área natural protegida pela legislação ambiental.

Essa forma de usurpação, por sua vez, parece ser mais grave quando se concretiza com o argumento de que é pelo bem público de uma nação. É, ainda, vista como uma privação de seu território, ou seja, significa a expropriação de uma porção

da natureza sobre o qual eles consolidaram uma identidade, uma relação íntima com a natureza, enfim, uma representação simbólica desse espaço que fornece os seus meios de subsistência.

Pode-se afirmar que isso aconteceu, em parte, com os habitantes de Porto de Sauípe, na medida em que eles tinham o uso da terra secularmente, usavam-na de modo sustentável e equitativo, e, de repente, não podiam ter acesso a ela por conta da sua privatização, seja por causa da construção de empreendimentos turísticos, seja por causa da construção da BA-099, ou ainda, quando verificaram que tinham que começar a competir o uso de suas terras com novos atores sociais: turistas, que disputavam um espaço público, a praia.

Assim, a partir dessas considerações cabe explicitar como está se dando as relações entre o Complexo Turístico Costa do Sauípe, o maior empreendimento turístico da América Latina, e o povoado de Porto de Sauípe que se sustentava em uma economia tradicional caracterizada pela pesca, agricultura de subsistência e pelo artesanato, uma herança de antepassados indígenas.

4.2 Porto de Sauípe e o Complexo Turístico Costa do Sauípe

A estrutura econômica da região do Litoral Norte, bem como de Porto de Sauípe, é baseada em atividades ligadas à agricultura familiar, pesca, mariscagem, coleta de frutos e confecção de artesanato (Veja-se o anexo D). Para a execução destas atividades respeita-se a divisão social do trabalho (há os que são realizados por mulheres e outros exclusivamente por homens) e as estações do ano, ou seja, “pesca-se mais no verão, trabalha-se na roça no inverno, produz-se farinha, artesanato e se coleta coco todo o ano” (STIFELMAN, 1997, p. 98).

Focalizando a atenção para Porto de Sauípe verifica-se que esse é um povoado localizado ao sul do município de Entre Rios²⁴ no litoral norte baiano (veja a figura 6) debruçado sobre as águas do Oceano Atlântico e às margens do rio do mesmo nome, ou seja, Rio Sauípe. Cabe destacar que não se pode confundir com a Vila Sauípe que se localiza no município de Mata de São João e na outra margem da Linha Verde.

Entre Rios é um município que foi criado por Lei provincial em 1872 e, atualmente, conta com uma população de aproximadamente 37.500 habitantes distribuídos em uma área de 1.164,8 km² – tabela 1 (IBGE, 2000).

Tabela 1 – População e área dos municípios costeiros do Litoral Norte da Bahia, 2000.

Município	População	Área (km²)
<i>Região do Litoral Norte</i>	<i>530.898</i>	<i>12.173,8</i>
Mata de São João	32.568	680,8
Entre Rios	37.513	1.164,8
Esplanada	27.230	1.403,0
Conde	20.426	950,6
Jandaíra	10.027	644,2
Total municípios litoral	127.764	4.843,40

Fonte: IBGE, Censo demográfico, 2000.

Segundo informações do último Censo Demográfico realizado em Porto de Sauípe, pelo Programa Berimbau-Sauípe S/A, as informações populacionais apontam para a existência de 1.103 domicílios, correspondendo a 4.241, numa média de 3,85 hab/domicílio.

O acesso à comunidade sauípense pode se dar pela BA-099 ou Linha Verde, ou pela BR-101 seguindo-se pela BA-867, num total de 104 km de distância até Salvador. Esta última rodovia é a que liga a Linha Verde ao centro da vila, numa extensão de 4 km de vias pavimentadas, e que tem uma paisagem de mar aberto, extensas áreas verdes e de coqueirais, além da praia de areia branca e fina (Veja-se a figura 7).

²⁴ Entre Rios limita-se com os municípios de Alagoinhas, Aporá, Cardeal da Silva, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Mata de São João, Araçás e com o Oceano Atlântico.

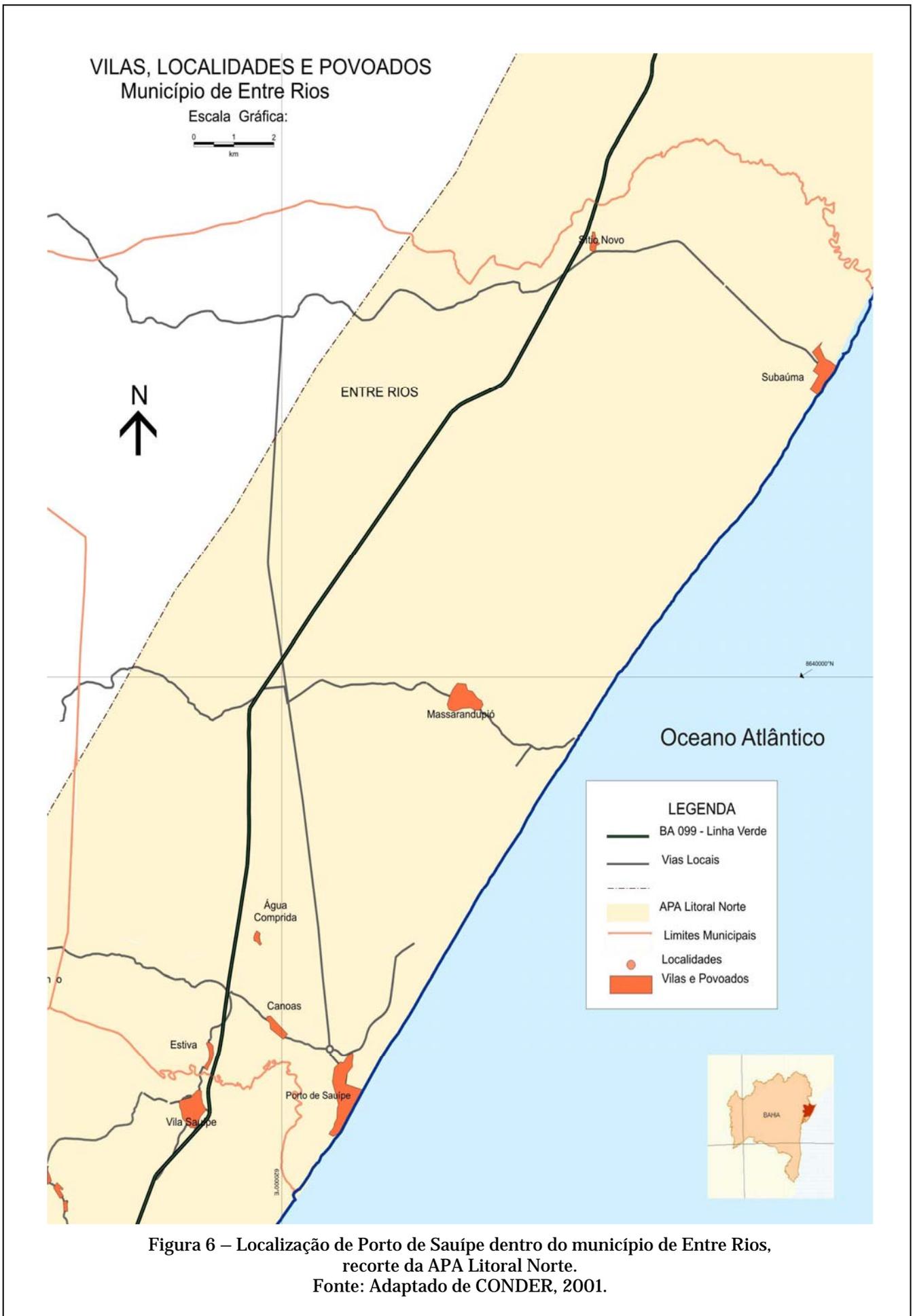




Figura 7 - Vista aérea de Porto de Sauípe.
Fonte: Interline Apud SILVA, 2003.

O nome desse povoado originou-se pelo fato de ter sido construído um porto no local pelo imigrante Sigismund Schindler durante o século XIX, aliado ao nome do rio que passa pelo local, daí “Porto de Sauípe”.

Porto de Sauípe tinha uma vida pacata e uma pequena população que sobrevivia de atividades tradicionais. A beleza natural do local, o acesso turístico de “sol e praia” para banhos de mar e rio, favoreceu, inclusive, a geração de renda para os barraqueiros que ali se instalaram. Todavia, assim como nos outros povoados, Porto de Sauípe sofreu fortes transformações após a construção da Linha Verde, seguindo-se pela implantação do megaprojeto Complexo Turístico Costa do Sauípe.

A praia de areia clara e fina, as águas quentes do Oceano Atlântico que abraça as extensas propriedades de Porto de Sauípe aliado a uma comunidade hospitaleira, acolhedora e possuidora de uma identidade cultural fortemente enraizada, se transformaram nos principais atrativos do local.

Antes da existência do Complexo já existia um turismo local em Porto de Sauípe, ainda que em pequena escala, mas que mantinha viva a dinâmica do turismo e a economia local.

Entretanto, essa situação não perdurou por muito tempo. Pois, a partir do momento em que a população verificou que o Projeto Sauípe não passaria de meras propostas de melhoria de vida e que a realidade diária de que as perspectivas de crescimento econômico não andariam com a rapidez que se esperava, ascendeu-se uma preocupação com o crescimento desordenado e excessivamente acelerado do turismo local, haja vista ser a realidade mais eminente para a rotina das pessoas que ali residiam.

Mesmo porque, era evidente que o povoado não tinha, sequer, condições infra-estruturais turísticas, sociais e culturais mínimas que conseguissem suportar, repentinamente, um fluxo de visitantes em alto número. Diante dessas circunstâncias o forte impacto sobre os recursos naturais foi inevitável. Segundo Mattedi (2002, p. 60)

Além do forte impacto sobre os recursos naturais e da inexistência de qualquer estrutura de apoio para esse tipo de turismo, como sanitários públicos, estacionamentos etc., há ainda o fato de tratar-se de um turismo pouco vantajoso do ponto de vista comercial, atraindo ambulantes e prejudicando o mercado local.

Veja-se o depoimento sobre Porto de Sauípe de uma pessoa entrevistada durante a pesquisa de campo e que foi atraída pelas belezas naturais do povoado e hoje convive com todas as contingências socioambientais:

O turismo local vai por motivos não muito especiais... o turismo internacional não liga muito para o aspecto estético da cidade, ele se encanta com a naturalidade do lugar, das praias... a Barra é muito linda, tem o rio... as pessoas do Porto são muito extraordinárias, existe um matriarcado inconsciente, mas muito forte que faz com que as pessoas fiquem na porta de suas casas para conversar, trançar, cantar. Então, Porto Sauípe tem uma peculiaridade do ponto de vista cultural, embora tenha sido massacrada.

[...]

Aquela coisa de você ter o mato, o rio, o mar, você já nasce tradicional, então de alguma forma você vive uma forma de equilíbrio econômico. E isso até pouco tempo atrás, porque logo antes da Linha Verde o turismo não existia, e

após disso, o impressionante é que tudo veio muito rápido, não foi acompanhado pelas populações, foi muito brusco, destruiu o que já existia, e não trouxe uma alternativa possível [de subsistência] por causa das próprias condições, da falta de infra-estrutura, da falta de preparo – escolaridade das pessoas. Tudo isso naturalmente tinha sido previsto e não foi feito nada.

Atualmente, o que se percebe em Porto de Sauípe é um elevado grau de exclusão social caracterizada pelas precárias condições de vida da população, com um aumento potencial das agressões ao meio ambiente e aprofundamento no desequilíbrio dos recursos naturais, o que faz com que se reduza a atratividade do local e que haja impactos negativos sobre os empreendimentos turísticos locais.

Cabe ressaltar que essa situação foi prevista pelo RIMA, mas não foram tomadas medidas plausíveis e suficientemente necessárias para que se minimizassem e/ou evitassem tais impactos. O conhecimento desses possíveis impactos pode ser constatado pelo informativo da ODEBRECHT, datado de 1998 que trata do assunto em questão:

A pacata vila de Porto Sauípe passará a conviver com uma movimentação de riquezas jamais imaginada na região. Fazer essa adaptação de forma gradativa, sem agressões e sem distorções é uma das maiores preocupações da Odebrecht. Em Sauípe, temos absoluto compromisso com a preservação do meio ambiente e com a valorização da área, a fim de que o complexo evolua por etapas. (ODEBRECHT..., 1998, p. 6).

Essa realidade, caracterizada por um contínuo aumento do grau de exclusão social, é fruto de um processo de ocupação espontânea que se desenvolveu no local. Principalmente no que se refere ao crescimento populacional acelerado que ocorreu em Porto de Sauípe, substancialmente, durante e após a conclusão das obras infra-estruturais de construção do Complexo Turístico Costa do Sauípe, de forma não planejada, ainda que o PRODESU tenha elaborado uma proposta de plano diretor urbano para o povoado, levando em consideração todos os aspectos bióticos e sociais da região; e que pesquisadores já apontassem para o fenômeno do crescimento demográfico acelerado, antes da inauguração do Complexo.

Segundo informação obtida pela pesquisa realizada por Stifelman (1997, p. 146): “a rearticulação dos espaços por uma utilização diferenciada dos recursos naturais e por um aumento descontrolado da população local, causado pela migração são dois efeitos previstos na implantação do Projeto Sauípe”. Cabe dizer que o argumento relatado por Stifelman (*Ibid.*) não foi nenhum tipo de profecia, mas, sobretudo, uma análise de cunho coerente e responsável acerca dos impactos socioambientais que se fazem presentes até a contemporaneidade,

Segundo o PRODESU, no início do ano 2000 a população de Porto de Sauípe era projetada em mais de 3.000 habitantes, conforme o mapa de população elaborado na época da realização do projeto (veja-se o anexo C). Atualmente – depois da construção do Complexo –, constata-se uma população de 4.241 habitantes. Esse crescimento populacional significou e refletiu sérios impactos sociambientais, principalmente sobre o rio Sauípe, o principal meio de abastecimento de água potável da região.

As estatísticas populacionais de Porto de Sauípe são precisas, porquanto foi concluído um Censo Demográfico, em outubro de 2004, encomendado pela gestão do Complexo Turístico Costa do Sauípe. Afinal, Porto de Sauípe localiza-se nas proximidades do Complexo e possui importância estratégica na configuração socioespacial.

Vale dizer, que o rápido aumento populacional também estava previsto no RIMA e aconteceu exatamente como descrito, ou seja, de forma desorganizada, não fiscalizada, com invasões por grupos de pessoas que seriam atraídas pela promissora perspectiva de emprego e que ocuparia áreas naturais que deveriam ser preservadas, como as áreas verdes e os mangues.

Conforme um depoimento verbal de uma integrante da APSA coletado durante a pesquisa de campo pode-se verificar que existe consciência, por parte dos moradores de Porto de Sauípe, sobre a situação socioambiental que assola a região.

Nas palavras de uma associada:

[...] os impactos sociais foram muito bem descritos no RIMA. Inclusive se previa o aumento populacional totalmente desorganizado, não fiscalizado, que previu as invasões; no próprio RIMA se fala de grupos de desempregados que chegariam, e armariam “cacetes armados”, isso está no RIMA.

Então, nessa época a coisa fundamental seria controlar o crescimento populacional, na medida do possível, a partir da participação do CRA, IBAMA, CREA e da prefeitura e nada disso houve e, de outro lado, eles deveriam formar as pessoas... porque.... a vida antiga acabou por causa do Complexo Turístico...

[...]

O rio [Sauípe] foi poluído, foi poluído tanto pelas habitações das moradias que foram criadas no manguezal; jogando no manguezal ou no leito do rio o seu esgotamento, lixo de plástico... [Isso aconteceu] em parte pela ignorância, em parte porque quem veio morar [em Porto Sauípe] não veio carregado de carinho pelo local, veio na busca de emprego, na busca desesperada de emprego.

Durante as obras do Complexo, Porto de Sauípe foi tomada como alojamento dos funcionários da Odebrecht que estavam trabalhando por lá, afinal, o deslocamento diário Sauípe-Salvador-Sauípe onerava os custos das obras. Segundo Silva (2003, p. 70, grifo nosso):

As instalações de Porto Sauípe e Vila Sauípe foram utilizadas como infraestrutura de apoio para a construção do complexo e foram instaladas a partir de 1998, aproximadamente 2.500 pessoas, sendo que Porto Sauípe recebeu um contingente em torno de 2.000 funcionários da CNO e das empresas contratadas (sub-empresas), o que ocasionou uma série de transformações socioambientais, em que pese ter contribuído para o crescimento e revitalização, ainda que temporários, do comércio local. Desse contingente, segundo informações locais, permaneceram em Porto Sauípe cerca de 1.500 homens.

Conforme depoimento verbal acerca desse fenômeno, uma representante da Associação de Artesãos de Porto de Sauípe, que conviveu com a realidade descrita anteriormente, respaldou os argumentos de Silva (*Ibid.*) afirmando que:

Porto Sauípe transformou-se numa cidade dormitório, onde todo mundo vai ficando, porque fica muito caro ir todo dia para Salvador. Ou quando não tem mais dinheiro para ir embora vai ficando. Não ficaram em Mata de São João porque eles souberam se defender muito bem, porque tem os alemães lá, o pessoal da Praia do Forte. Empurraram todo mundo para Porto Sauípe.
[...]

Quando começou o Costa do Sauípe, invadiram Porto Sauípe sem trazer nada de bom, porque não comiam, só dormiam, impregnavam, e emprenhavam as meninas...

[...]

Quando tem obras, a Odebrecht manda para as pousadas [de Porto Sauípe] algumas pessoas, eles estimam o valor, quanto tempo as pessoas vão ficar e aí o turista local quando chega não tem local para dormir, aí não volta mais, e, quando volta, a Odebrecht já saiu e já largou tudo [estragado]... é um círculo vicioso.

Segundo Mattedi (2002) os principais impactos que atingiram a região no entorno do Complexo Turístico Costa do Sauípe, e por consequência, em Porto de Sauípe são:

- a) a desestruturação da estrutura produtiva local e da cultura, do ponto de vista antropológico, das comunidades tradicionais, nas quais se baseavam em economias agrícolas, na maioria de subsistência, e atividades pesqueiras e de confecção de artesanatos;
- b) transformações cíclicas e dinâmicas nas relações de trabalho, pois a partir deste momento o fenômeno do assalariamento surge em áreas de pequenas propriedades onde o trabalho autônomo e/ou de subsistência era proeminente;
- c) mudanças no modo de se relacionar com os recursos naturais e conscientização de sua vitalidade para a sustentabilidade humana; e
- d) o fenômeno da ocupação espontânea das áreas litorâneas, até então inexploradas, acompanhadas da ascensão de problemas

[...] tipicamente urbanos em áreas oficialmente rurais. Assim, problemas como os de abastecimento de água, poluição de rios e fontes, deposição de resíduos sólidos, saúde pública, segurança pública, violência, prostituição infanto-juvenil, invasões e favelização, antes inexistentes nos pequenos povoados ou cidades médias litorâneas (MATTEDI, *Ibid.*, p. 78).

Ainda que as relações socioespaciais com o Complexo Turístico Costa do Sauípe sejam o principal alvo das análises da presente pesquisa, não podem ser desconsiderados os impactos negativos sobre Porto de Sauípe que iniciaram-se com implementação da BA-099 e que se acentuaram profundamente com o Complexo.

Um ponto que é necessário destacar refere-se à geração de empregos temporários criados no período de construção do Complexo Hoteleiro. Sabe-se que após a conclusão das obras muitas pessoas alimentaram esperanças em continuar trabalhando dentro do Complexo. Contudo, o nível de exigência profissional admitido pela rede hoteleira, de padrão internacional, não conseguia ser atingido pela baixa qualificação dos moradores e, fundamentalmente, pela baixa escolarização incompatível com o perfil dos profissionais requeridos.

Como foi apresentado, os impactos provocados pelo turismo são caracterizados por alterações e transformações em locais receptores de turistas. No caso do estudo em questão se deu pela influência do Complexo Turístico Costa do Sauípe sobre a comunidade de Porto de Sauípe e seus artesãos. Essas transformações podem se dar de forma *positiva*, agregando benefícios para o local, ou *negativa*, prejudicando-o. Assim, as relações entre o homem e o meio ambiente ou entre turistas e comunidade receptora assumem múltiplas dimensões e provocam mudanças nas esferas social, cultural, econômica, ambiental etc..

Com o objetivo de estruturar alguns impactos – positivos e negativos afeitos às realidades tradicional e moderna – foi elaborado o quadro a seguir buscando esquematizar a realidade que se manifestou em Porto de Sauípe e que influenciou as relações existentes entre os elementos ligados à atividade turística e os residentes da comunidade que configuram a atualidade. Vale ressaltar, que foi utilizada a divisão entre “tradição” e “modernidade” com o objetivo de sinalizar uma divisão temporal do tipo antes e depois da implantação do Complexo Hoteleiro, o que não significa uma divisão entre o que é tradicional é ruim e o que é moderno bom, ou vice-versa.

Quadro 4 – Quadro analítico-comparativo das relações sociais, econômicas, ambientais e culturais antes e depois da implantação do complexo hoteleiro.

TRADIÇÃO	MODERNIDADE
<ul style="list-style-type: none"> • Atividades econômicas baseadas na agricultura, pesca e artesanato. 	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades econômicas alteradas por causa da atividade turística. Em alguns casos voltadas diretamente para o atendimento do turista. • Dinamizou-se o comércio local, sobretudo, lojas de material de construção civil, supermercados, o que acarretou aumento de preços dos produtos finais.
<ul style="list-style-type: none"> • Sem predominância de relações de trabalho de forma assalariada. As atividades eram ligadas à subsistência familiar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Relações de trabalho em crescimento contínuo em atividades comerciais, serviços e turismo. • Perspectiva de melhoria de vida com a consolidação de relações trabalhistas com o Complexo Turístico Costa do Sauípe. • Geração de emprego pelo complexo hoteleiro para a comunidade sauipeense em atividades ligadas aos serviços gerais. Ex.: pedreiro (período de construção), camareira, jardineiro, auxiliar de cozinha entre outros.
<ul style="list-style-type: none"> • As relações do homem com a natureza norteavam o comportamento social e individual. Por exemplo: o tempo era medido pela relação homem-natureza. Ou ainda, a comunicação era mais pessoal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de novos hábitos e valores sociais. Ex.: o tempo passou a ser medido pelo relógio – há horários definidos para acordar, almoçar e dormir. • A comunicação é impessoal sendo realizada por telefone, celular e correspondências eletrônicas.
<ul style="list-style-type: none"> • Sem preocupação com a escolaridade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Consciência de que a escolaridade é fator fundamental para crescimento profissional em atividades ligadas ao turismo. Principalmente, dentro do Complexo Turístico Costa do Sauípe.
<ul style="list-style-type: none"> • Utilização equilibrada dos recursos naturais (terra, água e mata). 	<ul style="list-style-type: none"> • Redução de alguns recursos naturais, que antes havia em abundância, como por exemplo, a piaçava. • Ascensão de consciência ecológica por parte da comunidade através da sua preocupação com a preservação do meio ambiente, haja vista a concepção do seu esgotamento.
<ul style="list-style-type: none"> • Os recursos naturais não estavam em uma propriedade, mas simplesmente disponível pela natureza. 	<ul style="list-style-type: none"> • Os recursos naturais passaram a ter donos, porquanto o solo passou a ter um proprietário, o qual cercou suas terras evitando a aproximação de pessoas estranhas.
<ul style="list-style-type: none"> • O solo não tinha um dono específico. A comunidade residente herdou as terras de antigas gerações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Parcelamento do solo e especulação imobiliária. • Cercamento de áreas impossibilitando a coleta de matéria-prima do artesanato local.
<ul style="list-style-type: none"> • Relações sociais baseadas no compadrio, criando-se laços de amizade entre os moradores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Relações sociais re-configuradas, por conta do crescimento populacional, do aumento do convívio direto com turistas locais e internacionais e empreendimento turístico de grande porte.
<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de problemas sociais tipicamente urbanos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Emergência de problemas sociais tipicamente urbanos, a exemplo de violência, assaltos, prostituição.
<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de graves problemas ambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ascensão de graves problemas ambientais, decorrentes da poluição das águas, solo e ar. São causadores desses problemas tanto o complexo hoteleiro quanto a gestão política do município que não fez intervenções infra-estruturais suficientes no distrito.
<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento demográfico e atividades turísticas locais compatíveis com a infra-estrutura do distrito. 	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento demográfico acelerado, convivência com atividades turísticas e relação direta com empreendimento hoteleiro de grande porte sem respectivo acompanhamento de infra-estrutura.

Fonte: Elaboração própria, 2004.

Esse quadro foi organizado, através da coleta de informações secundárias a partir de trabalhos publicados, recentemente, e de relatos dos partícipes da pesquisa

de campo (artesãos associados e diretoria da associação de artesãos). Dessa forma, irá ser apresentado ao leitor um panorama qualitativo sobre a situação da comunidade sauiense, com uma leitura do tipo antes (tradição) e depois (modernidade) das relações com o empreendimento hoteleiro.

Tendo em vista tantos desequilíbrios sociais, econômicos e ambientais nesse povoado, foram tomadas algumas iniciativas de minimização desses impactos. Essas medidas podem ser divididas entre as de “alcance geral” que se propõem ao benefício de toda comunidade e que vêm sendo sinalizadas através de denúncias da população, de relatórios de pesquisa, e pelo desequilíbrio evidente entre o ambiente natural e social desde 1992, tempo em que se criava a APA LN.

Outras medidas são as de “caráter específico” para regulação dos conflitos socioambientais que se caracterizam, especialmente, pela restrição do acesso à palha de piaçava por parte dos artesãos de Porto de Sauípe. As medidas de “abrangência geral” são caracterizadas pela:

- a) criação da APA LN (1992), a qual foi discutida durante o Capítulo III;
- b) elaboração do Plano de Manejo da APA LN (1995);
- c) criação do Fórum de Acompanhamento da implantação do Projeto Sauípe, pela Resolução do CEPRAM nº 1326 de 19 de dezembro de 1996, através do qual foram realizadas audiências públicas (uma a cada dois meses) com a participação de todos os segmentos sociais: o público, o privado e a sociedade civil (1996);
- d) criação de um Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentado da Costa dos Coqueiros que é coordenado pelo Instituto de Hospitalidade (1998);
- e) elaboração do Programa de Desenvolvimento Sustentável para a APA LN, o qual também foi analisado no capítulo anterior (1999); e

f) continuidade do Fórum de Acompanhamento do Projeto Costa do Sauípe²⁵ exigido pela Resolução do CEPRAM nº 2573 de 19 de janeiro de 2001 para acompanhamento da gestão socioambiental do Complexo Hoteleiro e constituir sua legitimidade junto às populações locais.

Dentre as medidas citadas, cabe ressaltar a importância da proposta do Instituto de Hospitalidade – IH, o qual assumiu a responsabilidade pela implementação de iniciativas que visam contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Litoral Norte. A metodologia adotada pelo IH envolve cursos de capacitação, realização de eventos, workshops e intercâmbios de experiências entre os artesãos.

O trabalho de artesanato da palha de piaçava está mergulhado neste contexto. Nos cursos oferecidos, por exemplo, são ensinadas novas técnicas que possibilitam aos artesãos a melhoria da identidade visual de seus produtos, porquanto eles aprendem a diversificar a sua arte. Segundo Silva (2003, p. 82-83), a partir desses cursos os artesãos

[...] passaram a criar peças decorativas, acessórios de moda e novos objetos utilitários, agregando valor ao seu trabalho pela interação da tradição com o *design*. Assim, as comunidades preservam e renovam o artesanato existente na região, fortalecendo a sua identidade cultural.

Nessa perspectiva, através das informações disponibilizadas pelo IH (INSTITUTO..., 2004) identifica-se que essa instituição tem como objetivo social

contribuir para a promoção da educação e da cultura da hospitalidade, visando o aprimoramento do setor do turismo e sua contribuição ao desenvolvimento sustentado do Brasil, através da concepção e desenvolvimento de programas e da mobilização e articulação de agentes representativos da sociedade.

Todas as atividades desenvolvidas pelo IH são parte integrante do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Costa dos Coqueiros, o qual busca a

²⁵ Segundo Andrade (2003) o Fórum é composto por um representante de cada comunidade do entorno, o diretor técnico da ECOPLAM, o Diretor de Operações da Sauípe S.A. e representantes convidados. Os convidados são atores envolvidos com a temática em discussão. A mobilização para as reuniões, que acontecem a cada dois meses, é realizada por uma assistente social da ECOPLAM.

dinamização da economia local respeitando a cultura das comunidades tradicionais que historicamente possuem saberes locais que se transformaram em sustento familiar.

Segundo Teixeira (Apud ANDRADE, 2003a, p. 7) na etapa de formulação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentado da Costa dos Coqueiros, “uma equipe do IH passou três meses junto às comunidades, procurando perceber como as manifestações de ‘modernidade’ repercutiam sobre a vida destas”. Assim, o objetivo principal era não deixar que a dita ‘modernidade’, associada à lógica turística de acumulação capitalista, desestruturasse a economia, a cultura, a história e a identidade das comunidades locais.

Esse Programa, coordenado pelo IH consolida premissas de desenvolvimento sustentável da atividade turística, respeito pelos ambientes natural e social do Litoral Norte, bem como exercita a iniciativa privada²⁶ à prática da responsabilidade social e ao comprometimento efetivo com o despertar de consciência crítica e cidadania de comunidades que tiveram suas vidas transformadas pela lógica do turismo implantada na região. Silva (2003, p. 83) afirma que

Esse projeto beneficia as instituições locais e segmentos sociais que não estão sendo contemplados por outros projetos hoje em curso na região, visando contribuir com um processo de formação e adequação de condições que permitam a essa população usufruir mais amplamente dos benefícios decorrentes das novas atividades implantadas. Esses benefícios devem estar de acordo com os princípios da justiça social e da sustentabilidade ambiental, evitando ou mitigando os impactos negativos que dizem respeito, sobretudo, à exclusão de significativas parcelas da população dos benefícios gerados socialmente.

Nesse sentido, o IH vem desenvolvendo atividades que integram os empreendimentos turísticos do local, em especial o Complexo Turístico, às comunidades locais de forma que se possa efetivar a proposta de um turismo

²⁶ Segundo informações do Instituto de Hospitalidade, os parceiros do Programa são: *Accor*; Fundação Banco do Brasil; Governo do Estado da Bahia (Secretaria do Trabalho e Ação Social - SETRAS); Instituto Souza Cruz; Marriot; Maxitel; Odebrecht; Prefeitura Municipal de Entre Rios; Prefeitura Municipal de Mata São João; Sauípe Hotels & Resorts; Sauípe S/A.; SEBRAE BA.; SENAC; *Super Clubs Breezes* e Universidade Federal da Bahia - UFBA.

sustentável, através da proposição de oportunidades de geração de emprego e renda aliados à melhoria da capacitação profissional, bem como o apoio e incentivo ao cooperativismo, inclusive o cooperativismo dos artesãos que residem nas mediações do Complexo Turístico Costa do Sauípe e necessitam de articulação para fortalecimento e viabilização de cadeias de produção e mecanismos de escoamento da produção.

Isso demonstrou que as iniciativas do IH disponibilizaram novas alternativas para que a vida das pessoas que residem no entorno do Complexo Turístico Costa do Sauípe, possam ter melhores condições e se adaptem mais facilmente às novas tendências do turismo de forma que se busque um modelo de turismo compatível com os princípios de desenvolvimento sustentável.

Enfim, educação e valorização da cultura; incorporação de novos processos produtivos; e mobilização de agentes sociais são os pilares que sustentam as propostas do Instituto de Hospitalidade. Todavia, foi verificado que essa instituição não possui nenhum tipo de vínculo com a APSA por motivos de divergências administrativas entre o IH e a direção da Associação.

Resgatando a discussão anterior sobre as medidas de “caráter específico” para regulação dos conflitos socioambientais de restrição do acesso à palha de piaçava por parte dos artesãos de Porto de Sauípe, destacam-se: (a) a fundação da Associação de Artesãos de Porto de Sauípe – APSA, tema de discussão do próximo capítulo (1997); (b) inauguração da Sede da Associação (2004); e (c) a proposição de uma área de manejo para a palha de piaçava (2004).

Vale dizer que essas medidas, que ora estão sendo denominadas de “caráter específico”, foram iniciativas da sociedade civil que conseguiu articular-se para

defender o artesanato local, e, sobretudo, suas lembranças, suas identidades, enfim, a história de suas vidas.

4.3 O Complexo Turístico Costa do Sauípe e os impactos sobre o meio ambiente e sobre o artesanato

A Bahia possui diversificadas e amplas riquezas naturais e culturais, as quais têm sido alvos de intervenções turísticas por meio da implantação de megaprojetos de empresas de capital internacional que dominam o mercado turístico mundial e que, não raro, são descomprometidas com o quesito sociedade e ambiente.

Com base nas evidências da disseminação do turismo no Litoral Norte da Bahia, pode-se dizer que esse fenômeno conseguiu introduzir-se até nos lugares de mais difícil acesso, como em comunidades autóctones, sem estrutura produtiva de cunho genuinamente capitalista, e instalar-se com rapidez, disseminando tecnologia e novos hábitos culturais à população do local, consolidando a expressão “tradição e modernidade” e provocando alterações significativas na vida social, econômica e ambiental dessas comunidades.

Nesse sentido, esses megaprojetos têm captado altos fluxos monetários; contudo, a um elevado custo social para as populações locais e para o meio natural. Cruz (2003, p. 92) afirma que “o estado da Bahia é o que detém – longe de todos os outros estados brasileiros – maior concentração espacial de *resorts* (dos vinte e cinco maiores construídos e em construção, dez estão em solo baiano)”. Veja-se o quadro a seguir:

Quadro 5 – Maiores e mais luxuosos resorts em funcionamento ou em construção no Brasil

Nº	Nome do Resort	Localização
Em funcionamento		

1.	Ariaú Jongle Towers	AM
2.	Tropical Eco Resort	AM
3.	Beach Park Suítes	CE
4.	Vila Galé	CE
5.	Blue Tree Park	PE
6.	Summerville – Muro Alto	PE
7.	Nannai – Muro Alto	PE
8.	Muro Alto Resort	PE
9.	Complexo Costa do Sauípe (5 resorts)	BA
10.	Praia do Forte Eco Resort	BA
11.	Club Med Itaparica	BA
12.	Club Med Trancoso	BA
13.	Transamérica Comandatuba	BA
14.	Itacaré Eco Resort	BA
15.	Txai Itacaré	BA
16.	Blue Tree Park – Angra dos Reis	RJ
17.	Carlton Palms Hotel	RJ
18.	Club Med Rio das Pedras	RJ
19.	Portobello Resort Safári	RJ
20.	Costão do Santinho Resort & Spa	SC
Em construção		
21.	Tapajós Amazon Lodge	PA
22.	Cumbuco SuperClubs	CE
23.	Pólo Pitangui (3 resorts)	RN
24.	Busca Vida Resort	BA
25.	Coroa Alta Resort – Ilhéus	BA
26.	Complexo Ecoturístico Terravista	BA
27.	Ilhas Perynes Resort	RJ

Fonte: Cruz, 2003, p. 89, grifo nosso.

Pode-se entender por *resort* os “empreendimentos hoteleiros que oferecem ao hóspede tudo o que ele, em geral busca em um destino turístico: hospedagem, serviços de restauração e de lazer, segurança e belas paisagens” (CRUZ, 2003, p. 89). Ou seja, lugares que sirvam como refúgio de contemplação, lugares onde a mente humana pode afastar-se e proteger-se da vida urbano-industrial caracterizada por barulho e stress. Enfim, lugares que se associam à idéia de “paraíso perdido”, de beleza intocada, de harmonia, de equilíbrio e de paz interior. Afinal, já afirmado no capítulo I que a razão de ser do turismo é a busca do exótico, do diferente.

Segundo Cruz (2003) o termo “paraíso privado” talvez seja a expressão mais apropriada para designar os territórios criados pelos mega-empreendimentos

hoteleiros do tipo *resort* que vêm se multiplicando ao longo do litoral brasileiro, ainda que não se restrinjam a essa territorialidade.

Sobre a caracterização dos *resorts* Rodrigues (1999, p. 18, grifos nossos) afirma:

Alheios às características que identificam o *lugar*, como único, constroem-se *resorts* padronizados [...], onde as pessoas respiram aliviadas porque se sentem em casa, ou seja, no seu lugar de origem. São paradoxalmente iguais, em qualquer parte do mundo, nos territórios os mais escondidos e exóticos, indiferentes ao entorno, cercados por muros, no interior dos quais os turistas são confinados durante quase toda sua estada. Só ascendem aos territórios extramuros [sic] em excursões programadas, participando de aventuras encenadas, rigorosamente controladas e sem riscos. [...] os clientes parecem não se preocupar com a essência – bastam-lhes as aparências. Apesar de buscarem o desconhecido, o inusitado, a aventura, são fundamentais dois elementos: segurança e conforto, além do *status* que a viagem empresta ao indivíduo. No dizer de Milton Santos 'em lugar de *cidadão*, forma-se um *consumidor*, que aceita ser chamado de *usuário*'.

Referendando Rodrigues (1999), Mendonça (2001, p. 19-20, grifo nosso) explica que

A atividade turística tem-se [sic] desenvolvido de tal forma que os indivíduos escolhem o lugar que vão visitar por critérios que não incluem forçosamente a personalidade do lugar, seus aspectos peculiares e especiais, suas características mais fortes – tais como a vegetação, o relevo, a hidrografia, o povo do lugar e sua cultura, sua música, seus hábitos, sua culinária. E sem esse conhecimento fica difícil respeitar. Impera uma grande superficialidade na relação com a natureza e com as populações locais. Para cada local onde a evolução do turismo se tornou difícil devido à degradação socioambiental, cria-se outro, com características semelhantes, ainda que mais modernas e aparentemente diferentes.

Os argumentos de Mendonça (2001) resgatam um pouco da teoria de Walter Christaller analisada durante o capítulo I, no qual ele afirma que o turismo vive em uma busca contínua de novas áreas para a implementação de suas atividades, ou seja, num ciclo sucessivo de promoção do local turístico de forma que se crie um ambiente de modismo em torno desse local. Assim, os fatores de atração ao local também se tornam instáveis e adaptáveis ao produto que está em moda; sendo que, no Brasil Tropical o meio ambiente se transforma em um dos principais fatores de atração turística.

Uma das premissas de justificativa da existência do turismo, se baseia numa proposta de redução de desigualdades sociais a fim de que a atividade possa tornar-se um vetor de desenvolvimento local. Porém, as experiências de implantação de megaprojetos turísticos comprovam que a premissa baseada no “desenvolvimento local”, geralmente, não é alcançada, na medida em que os impactos negativos são superiores aos positivos. Com o Complexo Turístico Costa do Sauípe não foi diferente.

Recentes estudos apontam as principais e mais graves transformações socioambientais que tiveram origem na implantação do Complexo Turístico Costa do Sauípe. Silva (2003) em sua dissertação de mestrado realizou uma pesquisa de campo na qual identificou, analisou e descreveu os principais impactos sociais, ambientais e culturais da comunidade de Porto de Sauípe oriundos da relação direta com Complexo Hoteleiro sinalizando os entraves sociais que o povoado de Porto de Sauípe enfrenta e as áreas de fragilidade ambiental que, cada vez mais, estão sendo alvo de ocupação espontânea do solo.

O empreendimento Projeto Costa do Sauípe foi concebido na década de noventa e teve sua primeira etapa inaugurada em 29 de setembro de 2000. A sua propriedade é dividida entre a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), que detém 91,2% do empreendimento, e a CNO, detentora dos 8,8% restantes. Mas, em 2003, a Odebrecht saiu da sociedade por não concordar com as alterações no projeto inicial, o qual onerou a obra em R\$ 87 milhões. Assim, a Odebrecht retirou-se da sociedade sem nada a receber pelos 8,8% que detinha, ficando somente com a propriedade das terras. O responsável administrativo pelo Complexo é a Sauípe S/A, uma empresa fundada especialmente para esse fim.

O acesso ao Complexo se dá pela BA-099 ou Linha Verde e dista de Salvador cerca de 76 km. A sua localização é no município de Mata de São João numa área que compreende a Fazenda Sauípe, comprada pela Odebrecht S/A desde a década de 1940, como foi apresentado no capítulo anterior, e tem uma extensão territorial perto dos 1.750 ha. que se estende por 6 km de praias, desde a foz do Rio Santo Antônio à foz do Rio Sauípe, no interior da APA Litoral Norte e na zona turística Costa dos Coqueiros.

O Complexo Turístico Costa do Sauípe foi idealizado, inicialmente, para ser concluído num horizonte hipotético de 20 anos com uma infra-estrutura que compreenderá 62 hotéis com diferentes padrões de qualidade e conforto que variam de 3 a 5 estrelas, sendo que 2 desses hotéis se caracterizarão como hotéis-fazenda e se situarão na parte norte do empreendimento, próximo ao clube eqüestre e ao *camping*, o qual terá capacidade para alojamento de, aproximadamente, 1.000 pessoas.

Além desses hotéis prevê-se também a construção de 60 pousadas de pequeno porte distribuídas em um projeto de construção de um conjunto de vilas (Vila Nova da Praia – concluído, Vila da Colina, Vila Ecológica, Vila do Porto e vila Agrícola), parques temáticos, casas comerciais, equipamentos de atração das vilas e 4 *campings*.

Em 2000 foram inaugurados cinco hotéis de padrão alto-luxo das redes *Marriot* (hotéis Marriot e Renaissance), *Accor* (Sofitel Suítes e Sofitel Conventions) e *Superclubs Breezes*, com uma infra-estrutura que envolve 15 restaurantes, seis pousadas, um campo de golfe com 18 buracos, 15 quadras de tênis, um centro

eqüestre, um centro náutico, e uma vila²⁷ com 26 lojas e agências de banco e correios (vejam-se as figuras 8 e 9).



Figura 8 – Vista aérea do Complexo Turístico Costa do Sauípe
Fonte: Interline Apud SILVA, 2003.

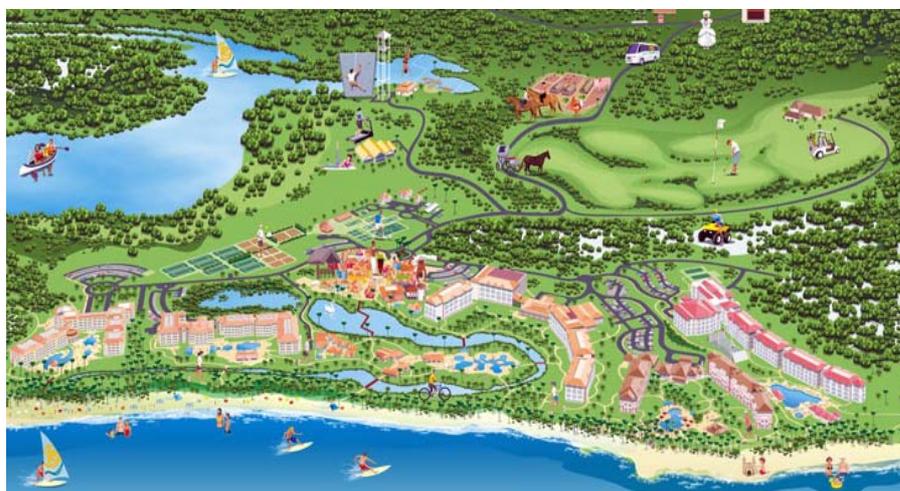


Figura 9 – Localização dos hotéis. Da esquerda para a direita: *Marriot*, *Renaissance*, Vila Nova da Praia, *Sofitel Conventions*, *Sofitel Suítes* e *Superclubs Breezes*.
Fonte: Divulgação Sauípe S/A, 2004.

²⁷ Somente a Vila Nova da Praia encontra-se concluída e compõe-se de seis pousadas: a) *Pousada Aldeia* (reproduz uma pequena vila de pescadores), b) *Pousada Torre* (alude às construções do Castelo Garcia D'Ávila), c) *Pousada Carnaval* (remete à festa carnavalesca), d) *Pousada Pelourinho* (inspirada nas construções do Centro Histórico de Salvador), e) *Pousada Maria Bonita/Agreste* (tem como temática o sertão nordestino) e f) *Pousada Gabriela* (reproduz os casarões típicos de Ilhéus e homenageia o escritor Jorge Amado).

Como pode ser percebido, o Complexo Turístico Costa do Sauípe é um empreendimento de grande porte e, portanto, capaz de causar inúmeros impactos socioambientais (positivos e negativos) nos povoados que se localizam no entorno do projeto. Os principais povoados são: Porto de Sauípe e Canoas, em Entre Rios; e Vila Sauípe, Diogo, Areal e Currálinho, em Mata de São João.

Antes de prosseguir com o relato de alguns desses impactos de caráter socioambiental, se faz mister esclarecer a responsabilidade de explicitar que os argumentos desenvolvidos por Andrade (2003b, p. 2) apresentam a idéia de que os problemas socioambientais “são formas de conflitos sociais entre interesses individuais e coletivos, envolvendo a relação natureza-sociedade”.

Partindo dessa premissa, as atividades econômicas desenvolvidas em Porto de Sauípe são a aplicação prática desse argumento, ou seja, o desenvolvimento de atividades econômicas que visavam o benefício de cunho individual propagou-se na região em detrimento dos interesses sociais, ou ainda, em detrimento dos interesses da comunidade sauipeense estabelecendo uma situação conflituosa entre os atores sociais que defendem interesses e lógicas de gestão dos recursos naturais (que são de uso comum e público) segundo lógicas individualistas, não raro também unilaterais. Assim, a seguir, serão relatados os impactos que foram considerados elementares para o objeto de análise da dissertação.

4.3.1 As Estações de Tratamento de Água e Efluentes (ETA e ETE)

Dentre inúmeros impactos negativos que estão sendo sentidos pelos povoados no entorno do Complexo Turístico Costa do Sauípe, pode-se afirmar que os que estão causando maiores problemas, tanto à Sauípe S/A quanto aos órgãos públicos, são as

Estações de Tratamento de Água e Efluentes (ETA e ETE), construídos em Vila Sauípe.

O problema das estações de tratamento de água e efluentes possivelmente não estaria acontecendo se o projeto inicial concebido, recomendado e aprovado, em 1995, pelo EIA/RIMA²⁸ e CEPRAM tivesse sido executado. Esse projeto consistia na construção de um emissário submarino para o descarte dos resíduos, o qual não degradaria tanto os rios da região, bem como não atingiria diretamente os manguezais, favorecendo, inclusive, a continuidade da atividade de pesca tradicional na região.

No projeto inicial as estações de tratamento possibilitariam, inclusive, um reaproveitamento da água para irrigação dos campos de golfe, consolidando uma opção ambientalmente correta, tempo em que também reduziria esse custo para o Complexo Turístico Costa do Sauípe.

Assim, em 1997 “num contexto de acirrada disputa regional por investimentos, o Projeto Costa do Sauípe foi modificado na sua concepção original, mediante uma negociação de *interesses* entre o *Governo do Estado da Bahia* e a *CNO*” (ANDRADE et. al., 2003a, grifos do autor). A partir de então, o Governo da Bahia responsabilizou-se, através da Empresa Baiana de Águas e Saneamento – EMBASA, pela implantação de toda infra-estrutura de saneamento necessária ao funcionamento do Complexo Sauípe.

Segundo Andrade et. al. (2003a) a CNO passou à EMBASA toda a responsabilidade pela construção das ETA e ETE. Porquanto, além de desonerar-se desses custos que chegariam a quase R\$ 12 milhões, ela não teve sua imagem prejudicada socialmente pelos danos que as ETA/ETE causariam no meio ambiente,

²⁸ O EIA/RIMA do Complexo Turístico Costa do Sauípe foi realizado pela Empresa de Consultoria e Planejamento Ambiental – ECOPLAM.

bem como se isentou de qualquer tipo de responsabilidade por esses impactos, haja vista, que a CNO e Governo Estadual já tinham conhecimento dos graves impactos socioambientais que acarretariam à saúde pública e à desestruturação da economia tradicional de pesca relatada no EIA/RIMA. Nas palavras do autor:

Mudou-se a responsabilidade (*de CNO para a EMBASA*) e a concepção do projeto (*de descentralizado e eco-eficiente para centralizado e “final de tubo”*), no que se referia à implantação das ETA/ETE do Complexo. Assim, a CNO (empreendedor privado) desonerou-se do *custo da internalização de uma externalidade negativa* causada pelo seu empreendimento (geração de esgotos sanitários). Já o Governo do Estado da Bahia (poder público estatal), através da EMBASA, responsabilizou-se pelo *custo social*, repassado pelo empreendimento privado, desembolsando o equivalente a R\$ 11,8 milhões para a implantação das ETA/ETE do Complexo Sauípe (MP, 1999a).

Mas, como o Governo também não queria arcar sozinho com os custos da implantação dessas estações, solicitou financiamento ao BID, através do PRODETUR-BA. Por esse motivo, o projeto teve que se adaptar e passou a contemplar o atendimento à sociedade local. Assim, incorporou o atendimento a quatro pequenas localidades vizinhas ao Complexo Sauípe (Vila Sauípe, Porto de Sauípe, Canoas e Currealinho).

Vale dizer que essas estações (ETA e ETE) foram construídas sem o devido licenciamento ambiental²⁹ e são alvo de muitas críticas e denúncias (da sociedade civil, Ong's e CRA), no Ministério Público – MP e na mídia local, pelos danos que estão causando ao meio ambiente. As obras de construção das estações foram paralisadas, em janeiro de 1999, permanecendo assim durante quatro meses, por ocasião da Medida Cautelar Inominada Preparatória e Ação Civil Pública (ACP) contra a empresa responsável pela obra³⁰ concedida por uma juíza da comarca de Mata de São João (ANDRADE et. al. 2003a).

Porém, como essa medida foi tomada de urgência e só tem efeito para paralisação imediata das obras, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado da

²⁹ Maiores detalhes sobre esse processo de licenciamento ambiental para a construção das estações de tratamento podem ser analisados a partir de Andrade (2003a).

³⁰ A Villa Nova Engenharia foi a construtora contratada da EMBASA para realização das obras.

Bahia suspendeu os efeitos dessa liminar com base no argumento de que o licenciamento ambiental já havia sido dado pelo CEPRAM e que a alteração realizada se deu com o objetivo de beneficiar as quatro localidades vizinhas ao Complexo Hoteleiro (*Id. Ibid.*).

As obras foram concluídas, os respectivos licenciamentos ambientais foram conseguidos sob vários condicionantes e a perícia ambiental ainda continua ativa, porquanto o conflito socioambiental ainda não acabou. Veja-se abaixo o quadro resumo das resoluções para licenciamento das obras:

Quadro 6 - Síntese do processo de regulação político-institucional do licenciamento ambiental das ETA/ETE

DATA	PRINCIPAL FATO
17/09/99	O CEPRAM, através da Resolução n. 2064, autoriza a emissão da <i>Licença de Localização (LL)</i> , válida por 02 (dois) anos, à EMBASA, para o Sistema de Esgotamento Sanitário (ETE) de Vila Sauípe, Porto Sauípe, Canoas, Currálinho e Complexo Sauípe, mediante o cumprimento de 17 (<i>dezessete</i>) condicionantes.
08/11/99	O CEPRAM, através da Resolução n. 2157, autoriza a emissão da <i>Licença de Implantação (LI)</i> , válida por 02 (dois) anos, à EMBASA, para o Sistema de Esgotamento Sanitário (ETE) de Vila Sauípe, Porto Sauípe, Canoas, Currálinho e Complexo Sauípe, mediante o cumprimento de 07 (<i>sete</i>) condicionantes.
16/02/01	O CEPRAM, através da Resolução n. 2663, autoriza a emissão da <i>Licença de Operação (LO)</i> , válida por 03 (três) anos, à EMBASA, para o Sistema de Esgotamento Sanitário (ETE) de Vila Sauípe, Porto Sauípe, Canoas e Complexo Sauípe, mediante o cumprimento de 15 (<i>quinze</i>) condicionantes.
07/05/03	O MP da Bahia, através da Promotoria de Justiça de Mata de São João, realiza <i>Termo de Inspeção</i> , com a participação de representantes do CRA, IBAMA, Ministério Público Estadual e Federal, EMBASA, CNO e Sauípe S.A., para verificação do cumprimento dos condicionantes da LOs do Complexo Sauípe e da EMBASA, <i>constatando não conformidades referentes: ao sistema de drenagem pluvial, à captação de água e ao esgotamento sanitário do Complexo Sauípe; e às ETA e ETE da EMBASA.</i>

Fonte: Adaptado de ANDRADE (2003a)

Segundo denúncia de Belém em artigo do Jornal A Tarde (2004b, grifos nosso):

O local foi considerado inadequado pelo Ibama por se tratar de várzea de rio, sujeita a inundações, podendo contaminar o manancial e provocar grandes danos ambientais devido ao frágil ecossistema existente. O Conselho

Estadual do Meio Ambiente autorizou a instalação da ETE no local, contanto que mantivesse distância de 100 metros das casas e não compromettesse ecossistemas hídricos.

PEIXE VERDE – Com o aterramento da Lagoa da Velha, e desmatamento de cerca de 50 hectares de Mata Atlântica em seu entorno, os moradores que ali tomavam banho, lavavam roupa e pescavam foram prejudicados. Perderam a lagoa que dava sustento e lazer, e os insetos ploriferaram, infernizando o povoado. Ninguém consegue vender casas em Vila Sauípe, porque ninguém quer morar próximo a uma estação de tratamento de esgoto. Dependendo do vento, o odor é insuportável. “Tem dias que ninguém agüenta respirar, chega a arder”, disse o presidente da Associação dos Pescadores de Vila Sauípe, Rubem Borges.

[...] O Instituto de Criminalística Afrânio Peixoto fez uma perícia, solicitada pela Delegacia de Proteção Ambiental, e constatou morte de espécimes da fauna, remoção parcial da vegetação, erosão, alteração do clima, poluição visual e prejuízos econômicos para a comunidade. Além de assoreamento, modificação da vazão do rio, redução da produtividade biológica, alteração das características físicas, químicas e biológicas da água, baixa concentração de oxigênio e resíduos de sabão no rio, proveniente dos efluentes da ETE e da lavanderia do complexo. O lodo dos filtros da ETE também era lançado no rio.

Assim, a inadequação ambiental do local onde as estações foram implantadas acarretaram sérios danos ao meio ambiente e à saúde pública que podem ser caracterizados, principalmente, pela contaminação das águas dos rios que estão recebendo diretamente uma substância que deixa a água do rio com uma coloração verde, da qual alimentam-se pequenos peixes e crustáceos, além da própria ameaça da vida do rio e da população residente no entorno das ETE/ETA. Como esse fato é muito recente, cabe à articulação entre a sociedade civil, poder público e Ong's ambientalistas o papel de monitoramento do impacto ambiental.

4.3.2 A restrição da matéria-prima do artesanato local: piaçava

O artesanato em Porto de Sauípe sobrevive da palha da piaçava (*attalea funifera*) – também conhecida como piassava ou piaçaba –, uma espécie de palmeira muito abundante no litoral da Bahia, a qual, a partir do seu tronco extrai-se o palmito, e, do beneficiamento das suas fibras pode-se, confeccionar cobertura de



Figura 10 – *Attalea Funifera*
Fonte: Divulgação, 2004.

casas, utensílios domésticos, bem como serve de matéria-prima para as tranças do artesanato local (Veja-se a figura 10).

Os registros históricos do Brasil datam que essa palmácea vem sendo extraída na região pelas comunidades locais com finalidade comercial ou para subsistência, desde o período colonial com a chegada

de Pedro Álvares Cabral. Inclusive, na carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal já apareciam referências ao uso dessa palmeira pela população indígena, na forma do palmito, para alimentação ou para

[...] fabricação da vassoura de uso caseiro ou industrial, isolantes térmicos e cordas para amarração de navios. No mercado local, um subproduto da extração da fibra, a borra, é bastante procurado para a cobertura de casas, choupanas ou quiosques e enchimento de estofados, além de sua utilização pelos artesãos, que fabricam, por exemplo, o samburá. (SILVA In: SIMÕES, 2002, p. 74).

O artesanato da piaçava tem suas origens nos antepassados indígenas das comunidades e atualmente tem importância significativa para a economia local dos povoados que se localizam ao redor do Complexo Turístico Costa do Sauípe, haja vista essa atividade representar a principal ocupação de inúmeras mulheres, as quais têm no artesanato uma única fonte de renda no período do inverno, pois a pesca e a agricultura tornam-se mais escassas e difíceis na região.

Com o advento do turismo e da especulação imobiliária as coisas mudaram na vida dos artesãos de Porto de Sauípe. Problemas apareceram, entre os quais podem-se destacar dois deles. O primeiro é com relação à extração do palmito das piaçaveiras, que as destroem, dizimando a sua quantidade livre. Sobre a prática de extração de palmito, Stifelman (1997, p. 100) diz que “essa prática não é tradicional, pois começou com a instalação de uma empresa de produtos agroalimentares na

fazenda que pertence à construtora Norberto Odebrecht, no ano de 1993”. Em um relato de um morador do local fica nítido esse problema:

[...] a piaçava a gente consegue aí na estrada, mas a Odebrecht tá acabando com a piaçava. Ele tira aí em qualquer lugar. Tirou o palmito, acabou o pé da piaçava. A gente vai tirar distante. Quando chega lá só acha o mato cavado. Nego arranca, tira o pé e não nasce de novo não. Depende de plantar um coquinho, um coco de piaçava, mas aí vai rolar dez, quinze vinte anos para ele ter o olho [...] (QUEIROZ & ALMEIDA, 1997, p. 69).

O segundo relato refere-se à questão fundiária, pois com o estabelecimento dos ‘cercamentos’, produto da especulação imobiliária do local, o acesso das comunidades tradicionais aos recursos naturais está cada dia mais difícil. Este fato mostra o próprio paradoxo entre a tradição e a modernidade que invadiu a vida dessa comunidade, porquanto a coleta de piaçava para o artesanato há muito tempo faz parte da cultura tradicional. Nas palavras de Mattedi (2002, p. 37) :

[...] a dificuldade de acesso ao litoral via terrestre, seja pela costa ou pelo interior, assegurou à população local, durante praticamente quatro séculos, o livre acesso e um uso diversificado dos recursos naturais disponíveis na área, mantendo-se um modo de vida tradicional voltado para a pequena produção, a pesca, a caça, a confecção do artesanato de palha e a extração de diversos produtos naturais.

Assim, dentre os impactos de caráter socioambiental identificados na região, e também causados pelo Complexo Turístico Costa do Sauípe, o mais perigoso para o artesanato local é a restrição do acesso à matéria-prima: a piaçava.

Isso se deu por causa da rápida transformação pela qual vem passando a área em questão: de uma região na qual predominava a “mata livre” para uma outra em que equipamentos turístico-hoteleiros dominam a paisagem, aliada à especulação imobiliária, como descrito no capítulo anterior.

Esse problema vem sendo identificado por pesquisadores da temática socioambiental, especificamente da região do Litoral Norte, desde 1999, tempo em que se começou a realização do PPGA e vem sendo alertado por Stifelman (1997), Queiroz & Almeida (1997), Mattedi (2000, 2001a, 2001b, 2001c, 2002) e Andrade (2003a, 2003b, 2004). E, fundamentalmente pelos artesãos. Na Ata de Reunião da

Associação de Artesãos de Porto de Sauípe esse problema já estava sendo abordado, evidenciando a preocupação dos artesãos com a piaçava. Veja-se trecho da Ata de 26 de abril de 2002 (p. 43):

Aos 26 de abril de 2002 as associadas se reuniram para discutir a questão da área de extrativismo da piaçava, já que as empresas que chegaram em Massarandupió estão desmatando e proibindo o acesso em áreas onde tradicionalmente é coletada a palha. Cercadas pelo Complexo Turístico [Costa do Sauípe] e as novas empresas, as trancheiras estão percebendo de que proximamente se não forem tomadas medidas o artesanato vai acabar.

Impactos de natureza socioambiental e provenientes da implantação de projetos turísticos sem um prévio planejamento, que contemple os interesses e necessidades sociais, são discutidos por diferentes autores e referendados por Mendonça (2001, p. 23, grifo nosso). Nas palavras da autora:

a desconsideração dos elementos culturais locais no planejamento e desenvolvimento de atividades turísticas está profundamente relacionada à degradação ambiental gerada na grande maioria das localidades turísticas, tanto no Brasil quanto no exterior, podendo encontrar-se exemplos semelhantes por todo o mundo. As comunidades nativas conhecem muito bem as características ecológicas do meio natural e seu limite de saturação. Sua participação ativa pode dar parâmetros da sustentabilidade da atividade turística. Só assim elas, e igualmente as gerações futuras, poderão ser beneficiárias deste desenvolvimento. Até aqui os povos nativos têm sido descartados desse processo, aumentando cada vez mais os índices de pobreza e marginalidade, sobretudo na faixa tropical do planeta, onde a riqueza e a diversidade de atrativos turísticos é extraordinária.

Em consonância com os argumentos de Mendonça (*Ibid.*) constata-se que grandes projetos turísticos e comunidades locais enfrentam problemas em diferentes partes do mundo. Todavia, o que há em comum é o recorrente erro de desconsideração da cultura tradicional e do meio ambiente, gerando sérios impactos socioambientais.

Nessa perspectiva, essa relação em Porto de Sauípe não foi diferente, porquanto, conforme a informação oral de Mattedi (Apud ANDRADE, 2003a, p. 14) acerca do problema de restrição ao acesso dos artesãos à palha de piaçava retrata-se

uma realidade conflituosa entre lógica econômica capitalista – limites ambientais – e cultura tradicional:

O conflito referente à restrição ao acesso à palha de piaçava apareceu durante a realização do diagnóstico socioeconômico com os artesãos associados a APSA, realizado pela UNIFACS sob encomenda da Comunidade Solidária. O problema socioambiental não é a falta de piaçava. É que ali até bem recentemente, a três ou quatro anos atrás, embora todo o território tivesse dono, estes estavam bem longe e não incomodavam ninguém. Mas, depois do Complexo Sauípe, começou a haver um maior controle de terras, fechamento de áreas, que antes, embora fossem áreas particulares não chegavam a causar nenhum tipo de conflito maior. A população local tinha o acesso e uso comum daquela região. Estudos mostram a existência, num passado não muito distante, de agricultura itinerante, da prática de roçado em terras de terceiros, com o consentimento destes (às vezes sem a necessidade de pagar renda) etc. Assim, o acesso à palha de piaçava tendeu a ficar mais complicado mesmo depois da abertura do Projeto Sauípe. Na minha percepção existe sim o conflito, porque os depoimentos dos artesãos atestam que até bem recentemente a palha de piaçava era coletada num raio bem próximo às suas residências. Hoje, já há necessidade de atravessar a Linha Verde para o lado oeste ou “subir” pela estrada de ônibus ou caminhão alugados, em esquema cooperativado, para a extração de piaçava.

O problema da restrição da matéria-prima do artesanato local é referendado, inclusive, por moradores de Porto de Sauípe, os quais são as pessoas que conhecem profundamente as riquezas e limites do meio ambiente. Assim, essa preocupação vem sendo evidenciada há quase uma década, durante uma audiência pública datada de 15 de maio de 1995, no município de Mata de São João, tempo em que se discutia os pontos críticos para elaboração do EIA-RIMA do projeto do Complexo Turístico Costa do Sauípe. Segundo depoimento da Presidente da Associação de Moradores de Porto Sauípe³¹ durante a audiência essa denúncia fica clara:

A Sra. Joselita Pereira [Presidente da Associação de Moradores de Porto Sauípe], da comunidade local, preocupada com o cultivo e a lavra da piaçava, principalmente com relação ao artesanato, meio de atividade que proporciona a subsistência das comunidades carentes de Vila Sauípe e Porto Sauípe [questionou quanto ao] destino da piaçava com o impacto gerado pelo projeto de desmembramento e ocupação da Fazenda Sauípe. O Sr. Dr. Marcos Leoneli Espinheira [Representante da Odebrecht S.A.], respondendo, disse que no caso da piaçava já estava sendo substituída por uma cultura mais produtiva: a pupunha, que já ocupava mais de vinte hectares plantados em uma fazenda de demonstração (ECOPLAM, 1995 Apud ANDRADE, 2003a).

³¹ Desde o período de discussões e audiências públicas realizadas pelos técnicos da ECOPLAM, a Sr^a Joselita Pereira defende os interesses da comunidade através da presidência da associação de moradores da comunidade.

O depoimento da Sr^a Joselita não é recente, mas profundamente atual, pois aponta dois graves erros de planejamento estratégico do Complexo Turístico Costa do Sauípe: o primeiro é a despreocupação com o ambiente natural, por parte dos representantes e executores do Projeto Sauípe, que se manifesta através da substituição da cultura da piaçava, uma planta que sobrevive desde o período colonial e já é parte integrante do meio ambiente do Litoral Norte, pela cultura da pupunha.

O segundo erro é o total descomprometimento e descaso com a cultura tradicional da comunidade sauipeense chegando a ser um insulto à história de vida de cada artesão que exerce a atividade de beneficiar e trançar a palha da piaçava desde a mais tenra idade. Diante disso, cabe a reflexão: em que medida, factualmente, a gestão inicial do Projeto Sauípe se preocupou em buscar alternativas para se minimizar os fortes impactos socioambientais que eram tão previsíveis e evidentes? Será que as mobilizações comunitárias realizadas foram, somente, para que se evitassem convulsões sociais de maior amplitude? Será que são sob essas bases que se pode consolidar uma gestão social em bases socialmente responsáveis e sustentáveis?

Ainda assim, vale ressaltar que existiram – e ainda existem – outros atores sociais envolvidos no processo de privatização das áreas que possuem a piaçava *in natura*, como por exemplo, a compra das áreas de Massarandupió pela Pacab Brasil, bem como a multiplicação de monoculturas de *pinus* e eucaliptos.

Todavia, diante da necessidade de se buscar e encontrar alternativas para a mitigação do problema da restrição à matéria-prima foi proposto pela Associação de Artesãos de Porto de Sauípe a criação de uma área de manejo especificamente voltada para a plantação de piaçaveiras e preservação da palmácea característica da região.

Essa proposição está baseada na iniciativa da Klabin S.A.³² de oferecer uma área para a Associação realizar um projeto de manejo de caráter participativo e, sobretudo, sustentável, nas áreas verdes de sua propriedade, desde que ela apresentasse uma proposta para o plano de manejo a ser submetido à aprovação do IBAMA. Assim, a Klabin S.A. cumpria com o seu compromisso socioambiental para com as matas da região, tempo em que promovia o favorecimento da consolidação dos princípios da sustentabilidade.

Além da Klabin S.A. outros atores sociais estão envolvidos nesse projeto. São eles: a Associação de Artesãos de Porto de Sauípe, enquanto proponente; a Fundação Ondazul³³, com o apoio técnico, administrativo e institucional e futuro assessoramento para capacitação para o manejo sustentável da piaçava; a Klabin S.A., como doadora da área para desenvolvimento do projeto; e a OCT, como interveniente no processo de articulação entre as diferentes instituições.

Enfim, segundo as informações coletadas durante a pesquisa de campo, o andamento da criação da área de manejo significava a expectativa dos artesãos de se concluir um ciclo de produção artesanal de caráter sustentável. Afinal, eles acreditam que

A proposta do grande desenvolvimento turístico está trazendo seus resultados numa mistura de passado e presente que buscam um difícil equilíbrio.

Como chegar a participar de forma digna desta grande transformação? Essa é a grande tarefa da história e das pessoas que agem dentro desse processo. Sabemos que a resposta está no respeito de todos os valores: os que vêm do passado e os que deverão ser construídos buscando crescer e preparando-se para uma nova realidade. A resposta, afinal, está na sabedoria de um simples

³² A Klabin S.A. é uma indústria instalada no Litoral Norte que atua no segmento de reflorestamento e madeira, celulose branqueada de eucalipto, celulose solúvel e especiais, papel de impressão, papéis sanitários, papéis de embalagem, sacos de papel, envelopes e caixas de papelão ondulado. A Klabin S.A. possui 13,85% do capital social da NORCELL, a qual é uma sociedade *holding* pura, detentora de 99,99% das ações representativas do capital social da COPENER, que por sua vez atua na produção, beneficiamento, comercialização e exportação de madeira e respectivos produtos, florestamento e reflorestamento, e a administração de empreendimentos florestais.

³³ A Fundação Ondazul é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP de caráter socioambiental, criada pelo atual Ministro da Cultura Gilberto Gil e fundada em 1990 com a missão de promover e participar de ações visando a preservação, conservação e otimização do uso sustentado das águas brasileiras e ecossistemas associados (FUNDAÇÃO ONDAZUL, 2003).

pescador, porque ele sabe muito bem que sem equilíbrio não há vida...
(ASSOCIAÇÃO..., 2004)

Informações recentes indicam que ao longo da tramitação dos procedimentos legais para a criação da área de manejo não ocorreram de forma que compatibilizasse os interesses de ambas as partes envolvidas: APSA e iniciativa privada; porquanto esta última exigiu uma contrapartida institucional, caracterizada pela alteração da etiqueta de identificação da Associação com a inclusão das logomarcas das empresas da iniciativa privada, a qual não foi aceita; bem como não assegurava uma área de preservação perpétua, mas uma área de cultivo da piaçava que num horizonte de alguns anos poderia ser resgatada pela empresa para outros fins. Dessa forma, continua a luta e a esperança por uma área que assegure a continuidade do artesanato, e, sobretudo, da história dos artesãos.

CAPÍTULO V

A Associação de Artesãos de Porto de Sauípe - APSA

A intenção de todos aqueles que envolveram na materialização dessa idéia de crescimento consciente, que começa pelas mãos e vai se estendendo ao pensamento, é formar um equilíbrio, uma justa proporção entre o dar e o haver, o ser o estar e, no respeito do que foi e do que será, mudar, mantendo a memória, o orgulho e a dignidade do que se é... (ASSOCIAÇÃO..., 2004).

Foi verificado no decorrer dos capítulos anteriores como a lógica turística implantada no Litoral Norte, durante a última década, alterou a vida de milhares de pessoas e 'invadiu' seus territórios, sua história, enfim, sua cultura.

Assim como em outras comunidades, Porto de Sauípe surgiu através do processo de colonização do litoral brasileiro, e durante algumas fases econômicas ficou isolada de um sistema econômico de caráter capitalista; isolamento esse que serviu de ferramenta para proporcionar o desenvolvimento de uma autonomia dessas comunidades em face da lógica do lucro e da acumulação.

Com isso, ocorreu um favorecimento à independência 'relativa' do Estado e à construção coletiva de saberes específicos sobre as riquezas, mistérios e limites do

meio natural, os quais foram os únicos recursos de subsistência dessas comunidades através das atividades de agricultura, pesca e do tradicional artesanato enraizado na cultura local.

Entretanto, a partir da implantação da Linha Verde, seguindo-se pela construção do Complexo Turístico Costa do Sauípe, a realidade de Porto de Sauípe transformou-se substancialmente. Afinal, a exuberância da riqueza do Complexo hoteleiro contrastava radicalmente com a pobreza das comunidades circunvizinhas.

Assim, esse contraste entre a riqueza de turistas – que potencialmente consideram-se superiores pelo fato de possuírem um alto poder de compra –, e a pobreza de comunidades – que sobreviviam de seu roçado, de sua pesca e/ou de seu artesanato – gerou impactos negativos que marcaram a constituição do tecido social de Porto de Sauípe.

Nesse sentido, ocorreram sérios desequilíbrios sociais, econômicos e culturais em Porto de Sauípe e em outros povoados próximos ao Complexo Hoteleiro, que segundo depoimentos dos partícipes da pesquisa de campo, geraram o aparecimento de indícios de violência, prostituição etc., tempo em que indiretamente levou a uma perda coletiva de auto-estima e ausência de perspectivas de melhoria de vida num horizonte futuro. Indiretamente, esse fenômeno pressionou a elevação de preços dos produtos, fator que prejudicou os habitantes mais pobres e fez com que emergisse uma sensação de desconforto generalizado.

Diante desse panorama pode ser verificado que, entre os artesãos do local, surgiu uma força local, articulada e, principalmente, coletiva que buscava sobreviver à tão dura realidade, bem como procurava defender e manter viva a cultura do local de forma que ela não fosse sufocada por uma lógica unilateral que privilegia o lucro em detrimento das necessidades sociais. Para tanto, essa força local buscou parcerias

institucionais, desenvolvimento de projetos que visavam a capacitação profissional e, sobretudo, aprendeu e se adaptar à nova realidade.

Nessa perspectiva, será apresentada nesse capítulo uma exposição sobre a atividade do artesanato de Porto de Sauípe, bem como a apresentação das informações levantadas sobre um exemplo de alternativa *sustentável* que está sabendo enfrentar as contingências sociais, econômicas, culturais e ambientais impostas pela lógica turística implantada na região de Porto de Sauípe. Eis o caso da *Associação de Artesãos de Porto de Sauípe – APSA*.

5.1 Considerações preliminares sobre a metodologia utilizada

Para se chegar à compreensão da complexidade do contexto social, econômico e ambiental da comunidade de artesãos de Porto de Sauípe foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa do tipo estudo de caso. Essa metodologia é amplamente utilizada por pesquisadores das ciências sociais, embora sua origem esteja na tradição da pesquisa médica ou psicológica.

Segundo Yin (2003, p. 27) o estudo de caso é “a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes”. Nesse sentido, ele busca responder problemas de pesquisa com questões do tipo “como” e “por que”.

A respeito das técnicas passíveis de utilização nesse tipo de pesquisa, Becker (1997, p. 118) afirma que o pesquisador que realiza um estudo de caso tipicamente “faz uso do método de observação participante em uma de suas muitas variações, muitas vezes em ligação com outros métodos mais estruturados, tais como entrevistas”.

Para Triviños (1995, p. 133) o estudo de caso é uma categoria de pesquisa “cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente”. A partir das análises desse autor, essa pesquisa enquadra-se dentro da categoria estudo de caso observacional, porquanto a técnica de coleta de informações mais importante constitui-se na observação participante.

Partindo dessas considerações teórico-metodológicas associaou-se essa metodologia ao objeto de estudo da pesquisa em questão, pois o mesmo pretendia responder uma questão do tipo “como”, por ser um fenômeno contemporâneo, e pela motivação da pesquisadora em conhecer em profundidade como estava se dando a relação do turismo com a comunidade tradicional de artesãos de Porto de Sauípe.

Para cumprir esse objetivo, foram realizadas 12 (doze) entrevistas com os artesãos associados à APSA, dentre os quais incluem-se o presidente e a vice-presidente da Associação, a coordenadora de projetos³⁴, bem como discussões profundas com diferentes pesquisadores da temática socioambiental e grandes conhecedores da realidade sauipeense durante todo o desenvolvimento dessa pesquisa.

Com exceção da coordenadora de projetos da Associação de Artesãos de Porto de Sauípe, que reside em Salvador, e o contato com outros pesquisadores, todas as entrevistas foram realizadas em Porto de Sauípe, para que fosse possível uma maior aproximação com a realidade vivida pelos artesãos. Para tanto, foram realizadas observações participantes totalizando 5 (cinco) visitas a campo em intervalos de tempo diferentes e superiores a 1 (um) mês.

Além das entrevistas, a presidência da Associação disponibilizou todos os relatórios das consultorias realizadas desde a fundação da APSA, atas de reuniões, levantamento de pedidos/encomendas, bem como as fichas de cadastro das

³⁴ A coordenadora de projetos da APSA não é uma artesã. Ela foi a primeira presidente da Associação, e atualmente desenvolve trabalhos de assessoria às artesãs.

associadas, para que fosse possível reconstruir a história da instituição. Foi a partir de então, que se verificou a pouca organização dos documentos, ainda que todos eles estivessem guardados e sistematizados em formulários específicos. Vale dizer ainda, que toda a documentação foi gentilmente concedida para que fossem efetivadas as consultas necessárias.

5.2 A Associação de Artesãos de Porto de Sauípe

A fundação da Associação se deu, oficialmente, em 17 de novembro de 1998, com 69 pessoas associadas de diferentes povoados da região, como por exemplo, Massarandupió, Estiva, Água Comprida e Canoas. Entretanto, ativamente existem 50 artesãos associados, sendo todos de Porto de Sauípe (Veja-se a figura 11).

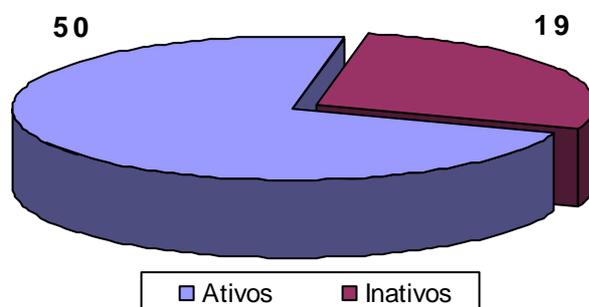


Figura 11 – Distribuição de artesãos associados à APSA, segundo atividade.
Fonte: APSA, 2004

Essa redução do número de artesãos ativos deu-se por dois motivos principais: o primeiro pela intervenção do Instituto de Hospitalidade que criou novas associações de artesãos nos diferentes povoados desarticulando as relações entre elas; e o segundo, pelas pessoas que desistiram do artesanato e migraram para outras atividades empregatícias, principalmente as ligadas à atividade turística.

Ainda que a APSA tenha sido fundada há seis anos, a sua história decorre muito antes desse período. Impelidos por um agente social externo, os artesãos foram motivados a acreditar que o associativismo poderia ser uma alternativa de reação às exclusões de atividades econômicas ligadas ao Complexo Turístico Costa do Sauípe, geradas pela lógica turística implantada na região do Litoral Norte.

A semente do associativismo foi plantada em artesão por artesão por uma migrante italiana, chamada Marcella Ferri, que por motivos pessoais, fez do seu sentido de vida a busca e batalha em nome desse grupo de artesãos. Foi a partir das suas motivações, estímulos, esclarecimentos e perseverança que se conseguiu atrair e conquistar a confiança de mulheres que desenvolviam a atividade de trançar de forma isolada e fazer com que elas passassem a acreditar que unidas o trabalho seria mais valorizado, do ponto de vista cultural e econômico.

Assim, assumindo a responsabilidade das expectativas de muitas mulheres artesãs, residentes em vários povoados localizados nos arredores do Complexo Turístico Costa do Sauípe, essa migrante buscou fundar a Associação de Artesãos de Porto de Sauípe, ensinar a captação de recursos monetários para desenvolvimento de projetos, bem como conseguiu renovar os líderes da comunidade de Porto de Sauípe sob à luz do pensamento de que unidos, os artesãos, teriam maiores chances de conseguirem superar os obstáculos sociais, culturais e ambientais que começavam a ser percebidos pelo turismo internacional. Veja-se o relato da Ata de Reuniões da Associação de 25 de maio de 1999, p. 4-5:

[...] Outros assuntos importantes abordados foram a grave questão do aumento da violência no Porto, da necessidade de formar e preparar os jovens para a nova realidade da chegada do complexo turístico [...] e a necessidade de união de todos acima de interesses pessoais e políticos, para juntos transformar a imagem do Porto, começando das pessoas, das árvores, das fachadas das casas, de toda a estética do lugar junto a iniciativas culturais como teatro, feiras artesanais etc., resgatando os valores locais para atrair o turismo e evitar o isolamento e o agravamento da crise.

Assim, a Associação de Artesãos de Porto de Sauípe, legalmente reconhecida e declarada como de utilidade pública pelo município de Entre Rios – Ba, foi fundada

em 1998 através dos esforços de mobilização coletiva de artesãos de diferentes povoados da região.

Segundo Coriolano (2003, p. 30-32) o cooperativismo

[...] é um caminho que pode levar à socialização das riquezas, e dar consciência da importância do crescimento econômico socializado para melhorar o bem-estar coletivo e, assim, tornar a sociedade mais humanizada e mais sustentável.

[...] é um importante fenômeno de socialização que tenta corrigir os contrastes de riqueza e pobreza, dando consciência da importância da solidariedade na solução das questões econômicas, políticas e sociais na escalada do desenvolvimento das comunidades. Apresenta soluções viáveis e atuais, ajudando diminuir o índice de pobreza dos associados; promovendo a produção de riqueza sem acumulação, redistribuindo renda, oferecendo espaço para a prática da democracia.

Partindo da perspectiva apresentada por Coriolano, pode-se constatar que a fundação da Associação se deu, sobretudo, pela necessidade de preservar, desenvolver e organizar o artesanato local, base de sustentação da cultura local da comunidade sauipeense. Afinal, os artesãos, ajudados por agentes externos, como foi visto, perceberam que a adaptação ao processo sócio-econômico-ambiental pelo qual estavam vivenciando era condição *sine qua non* para a continuidade de uma história iniciada com seus antepassados.

E assim eles (ASSOCIAÇÃO..., 2004) afirmam:

Distante de qualquer visão romântica ou político-partidária, a Associação entendeu a chegada dos novos empreendimentos turísticos e suas consequências, como parte de um processo mais amplo, ao qual precisava se adequar, preservando raízes, saberes e identidade, de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável.

A partir de então, a Associação começou a empreender esforços no sentido de concretizar o sonho de aliar o trabalho artesanal ao sustento familiar, pois acreditavam que a confecção dos produtos da palha de piaçava poderiam ser a forma de se viabilizar a minimização dos impactos negativos que assolavam a comunidade, fazendo do turismo uma ferramenta de transformação da vida de cada uma delas, de forma positiva.

Essa fase foi um momento decisivo na concepção de cada artesão sobre o seu modo de se relacionar com o meio ambiente, do ponto de vista natural econômico e social. Percebe-se, a partir de então, o início de uma transformação na concepção da cultura tradicional do artesanato. De um cultura eminentemente assentada sob bases tradicionais, passa-se para uma cultura que se utiliza das suas bases tradicionais de forma racional. Ou seja, começa-se a existir uma racionalidade inconsciente sobre o valor econômico dos produtos que cada artesãos confeccionava, como justificativa para “adaptação” a uma lógica, antes desconhecida, denominada turismo.

Nesse sentido, com seriedade e perseverança os artesãos, liderados pela migrante italiana, trilharam caminhos em busca de parceiros que acreditassem em seus princípios e apoiassem projetos que tinham por finalidade capacitação e aperfeiçoamento da produção artesanal das 70 mulheres³⁵ que já estavam associadas.

No âmbito que lhe coube

[...] a Associação buscou parcerias, dando início a um processo de formação e capacitação de suas 70 associadas, tentando abranger todos os aspectos que envolviam o artesanato, incluindo, com específica atenção, a questão da qualidade do produto, da absorção da postura associativa, do manejo sustentável da matéria-prima e de sua valorização econômica, ecológica e cultural (Ibid.).

O primeiro parceiro que apoiou financeiramente a APSA foi o projeto social do programa de políticas públicas do Governo FHC, criado em 1995, intitulado Comunidade Solidária³⁶. “Esse projeto combinava um modelo de atuação social baseado no princípio da parceria entre o Estado e a sociedade civil, com fins de gerar *desenvolvimento local sustentável*” (COMUNIDADE...2003).

Esse contato com o Comunidade Solidária deu-se em 1999, a partir de uma carta endereçada à Sr^a Ruth Cardoso, na época diretora do projeto, pela então presidente da APSA. Nessa carta a presidente da Associação buscou retratar a

³⁵ O número oficial é de 69 artesãs. Essa informação foi acrescida com o nome de Marcella Ferri que era a presidente da Associação, mas não era uma artesã.

³⁶ Este projeto já atendeu mais de 53 milhões de pessoas em todo o Brasil com investimentos da ordem de 7,8 bilhões de reais, através de programas de educação, saúde, alimentação, saneamento, habitação e geração de renda para combater com eficiência a pobreza e a exclusão social.

realidade da comunidade num espectro temporal do tipo “antes e depois” da implantação do Complexo hoteleiro e solicitar ajuda para a liberação de recursos do Projeto de Apoio ao Artesanato para Geração de Renda, o qual a APSA já estava vinculada. Leia-se a íntegra da carta:

Imagine, Senhora,
um povoado quase separado do resto do mundo, onde homens, mulheres e crianças, por um privilégio que vem de seu próprio isolamento, nunca conheceram a miséria.

Imagine a vida, Senhora,
alternando-se em luas e marés, porque assim mede-se o tempo quando o sustento vem das águas dadivosas do mar e do rio e do hábito antigo e feminino de sublimar palmeiras em trançados artesanais.

Imagine então,
a força de mulheres que não têm medo nem de mato, nem de rio porque neles é contido seu dia e seu sustento, sua infância, seu segredo e sua alegria.

Imagine tal dimensão de rara paz, seu empírico equilíbrio, seu saudável conviver, ou apenas a arte que existe entre os dedos dessas mulheres...

Mas imagine agora,
Esse mesmo lugar quando de repente, quase sem avisar, se decide construir o maior Complexo Turístico da América Latina... debruçado naquele rio bom de mariscar, naquelas matas boas de pegar piaçava para fazer artesanato... Poucas palavras para dar sentido à chegada prepotente de milhares de pessoas de fora que invadiram sem afeto aquele pequeno Porto sem Porto, em busca de trabalho no canteiro de obras.

Imagine, Senhora,
Como poderia existir uma harmonia que não existiu, um respeito que não foi pensado, um afeto que não foi sentido... transformar sem preparar, invadir sem dar condições de participar, de beneficiar-se dignamente dessa transformação. Ninguém é mais o que era, nem sabe o que vai ser... O que será de sua cultura, de sua memória, de sua alegria?

Imagine Senhora então,
Minha luta em dirigir, por amor e respeito, a Associação dessas mulheres artesãs, tentando preservar sua força e sua arte, sua vida futura e sua dignidade. Vi o caminho certo, percebi as metas simples do respeito, fiz um projeto e me espelhei nos princípios que norteiam o Comunidade Solidária. Consegui o apoio sensível de Luciana Aguiar e de Eber³⁷ que acreditaram no projeto e hoje somos parte do Plano de Artesanato e Geração de Renda.

Chegamos a acreditar que existiam milagres, entrou um sorriso elegante em nossos rostos... Mas aí conhecemos o absurdo da burocracia, o mal espiritual e humano que esta pode provocar em quem ainda acredita... meses e meses esperando os cursos começarem, expectativas e sonhos frustrados, a pobreza chegando... e tudo apenas e exclusivamente porque a verba vinculada à Associação está presa por razões insondáveis... burocráticas...

Nós não sabemos lutar contra a burocracia, nem conhecemos sua lógica... só tentamos preparar o espaço do nosso futuro e o respeito de nossos desejos... apenas queremos ser cidadãs e acreditando nisso, inventamos a coragem de

³⁷ Luciana Aguiar e Eber Ferreira foram consultores do Programa Comunidade Solidária.

lhe procurar, de lhe contar e de pedir sua ajuda para soltar os nós do nosso
justo vôo indispensável.
Com admiração e respeito
Marcella Ferri

O Projeto de Apoio ao Artesanato para Geração de Renda foi, inicialmente, apoiado pela SUDENE e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. Mas, por contingências internas e administrativas o apoio desse projeto restringiu-se apenas aos municípios e povoados localizados dentro do Polígono das Secas, no qual Porto de Sauípe não se encontrava e, portanto, não havia sido contemplado com os recursos.

Todavia, a partir dessa correspondência pareceu que os ventos começaram a soprar em favor da Associação e despertaram a consciência associativa dos artesãos de Porto de Sauípe. Assim, sensibilizados pela realidade moldurada pela correspondência enviada, a Gerência de Projetos Especiais do Comunidade Solidária contactou com a Caixa Econômica Federal – CEF, a qual viabilizou a liberação dos recursos, por meios distintos do antigo projeto que a APSA estava vinculada.

Assim, começou-se um processo de capacitação profissional dos artesãos através da criação do “Projeto Trança do Mar”, o qual contou com o apoio e participação de diferentes instituições e consultores locais.

5.2.1 Projeto Trança do Mar

O Projeto Trança do Mar iniciou-se em 2000 e terminou em 2001 constituindo-se na primeira tentativa de capacitação profissional de mais de 60 artesãos da Associação. Com a liberação das verbas da Caixa Econômica, bem como o apoio institucional do Comunidade Solidária, a presidência da Associação pode entrar em contato com Ong’s, Universidades e instituições públicas para que se iniciasse o desenvolvimento das atividades de capacitação dos artesãos.

Assim, foram realizados cursos, oficinas e seminários temáticos que proporcionaram capacitação, organização e articulação com o mercado para venda de produtos de forma que os artesãos pudessem agregar valor econômico e ambiental ao produto final confeccionado. Participaram desse projeto:

- *Universidade Salvador – UNIFACS*, através da Prof^a Raquel Mattedi e sua equipe, pois já eram parte do corpo técnico do PRODESU, o qual desenvolvia projetos de caráter socioambiental para o Litoral Norte. À UNIFACS ficou a responsabilidade de elaborar um diagnóstico socioeconômico da atividade artesanal, tempo em que registrava as novas técnicas, novos métodos de aplicação do uso de corantes naturais e a proposição de novas matérias-primas que eram apresentadas;
- *Universidade Católica do Salvador – UCSAL e Ong Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa – CAPINA*, através do Prof^o Gabriel Kraychete, que com sua equipe desenvolveu todos os projetos de viabilidade econômica, elaborou a tabela de preços dos produtos artesanais levando em conta todas as variáveis envolvidas no processo produtivo do artesanato, ou seja, da matéria-prima utilizada ao trabalho manual dos artesãos; bem como prestou assessoria para a institucionalização da APSA;
- *consultores do Comunidade Solidária* especializados em técnicas alternativas para melhoria da qualidade do produto final. Foram eles: Sr^o Eber Ferreira e Sr^a Luciana Aguiar;
- *Coordenadoria Ecumênica de Serviços – CESE*;
- *lideranças locais* que já haviam participado de cursos em outros lugares e que aceitaram socializar seus conhecimentos.

As oficinas e cursos realizados no âmbito do Projeto Trança do Mar foram realizadas em Porto de Sauípe com a participação de mulheres que moravam em Massarandupió e Currealinho, e podem ser assim sintetizadas:

- “Corantes Naturais” – oficina que tinha por finalidade melhorar o artesanato local, conscientizar a comunidade quanto à importância dos corantes naturais, e oferecer novas formas de tingimento;
- “Acabamento de bolsas e novos modelos” – oficina que tinha por objetivo ensinar e aperfeiçoar a costura de bolsas e esteiras, estabelecendo um padrão de qualidade, bem como ensinar as técnicas de confecção de novos modelos de produtos;
- “Associativismo” – seminários que tinham por objetivo disseminar a importância do associativismo, tempo em que explicava suas vantagens;
- “Técnicas artesanais tradicionais” – nesta oficina os palestrantes se propuseram a ensinar novos modelos de trançados, e buscar aperfeiçoar os que já se tinha conhecimento;
- “Expressões artesanais alternativas” – oficina que tinha por objetivo ensinar aos artesãos a incorporação do beneficiamento de outras matérias-primas ao artesanato de palha. Entre os sugeridos incluem-se a palha de coco, e as fibras de junco;
- “Como conviver com o processo de transformação?” – foi um seminário apresentado pelos artesãos com a finalidade de esclarecer as vantagens e desvantagens, as transformações e o impacto socioeconômico iria ocasionar às comunidades locais; e
- “Crochê com fibras naturais” – oficina realizada com fins de ensinar novas alternativas de trabalho artesanal.

Assim, a Associação iniciou um programa de capacitação profissional dos artesãos no processo de produção, visando melhorar a qualidade e a padronização das peças, tempo em que esclarecia fundamentos da área administrativa e contábil. Portanto, o depoimento da então presidente da Associação sintetiza essa etapa da história da APSA:

Deu-se assim, início à realização de toda a dinâmica de aprendizado e de vivência de uma valiosíssima experiência de formação humana e profissional que durou um ano, e que envolveu mais de 60 mulheres, artesãs nativas, germinando resultados profundos e fundamentais para o desenvolvimento da Associação e da vida de cada associada. Valeu acreditar.

Esse momento na história da Associação marca decisivamente a concepção que estava sendo desenvolvida no âmago da gestão da APSA. As formas de organização social, agora subsidiadas por objetivos comuns e bem definidos, foi o ponto-chave para o início de uma relação da comunidade tradicional de artesãos e a nova lógica turística implantada na região, personificada pela implantação do Complexo Turístico Costa do Sauípe.

A partir de então, começaram a ser delineadas estratégias que visassem o bem da Associação com o objetivo de manter viva a tradição do trançado de palhas de piaçava. Pois, os artesãos da APSA já tinham consciência da força do associativismo para se alcançar objetivos definidos, da importância da capacitação e constante aprimoramento profissional e da necessidade de se moldar ao mercado movido por uma lógica fortemente econômica para que pudessem escoar sua produção.

5.2.2 Programa Berimbau

O segundo momento que marcou a história da Associação foi um programa que vem sendo desenvolvido, desde 2003, pela Sauípe S.A. em parceria com a Fundação Banco do Brasil e a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ, denominado “Programa Berimbau”.

O Complexo Hoteleiro foi projetado com a perspectiva de promover o desenvolvimento sustentável da região onde seria implantado. Entretanto, essa não foi a postura adotada desde o início. Pelo contrário, adotou-se uma gestão autocrática, centralizadora e que descaracterizava a cultura local.

Mas, com a mudança da gestão administrativa do Complexo, começou-se a existir uma maior sensibilização para com as carências e os impactos socioeconômicos causados nas comunidades locais. A partir de então, a Sauípe S.A. resolveu apoiar o Programa Berimbau, o qual faz parte do Projeto Fome Zero proposto pelo Governo Federal e se caracteriza como um projeto piloto que tem por escopo a redução da pobreza. Legalmente, esse programa conta com o apoio do International Trade Center – ITC, agência de cooperação técnica sediada em Genebra (Suíça), vinculada à Conferência das Nações Unidas sobre Comércio Exterior e Desenvolvimento – UNCTAD, e à Organização Mundial do Comércio – OMC.

O Berimbau foi criado com a missão de promover o desenvolvimento sustentável das comunidades circunvizinhas do Complexo Turístico Costa do Sauípe gerando oportunidades de trabalho e emprego, por meio da educação e da capacitação profissional.

Assim, o Programa transformou-se em um instrumento de transformação social. Ainda que seja um programa muito recente, ele tem demonstrado bons resultados

Para tanto, criou núcleos de produção e apóia, simultaneamente, 26 (vinte e seis) projetos de áreas como educação, pesca, artesanato, agricultura entre outros, que foram amplamente discutidos com as populações, através de reuniões e fóruns, de forma que o respeito pelas tradições e cultura locais fossem o eixo norteador de operacionalização dos projetos. Segundo informações do Banco do Brasil (2003) o Programa Berimbau foi apoiado com a proposta de:

[...] gerar as oportunidades de trabalho tão necessárias na região. Estão previstas ações que contemplam diversas cadeias produtivas. Os moradores vão ser estimulados e preparados para produzirem alimentos e peças de artesanato que possam ser comercializados nos hotéis da Costa do Sauípe e na região. O adubo, gerado a partir dos resíduos orgânicos descartados pelo empreendimento, será utilizado nos jardins dos hotéis e também nas pequenas propriedades rurais, que abastecerão com frutas e hortaliças os restaurantes e os mercados das comunidades.

No que tange aos objetivos dessa dissertação, a importância do Programa Berimbau, se deu porque foi através dele que a Associação conseguiu os recursos necessários para a construção da sua sede – o Centro Artesanal (veja-se a figura 12).

Segundo o depoimento da Coordenadora de Projetos:

O Projeto Berimbau foi um milagre, foi a coisa mais bonita que aconteceu esse tempo todo, porque contra tudo que tinha acontecido até aquele momento, repentinamente apareceu Lula no Governo que chegou até nós. [...] [Porque] o Berimbau é um braço do Fome Zero. No caso da gente [o Programa Berimbau] fortaleceu a Associação. Como? Construindo a nossa sede. [...] o que aconteceu de fato o gerente operacional do Complexo Turístico Costa do Sauípe que na época era Francisco Oliveira ele decidiu apoiar o programa do Governo e resolveu apoiar o nosso trabalho baseado na responsabilidade social, e aí fez isso de forma extraordinária. Ele fez isso de forma participativa, ele chegou na comunidade e perguntou o que a gente queria. [...] tinha-se essa visão social.



Figura 12 – Placa informativa de construção da sede da APSA

Desse modo, o sonho de uma sede própria com um lugar para reuniões entre os artesãos, com um lugar para o trançado coletivo, com um espaço para a loja de produtos que pudessem ser comercializadas os produtos artesanais, com uma sala administrativa para gerenciar e acompanhar as encomendas, enfim, um lugar que se transformasse em um símbolo de expectativa de geração e emprego.

5.3 A sede da Associação de Artesãos de Porto de Sauípe

A sede da Associação de Artesãos de Porto de Sauípe significou um símbolo de luta, seriedade, trabalho, mas principalmente num símbolo de transformação da organização social dos artesãos de Porto de Sauípe. Ela foi a grande conquista dos artesãos durante o ano de 2003.

Desde o início da APSA o grande sonho de todos os artesãos era vontade de ter um espaço próprio que pudesse centralizar suas atividades artesanais. Assim, no momento em que já tinham uma alta capacidade de produção, pois já conseguiam atender a pedidos de mais de 400 (quatrocentas) peças por mês, eles passaram a ter necessidade de um espaço que, no mínimo, servisse de estoque da produção.

A construção da sede da Associação justificava-se por diversos motivos dentre os quais podem ser destacados a necessidade de:

- a) *contemplar* a expansão e aumento da capacidade de produção dos artesãos que já estava acontecendo;
- b) *potencializar* os avanços no processo de comercialização coletiva que beneficia cerca de 400 pessoas direta e indiretamente;
- c) *criar* de um espaço de estoque, exposição e comercialização do grande número de peças produzidas;
- d) *promover* o intercâmbio do uso sustentável do manejo da piaçava – da palha ao produto final;
- e) *estimular* e disseminar a essência do associativismo entre os artesãos, principalmente no que tange à produção e comercialização coletiva;
- f) *fortalecer* a auto-estima dos artesãos que souberam enfrentar as contingências socioambientais da atividade artesanal de Porto de Sauípe; e, sobretudo,

g) *atrair*, cada vez mais a adesão de novas pessoas – mulheres, homens jovens ou adultos – que acreditam no associativismo e que estejam dispostas à atividade de trançar a palha da piaçava.

Segundo informações da coordenadora de projetos foram dois anos de discussões sobre o projeto de construção da sede. A pauta se estendia por questões do tipo: o que a sede necessitaria ter? Qual o espaço ideal? Enfim, foi um projeto discutido amplamente, e, sobretudo, de forma participativa durante as reuniões administrativas da Associação, com a presença de todos eles.

Dessa forma, a partir dos contatos pré-existentes com universidades, a direção da Associação entrou em contato com o Núcleo de Ensino, Extensão e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo – NEPAUR, o qual desenvolve atividades no escritório-escola (Escritório Público de Arquitetura e Engenharia) do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Salvador – UNIFACS, e que se propôs a desenvolver o projeto arquitetônico da sede do Centro Artesanal de Porto de Sauípe.

O projeto desenvolvido pelo NEPAUR buscou contemplar as necessidades dos artesãos de acordo com o processo produtivo de confecção do artesanato de palha, bem como se adaptar à realidade na qual eles vivem. Ou seja, maximizou-se o uso da iluminação e da ventilação natural, haja vista o terreno situar-se em uma área privilegiada da orla de Porto de Sauípe. Para tanto, utilizaram-se materiais com preços acessíveis e de boa qualidade que resultaram num alto padrão estético. Assim, foram projetados e construídos dois pavimentos para a sede que podem ser visualizados no anexo E. No pavimento inferior contemplou-se:

- *recepção*, para que se pudesse organizar os pedidos, orçamentos e contabilidade da Associação.



Figura 13 – Recepção da sede da APSA

- *área de trabalho*, na qual os artesãos poderiam trançar, costurar e conversar simultaneamente. Para tanto, foram alocadas cadeiras arrumadas em forma de “U”, umas ao lado das outras, para que todas os artesãos mantivessem o contato visual e oral. Afinal, essa sala é, sobretudo, um laboratório de amizade e trabalho.



Figura 14 – área de trabalho da sede da APSA.

- *área de secagem* da piaçava, pois essa atividade faz parte do processo de beneficiamento da palha;
- *loja de produtos*; o qual se transformou num espaço de exposição dos produtos confeccionados pelos artesãos. Na loja todos os produtos são identificados com uma etiqueta com a logomarca da APSA que informa

o nome do artesão, o preço do produto e o material utilizado. É nesse espaço que, segundo os artesãos, eles comercializam o “extra”, ou seja, produtos que não são feitos sob encomenda; e



Figura 15 – Loja de produtos, localizada na sede da APSA

- *sanitários*, masculino e feminino.

Para o segundo pavimento projetou-se e construiu-se:

- *área para acervo*;
- *área de depósito*;



Figura 16 – Área de depósito, sede da APSA.

- *sala de reuniões*;



Figura 17 – Espaço para reuniões e vista do pavimento superior, sede da APSA.

- *sanitários*; e
- *varanda*, a qual não foi construída.

No período em que os artesãos solicitaram o projeto, eles já tinham o terreno próprio para construção. Assim, com a posse do terreno, o projeto arquitetônico desenvolvido, encaminharam a solicitação à Gerência da Sauípe S.A. que liberou os recursos subsidiados pelo Programa Berimbau.

Assim, relatou a coordenadora de projetos da Associação de Artesãos de Porto de Sauípe durante a realização de uma entrevista:

A sede foi a grande conquista do ano passado [2003]. Ou seja, para coroar todo esse trabalho da associação e para fazer com que o nosso trabalho dê um grande pulo de qualidade além do que já deram [...] porque já tem gente que cuida da questão da identidade. Depois o próprio desenho da sede já tinha sido feito pelo NEPAUR, do Departamento de Arquitetura da UNIFACS. Então foi muito fácil apoiar a gente, porque a gente já tinha feito todo um trabalho, a gente já tinha tudo pronto. E foi o que permitiu, depois, um reconhecimento pelo trabalho da Associação. Afinal, a gente já tinha um trabalho consistente e as nossas artesãs já tinham uma capacidade de produção muito grande. A gente já conseguia fazer 3 mil peças por mês. E isso é muito importante.

A construção da sede da APSA constituiu no símbolo da vitória para os artesãos. Um sonho que parece não ter sido realizado. A estrutura estética ficou tão elevada que alguns artesãos ainda não acreditam que aquilo tudo é deles³⁸. Mas, todas têm consciência de que esse é o primeiro passo de uma longa jornada e que muitos obstáculos precisam ser superados como, por exemplo, a capacitação administrativa e contábil para que a sede permaneça auto-sustentável, bem como a

³⁸ Refere-se aos artesãos associados.

disseminação de que, a partir de então, é necessário se tomar uma nova postura em face da qualidade do produto e, fundamentalmente, do atendimento aos clientes.

Veja-se o depoimento:

A sede ficou pronta há 4 ou 5 meses³⁹, mas algumas ainda não entenderam que a sede é delas. Outras que acompanharam muito bem a luta para a construir essa sede, aí fez questão de ir até lá com o filho, com o neto, com a sogra, com o cachorro, sabe? Aí eu tive até que intervir... Eu tive até que dizer “nossa como isso é maravilhoso, que vocês se apropriaram, se apossaram do que é de vocês, mas isso aqui tem que ter um papel formal”. E por isso eu estou começando a formalizar e sistematizar o processo.

Assim, dinamizou-se a cultura do trabalho associativo, atraiu-se o interesse das filhas de artesãs que viviam o dilema entre a esperança de trabalhar no Complexo hoteleiro e a atividade de trançar, proporcionou um aumento da renda dos artesãos através da venda coletiva e da loja de produtos, e, sobretudo, aumentou a auto-estima dessas mulheres tornando visível para a comunidade sauíense o sucesso da atividade associativa.



Figura 18 – Fachada da sede da APSA e vista lateral.

5.4 O papel da Associação para o artesanato de Porto de Sauípe

A história do artesanato em Porto de Sauípe é muito difícil de ser reconstruída, pois o artesanato é a base da cultura local e foi sendo passado de geração em geração.

³⁹ Essa entrevista foi concedida em agosto de 2004.

As mulheres aprendem o ofício de trançar desde meninas, numa relação de amizade e maternidade na qual a sua avó aprendeu com a bisavó, a sua mãe com a avó, e a menina com a mãe. Era o momento de ensinar e repassar os valores da família, de conversar, de cantar, de passar o tempo, de brincar, enfim, de unir as gerações em prol de um objetivo: trançar não só a palha da piaçava, mas, sobretudo, trançar a vida de mães e filhas ensinando-lhe os valores da vida, da amizade e da maternidade.

A estrutura do processo de produção foi ensinada e praticada do mesmo jeito até os dias de hoje. Entretanto, com o advento do turismo o que antes era ludicidade hoje é fonte de renda, não raro a principal. Segundo Mattedi (2002, p. 87):

O envolvimento da menina e da jovem no trabalho, ocorre por volta dos oito ou nove anos de idade e, não raro, observa-se a participação de crianças menores em algum momento do processo produtivo [...] os pais são os responsáveis pela transmissão do conhecimento [...]; as artesãs que dizem ter aprendido sozinhas, o que equivale a dizer "vendo fazer", [...]. É interessante notar que, embora na atualidade não exista envolvimento masculino no processo produtivo propriamente dito, parece que houve um tempo em que esse trabalho também era de conhecimento dos homens, pois [...] [algumas] artesãs [disseram ter aprendido] o ofício com o pai.

O artesanato é uma atividade principalmente feminina, mas que pela força econômica que vem ganhando nos últimos anos alguns homens começaram a derrubar os preconceitos individuais e sociais e começaram a inserir-se na atividade artesanal. Não que não soubessem o ofício, pois, assim como as meninas aprenderam com suas predecessoras, os meninos assim também o fizeram. Por esse motivo, inclusive, que foi optada a adoção da nomenclatura “artesãos” em toda a redação, porquanto verificou-se que o ofício de trançar já foi uma atividade exclusiva às mulheres.

Os homens não trançavam mais porque, além de terem vergonha da atividade, afinal, a trança era “coisa de mulher”, eles se dedicavam à pescaria, deixando o sustento proveniente do artesanato para os tempos de inverno, tempo em que a pescaria não era muito lucrativa. No máximo, se encarregam pela comercialização dos produtos nas feiras da região.

Inconscientemente ainda há uma divisão sexual do trabalho muito bem definida na comunidade de Porto de Sauípe, o que significa que lugar de homem é no mar, pescando; e o da mulher trançando, mariscando, e cuidando da casa. Mas, segundo depoimentos dos artesãos, o artesanato tem atraído antigos pescadores que vêm nessa nova atividade uma alternativa mais rentável que a pesca, em face do nível de poluição que tem atingido a região.

Durante a realização dessa pesquisa foi relatado que, os homens que são casados com mulheres artesãs, inicialmente, demonstram interesse pela trança. Contudo, eles restringem-se a costurar os produtos escondidos em suas casas e, a “portas fechadas” para a vizinhança. Será explicado, a seguir, como se dá todo o processo de confecção dos produtos artesanais.

5.4.1 Da palha ao produto final: o processo de trançar

O processo produtivo para a confecção do artesanato inicia-se com a coleta das fibras da piaçava de forma tradicional, ou seja, as mulheres entram no “mato” – nome que os artesãos dão para se referir ao ambiente natural do Litoral Norte –, e coletam livremente. Daí em diante beneficia-se a palha para que ela atinja o ponto certo para ser trançada. Para tal, segue-se um processo que vai do cozimento, passando pela tintura – que na verdade é um segundo cozimento com o tipo de corante escolhido, pela secagem, pela riscagem, pelo trançado, e finalmente, pela costura. É esse processo produtivo que será analisado a seguir e pode ser visualizado na figura 19, a seguir:

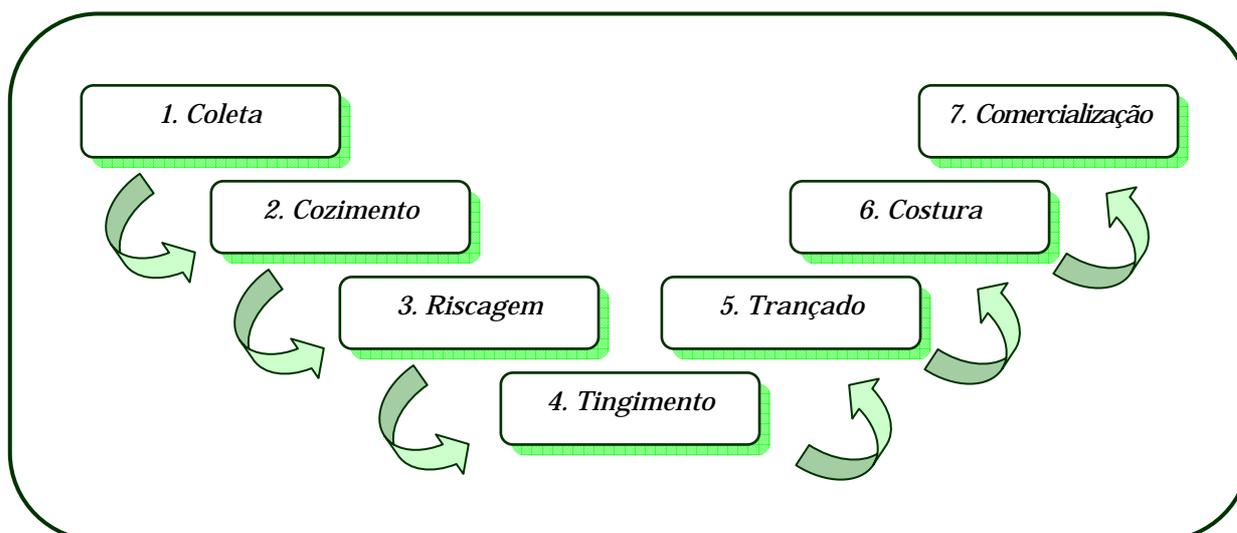


Figura 19 – Processo produtivo de confecção do artesanato de piaçava
 Fonte: Elaboração própria, 2004.

5.4.1.1 A coleta

A retirada da palha é simples, mas exigem-se métodos precisos aliados a muito cuidado para não danificar a planta, pois todos eles sabem que uma palha mal tirada pode custar muito caro, tanto para a planta porque demorará no mínimo três meses para dar novos “brotos”; quanto para eles que terão que caminhar mais longe para poder encontrar novas piaçaveiras, pois elas encontram-se cada dia mais escassas e afastadas da comunidade.

A parte da piaçaveira que é útil para trançar é aquela que os artesãos chamam de “broto” ou “olho da piaçava”, ou seja, é a parte em que as folhas são jovens, ficam juntinhas umas das outras e ainda não se abriram formando aquela grande folha verde cheia de ramos que é peculiar a todas as palmáceas.

A coleta depende ainda das condições climáticas, pois não se pode fazer a coleta da palha com chuva, pois nessas condições elas ficam quebradiças, logo, inadequadas para o artesanato. Após a coleta, a palha não deve ser armazenada por

muito tempo, sob pena de escurecer e, desta forma, perder as características ideais para o artesanato.

Vale sinalizar ainda algumas informações quantitativas sobre o rendimento da palha de piaçava que foram adquiridas no relatório do Projeto Trança do Mar (CAFFER, 2000):

- 1 olho da palha de piaçava é colhido a cada 3-4 meses e rende, em média, 60 – 70 palhas;
- em média são colhidos 3 olhos da palha por ano na mesma planta – caso tenha sido retirada corretamente na coleta anterior;
- a palha em condições para o artesanato deve ter um comprimento de 1 a 2 metros;
- a partir das folhas previamente cozidas durante 1 hora e riscadas, produzem 1 braça por 2 – 3 horas de trabalho;
- 18 – 20 palhas rendem 1 braça de trançado;
- 1 olho produz 3,5 braças de trança;
- 1 roda de trança possui, aproximadamente, 25 braças;

Além dessas informações é interessante apresentar a quantidade de braças necessárias para se confeccionar alguns produtos:

Tabela 2 – Número de braças necessárias para confecção dos produtos

Nº	Descrição	Dimensões	Nº de braças
1	Esteira retangular	1,80 x 1,20 m	18
2	Esteira redonda	1,50 m (diâmetro)	25
3	Esteira oval	1,80 x 1,20 m	25
4	Bolsa boca piu (brinde) – 3 modelos	15 x 20 cm	2,5
5	Bolsa mochila	30 x 20 cm	5
6	Bolsa lua	25 x 25 cm	5
7	Bolsa Nil	45 x 40 cm	10
8	Bolsa retangular grande	50 x 40 cm	10
9	Bolsa bebê	35 x 28 cm	5
10	Bolsa samburá	27 x 17 cm	4,5
11	Bolsa balde	30 x 20 cm	5
12	Chapéus	3 voltas de trança	3,5
		4 voltas de trança	4,5
		50 cm (diâmetro)	16
13	Almofada redonda	80 cm (diâmetro)	24
		1,00 m (diâmetro)	30

Fonte: Adaptado de KRAYCHETE, 2001.

Assim sendo, a ida para o “mato” mobiliza um grupo de mulheres (às vezes um homem acompanha) para a coleta da piaçava. Eles combinam entre si o local para onde vão, pois cada dia está mais longe e os perigos de animais peçonhentos, da própria violência que assola o inconsciente dessas mulheres e da preocupação em não se perderem pelo caminho. Outro fator que é combinado entre eles é o meio de transporte que utilizarão, porque caso seja necessário alugar algum veículo, os custos são rateados entre eles. Isso se faz necessário, principalmente, quando a Associação recebe grandes encomendas.

Segundo depoimentos dos artesãos os principais locais de coleta de palha da piaçava, no entorno da comunidade de Porto de Sauípe, são: Piaçabinha, Riachão, Barragem de Lili, Fazenda Água Boa, Buriu, Área sob eucaliptos, Área de pinus (Indústria Santo Amaro e Copener), Estrada de Entre Rios, Piaçava coqueiro, Cachoeira, Apraiu, Água do Cajueiro e Morro.

Após a coleta da palha eles trazem o que conseguiram em grandes feixes. Cada uma carrega o que consegue, porquanto ainda que a retirada da palha seja coletiva, não há distribuição igualitária ao final. Durante as entrevistas de campo, uma artesã ensinou como se tira a piaçava de forma que a planta não seja danificada:

A melhor maneira de tirar é com bastante cuidado para não quebrar o brotinho. A gente aqui, as artesãs, vai pro mato, escolhe o olho que quer, que está bom... o olho é a palha bem amarelinha, que tem no olho mesmo, porque tem aquelas palhas verdes que estão todas duras que não servem. É o olho que tá fechado que serve pra gente trança, pra cobrir casa de taipa, quiosques, essas coisas, enfim... porque da piaçava não desperdiça nada. É o olho, a gente tem que tomar cuidado para não quebrar por causa do brotinho, porque se a gente precisa de dois ou 3 meses pra voltar naquela piaçava a gente não pode deixar quebrar o broto. Tem que pegar o olho com cuidado, balançar ele, abrir as palminhas, as palhas, para poder separar o brotinho do velho, porque o maior, o mais comprido está bem mais alto, e o olho está na metade da altura do outro. E a gente tem que ter cuidado pra separar o velho do brotinho pra quando daqui a dois ou três meses a gente poder voltar lá e já está do mesmo tamanho do velho. E se quebrar ou cortar é um atraso de vida para a natureza, né? Porque demora, passa mais tempo pra vir outro olho. Porque se maltrata... As pessoas mais velhas daqui da Associação, todo mundo já sabe disso. Porque se todo mundo chegar lá com faca, facão pra cortar os olhos acaba com a piaçava. Não pode nem ir com facão, nem quebrar [...] porque maltrata o brotinho. A gente balança separa o brotinho do olho velho separa e tira as palhas que nos servem e deixa o brotinho continuar em pé.

É válido destacar um elemento muito importante no depoimento dessa artesã: a consciência ambiental. Ou seja, a sua preocupação com a renovação da piaçaveira e com a sustentabilidade da natureza, que vem sendo muito mal-tratada na região. Vale dizer também, que há casos em que a palha da piaçava é comercializada, tanto *in natura* quanto cozida.

5.4.1.2 O cozimento

Em seguida, a palha é levada para casa ou para a sede da Associação, e inicia-se o processo de beneficiamento das fibras com a finalidade de deixá-las suficientemente flexíveis para o manuseio dos artesãos. Nesse momento a palha é cozida em grandes panelas ou latas nos quintais das casas em fogo a lenha no chão. Na sede da Associação já existem fogões industriais específicos para essa finalidade, mas no período em que a mesma foi visitada, uma artesã cozinhava a palha do lado de fora da sede como pode ser observado na figura 20.



Figura 20 – Processo de cozimento da palha de piaçava

Não é possível deixar de sinalizar o perigo de queimaduras a que os artesãos estão expostos. No manuseio de grandes panelas, inevitavelmente, eles podem sofrer acidentes. Ainda que na sede da Associação existam fogões a gás para o cozimento, o perigo de acidentes é de igual proporção. Assinala-se também, que durante o

cozimento, os artesãos ficam expostos a grande quantidade de vapores quentes, o que acarreta problemas de saúde e de visão.

5.4.1.3 A riscagem

Após o cozimento a palha é colocada para secar até ficar suficientemente flexível para ser “riscada”. O processo de “riscagem” é o momento em que os artesãos desfiam as longas folhas da piaçava em larguras e comprimentos uniformes de forma que elas fiquem com o aspecto de “tiras” finas, pois é a partir delas que os rolos de trança se formam. Segundo as entrevistas com os artesãos, a riscagem é uma das fases mais importantes. Afinal, esteticamente o produto não fica com uma boa aparência se tiverem diferentes espessuras de tranças. Tem que haver uniformidade entre as tiras riscadas.

5.4.1.4 O tingimento

Terminado o processo de riscagem da palha, segue-se para o tingimento, que se traduz na coloração das palhas. As tinturas usadas pelos artesãos variam entre os corantes naturais e os artificiais. A opção pelos corantes possui uma história. Durante a entrevista com a coordenadora de projetos da Associação de Artesãos de Porto de Sauípe, verificou-se que, inicialmente, os artesãos utilizavam os corantes naturais. Todavia, com a facilidade de acesso aos corantes artificiais, ou seja, as anilinas químicas, as quais eram tóxicas e prejudiciais à saúde, elas passaram a ser utilizadas em larga escala.

Segundo os depoimentos dos artesãos a opção pela anilina era feita porque tinham um resultado imediato, e eles consideravam as cores obtidas como mais marcantes e evidentes, ao passo que os corantes naturais ficavam com um aspecto

“sem graça”, ou seja, com cores fracas. Somado a essa percepção tinha ainda o agravante de que a obtenção de corantes naturais era uma atividade a mais para o processo. Ou melhor, além de terem que tirar a palha da piaçava, eles teriam que conseguir a matéria-prima para fazer as cores.

As cores utilizadas variam entre o vermelho, o preto e o amarelo, todas obtidas de produtos naturais encontrados na região. Das folhas secas de cipó de rego, o vermelho; da lama do mangue, o preto; e da capianga (um tipo de madeira comum à vegetação da região), o amarelo. E com as anilinas químicas as cores variam entre o laranja, o verde, o azul, o rosa, o marrom, o lilás e o vermelho. Vale dizer, que eles não param de buscar novos elementos para o tingimento da palha. Durante a realização da pesquisa de campo, as entrevistas realizadas algumas artesãs relataram que estavam testando a folha da mangueira para obtenção da cor verde.

Com a criação da Associação de Artesãos de Porto de Sauípe, resgatou-se a utilização de corantes naturais “conferindo de forma consciente, um diferencial de qualidade ecológica a seus produtos (ASSOCIAÇÃO..., 2004)”. Assim, a combinação e escolha das cores ficam a critério da criatividade de cada artesão. Veja-se como se deu esse processo de resgate dos corantes naturais através da entrevista realizada com a coordenadora de projetos:

A gente inseriu um trabalho com corantes naturais que foi muito importante. Antigamente se usavam corantes naturais, mas se perdeu com o uso porque aparentemente a anilina é muito mais fácil de ser usada e tem todo aquele processo de ser mais rápido e o resultado é muito mais impactante do que um corante natural que parece que faz “cores mortas”.

Nessa época eu conheci uma pessoa que escreveu um livro muito importante chamado “Corantes Naturais da Flora Brasileira” de Eber Ferreira.

[...]

Eber Ferreira deu um curso para a Associação sobre corantes naturais, com o apoio do Comunidade Solidária [...].

O tingimento da palha se dá pelo retorno da palha cozida e riscada para um novo cozimento, agora com a inserção do tipo de corante utilizado. Assim, mais uma vez, os artesãos ficam expostos aos acidentes. Caso optem pelas anilinas eles ficam expostos aos vapores da toxicidade química, ao passo que se optarem pelos corantes

naturais eles têm um pouco mais de trabalho. Entretanto, o risco que eles correm nessa etapa é minimizado em face do prazer que se tem quando acompanham e verificam o resultado das cores obtidas.

5.4.1.5 O trançado

Uma vez tingida a palha, inicia-se a “melhor parte” de todo o artesanato: o trançado. É nesse momento em que eles podem conversar, cantar, relaxar, distrair, refletir, ocupar o tempo ocioso. Segundo os informantes é unânime a opinião de que o trançado da palha funciona como uma terapia que “acalenta a alma e tranquiliza o coração”.

A trança é feita a partir das tiras riscadas. Na medida que uma delas acaba, vai sendo substituída por outra até se fazer grandes rolos⁴⁰ de trança (Veja-se figura 21). Não existe hora, local, tampouco humor para se trançar. Elas trançam na porta de casa, na sede da Associação, na porta da loja, assistindo televisão, conversando com outras pessoas ou simplesmente admirando as belas paisagens de Porto de Sauípe. Eles, em casa longe dos olhos de outras pessoas.



⁴⁰ Um rolo de trança possui em média 25 m.

Figura 21 – Rolo de palha trançada

Quando foi realizada a primeira visita a Porto de Sauípe para a aplicação de entrevistas com alguns artesãos, não foi difícil descobrir onde era a sede da Associação. Foram encontradas, logo na frente da sede, duas mulheres trançando, sorrindo e conversando. Eram duas grandes amigas.

As primeiras entrevistas foram realizadas, ali mesmo, em frente à sede, enquanto as artesãs trançavam. Com receio de atrapalhar o trabalho delas, sugeriu-se um outro horário para a realização da entrevista. Entretanto, as artesãs não se opuseram em responder as questões, porquanto afirmaram que já eram acostumadas a trançar e conversar simultaneamente. Aliás, a atividade de trançar, ainda que individual, os artesãos preferem trançar em companhia de outras pessoas.

Assim, elas responderam e conversaram durante horas, de forma muito afetuosa simultaneamente à atividade de trançar sem errar a sequência sequer uma vez. Ao serem questionadas sobre o grau de dificuldade do trançado, sempre respondiam que aquilo era tão fácil para elas quanto o uso do computador pelos pesquisadores. Veja-se a figura 22.

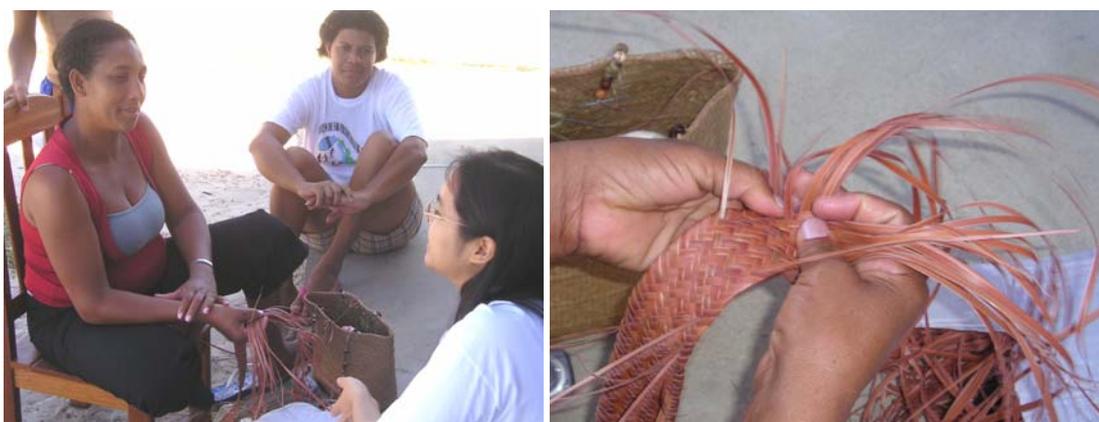


Figura 22 – A atividade de trançar

A medida utilizada pelos artesãos é a “braça”. Essa medida tem em média 1,20m e varia muito, porque o padrão de referência é o tamanho dos braços dos

artesãos. Ela é medida da seguinte forma: o artesão abre os dois braços e o tamanho de uma extremidade da mão à outra significa uma “braça”; por isso é tão variável.

Durante o trançado a criatividade dessas mulheres aflora. São tranças complexas e algumas delas possuem formas simétricas e diferentes cores que, ao final da costura, vão compor belos desenhos. Pela prática desenvolvida por eles, alguns desenhos já possuem nomes específicos. São eles: (a) caracol normal, (b) viuvinha, (c) espinha de peixe com três cores, (d) caracol com espinha de peixe, (e) escama de camboja,

(f) balãozinho, (g) espinha de peixe com duas cores. Veja-se a figura 23 abaixo.



Figura 23 – Modelos de trançado. Da esquerda para a direita: caracol normal, viuvinha, espinha de peixe com três cores, caracol com espinha de peixe, escama de camboja, balãozinho, espinha de peixe com duas cores.

Vale dizer que algumas dessas mulheres ainda dividem o seu tempo, assim como os hábitos citadinos de mulheres que trabalham fora, ou seja, se dividem entre as atividades domésticas e o trabalho remunerado. Elas cuidam da casa e fazem o almoço pelo período matutino, e somente após todas as atividades domésticas concluídas, é que elas se dirigem para a sede da Associação para poderem trabalhar com o trançado. Mas, elas, paulatinamente, estão passando a se dedicar em tempo integral, pois verificaram que a renda proveniente do artesanato passou a ser fonte primária. Veja-se o depoimento da artesã associada:

As mulheres se dedicavam a metade do dia à trança, a outra metade do dia elas se dedicavam à casa, aos filhos, ao marido, à comida... e quando começou a se perceber que essa renda não somente complementava, mas tornou-se a renda principal, muitas delas começaram a se dedicar em tempo integral [...] para produzir mais e mais, e para poder ganhar mais, porque quanto mais elas produzem, mais elas recebem.

5.4.1.6 A costura

Após o trançado, os artesãos iniciam o processo de costura para a confecção dos produtos. Há um período atrás, a produção era centrada em um único produto: o chapéu. Com o tempo, os cursos, as novas técnicas, eles foram aprimorando os *designs* e confeccionando sempre novos artefatos. Atualmente, eles fazem bolsas, chapéus, jogos americanos, esteiras, cestos, almofadas e o que a criatividade puder fazer, em diferentes tamanhos e medidas. Veja a tabela 3, a seguir, com a relação dos produtos confeccionados pelos artesãos e seus respectivos preços de venda:

Tabela 3 – Síntese dos produtos da APSA, com dimensões e preços.

Nº	Descrição	Dimensões	Preço Final (em R\$)
1	Esteira retangular	1,80 x 1,20 m	48,00
2	Esteira redonda	1,60 m (diâmetro)	48,00
		1,50 m (diâmetro)	32,00
3	Esteira oval	1,80 x 1,20 m	32,00
4	Jogo americano	45 x 35 cm	6,00
5	Bolsa boca piu (brinde) – 3 modelos	15 x 20 cm	7,00
6	Bolsa mochila	30 x 20 cm	12,00
7	Bolsa lua	25 x 25 cm	11,00
8	Bolsa balde com alça de junco	35 x 45 cm	12,00
9	Bolsa Nil	45 x 40 cm	24,00
10	Bolsa retangular grande	50 x 40 cm	21,00
11	Bolsa bebê	35 x 28 cm	12,00
12	Bolsa samburá	27 x 17 cm	11,00
13	Bolsa Marcella	45 x 40 cm	15,00
14	Bolsa tupi	45 x 40 cm	15,00
15	Bolsa noite	30 x 20 cm	12,00
16	Bolsa balde	30 x 20 cm	12,00
17	Bolsa rio	40 x 35 cm	15,00
18	Bolsa concha	40 x 35 cm	20,00

19	Bolsa urucum	40 x 35 cm	15,00
		2 voltas de trança	4,00
20	Chapéus	3 voltas de trança	6,00
		4 voltas de trança	8,00
		5 voltas de trança	10,00
		50 cm (diâmetro)	15,00
		80 cm (diâmetro)	32,00
21	Almofada redonda	1,00 m (diâmetro)	48,00
		1,50 m (diâmetro)	70,00
22	Almofada quadrada	30 x 30 cm	15,00
23	Tube	25 x 80 cm	18,00
		25 x 90 cm	20,00
24	Cesto com alça	60 x 45 cm (diâmetro)	30,00
		45 x 45 cm (diâmetro)	21,00
25	Cesto com tampa	20 x 25 cm (diâmetro)	12,00

Fonte: Catálogo de produtos APSA, 2004.

Uma vez os rolos prontos, os artesãos começam a costurar e dar forma às longas tranças. Para costurar eles utilizam uma fibra natural chamada licuri⁴¹ (*Syagrus coronata*), e para fazer o fecho de algumas bolsas uma semente típica da região que tem a forma redonda e muito lisa. A partir de então, as bolsas, chapéus, cestos e esteiras vão se materializando pelas mãos dos artesãos (Veja-se a figura 24).



Figura 24 – Bolsas confeccionadas pelos artesãos

O momento do trançado e da costura são as partes que os artesãos mais gostam. Mas também é o momento em que a coluna de cada um sofre mais, principalmente quando se costuram esteiras, pois eles precisam ficar sentados no chão. Tendo em vista os problemas de coluna sofridos pelos artesãos, principalmente

⁴¹ Essa fibra também é conhecida na região como “ouricuri”.

as mulheres, a sede da associação elaborou uma cadeira ergonômica, com pernas mais baixas, costas mais altas e almofadadas.

Antes da existência da sede cada mulher trançava e costurava em sua casa, pois tinham um horário mais livre e o seu espaço pré-determinado. Com o associativismo as mulheres estão sendo estimuladas ao trabalho em conjunto, porque assim o nível de padronização e qualidade dos produtos fica mais uniforme.

Segundo os depoimentos dos artesãos, eles acreditam que trabalhar em grupos com outras mulheres é sempre proveitoso, pois uma acompanha o trançado da outra, o tingimento fica com uma cor uniforme e a margem de erro diminui substancialmente. Afinal, eles têm conhecimento de que o trabalho desempenhado leva consigo a imagem da associação e, por isso, precisam melhorar cada dia mais.

Veja-se o depoimento de uma artesã:

A gente ainda não tem uma produção [homogênea], mas está muito boa a produção. E a gente precisava da sede para fazer grandes produções juntas. A importância da sede é a produção coletiva, porque ela mostra onde você está errando, você pode perguntar, a pessoa vê quando o tingimento é feito de forma coletiva você sabe quantas gotas de urucum colocar, e se você está produzindo em casa, cada bolsa vai ter um tom de urucum diferente. E se você fizer em grupo isso não vai acontecer. Tanto que a qualidade da produção de hoje em dia está muito melhor, a partir da sede. O trabalho coletivo é fundamental.

Uma outra vantagem do trabalho em grupo é que as mais experientes acabam ensinando as neófitas a aperfeiçoarem o seu trabalho, e assim a sua produtividade. Com isso, uma passa a conhecer as técnicas da outra e depositar a confiança quando se têm encomendas para entregar. Há sempre aquela relação de compadrio e amizade entre eles, que em alguns momentos pode ser um bom aspecto, em outros não. Afinal, todas os artesãos associados têm o mesmo tratamento por parte da presidência.

5.4.1.7 A comercialização

A comercialização dos produtos era, inicialmente, feita nas feiras das redondezas de Porto de Sauípe, mais precisamente em Pojuca, Subaúma e Alagoinhas, tendo como principal produto o chapéu. O empacotamento dos chapéus era feito pelos homens/chefes da casa e transportado no lombo de cavalos ou jegues até as feiras. Havia também relações comerciais com Salvador, para ser revendido no Mercado Modelo, e, para os turistas da Praia do Forte, embora em menor escala.

O escoamento da produção dos artesãos sempre foi um grande impasse. Pensava-se em produzir cada vez mais, melhorar a qualidade dos produtos, a padronização, mas não se planejava como se daria a venda. Eles não tinham uma loja para expor seus produtos e ficavam à espera de turistas que fossem procurá-las.

Houve um tempo em que amigos e atravessadores traziam para vender em Salvador sob consignação, a um preço baixíssimo, algo em torno de R\$ 2,00 por uma bolsa que hoje é vendida na loja de produtos por R\$ 15,00. Assim, locais como o Mercado Modelo e o Instituto Mauá eram pontos de venda seguros.

Quando não raro, algumas tentavam vender em Salvador por conta própria. Dirigiam-se às lojas do Pelourinho, no Centro Histórico de Salvador, ou individualmente às lojas de artigos de praia na Barra. Saíam de suas casas, repletas de produtos, somente com o dinheiro da passagem, e com a esperança de conseguirem vender alguma peça para que, no mínimo, pudessem fazer alguma refeição.

Com a consolidação da idéia de associativismo entre as mulheres pensou-se na criação de um catálogo, pois assim poderiam divulgar seus produtos e aumentar a renda. Assim, fizeram o primeiro catálogo durante o Projeto Trança do Mar. Um pouco incompleto, mas o primeiro passo para uma longa jornada. Veja-se o depoimento:

Inicialmente, se pensou em realizar uma ação e não se pensou em escoamento da produção. Porque você vai trabalhar um grupo de pessoas

que precisa comer e não cuidam da parte mais importante, que é o escoamento da produção, ou seja, um catálogo.
[...]

O primeiro catálogo da Associação foi o grande passo que a Associação deu no sentido de levar o trabalho dela para qualquer parte do Brasil através do Comunidade Solidária. A gente saiu do local para todo o Brasil. Não era nem um grande catálogo, era um catálogo muito deficiente que nem tinha todos os produtos, tinha uma parte da história da Associação [...]

Já no seu segundo catálogo, esse com impressão em papel especial, com fotos artísticas e um texto muito bem redigido, os artesãos começaram a mostrar seu trabalho para todos os cantos do país, e até mesmo para o exterior. Esse último catálogo, por ter uma diagramação e editoração eletrônica mais elaborada contou com o apoio financeiro da Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE, a qual vem apoiando o trabalho desenvolvido pelos artesãos em outros segmentos.

Uma vez com o catálogo pronto, o serviço de logística do Comunidade Solidária encarregou-se de efetivar a distribuição nacional do catálogo, para empresas, lojas de produtos artesanais, *designers*, decoradores, enfim, para um extenso banco de dados de pessoas e empresas que seriam potenciais compradores.

A partir dessa distribuição, os artesãos começaram a ter expressividade em revistas nacionais como, por exemplo, a Casa Cláudia® (editora Abril), e as publicações da Casa Cor® de diferentes estados; somando-se ao recebimento de encomendas do Brasil inteiro, principalmente do eixo Rio – São Paulo, e do mercado europeu, principalmente da Itália.

O crescimento da Associação teve notável expressividade que já se encontram informações em sites da *internet*, sejam para divulgação da experiência do associativismo, ou mesmo para a divulgação de seus produtos. Nesse sentido, foram encontradas informações sobre o trabalho da APSA nos sites: do Sebrae-SP; do projeto Artesanato Solidário – ArteSol – uma iniciativa do Governo Federal; e da Galeria de expressões – um site desenvolvido por uma *designer* que utiliza os produtos dos artesãos de Sauípe em seus projetos de decoração de interiores.

Com a finalidade de criar novas oportunidades para exportação dos seus produtos, foram constatadas informações de que o Banco do Brasil está providenciando a inclusão da Associação em seu “Balcão de Comércio Exterior”, que se traduz numa proposição do Banco para a solução e atendimento a micro e pequenas empresas que estão iniciando seu processo de exportação. Segundo o Banco “o Balcão contempla todo o processo de exportação envolvendo pedidos de até US\$ 10 mil (limite por operação), na modalidade câmbio simplificado” (ARTESÃS..., 2004a).

Assim, com a revitalização da esperança de melhores condições de vida, aliada ao sucesso das vendas internacionais, cabe sinalizar a melhoria da auto-estima dos artesãos. Afinal, eles passaram a acreditar que o artesanato é uma atividade de trabalho bem remunerada e com isso podem garantir seu sustento familiar. Por esse motivo, eles passaram a ter um critério mais rigoroso com a padronização e qualidade dos produtos, pois caso contrário, os pedidos retornam para que eles refaçam as peças “inadequadas”. Isso já aconteceu.

Para evitar o retorno de pedidos, a presidência da Associação incentiva, cada vez mais, para que os artesãos trabalhem juntos no intuito de haver uma homogeneidade dos produtos finais.

Vale dizer que com a instalação da Casa do Artesão dentro do Complexo Turístico Costa do Sauípe, os artesãos foram convidados para expor e vender seus produtos no interior da loja. Entretanto, as condições oferecidas pelo empreendimento não satisfizeram os artesãos, porquanto a Associação só poderia vender 2 peças por mês.

Sob essas condições, a APSA optou por não vender seus produtos dentro da Casa do Artesão, porque a margem de lucro e a quantidade de peças eram muito pequenas, tendo em vista o volume de pedidos que eles tinham. Além do mais ficaria

a incógnita: qual artesão iria expor seus produtos dentro do Complexo? Portanto, para que não houvesse conflitos internos, decidiu-se que ninguém venderia seus produtos lá dentro. Afinal, os princípios norteadores da associação se baseiam no respeito, na justiça e, sobretudo, na amizade entre eles.

O fato dos produtos da APSA não estarem sendo comercializados dentro do Complexo Hoteleiro, significou uma grande decepção, por parte dos artesãos, pois eles imaginavam que a melhoria de suas vendas estava articulada com o fluxo de turistas do Complexo. Mas, na realidade, essa decisão não influenciou nas vendas.

Os artesãos ganham por produtividade. Eles produzem por encomendas ou deixam seus produtos, em consignação, na loja de produtos da sede da APSA. Ou seja, quanto mais peças conseguirem confeccionar, maior é a renda. Segundo informações da APSA os principais tipos de produtos comercializados são as almofadas e esteiras, seguindo-se das bolsas e chapéus. E, cada vez mais, as vendas e a receita da APSA têm aumentado, aliada à sua capacidade de produção.

Segundo o levantamento de dados realizado sobre as vendas da APSA existem registros de 8.408 peças vendidas durante os anos 2000 a 2004, de acordo com o mês/ano do pedido, exceto uma quantidade de 1102 que não se sabe a qual período se refere. Veja-se a tabela 2, a seguir com informações específicas, por ano e a figura 25 para acompanhamento do crescimento das vendas:

Tabela 4 – Acompanhamento do número de peças vendidas por ano, 2000 a 2004.

Ano	Quantidade de peças	Faturamento* (em R\$)
2000	1.225	15.170,00
2001	853	10.828,00
2002	306	1.992,00
2003	1.496	28.659,00
2004	3.427	57.711,00
Sem data	1.101	12.304,00

Total	8.408	126.664,00
-------	-------	------------

Fonte: APSA, 2004

* *Esse faturamento corresponde ao valor da peça vendida, e não a porcentagem que ficou com a APSA.*

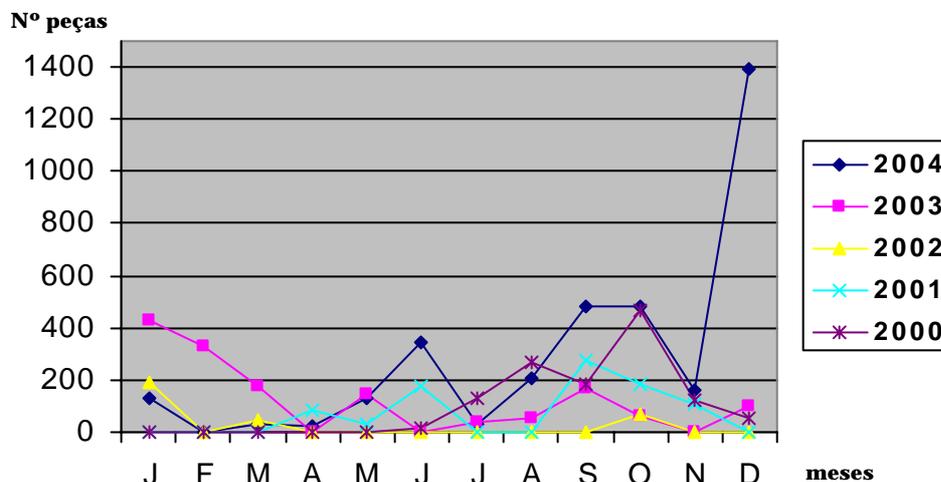


Figura 25 – Acompanhamento mensal do número de peças vendidas pela APSA, 2000 a 2004.
Fonte: APSA, 2004.

Atualmente, verifica-se um crescimento muito grande do número de peças vendidas. Por esse motivo, cada vez mais os artesãos precisam trabalhar mais. Além disso, ressalte-se a forte pressão sobre os recursos naturais que vem se expressando pelos índices apresentados na figura 25.

Esse rápido crescimento das vendas é acompanhado, simultaneamente, pelo rápido crescimento de empreendimentos hoteleiros e imobiliários no local. Assim, é evidente a redução da área livre de coleta da piaçava, manifestando, por sua vez, a eminente necessidade da criação de uma área de manejo para garantir o crescimento das vendas da APSA e do equilíbrio ao meio ambiente, ainda que a coleta da piaçava não degrade a planta.

Com a expressividade das vendas e da própria imagem da Associação, é crescente o número de pessoas que se interessam em associar-se. Vale dizer também, que cada vez mais a APSA precisa de artesãos para trabalho, haja vista as encomendas que vêm sendo solicitadas.

Segundo os relatórios dos consultores em economia a receita da Associação só poderia aumentar através de três formas: a) aumentando o número de peças vendidas; b) aumentando o número de associadas; e c) aumentando a parte do valor da venda de cada peça que fica para a Associação (KRAYCHETE, 2000, 2001, 2002). Das três formas relatadas as duas primeiras foram as que melhor se adaptaram à realidade da Associação de Artesãos de Porto de Sauípe.

Todo o processo produtivo de uma peça é feito por um único artesão. Não existe trabalho em série, tampouco divisão de tarefas entre eles, como por exemplo, algumas só trançam, outras só tingem, ou outras só costuram. É muito importante ressaltar que as raízes do trabalho artesanal ainda existem e cada peça carrega em si a identidade de um artesão.

Afinal, a melhoria que o artesanato necessita ter tem que se focalizar para a qualidade e capacidade de produção respeitando-se a característica artesanal, ou seja, toda as peças são diferentes entre si, ainda que aparentem ter o mesmo tamanho, cor e modelo.

Todas as informações sobre o processo produtivo, relatadas anteriormente, servem como mecanismo para ser feita uma análise acerca do papel que a Associação de Artesãos de Porto de Sauípe assumiu perante a comunidade de artesãos de Porto de Sauípe.

Diante do exposto pode ser verificado que não houve mudanças substanciais no processo produtivo para confecção do artesanato. Mesmo porque, senão deixaria de ser um “produto artesanal”. Entretanto, se faz mister ser apontada a importante e fundamental mudança na concepção de *organização social* dos artesãos.

Com um olhar mais pragmático sobre a atividade do artesanato podem ser observadas mudanças profundas na estrutura da organização social dos artesãos. Sob

essa ótica constata-se novos papéis sociais e uma nova forma de se relacionar com a atividade artesanal.

Dentro da gestão da APSA o artesão que antes só fazia trançar e costurar seu produto, agora possui múltiplos papéis e funções tipicamente administrativas. Apareceu o papel do artesão responsável pelas vendas, do artesão responsável pelo controle de qualidade (ainda que incipiente e não muito rígido), do artesão responsável pelo recebimento dos pedidos, do artesão responsável pelo encaminhamento e orientação dos pedidos aos outros artesãos, do artesão responsável pelo controle financeiro, do artesão que trabalha dedicadamente a cada peça que confecciona pois se preocupa com a imagem da instituição, do artesão-gestor que se preocupa com o bom atendimento do cliente, enfim, inúmeros papéis sociais que eles tiveram que aprender ou desenvolver suas aptidões.

Essa multiplicidade de papéis exige de cada artesão uma nova postura perante o compromisso assumido com a Associação. Desde a preocupação com a padronização das peças e prazos que precisam ser cumpridos, à constante necessidade de capacitação técnica para se oferecer um produto com alta qualidade e inovação.

A própria divisão da sede da Associação reflete essa nova postura de organização social. Há o lugar de trançado, de venda, de recebimento dos pedidos, de cozimento da palha, e fundamentalmente, o lugar de realização das reuniões, haja vista que a gestão participativa é a base de sustentação que movimenta o trabalho associativo desses artesãos.

Inegavelmente, toda essa re-configuração no modo dos artesãos relacionarem-se entre si e com o mercado deu-se por um processo de adaptação à lógica turística implantada na região, caracterizada principalmente, pelo Complexo Turístico Costa do Sauípe. O quadro a seguir se propõe a apresentar uma síntese das principais

mudanças que foram identificadas no desenvolvimento dessa pesquisa (veja-se o Quadro 7).

Quadro 7 - Quadro analítico-comparativo das mudanças ocorridas na organização social da APSA.

TRADIÇÃO	MODERNIDADE
<ul style="list-style-type: none"> A atividade do artesanato era eminentemente <u>feminina</u>. 	<ul style="list-style-type: none"> Atração de <u>homens</u> para a atividade do artesanato.
<ul style="list-style-type: none"> A <u>coleta</u> era feita nos arredores do povoado e o meio de transporte era a pé. 	<ul style="list-style-type: none"> A <u>coleta</u> continua sendo feita nos arredores do povoado, mas não em todas as áreas como se fazia, e o meio de transporte passou a ser, também, a locação de carros, pois a distância da piaçava do centro urbano aumentou muito.
<ul style="list-style-type: none"> Sem preocupação com a <u>preservação da piaçava</u>, pois era muito abundante. 	<ul style="list-style-type: none"> <u>Consciência ecológica</u> desperta, por causa da preocupação com a preservação da piaçava. Proposição de criação de <u>área de manejo</u> específica.
<ul style="list-style-type: none"> A <u>aprendizagem</u> da atividade se dava de forma oral e cotidiana, sem preocupações com aperfeiçoamento técnico. 	<ul style="list-style-type: none"> A <u>aprendizagem</u> continua sendo de forma oral, mas hoje existe a preocupação com a qualidade e “padronização” dos produtos, requerendo dos artesãos constante atualização. Os artesãos recebem constantes <u>consultorias técnicas</u> para melhoria dos seus produtos.
<ul style="list-style-type: none"> O <u>produto</u> era centrado no chapéu de cor natural 	<ul style="list-style-type: none"> Os <u>produtos</u> são diversificados, tanto em modelos, <i>designs</i>, tamanhos e cores.
<ul style="list-style-type: none"> Produção <u>descentralizada</u> (cada artesão fazia em sua residência). 	<ul style="list-style-type: none"> Preocupação e incentivo à <u>centralização</u> da produção (principalmente costura) na sede da Associação.
<ul style="list-style-type: none"> A <u>produção</u> era feita como ludicidade e, em menor importância, comercial. 	<ul style="list-style-type: none"> A <u>produção</u> é direcionada para a comercialização.
<ul style="list-style-type: none"> A produção era feita no “<u>tempo livre</u>”, depois das atividades domésticas. 	<ul style="list-style-type: none"> Ainda há divisão do tempo. Porém tem havido um tempo maior de dedicação à atividade. Alguns artesãos já dedicam-se em <u>tempo integral</u>.
<ul style="list-style-type: none"> O tingimento se dava, principalmente, por <u>corantes artificiais</u>, pois se acreditava que as cores produzidas por anilinas eram visualmente mais atraentes. 	<ul style="list-style-type: none"> Mudança na concepção sobre as cores produzidas. Valorização e utilização em maior escala de <u>corantes naturais</u>.
<ul style="list-style-type: none"> <u>Vendas</u> realizadas por atravessadores ou turismo local. 	<ul style="list-style-type: none"> <u>Vendas</u> realizadas por catálogos comerciais distribuídos nacionalmente e com elevado padrão de editoração eletrônica e impressão. Os artesãos recebem constantes <u>consultorias</u>

	técnicas para vendas.
<ul style="list-style-type: none"> • Não havia <u>contato</u> “não-presencial” com o artesão, caso um comprador se interessasse em encomendar e/ou adquirir produtos. 	<ul style="list-style-type: none"> • O <u>contato</u> com o artesão pode ser feito por telefone, fax e/ou e-mail da sede da APSA.
<ul style="list-style-type: none"> • O artesão <u>esperava o comprador</u> em sua residência e tinha que ter um “estoque” do produto que o comprador solicitava. 	<ul style="list-style-type: none"> • O artesão confecciona os produtos por <u>encomenda</u>, e os que conseguem fazer “extra” coloca à venda, em consignação, na loja de produtos da APSA.
<ul style="list-style-type: none"> • O <u>público-alvo</u> para venda dos produtos era o turista local que comprava diretamente nas mãos do artesão ou em feiras livres nos municípios e distritos circunvizinhos. 	<ul style="list-style-type: none"> • O <u>público-alvo</u> tornou-se turistas internacionais, empresas e eventos que distribuem os produtos artesanais de piaçava como brindes ecologicamente responsáveis, bem como o mercado internacional, principalmente o europeu.
<ul style="list-style-type: none"> • Não havia organização sistematizada de <u>informações sobre a venda</u> dos produtos . 	<ul style="list-style-type: none"> • Há organização sistematizada de <u>informações sobre a venda</u> dos produtos em formulários específicos em meio impresso e digital.
<ul style="list-style-type: none"> • <u>Preços</u> baixíssimos que, em alguns casos, não cobriam os custos de confecção da peça. 	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Preços</u> calculados por consultores especializados do setor econômico.
<ul style="list-style-type: none"> • A <u>divulgação</u> do artesanato por meio da tradição oral. 	<ul style="list-style-type: none"> • A <u>divulgação</u> em feiras de artesanato locais e nacionais, em eventos específicos da área de decoração, revistas voltadas para decoradores de âmbito nacional, Internet e mala-direta.
<ul style="list-style-type: none"> • O trabalho artesanal era uma <u>atividade comum</u> da região. 	<ul style="list-style-type: none"> • A <u>valorização do trabalho</u> artesanal e aumento de auto-estima de cada artesão.
<ul style="list-style-type: none"> • Sem incentivo à formação de <u>lideranças</u>. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação e renovação de <u>novos líderes</u> comunitários.

Fonte: Elaboração própria, 2004.

Enfim, essa foi a história da consolidação de um ideal: a Associação de Artesãos de Porto de Sauípe, uma simbiose entre a “tradição” artesanal e a “modernidade” do turismo acelerado. Ou ainda, a aplicação de uma racionalidade moderna às tradições artesanais. Mas, nada melhor para sintetizar tudo isso do que as próprias palavras dos artesãos:

Como toda comunidade que convive intensamente com a natureza, e dela traz o seu sustento, as pessoas do Porto sempre souberam diferenciar os dias do ciclo lunar e a influência que cada fase da lua exerce sobre a maré e por isso sobre sua própria vida.

O tempo, o horário de acordar, o horário de dormir, as lendas, tudo era ligado a um ciclo cósmico observado e percebido empiricamente na prática de cada ação voltada para o sustento. Desta ação a mulher participava

intensamente, utilizando os recursos e ainda buscando no mato a piaçava para o seu artesanato.

A continuidade do olhar sobre o mar, o rio e o mato, realizava o milagre de um saber e de um conhecimento que deixaria qualquer pesquisador desconcertado.

[...] o início da vivência de um novo olhar, de uma forma nova, porém antiga de ligar o homem a si mesmo, aos seus semelhantes e à natureza que sempre lhe deu o sustento. Despertar a consciência, aceitando e participando de uma transformação que acontecerá dentro, fora e ao redor das pessoas desse Porto trançado de mar e de rio. A intenção de todos aqueles que envolveram na materialização dessa idéia de crescimento consciente, que começa pelas mãos e vai se estendendo ao pensamento, é formar um equilíbrio, uma justa proporção entre o dar e o haver, o ser o estar e, no respeito do que foi e do que será, mudar, mantendo a memória, o orgulho e a dignidade do que se é... (ASSOCIAÇÃO..., 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal motivação para a realização dessa pesquisa se deu pela preocupação com a comunidade de artesãos de Porto de Sauípe. Assim, como não é possível analisar essa comunidade isolada de um contexto social, econômico, cultural e ambiental na qual ela está inserida, foram estudados os fundamentos teóricos e práticos que estão envolvidos diretamente com essa questão. Após as delimitações teóricas chegou-se à temática que se desenvolveu durante a pesquisa: as relações de sustentabilidade entre a comunidade de artesãos de Porto de Sauípe e a atividade turística na região, personificada pelo Complexo Turístico Costa do Sauípe.

A partir dessa pesquisa foi verificado que a região do Litoral Norte da Bahia, na qual insere-se a comunidade de Porto de Sauípe, vem sofrendo alterações significativas, aceleradamente após a década de 1990 que se configuraram no aproveitamento da “vocação natural” da região para a implanta o de uma lógica turística que não privilegiava as necessidades sociais, tempo em que uma onda especulativa assolava os territórios litorâneos.

A década de 1990 tornou-se um marco na história do Litoral Norte por ter sido nesse período que se consolidou todo o trecho da BA-099, um extenso corredor turístico que atravessa as belezas naturais do litoral baiano até a divisa com o estado do Sergipe; criou-se a APA Litoral Norte, uma área que visa o interesse

socioambiental; bem como se projetou a implantação de uma lógica turística de padrão e características internacionais que, não raro, desvalorizou as culturas tradicionais seculares que faziam parte da região.

Essas mudanças ocorreram a um alto custo social para as comunidades da região e em especial para Porto de Sauípe, principalmente, a partir da implantação do Complexo Hoteleiro ao redor do povoado, que trouxe consigo uma nova lógica turística. Nesse sentido, foi verificado que o turismo projetado para a região trouxe, também, inúmeras lacunas que até hoje não foram preenchidas, tampouco existem projetos para reversão, mas somente alternativas paliativas que solucionam problemas emergenciais.

Registra-se aqui o rápido aumento populacional de Porto de Sauípe, sem uma infra-estrutura que suportasse o crescimento. Esse fenômeno teve como ponto inicial a construção do Complexo Turístico Costa do Sauípe, fazendo com que a partir de então, muitas propostas de emprego fossem aludidas e atraíssem inúmeras pessoas que abandonaram suas atividades tradicionais.

Assim, pescadores tornaram-se ajudantes de pedreiro, ajudantes de jardinagem; e as marisqueiras e artesãs, vieram a assumir cargos de camareira, ajudantes de cozinha entre outros, dividindo as esperanças de comunidades tradicionais entre a ilusão do “bom” emprego e a sua realidade do mar, do rio, do mangue e da piaçava.

Vale dizer que outros cargos não foram preenchidos pela baixa escolaridade da população, que na maior parte das vezes é analfabeta. Com isso, vê-se uma reconfiguração das atividades econômicas que antes eram unicamente centradas em atividades tradicionais. Nessa perspectiva, a implantação da lógica turística tende a transformar-se num processo gradual de descaracterização cultural com a “criação”

de novos hábitos e valores sociais, a menos que as articulações e lideranças locais se fortaleçam para lutar em prol da cultural local, como a própria APSA.

Foi afirmado no capítulo I que o turismo é a única prática social que consome elementarmente espaço e nem sempre promove o “desenvolvimento”, como afirmou Christaller. Vale dizer que no caso do Litoral Norte, esse espaço foi expropriado de comunidades por um novo contexto socioespacial que fez com que as elas se afastassem da margem litorânea e adentrassem para o interior dos municípios, configurando um novo modo da sociedade se relacionar com o meio ambiente.

A discussão sobre sustentabilidade que se deu no capítulo II fez com que fosse possível a inferência da primeira consideração acerca do turismo desenvolvido em Porto de Sauípe. De acordo com o que foi apresentado nesse capítulo, só pode haver turismo sustentável se as atividades envolvidas forem economicamente viáveis, ecologicamente suportáveis e justas, do ponto de vista ético e social.

Como foi comentado, no Capítulo II, as propostas do conceito de desenvolvimento sustentável podem ser alcançadas através de quatro formas que são apresentadas a seguir:

- a) implantação de tecnologias limpas, mas foi identificada uma experiência mal sucedida com as estações de tratamento de água e esgotos;
- b) aplicação de um projeto macro-social e, sobretudo, político que englobe a melhoria de índices econômicos e sociais, porém foi constatada a proposição inicial de um projeto com esses objetivos, mas que só começaram a ser iniciados recentemente, através de parcerias com o setor público federal e, por isso, é muito cedo para afirmações incisivas;
- c) compatibilização do crescimento econômico do capitalismo com o meio ambiente, de forma contínua, haja vista que o Complexo Turístico Costa do

Sauípe foi construído em uma região próxima a uma área de vida silvestre, conforme o zoneamento ecológico econômico;

- d) transformação, e não simplesmente mudança, da racionalidade ambiental que permeia a consciência social, através da adoção de condutas socioambientalmente corretas. Este último item foi o que mais se aproximou à realidade de Porto de Sauípe.

Partindo dessas constatações, pode-se concluir que não há turismo sustentável em Porto de Sauípe, tampouco foi essa lógica que impulsionou o turismo do Litoral Norte como um todo. No entanto, isso não significa que não possam existir perspectivas futuras de melhorias para o turismo da região citada, bem como em Porto de Sauípe. Até porque, já se iniciou um conjunto de políticas sociais que estão buscando concretizar as propostas de um “turismo sustentável”. Portanto, espera-se que num futuro próximo isso possa ser realizado; pois, a comunidade em estudo e o seu meio ambiente clamam por cuidado, uma vez que o conceito teórico de sustentabilidade parece ser desconhecido por eles, embora praticado, na medida do possível.

A partir do capítulo IV, as observações foram direcionadas para Porto de Sauípe, e assim, foi verificada uma realidade que convive com uma dualidade paradoxal: a exuberância da riqueza que envolve o Complexo Turístico Costa do Sauípe ao lado de uma comunidade que tinha (e ainda tem, ainda que em menor escala) suas atividades econômicas centradas na pesca, agricultura e artesanato. É um contraste que impactou a vida da comunidade sauipeense em todos os níveis, mas também serviu de propulsor para a articulação da comunidade de artesãos, objeto de estudo em discussão.

Atualmente, Porto de Saúipe convive com a imponente infra-estrutura hoteleira e os sérios impactos socioambientais decorrentes da atividade turística que, dentre muitos, podem ser enumerados:

- mudanças no modo de se relacionar com os recursos naturais e conscientização de sua vitalidade para a sustentabilidade humana, conforme verificado nos relatos dos artesãos no decorrer do capítulo IV e V, que indicam o reconhecimento da importância do meio natural para a vida delas;
- o fenômeno da ocupação desenfreada das áreas litorâneas, até então inexploradas, acompanhadas da ascensão de problemas tipicamente urbanos em áreas oficialmente rurais, os quais foram relatados no capítulo IV.
- restrição do acesso à matéria-prima (piaçava), por parte dos artesãos, descrito no capítulo IV;
- e transformação da concepção sobre a gestão social da atividade de artesão. Afinal, o artesanato é um exemplo muito evidente de um conjunto de relações sociais que se reproduz pela tradição; porém após as influências turísticas aplicadas à região, o artesanato se mantém vivo por um processo de adaptação de forma que eles passaram a assumir múltiplos papéis sociais.

De acordo com esse panorama e com a constatação de que não existe turismo sustentável na região, partiu-se da premissa que todo problema traz em si a solução. Assim, é importante resgatar a indagação norteadora da pesquisa: *como a comunidade de artesãos de Porto de Saúipe está conseguindo manter viva a cultura tradicional do artesanato em face da sua relação direta com a implantação do megaprojeto Complexo Turístico Costa do Saúipe ao lado desse povoado?*

Sob a égide de tantos desafios que necessitam de superação, pôde ser constatado, durante o capítulo V que, em meio a todos os problemas socioambientais, ascendeu-se um fenômeno associativista em Porto de Sauípe com a finalidade de manutenção e adaptação à “nova” realidade que se impunha à vida das pessoas.

Assim, o associativismo foi um mecanismo criado por essa comunidade para manter viva a cultura tradicional do artesanato em face da lógica turística implantada na região. Além disso, pode ser afirmado que esse mecanismo foi uma alternativa que a dinâmica interna da comunidade buscou para a manutenção, defesa e sobrevivência das suas raízes e valores socioculturais.

Nesse sentido, conclui-se que a beleza desse trabalho de pesquisa se traduziu na identificação de uma experiência que demonstrou que os princípios do desenvolvimento sustentável não são mais uma opção disponível para sociedade, mas sobretudo, uma imposição do meio ambiente essencial e vitalmente necessária.

Assim, foi verificado durante o último capítulo, que a articulação e o engajamento político-social dos artesãos (ainda que impelidos por um agente social externo) transformou o “sonho” de melhores condições de vida em uma realidade eminente através de transformações dinâmicas nas relações de trabalho. Fundou-se então, a Associação de Artesãos de Porto de Sauípe, uma entidade que congregou a experiência de mulheres que tinham no artesanato uma fonte de renda importante e que cada vez mais atrai novos associados.

Afirmar que o Complexo Turístico Costa do Sauípe contribuiu ou prejudicou a cultura local de artesanato da comunidade de Porto de Sauípe é muito precipitado, pois a história reserva muitas situações inesperadas. Afinal, se não fosse o Complexo Turístico será que existiria a Associação de Artesãos de Porto de Sauípe ?

O que pode ser afirmado é que as relações dos artesãos de Porto de Sauípe com o Complexo Turístico Costa do Sauípe começaram a ser delineadas a partir da

mudança efetuada no estilo de gestão do Complexo Hoteleiro. Segundo a pesquisa de campo o Projeto Sauípe foi idealizado de forma que contemplasse em si um conjunto de fatores e procedimentos que proporcionassem a integração com a comunidade de modo que os princípios de sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental fossem respeitados.

Entretanto, as informações apontaram para o fato de que a gestão administrativa inicialmente implantada pelo Complexo Turístico não conseguiu colocar em prática esses princípios, pois se caracterizava como autocrática, centralizadora e descompromissada com os interesses sociais. Isso foi evidenciado através das entrevistas realizadas com a presidência e coordenação da APSA.

Felizmente, essa gestão foi alterada. Numa nova configuração, ela passou a buscar contato com as comunidades através de uma gestão participativa e integradora. A partir de então, começou-se a apoiar projetos sociais que tinham como proposta o desenvolvimento econômico compatível com a melhoria da qualidade de vida da população.

Nessa perspectiva, a Associação de Artesãos de Porto de Sauípe foi diretamente e indiretamente beneficiada. Indiretamente, pois foi constatado que o fortalecimento do associativismo na vida desses artesãos fizeram da APSA, um exemplo de alternativa sustentável. E diretamente, através do financiamento da construção da sede da Associação.

Esses artesãos provaram que a grandeza da vida não advém, senão pelo suplantar dos obstáculos que são imprescindíveis de serem vencidos e que, sobretudo, todos podem sonhar, embora só os persistentes podem realizar. Foi afirmado que eles são um exemplo porque persistiram e colocaram em prática todos os pilares da concepção de sustentabilidade, a saber:

- *econômico*: ainda que não existam dados estatísticos preciso sobre a renda dos artesãos, verifica-se que as vendas aumentaram substancialmente. Hoje, há uma atração de novos artesãos motivados pelas vendas da Associação;
- *social*: aumento da auto-estima pessoal, com a valorização do trabalho dos artesãos; a melhoria da qualidade de vida, por conta do aumento da renda monetária.
- *cultural*: manutenção da tradição do artesanato local, pois as jovens estão percebendo que o artesanato é muito mais do que um trançado simples, mas a marca de sua comunidade;
- *ambiental*: além do fato de que a retirada da palha da piaçava não degrada o meio ambiente, garantindo a sua harmonia e equilíbrio; está em andamento um projeto para a criação de uma área de manejo para a plantação de piaçaveiras. Essa proposição está baseada na iniciativa da Klabin S.A. de oferecer uma área para a Associação realizar um projeto de manejo de caráter participativo e, sobretudo, sustentável, nas áreas verdes de sua propriedade. Assim, a Klabin S.A. cumpre com o seu compromisso socioambiental para com as matas da região, tempo em que promove o favorecimento da consolidação dos princípios da sustentabilidade.

Isso ensina que é possível compatibilizar desenvolvimento econômico com sustentabilidade de recursos naturais e com a própria qualidade de vida das comunidades que residem no Litoral Norte. Porém, vale ressaltar a urgente necessidade da implantação dessa área de manejo para a própria manutenção do artesanato de Porto de Sauípe, haja vista o rápido crescimento das vendas e da implantação de empreendimentos imobiliários e hoteleiros na região.

Ainda assim, é possível fazer com que os “novos tempos” tragam em si, inclusive, novos valores que orientem a construção de um mundo sustentável e façam enxergar novos horizontes: uma simbiose entre a “tradição” artesanal e a “modernidade” do turismo acelerado.

Acredita-se que essa situação ora abordada faz parte de um contexto muito mais complexo e que não podemos mensurar. A vocação natural do Litoral Norte é exuberante e as propostas e implantação de outros empreendimentos hoteleiros ou grandes condomínios de segunda residência são inevitáveis.

Ainda assim, persiste a afirmação de que desenvolvimento é, também, investimento em capital humano e social, afinal todas as pessoas, indistintamente, possuem habilidades e capacidades; e combater a pobreza não é transformar pessoas, segmentos sociais ou comunidades em beneficiários passivos de programas assistencialistas.

Portanto, acredita-se que desenvolvimento se dá através do fortalecimento das capacidades das pessoas e dos recursos das comunidades. Por isso, seria interessante que a APSA procurasse meios para fortalecer seu projeto através da criação de parcerias com outras associações ligadas ao artesanato de palha para socializar experiências e impulsionar um “sistema de rede” de comunicação, articulação e intercâmbio.

Para que isso se concretize o mais breve possível se faz mister que existam parcerias entre os múltiplos agentes sociais: comunidades, ONGs, Governo, empresas e universidades, pois só assim ampliam-se e otimizam-se as possibilidades de efetivação de um mundo sustentável.

Ao fim dessa pesquisa pode ser afirmado que a Associação de Artesãos de Porto de Sauípe ainda tem muitos obstáculos para superar: desde a sua gestão administrativa interna, à sua logística de produção e comercialização. Mas é

imprescindível frisar que o salto qualitativo que o artesanato precisa dar se refere à melhoria da qualidade e às inovações nos modelos e cores, respeitando-se o caráter artesanal e individual de cada peça.

A melhoria da auto-estima dos artesãos, o fomento à criação de novas lideranças, o crescimento individual das pessoas envolvidas direta ou indiretamente com o artesanato, o aprendizado da prática comercial, a atração de novos artesãos e, sobretudo, a valorização do artesanato através do aumento da visibilidade e respeito pela atividade são alguns dos aspectos que contribuem para que seja selado o compromisso de manter viva a Associação de Artesãos de Porto de Sauípe.

Assim, persegue, ainda, a certeza da vontade de continuar contribuindo para transformações significativas na área socioambiental. Nesse sentido, enquanto pesquisadores, é racionalmente justificável a responsabilidade e compromisso em continuar sempre estudando e pesquisando com a finalidade de que os anseios do “desenvolvimento sustentável” sejam efetivados e que, cada vez mais, estudos e pesquisas possam confirmar que a sustentabilidade é, senão a única, uma das mais importantes alternativas para a sobrevivência do ser humano.

Cabe agora uma profunda reflexão...

REFERÊNCIAS

ANDRADE, José Célio Silveira et. al. Regulação de Conflitos Sócio-Ambientais: efluentes do Costa de Sauípe – BA. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 7., 2003, *Anais...* São Paulo: FGV, 2003a.

_____. et. al. Regulação de conflitos sócio-ambientais na Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia: restrição ao acesso à matéria-prima para o artesanato local. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 2003. *Anais...* Atibaia-SP, 2003b.

_____. et. al. Regulação de conflitos socioambientais: o Programa Berimbau-BA. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2., 2003, *Anais...* São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro/segundo/Papers/GT/GT15/celio.pdf>>. Acesso em 23. jul. 2004.

APOSTOLOPOULOS, Y. Introduction: reinventing the sociology of tourism. In: APOSTOLOPOULOS, Y.; LEIVADI, S.; YIANNAKIS, A. *The sociology of tourism*. 5. ed. Londres: New York: Routledge, 2002. p. 1-12.

ARTESÃOS de Costa do Sauípe fazem treinamento. *Jornal A Tarde*, Salvador, 28 fev. 2001. Disponível em: <http://www.atarde.com.br/materia.php3?mes=02&ano=2001&id_materia=3276>. Acesso em 12. set. 2004.

ARTESÃS carentes de Porto do Sauípe expõem produtos na UD. Disponível em: <<http://www.bbrasil.com.br/appbb/portal/bb/si/ntcas/noticia.jsp?Noticia.codigo=128713>>. Acesso em 22 ago. 2004a.

ARTESÃS de comunidade carente da Bahia participam da UD. Disponível em: <<http://www.maxpressnet.com.br/noticia.asp?TIPO=PA&SQINF=134605&EDIT=N>>. Acesso em: 22 ago. 2004b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR: 6023: informação e documentação: referências: elaboração*. Rio de Janeiro, 2002. 24p.

_____. *NBR 6024: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito*. Rio de Janeiro, 2003. 3p.

_____. *NBR 6027: informação e documentação: sumário: apresentação*. Rio de Janeiro, 2003. 2p.

_____. *NBR 10520: informação e documentação: apresentação de citações em documentos*. Rio de Janeiro, 2002. 7p.

ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS DE PORTO DE SAUÍPE. Catálogo de produtos. Salvador, 2004.

ATO de concentração econômica. Disponível em:
<<http://www.mj.gov.br/SDE/dpde/pareceres/ac/2003/AC%20-%200006386%202003-97%20Riohold%20Holdings%20e%20%20La%20Forest.pdf>>. Acesso em 5 set. 2004.

BANCO DO BRASIL. Programa Berimbau – informativo, 2003.

BARRETO, Margarita. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. São Paulo: Papirus, 1997.

BECKER, Howard. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1997.

BELÉM, Letícia. Esgoto polui rio em Porto de Sauípe. *Jornal A Tarde*, Salvador, 2. ago. 2004a.

_____. População denuncia poluição em Sauípe. *Jornal A Tarde*, Salvador, 27. jul. 2004b.

BERNARDES, Júlia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e natureza. IN: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira (Org.). *A questão ambiental: diferentes abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 14-42.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em educação*. Lisboa: Porto, 1994. Coleção Ciências da Educação.

BOULLÓN, Roberto C. *Planejamento do espaço turístico*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BRAMWELL, Bill. Selecionando instrumentos de política para o turismo sustentado. In: THEOBALD, William (Org.). *Turismo global*. São Paulo: Senac - São Paulo, 2001. p. 375-391.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. *Relatório do estudo de impacto ambiental da BA-099*. Salvador: HIGESA, 1992.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução n. 001, de 23 de janeiro de 1986. Institui as diretrizes gerais para o uso e implementação da Avaliação de

Impacto Ambiental. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 17 fev. 1986.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Relatório de avaliação de programa: Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste*. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2004.

BUARQUE, Cristóvam. Prefácio. IN: SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CAFFER, Marcelo Menezes. *Relatório técnico do projeto de apoio ao artesanato para geração de renda*. Salvador, 2000.

COMUNIDADE precisa de auto-sustentação. *Jornal A Tarde*, Salvador, 11. fev. 2004.

COMUNIDADE SOLIDÁRIA. Disponível em: [http://www.presidencia.gov.br/estr_02/SecExec/Oque.htm]. Acesso em 15 jul. 2003.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. O turismo e o movimento cooperativista. IN: _____. (Org.). *O turismo de inclusão e o desenvolvimento local*. Fortaleza: FUNECE, 2003. p. 29-40.

COSTA do Sauípe investe nas comunidades vizinhas. Disponível em: <<http://www.costadosauipe.com.br/novidades.php?news=51&idioma=1>>. Acesso em: 7. set. 2004.

COSTA, Patrícia Côrtes. *Unidades de Conservação: matéria-prima do ecoturismo*. São Paulo: Aleph, 2002.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Introdução à geografia do turismo*. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

DE MASI, Domenico. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DIAS, Reinaldo. *Sociologia do turismo*. São Paulo: Atlas, 2003a.

_____. *Turismo sustentável e meio ambiente*. São Paulo: Atlas, 2003b.

DIAS, Reinaldo; AGUIAR, Marina. *Fundamentos do turismo: conceitos, normas e definições*. Campinas, SP: Alínea, 2002.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

EUFRÁSIO, Mário A. O turismo nos lugares centrais e o turismo ambiental na obra de Christaller. IN: LEMOS, Amalia Inês G. (Org.). *Turismo: impactos socioambientais*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 287-295.

FADUL, Élvia Miriam Cavalcanti et. al. Políticas de Proteção Ambiental: a Parceria Estado/ONG na Gestão do Desenvolvimento Local do Turismo Sustentável. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 9., 2003, Salvador, *Anais...* Salvador: NEPOL-PDGS-UFBA, 2003. 1 CD-ROOM.

FUNDAÇÃO ONDAZUL. Disponível em: <<http://www.ondazul.org.br>>. Acesso em 10. set. 2004.

_____. *Proposta da Associação de Artesãos de Porto de Sauípe para criação da área de manejo da piaçava*. 2003.

GARRIDO, Inez. *Modelos multiorganizacionais no turismo: cadeias, clusters e redes*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2002.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GUIMARÃES, Roberto. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In: BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana (Org.). *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. p. 13-91.

HERCULANO, Selene de Carvalho. Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz. In: GOLDENBERG, Mirian (Org.). *Ecologia, ciência e política*. Rio de Janeiro: Revan, 1992. p. 9-48.

HOLANDA, Luciana de; VIEIRA, Marcelo. Sobre a falácia da relação direta entre turismo e desenvolvimento local. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 9., 2003, Salvador, *Anais...* Salvador: NEPOL-PDGS-UFBA, 2003. 1 CD-ROOM.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 10 set. 2004.

INSTITUTO DE HOSPITALIDADE. Disponível em: <<http://www.hospitalidade.org.br>>. Acesso em 10. set. 2004.

IRVING, Marta de Azevedo; AZEVEDO, Julia. *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002.

KNAFOU, Rémy. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. IN: RODRIGUES, Adyr B. (Org.). *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 62-74.

KRAYCHETE, Gabriel. *Vendendo e aprendendo*. Relatório de Assessoria para Associação de Artesãos de Porto de Sauípe. Salvador, 2000. (mimeo).

_____. *Vendendo e aprendendo: custo mensal da Associação e quantidade mínima que precisa vender*. Relatório de Assessoria para Associação de Artesãos de Porto de Sauípe. Salvador, 2001. (mimeo).

_____. *Vendendo e aprendendo*. Relatório de Assessoria para Associação de Artesãos de Porto de Sauípe. Salvador, 2002. (mimeo).

LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do trabalho científico*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1991.

LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Saber ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2001

LIMA, Gustavo da Costa. *Consciência ecológica: emergência, obstáculos e desafios*, 1998. Disponível on line: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/ecologiacritica.html>>. Acesso em 05 maio 2003.

LORIMER, Bruce. *Planejamento regional*. Relatório técnico. Salvador, Ws Atkins international, 1998.

LUBISCO, Nidia; VIEIRA, Sônia Chagas. *Manual de estilo acadêmico: monografias, dissertações e teses*. 2. ed. Salvador: EdUFBA, 2003.

MAGALHÃES, Denise Silva. *Cartografia e geoprocessamento na análise e gestão de sistemas rodoviários: a BA 099 e sua área de influência direta*. 2003. 219 p. Dissertação (Mestrado em Análise Regional), Universidade Salvador, Salvador.

MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. *Diagnóstico Sócio-ambiental da APA do Litoral Norte da Bahia*. Relatório Técnico. 2. v. Salvador, Ws Atkins international, 2001b. 90 p./130 p.

_____. *Pesquisa e Planejamento ambiental no Litoral Norte da Bahia*. Revista Gestão & Planejamento. Salvador: UNIFACS, n. 3, p. 9-31, jul./dez. 2001a.

_____. *Sociedade e Meio Ambiente no Litoral da Bahia: transição para a (in)sustentabilidade*, 2002. Diploma de Estudos Avançados (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional). Universidade Salvador, Salvador, 2002.

_____. *Espaço e sociedade na Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte - Bahia*. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, n. 5, p. 104-113, dez. 2001c.

_____. *Levantamento socioeconômico das associadas da APSA - Artesãos de Porto Sauípe Associados*. Relatório de Pesquisa. Salvador, 2000 (mimeo).

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 1996.

MELLO E SILVA, Sylvio Bandeira de. Geografia, turismo e crescimento: o exemplo do estado da Bahia. IN: RODRIGUES, Adyr B. (Org.). *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 122-143.

_____. Organização sócio-territorial e dinâmica dos lugares e regiões. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 9., 2003, Salvador, *Anais...* Salvador: NEPOL-PDGS-UFBA, 2003. 1 CD-ROOM.

MENDONÇA, Érico; GARRIDO, Inês; VASCONCELOS, Socorro. *Turismo e desenvolvimento socioeconômico: o caso da Costa do Descobrimento*. Salvador: Omar G, 2000.

MENDONÇA, Rita. Turismo ou meio ambiente: uma falsa opinião? In: LEMOS, Amália Inês Geraiges (Org.). *Turismo: impactos socioambientais*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 19-25.

MORADORES que melhoraram de vida só fazem elogios. *Jornal A Tarde*, Salvador, 16. nov. 2003. Disponível em: <http://www.atarde.com.br/materia.php3?mes=11&ano=2003&id_materia=2387>. Acesso em: 12. set. 2004.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. *Geografia, pequena história crítica*. São Paulo: HUCITEC, 1983.

MULHERES querem áreas de extração. *Jornal A Tarde*, Salvador, 31. maio. 2002. Disponível em: <http://www.atarde.com.br/materia.php3?mes=05&ano=2002&id_materia=4483>. Acesso em: 12. set. 2004.

ODEBRECHT Informa. *Sauípe: começa a construção do maior complexo turístico brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 88, jul./ago., 1998.

OGATA, Maria Gravina. Política ambiental na Bahia: diagnóstico e perspectivas. *Revista Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v. 4, n. 2/3, p. 77-83, dez. 1994.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Disponível em <<http://www.world-tourism.org>>. Acesso em 15 maio. 2004.

_____. *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável*. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PATTISON, William. *As quatro tradições da geografia*. Belo Horizonte: PUC-MG, 1990.

PERAZZA, Maria Claudia; TUAZON, Raul. *Programa de desenvolvimento turístico do nordeste do Brasil: resultados e lições aprendidas, 2002*. Disponível em: <<http://www.iadb.org/regions/re1/br/br0323/eval1.pdf>>. Acesso em 7. set. 2004.

PORTO de Sauípe. Disponível em: <<http://www.artesol.org.br/principal.htm>>. Acesso em: 24. ago. 2004.

PRAIA do Forte Eco Resort. Disponível em <<http://www.costadoscoqueiros.com/praiadoforteecoresort.html>> Acesso em 07 jan. 2005.

QUEIROZ, Alberto Luiz Cravo Pinto de; ALMEIDA, Izabela, Correia. *Porto Sauípe: o traçado de uma linha e as transformações no verde*. 134 f. 1997. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Salvador – UNIFACS, 1997.

QUEIROZ, Lúcia Aquino de. *Turismo na Bahia: estratégia para o desenvolvimento*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2002.

ROCHA, Georges Souto. Problemas políticos, sócio-econômicos e ambientais de grandes projetos energointensivos. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2., 2003, *Anais...* São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/gt/energia/Georges%20Souto%20Rocha.pdf>> Acesso em 23. jul. 2004.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). *Turismo e desenvolvimento local*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002b.

_____. *Turismo, modernidade e globalização*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002a.

_____. Desafios para os estudiosos do turismo. In: RODRIGUES, Adyr (Org.). *Turismo e geografia: reflexões e enfoques regionais*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 17-32.

_____. Abordagem geográfica do espaço do turismo. IN: CORIOLANO, Luzia Neide (Org.). *Turismo com ética*. 2. ed. Fortaleza, CE: UFCE, 1998.

_____. Desafios para os estudiosos do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). *Turismo e geografia: reflexões e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996.

RUSCHMANN, Doris. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. 7. ed. Campinas, SP: 2001.

_____. *Turismo no Brasil: análise e tendências*. São Paulo: Manole, 2002.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Nobel, 1993.

SASAKI, Karen. Tradição e modernidade no Litoral Norte da Bahia: o caso do artesanato de Porto Sauípe. *Revista Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 13, n. 3, p. 615-622, dez. 2003.

_____. Influências do turismo na gestão social e ambiental da Associação de Artesãos de Porto de Sauípe – Bahia. In: SEMANA DE ANÁLISE REGIONAL, 1., 2004, Salvador, *Anais...* Salvador: Universidade Salvador, 2004. 1 CD-ROOM.

SANT'ANNA, Dalva Garcia; OLIVEIRA, Maria Teresa Chenaud Sá de; BERENSTEIN, Symona Gropper. *Gestão participativa para um turismo sustentável: o caso da Costa do Descobrimento*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2001.

SANTOS, Milton. *Economia Espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: HUCITEC, 1979.

_____. *Espaço e Sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1978.

SEABRA, Lilia. Turismo sustentável: planejamento e gestão. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira (Org.). *A questão ambiental: diferentes abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 153-189.

SILVA, Luiz Alberto Mattos. Piaçava - 500 anos de extrativismo. In: SIMÕES, L.L. e LINO, C. F. (Org.). *Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais*. São Paulo: Senac, 2002.

SILVA, Rosemar Brito da. Complexo Turístico Costa do Sauípe: transformações socioambientais em Porto Sauípe. 2003. 112 p. Dissertação (Mestrado em Política e Gestão Ambiental), Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília-DF.

SOARES, Cláudia Mesquita Pinto. *Dinâmica do turismo na Baía de Todos os Santos: o caso da Ilha de Itaparica*. 2003, 197 f. Dissertação (Mestrado em Análise Regional). Salvador, Universidade Salvador.

SOBRINHO, Lirandina Gomes. *Em busca do paraíso... A (ECO) lógica, a gestão do território e o turismo em Praia do Forte*. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SOUZA, Marconi de. Massarandupió é “doada” a portugueses. *Jornal A Tarde*, Salvador, 28. abr. 2002a.

_____. Massarandupió pertence à firma inglesa e posseiros. *Jornal A Tarde*, Salvador, 19. maio. 2002b.

_____. Mulher torna-se dona de Massarandupió. *Jornal A Tarde*, Salvador, 26. maio. 2002c.

_____. Odebrecht comprou parte de Sauípe ao Banco de Londres. *Jornal A Tarde*, Salvador, 19. maio. 2002d.

_____. Oito juízes não decidiram sobre área de Massarandupió e Sauípe. *Jornal A Tarde*, Salvador, 20. maio 2002e.

_____. Pacab compra agora as terras de Sauípe. *Jornal A Tarde*, Salvador, 02. jun. 2002f.

SOUZA, Regina Celeste de Almeida et. al. *Estudo preliminar de impacto ambiental: empreendimento da Linha Verde (BA-099)*. Salvador: Departamento de Estradas e Rodagem da Bahia, 1991. (mimeo).

SPINOLA, Carolina. *O impacto sócio-cultural da atividade turística na Praia do Forte*. 1997. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

STIFELMAN, Golde Maria. *Sauípe em três tempos: um processo de desapropriação no Litoral Norte da Bahia*. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SWARBROOKE, John. *Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental*. v. 1. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2000a.

_____. *Turismo sustentável: meio ambiente e economia*. v. 2. São Paulo: Aleph, 2000b.

_____. *Turismo sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética*. v. 5. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2000c.

TEIXEIRA, Ana Lúcia; PIMENTEL, Rita; LIMA, Sônia. O final do século e a questão ambiental. *Revista Bahia Análise & Dados*. Salvador: SEI, v. 8, n. 2/3, p. 68-88, dez. 1998.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. *Turismo e qualidade: tendências contemporâneas*. São Paulo: Papirus, 1996.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1995.

TURISMO no litoral produz impactos. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/litoral/lit05.shtml>>. Acesso em: 12. set. 2004.

VARGAS, Glória Maria. *Território e natureza*. Disponível em <http://www.anppas.org.br/encontro/segundo/Papers/GT/GT01/gloria_vargas.pdf> Acesso em 10. jun. 2004.

VISITAS à vila, o ideal que nunca saiu do papel. *Jornal A Tarde, Salvador*, 16. nov. 2003. Disponível em: <http://www.atarde.com.br/materia.php3?mes=11&ano=2003&id_materia=2388>. Acesso em: 12. set. 2004.

WAHAB, Salah-Eldin Abdel. *Introdução à administração do turismo*. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1991.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UNB, 2001.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

ADENDO E ANEXOS

ADENDO A – Roteiro de entrevista

ANEXO A – Proposta de Zoneamento Ecológico-econômico para a APA Litoral Norte, por Magalhães (2003)

ANEXO B – Proposta de Zoneamento Ecológico-econômico para a APA Litoral Norte, pelo PRODESU

ANEXO C – Mapa população, APA Litoral Norte

ANEXO D – Mapa de recursos da terra e do mar, APA Litoral Norte

ANEXO E – Projeto arquitetônico da sede da APSA

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AS ASSOCIADAS APSA

PARTE I – DOS DADOS PESSOAIS

Nome		Idade	
Escolaridade			
Estado Civil		Tem filhos?	<input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim
Naturalidade		Mora no povoado há quanto tempo?	
Principais motivações que levaram ao associativismo	1. _____		
	2. _____		
	3. _____		

PARTE II – ARTESANATO

Sobre a confecção do artesanato

1. Recursos técnicos para o processo de fabricação do artesanato;
2. Sazonalidade;
3. Quais são as matérias-primas utilizadas (por ordem de uso mais recorrente)
4. Utiliza outras matérias primas além da piaçava? Quais?

Processo de confecção

✚ COLETA

1. Como é feita a coleta? Descrevam.
2. A coleta é individual ou coletiva?
3. Quem participa da coleta? Homem, mulher e/ou criança?
4. Quanto tempo é gasto na coleta?
5. Há necessidade de utilização de ferramentas específicas para a coleta?

✚ TRANSPORTE

1. Como é transportada a matéria-prima coletada?
2. Quem faz o transporte?

3. Há custo de transporte nessa etapa?
4. Quanto tempo leva entre o fim da coleta e o início do beneficiamento?
5. Depois de coletada a matéria prima, para onde ela vai?

BENEFICIAMENTO

1. Depois da coleta o que é feito com a palha para que ela possa ser trançada?
2. Quem faz o beneficiamento da palha?
3. Onde é feito o beneficiamento da palha?
4. Que equipamentos são necessários?
5. É atividade individual ou coletiva?
6. Quanto tempo é gasto no beneficiamento?
7. Que materiais são usados para tingir a palha?
8. Como são obtidos? Há custo? Quanto? (Ex.: Qual o preço de um vidro de anilina?)
9. Quanta palha se tingem com essa quantidade?
10. Quantos chapéus, bolsas e esteiras podem ser feitos com essa quantidade de palha ou de tintura?)

PRODUÇÃO E CONTROLE DO ARTESANATO

1. Divisão sexual do trabalho
2. Divisão etária do trabalho
 - 2.1. Quem participa de que fases no trançado?
3. Há alguma hierarquia nessa divisão?
4. Alguém se encarrega do processo criativo? (modelos, desenhos, cores.)
5. Há inovações na produção ou existem modelos consolidados e repetidos?
6. Há algum tipo de controle de qualidade?
7. As artesãs mais experientes verificam o trabalho das menos?
8. Quantas peças são produzidas num dia de trabalho?
9. Todas as etapas do processo de produção acontecem o ano inteiro?
 - 9.1. Que etapas acontecem quando?
 - 9.2. Por que cada uma é realizada nessa etapa do ano?
 - 9.3. Que ferramentas e equipamentos são usados em cada etapa?
10. As associadas recebem salário ou ganham por produtividade?
11. Recebem encomendas?

COMERCIALIZAÇÃO

1. Todos os produtos confeccionados são comercializados pela APSA?
2. Onde são vendidos os produtos?
3. Para quem são vendidos os produtos? Consumidor (turistas ou nativos)?

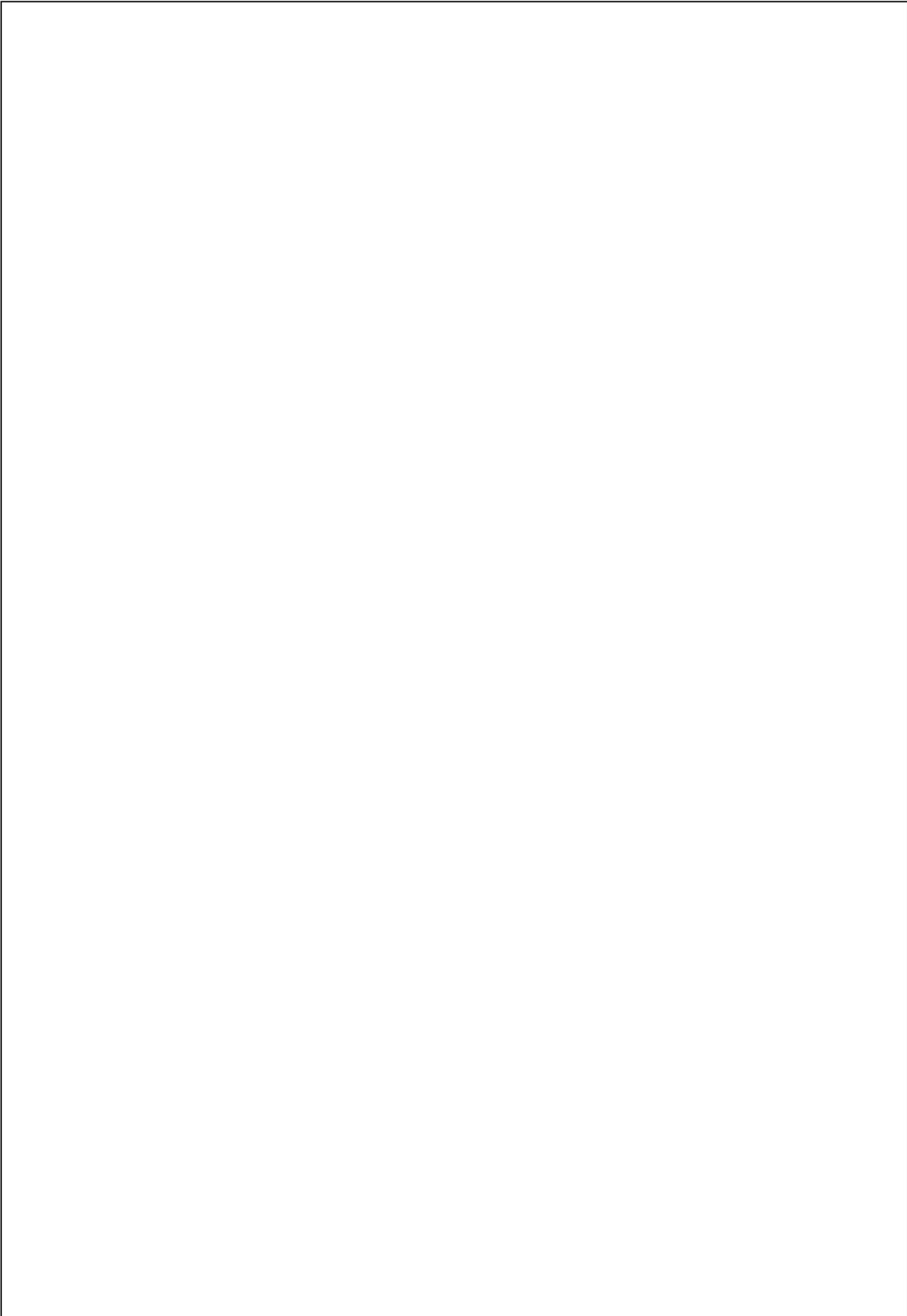
- Revendedor? Intermediário?
4. Quais são os preços de cada peça (preço de custo e de venda)?
 5. Como o produto chega ao ponto de venda?
 6. Qual o custo do transporte?
 7. A comercialização do artesanato representa quanto no orçamento familiar?

Qual o rendimento mensal da atividade? (em salários mínimos)		
Menos de 1 s.m.		↓ R\$ 260,00
1 s.m.		R\$ 260,00
1 a 2 s.m.		R\$ 261,00 → R\$ 520,00
2 a 3 s.m.		R\$ 521,00 ⇔ 780,00
3 a 5 s.m.		R\$ 781,00 → R\$ 1.300,00
Mais de 5 s.m.		R\$ 1.301,00 → ...
Não sabe/Não respondeu		?

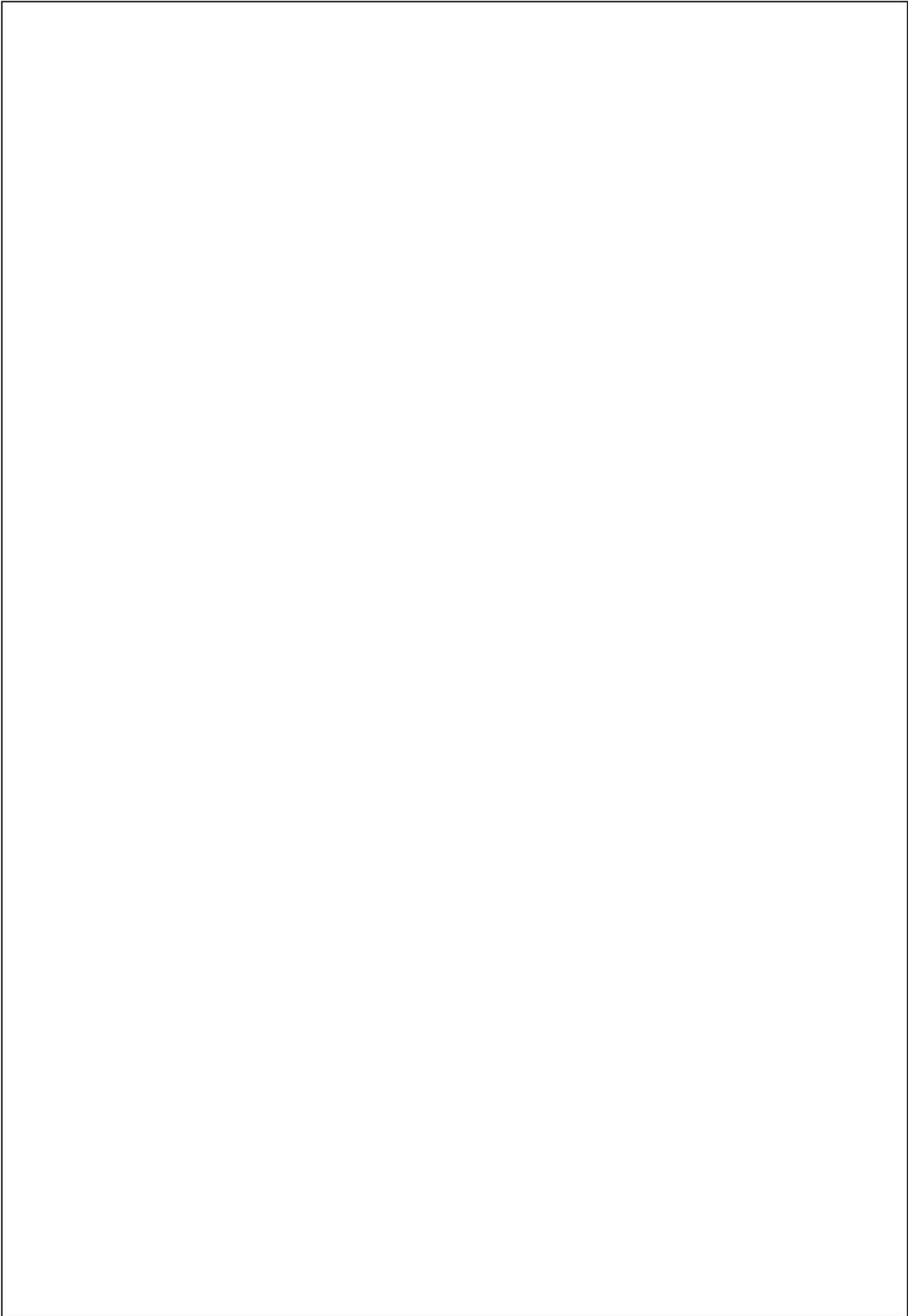
8. Em qual época do ano se vende mais?

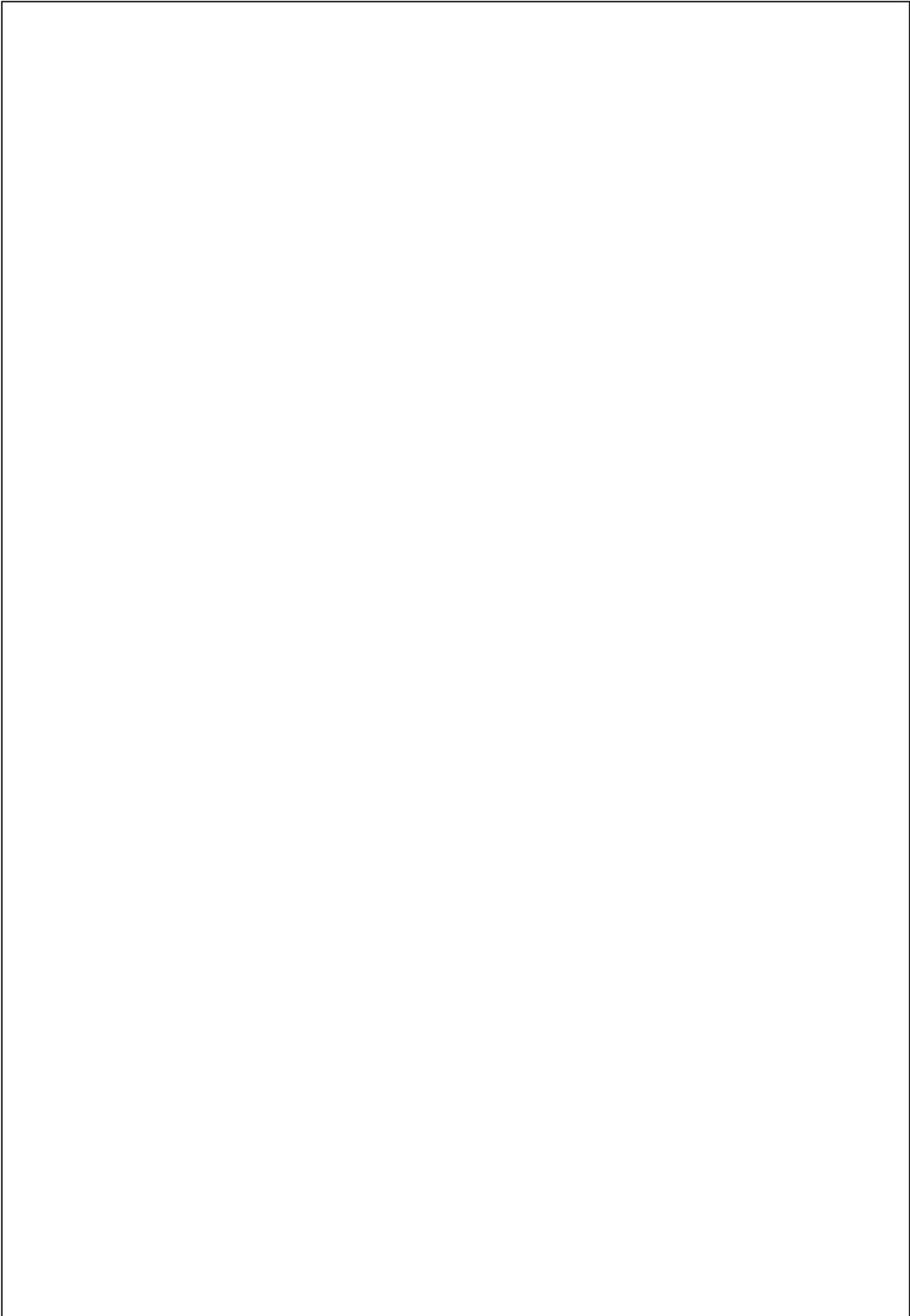
Artesanato enquanto atividade cultural

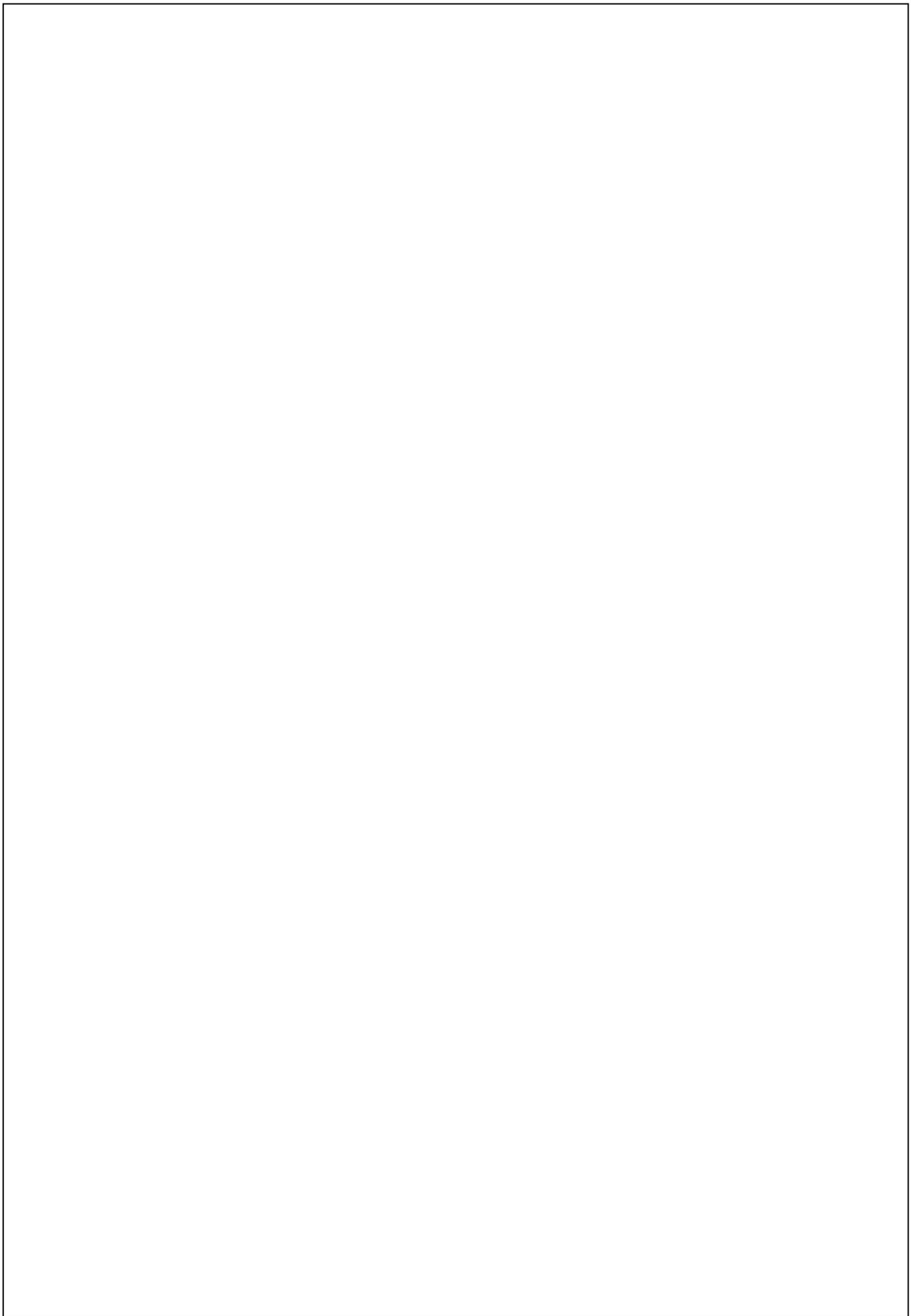
1. Artesanato é: atividade econômica ou tradição? Lucratividade?
 - 1.1. Conhece as origens do artesanato?
 - 1.2. Quanto o artesanato representa na renda familiar?
 - 1.3. Essa renda varia durante o ano? Como?
2. Processo de transmissão de conhecimento e aprendizagem.
 - 2.1. Como aprenderam o artesanato?
 - 2.2. Quando aprenderam?
 - 2.3. Quem ensinou?
 - 2.4. Foi ensinada individualmente ou em grupo?
 - 2.5. Há uma ordem de aprendizado? Uma etapa por vez?
 - 2.6. Que ordem é essa?
 - 2.7. Há uma hierarquia no processo de aprendizado?
 - 2.8. Descrevam-na.
3. Posição dos jovens em relação ao artesanato.
 - 3.1. As novas gerações estão aprendendo artesanato?
 - 3.2. Os jovens se mostram interessados em exercer essa atividade?
 - 3.3. Se não, por que?
 - 3.4. Como esse quadro pode ser revertido?
4. Quem usa os objetos confeccionados?



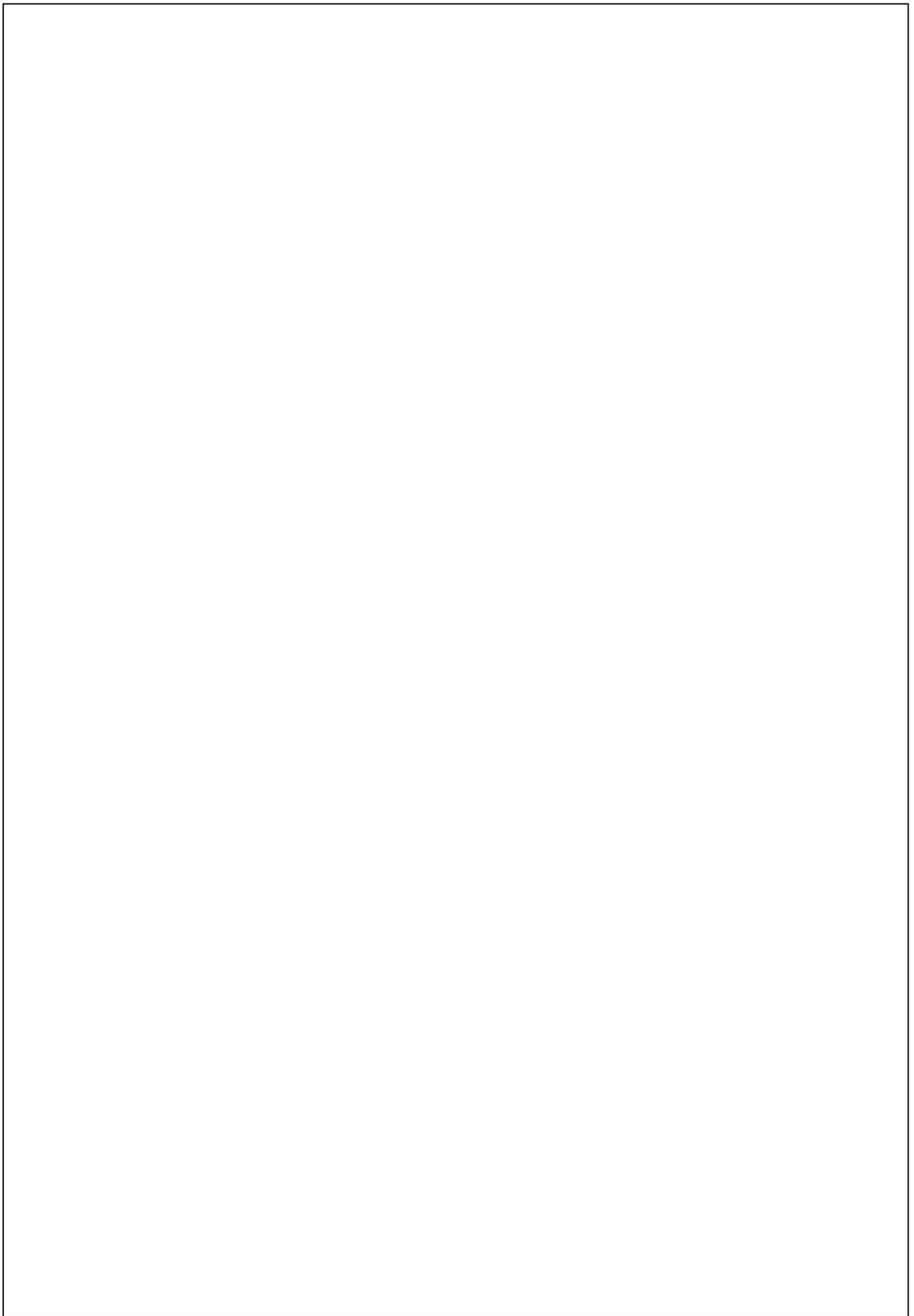


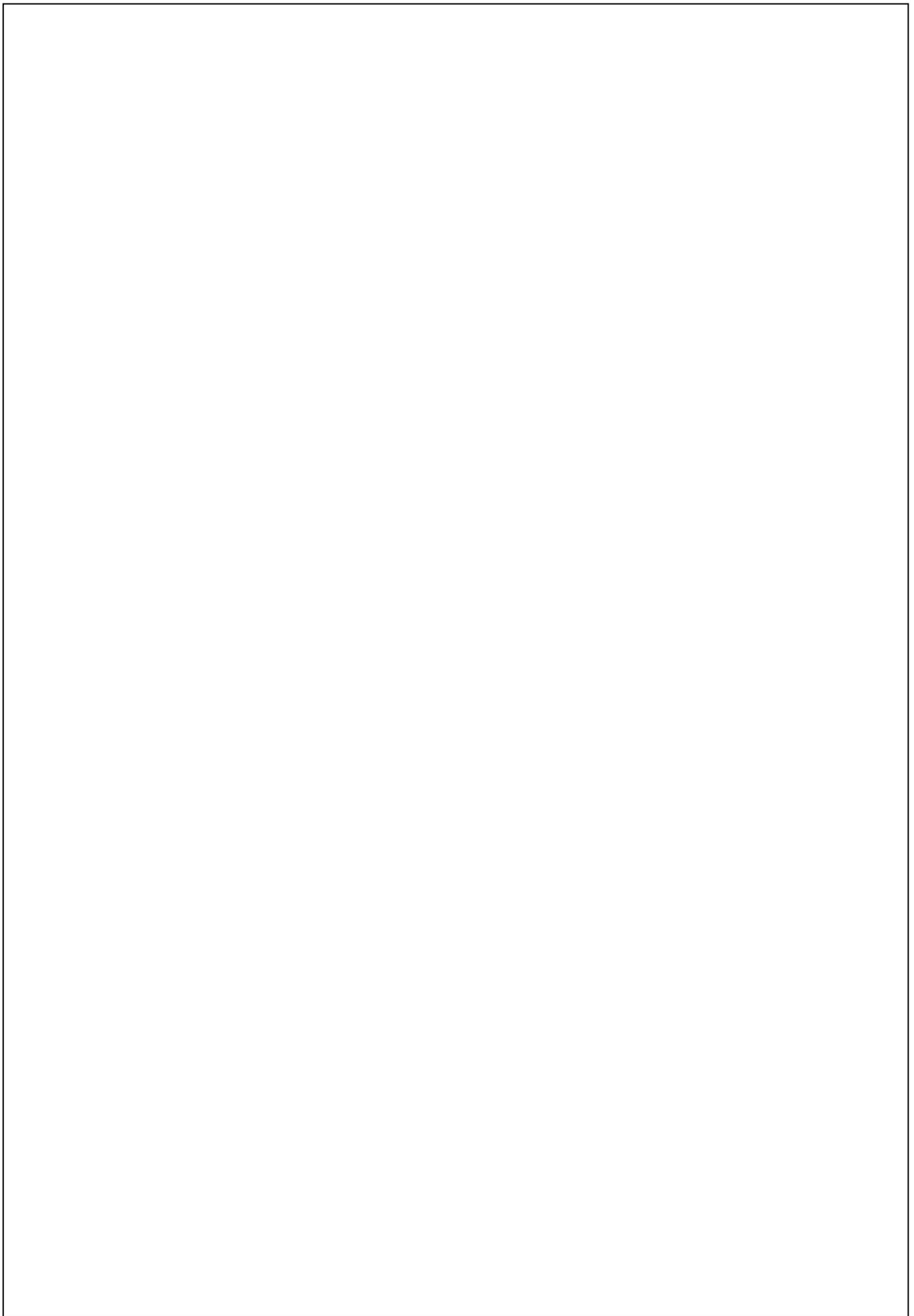












SASAKI, Karen Michelly Moraes e. *Turismo e sustentabilidade: a experiência da Associação de Artesãos de Porto de Sauípe - BA*. 2004, 237 f. Dissertação (Mestrado em Análise Regional), Universidade Salvador, Salvador, 2005.

Autorizo a reprodução [parcial ou total] deste trabalho
para fins de comutação bibliográfica.

Salvador, 24 de janeiro de 2005.

Karen Michelly Moraes e Sasaki



UNIVERSIDADE SALVADOR – UNIFACS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E URBANO
MESTRADO EM ANÁLISE REGIONAL

CONTATO:

Karen Michelly Moraes e Sasaki
ksasaki@terra.com.br